

**_EMILY APTER _CHRISTINE PAGNOULE _HEIDEMARIE SALEVSKY _MOIRA INGHILLERI
_GISÈLE SAPIRO _BARBARA CASSIN _SANDRA L. HALVERSON
_IOANA BALACESCU E BERND STEFANINK _ASTRID GUILLAUME _KAREN KORNING ZETHSEN**

teóricas da tradução

**_dirce waltrick do amarante
_fedra rodríguez
_sheila maria dos santos [orgs]**

_EMILY APTER _CHRISTINE PAGNOULE _HEIDEMARIE SALEVSKY
_MOIRA INGHILLERI _IOANA BALACESCU E BERND STEFANINK
_GISÈLE SAPIRO _BARBARA CASSIN _SANDRA L. HALVERSON
_ASTRID GUILLAUME _KAREN KORNING ZETHSEN

teóricas da tradução

__dirce waltrick do amarante
__fedra rodríguez
__sheila maria dos santos [orgs]



Teóricas da tradução. Dirce Waltrick do Amarante; Fedra Rodríguez;
Sheila Maria dos Santos [orgs.], 2021.

© Emily Apter; Christine Pagnouille; Heidemarie Salevsky; Moira Inghilleri;
Gisèle Sapiro; Barbara Cassin; Sandra L. Halverson; Ioana Balacescu e Bernd Stefanink;
Astrid Guillaume; Karen Korning Zethsen

© Tradução: Fedra Rodríguez; Sheila Maria dos Santos; Eleonora Castelli; Fernanda
Alencar Pereira; Ivi Villar; Juliana Steil; Maíra Castilhos Coelho; Maria Rita Drumond Viana;
Marina Bento Veshagem; Marlova Aseff; Myriam Ávila, 2021.

REVISÃO Beatriz Helena da Rosa Pereira e Carmem Cecília Pereira

CAPA E PROJETO GRÁFICO Marina Moros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 *Teóricas da tradução* [livro eletrônico] / Organizadoras Dirce Waltrick do Amarante, Fedra
Rodríguez, Sheila Maria dos Santos. – Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-87529-13-4

1. Tradução e interpretação – Estudo e ensino. 2. Tradutores – Formação. 3. Prática de
ensino. I. Amarante, Dirce Waltrick do. II. Rodríguez, Fedra. III. Santos, Sheila Maria dos.

CDD 418.02071

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Cultura e Barbárie Editora

www.culturaebarbarie.com.br | contato@culturaebarbarie.com.br | Florianópolis/SC

- [05] Apresentação
- [08] A tradução no posto de controle
EMILY APTER | TRADUÇÃO FEDRA RODRÍGUEZ
- [50] Algumas considerações sobre a tradução militante
CHRISTINE PAGNOULLE | TRADUÇÃO SHEILA MARIA DOS SANTOS
- [81] Comunicação transcultural como espelho da civilização (traduções alemãs de literatura russa como caso em questão)
HEIDEMARIE SALEVSKY | TRADUÇÃO MYRIAM ÁVILA
- [102] A sociologia de Bourdieu e a construção do “objeto” nos estudos da tradução e interpretação
MOIRA INGHILLERI | TRADUÇÃO MARLOVA ASEFF
- [142] A sociologia da tradução: um novo domínio de pesquisa
GISÈLE SAPIRO | TRADUÇÃO MARIA RITA DRUMOND VIANA
- [169] Traduzir os intraduzíveis, um inventário
BARBARA CASSIN | TRADUÇÃO IVI VILLAR
- [187] Tradução “padrão”: um conceito para os estudos cognitivos da tradução e da interpretação
SANDRA L. HALVERSON | TRADUÇÃO JULIANA STEIL
- [235] Percursos da criatividade em tradução
IOANA BALACESCU E BERND STEFANINK | TRADUÇÃO ELEONORA CASTELLI
- [269] Tradução, semiótica e praxeologia
ASTRID GUILLAUME | TRADUÇÃO MAÍRA CASTILHOS COELHO E MARINA B. VESHAGEM
- [281] Além da tradução propriamente dita – estendendo o campo dos estudos da tradução
KAREN KORNING ZETHSEN | TRADUÇÃO FERNANDA ALENCAR PEREIRA
- [320] Sobre as autoras | autor
- [325] Organizadoras | tradutoras

APRESENTAÇÃO

Este livro surgiu durante uma conversa informal sobre tradução na qual chegamos à conclusão de que no Brasil, em trabalhos acadêmicos, citamos muito mais estudiosos do que estudiosas da tradução. Haveria razão para isso se porventura não tivéssemos pesquisadoras que discutissem o tema, o que não procede, pois em poucos minutos elencamos uma série de nomes de mulheres que se debruçaram sobre a tarefa da tradução e do/a tradutor/a.

Alguns desses nomes compõem esta antologia que foi traduzida por pesquisadoras e tradutoras brasileiras. Assim, o assunto começa entre mulheres, mas dá boas-vindas a todas as pessoas interessadas no tema e nos desdobramentos políticos, sociais, éticos e estéticos do ato de traduzir, conforme afirma Heidemarie Salevsky, no ensaio aqui apresentado: “a tradução possui aspectos socioculturais, linguísticos e históricos, assim como limites indelimitáveis”.

Muitos textos que integram este volume destacam o aspecto político da tradução. O/A leitor/a terá acesso, por exemplo, a uma reflexão de Emily Apter que trata das traduções em postos de controle de fronteiras, as quais servem de marcadores legais e territoriais e são “ampla-

mente aplicadas como uma metáfora para uma não transferência ou para uma transferência extralinguística, migração, e o tráfico de informações, coisas e mercadorias”.

Moira Inghilleri desenvolve sua tese com base nas reflexões de, entre outros, Pierre Bourdieu, o qual oferece, segundo ela, “uma contribuição significativa às tentativas dos Estudos da Tradução de dar mais atenção aos/às próprios/as tradutores/as e intérpretes, para analisar criticamente o seu papel como agentes sociais e culturais que participam ativamente na produção e reprodução de práticas textuais e discursivas”.

Gisèle Sapiro, em diálogo com Inghilleri, destaca o papel da sociologia no processo tradutório.

Barbara Cassin discute o “intraduzível”, que, segundo ela, “é um sintoma da diferença entre as línguas, não o que não se traduz, mas o que não cessamos de (não) traduzir”. Aliás, o que seria traduzível em literatura, em poesia? Por isso, traduções de um mesmo texto são sempre bem-vindas. Cassin destaca em seu ensaio que “um dos problemas mais urgentes colocados pela Europa [que serviria, na nossa opinião, para o mundo] é o das línguas. Podemos escolher uma língua dominante, na qual se farão daqui em diante as trocas; ou fazer a manutenção da pluralidade, tornando manifestos o sentido e o interesse das diferenças. O *Vocabulário* se inscreveu resolutamente sob a segunda ótica. É um gesto filosófico e um gesto político”.

O ensaio de Sandra L. Halverson se detém no termo “tradução padrão”, que não seria “sinônimo de ‘processo tradutório’, uma vez que há fases de produção da tradução que não podem ser classificadas como ‘padrão”.

A criatividade do/a tradutor/a é o tema de Ioana Balacescu e Bernd Stefanink, para os quais ela é “parte das faculdades que o/a tradutor/a deve mobilizar/pôr em ação quotidianamente”.

Já Astrid Guillaume discorre sobre a relação movediça entre “Autor/a-Tradutor/a-Leitor/a” e sobre o processo de decomposição, de reconstrução de movimentos, de palavras e de gestos, reconstrução estética, poética, estilística fortemente marcada pelo tempo, o espaço, o contexto civilizacional da época entre texto a traduzir e da época da tradução final”, resultando em “um texto novo que é assim realizado graças a um ato que tem sua beleza, mesmo que ele nasça na dor e na culpa da infidelidade por vezes incontornável do/a tradutor/a.

O artigo de Karen Korning Zethsen discute, por fim, o conceito de tradução intralingual, ou reformulação, que, segundo a teórica, “é de fato periférica aos estudos de tradução”.

Este trabalho não seria possível sem o apoio incondicional do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem como uma das características a ampliação da bibliografia sobre o fazer tradutório.

AS ORGANIZADORAS

ATRADUÇÃO NO POSTO DE CONTROLE

EMILY APTER

TRADUÇÃO FEDRA RODRÍGUEZ

As políticas de fronteiras foram totalmente ativadas em meu livro *The Translation Zone: A New Comparative Literature* (2006). Nos anos que se seguiram, entretanto, tornei-me cada vez mais consciente de que a “travessia de fronteiras” havia se transformado em uma maneira tão onipresente e versátil de falar sobre tradução, que sua influência nas políticas das fronteiras reais – sejam linguísticas ou territoriais – foi atenuada. Impulsionada pelo trabalho oportuno centrado no modo como a legitimidade da soberania é testada pela arquitetura dos muros, postos de controle, estações de trânsito, barricadas virtuais de vigilância e criptografia – *Border Vigils: Keeping Migrants Out of the Rich World* (2012), de Jeremy Harding; *Hollow Land: Israel’s Architecture of Occupation* (2007) e *The Least of All Possible Evils* (2011), de Eyal Weizman, e *Walled States, Waning Sovereignty* (2010), de Wendy Brown –, pretendi rememorar, no capítulo de um livro recentemente publicado, *Against World Literature: On the*

Politics of Untranslatability (2013), a força de dissuasão do Estado na Teoria da Tradução e, com isso, as fronteiras físicas da soberania de forma mais geral. O trabalho feito por uma ampla gama de artistas e escritores revela como um posto de controle tradutório pode ser mobilizado como uma espécie de “fronteira antifronteira”, ou seja, uma negociação de poder soberano em que nenhum aparato oficial de Estado é claramente manifesto, ou, pelo contrário, onde o Estado afirma seu poder em zonas geopolíticas de conflito – sendo Israel/Palestina, EUA/México e a Zona do Euro exemplos óbvios – transformando, assim, a fronteira em um processo que considero como “posto-controlização”. Em ambos os casos, defenderei a ideia de que o posto de controle testa a legitimidade da soberania e as políticas moderadas das “fronteiras da língua” encontradas nos estudos literários. De Qalandia a Nogales, a Sangatte, à embaixada equatoriana no coração do distrito de Knightsbridge em Londres (transformada em algo semelhante a uma “ilha-refúgio” após oferecer asilo político ao fugitivo do WikiLeaks, Julian Assange), o posto de controle, seja na forma de departamento de imigração, aduana, torre de vigilância, inspeção corporal, procedimento de abordagem e revista ou uso de criptografia, concretiza as estruturas do policiamento de Estado que estão se desenvolvendo, em uma era em que “segurança” se tornou a moeda do contexto “global”.

*

Em 2007 e 2009, Khaled Jarrar, um artista de Jenin, instalou *At the Checkpoint*, um projeto que consiste em fotografias da vida cotidiana na Palestina, dispostas nas cercas dos postos de controle de Howarra e Qalandia na Cisjordânia ocupada.

Fazendo referência explícita ao “Checkpoint Charlie”, Jarrar fez uma comparação entre os postos de controle que haviam sido extintos ou adaptados como locais turísticos, e aqueles, como os que estão em territórios ocupados e zonas fronteiriças, que se mantêm ativos militarmente, catracas vigilantes da triagem humana. O ritual de ser vistoriado na fronteira, de não ter permissão para cruzar a linha, ou de se sujeitar a um interrogatório, assédio e encarceramento, foi retomado em um trabalho posterior chamado *Live and Work in Palestine*, incluído na 7ª Bienal de Arte Contemporânea de Berlim, de 28 de abril a julho de 2012. Usando o logotipo do beija-flor da Palestina, Jarrar elaborou um selo de passaporte do “Estado da Palestina” (em inglês, árabe e hebreu). Ele, então, convidou pessoas à estação central de ônibus de Ramallah para que seus passaportes fossem carimbados, como se faz com os selos turísticos oferecidos em Machu Picchu ou na Torre de Pisa. “Eu quis dar as boas-vindas às pessoas, como palestino, à Palestina”, afirmou (Jarrar e George, 2011). O grau de risco do projeto aumentou em setembro de 2011, nas semanas que antecederam o pedido de reconhecimento do Estado da Palestina na

Organização das Nações Unidas, quando uma série de viajantes que optaram pelo selo (entre eles, dez cidadãos israelenses) foi detida nos aeroportos de Israel.

O selo funcionava como um fator de autenticação no celular, desafiando a legitimidade dos postos de fronteira na Cisjordânia, assim como a recusa da concessão da condição de Estado à Palestina. Como Simon Faulker analisa:

Em seu debate sobre o sistema de postos de controle israelenses, Ariella Azoulay sugeriu que, com vistas a eliminar a possibilidade de uma fronteira palestina legítima, o regime de ocupação criou diversos pontos de divisão que frequentemente têm a aparência de fronteira. Assim, ela observa que “a fronteira passa onde quer que haja um corpo palestino”. E continua: “Sempre que um palestino pretende viajar, Israel se aproveita da oportunidade de reafirmar sua soberania. Lá, onde ele gostaria de viver sua vida, uma marcação de fronteira *ad hoc* está posicionada – não uma linha fronteira, mas um posto de fronteira, uma ‘marca’”. O projeto de Jarrar imita e, ao mesmo tempo, inverte esse sistema de “pontos de fronteira”, ao estabelecer seus próprios pontos de fronteira que permitem a afirmação de uma soberania palestina fictícia. Em qualquer lugar que ele e seus embaixadores decidam carimbar passaportes é onde se encontra a fronteira. Se o posto de controle é a manifestação opressora da soberania israelense sobre os palestinos e a terra palestina, a qual também afirma a condição antifronteira que representa a ocupação, então o projeto de Jarrar

contesta sua soberania e sua negação de uma fronteira legítima. (Faulkner, 2011)

Se não há um Estado palestino, não pode haver fronteira e, no entanto, nesse projeto *há* um posto de controle. Como Ronen Shamir observou, há “uma lógica antifronteira paradoxal” em jogo; uma condição de “exclusão inclusiva” que define o posto de controle palestino como uma afirmação de uma soberania fictícia (citado em Faulkner, 2011). Isso se torna aparente em um trabalho de Jarrar que utiliza os nomes “Palestine”, “Palestina” e “território palestino” em diversas línguas e alfabetos como elementos visuais de um mapa que traduz um não-estado em existência. Ao se atribuir o poder de um Estado soberano, Jarrar, como ele próprio admite, “quis suscitar toda a ideia de Estado”, e fazer as pessoas pensarem sobre o modo como um logotipo trabalha para possibilitar o controle governamental, o policiamento e o desempenho do aparato de Estado nacional (citado em Goglak, 2011). O modo como essa concretização de Estado atua em assuntos referentes a traduções legalmente orientadas (como em casos em que o direito à tradução é negado nas situações de deportação ou defesa judicial), ou em exigências culturais e religiosas de proibições translacionais, é um campo dentro da teoria da tradução repleto de possibilidades.

Ao destacar o posto de controle, o trabalho de Jarrar levanta a questão acerca do modo como marcadores legais

e territoriais são usados figurativamente na teoria da tradução, assim como a palavra-chave “tradução” é amplamente aplicada como uma metáfora para uma não-transferência ou para uma transferência extralinguística, migração, e o tráfico de informações, coisas e mercadorias. Geralmente, eu considero preocupante quando “tradução” é usada livremente. Dito isto, sua filologia – incluindo as palavras do grego *hermêneuin* e *metapherein*, do latim *transferre*, *convertere*, *traducere*, e do alemão *übertragen*, *übersetzen*, *überlieferung*, todas carregadas de associações relativas a transporte, passagem e transmissão – se empresta aos cenários de passagem de fronteira. Esses cenários têm sido essenciais para os porta-vozes da tradução cultural, de *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (1987), de Gloria Anzaldúa, a *Death of a Discipline* (2004) e *An Aesthetic Education in the Era of Globalization* (2012), de Gayatri Spivak. Este último livro evoca as culturas fronteiriças (2012, 147) em relação às estruturas de colonização interna (aplicáveis, nos exemplos de Spivak, a populações nativas do Canadá, as chamadas Primeiras Nações, chicanos e afro-americanos que vivem nas fronteiras dos EUA) e como uma fenda contra “o fluxo facilitado entre etnias”, característico do “sonho americano de interculturalidade”.

A salva de Spivak contra o fluxo facilitado entre etnias se estende à crítica às operações de substituição cultural que autorizam o princípio de traduzibilidade adotado pelas instituições de educação neoliberais. E, como sabe-

mos, as línguas de fronteira se propagaram concretamente no linguajar dos estudos literários, as fronteiras nacionais ficaram cada vez mais armadas e vigiadas depois do 11/09, embora tenham se tornado fungíveis pelos instrumentos econômicos e pelas instituições de capital financeiro global. Em um mundo de Superestados, “a ausência de fronteiras” tornou-se um operador, às vezes teoricamente atrelado a “espaços de fluxo” deleuzianos/guattarianos (frequentemente desviado de modo estranho da nomenclologia para se tornar a palavra de ordem perfeita para a troca de informações e divisas), ou dignificado como um termo para a política cosmopolita; um modelo que Etienne Balibar (1998, 224) qualificou como o “ponto triplo europeu (de heresia)”: uma Europa do leste, oeste e sul composta de lâminas territoriais sobrepostas e de camadas culturais e linguísticas (*nappes qui se recouvrent*, ou “toalhas de mesa que se recobrem”) (1998, 225). Para Balibar, o ponto triplo implica instâncias altamente politizadas de não conformidade com os antigos nacionalismos culturais dos Estados-nação.

Balibar é o último teórico político a quem associaríamos imediatamente o sintomático “pensamento de fronteira”. Dito isso, seu resgate do *droit de cité* medieval – grosso modo, um direito primordial de acesso à cidade-estado – foi incorporado aos discursos críticos de “hospitalidade” e “fronteiras abertas”, de uma maneira que apenas implicitamente fazia referência às entidades administrativas

que regulam os portos de escala em postos de controle oficiais. Portanto, aqui está um dos meus principais argumentos: essa ideia de fronteiras fluidas – concretizada pelo NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o Schengen, a Zona do Euro – “esquece” o posto de controle, sendo ele próprio associado, a meu ver, à organização burocrática da coerção; ao alojamento de detenção; ao negócio da fiscalização da soberania.

É essa fronteira suave e hospitaleira que abriu passagem com mais frequência na cartografia literária. Wai Chee Dimock (2006), por exemplo, argumentaria para que a literatura americana não seja mais concebida como um domínio autossuficiente, autônomo e soberano, mas como uma entidade mais próxima de um município ou rede, algo semelhante a uma sociedade civil global habermasiana ou uma constelação pós-nacional. “Americano” é, então, definido por diversas línguas e formas literárias organizadas em conjuntos ou agregados de conjuntos. No lugar de limites territoriais, há formas e configurações, ambientes equipados com peles semióticas porosas. Esses são articulados ecológica e abstratamente: como estruturas recursivas de “nidificação”, paisagens reversíveis; padrões convexos ou côncavos; saliências e tocas. Dimock usa o termo “heterarquia” para designar uma hierarquia reversível, padrões divergentes, mas coexistentes, de relação, ciclos de retorno e sistemas complexos que quebram padrões predeterminados. Seu paradigma de “tempo

profundo” se caracteriza por um tempo telescopado e um espaço inespecífico. Dimock opta por gêneros violentamente transtemporais e transcontinentais, discerníveis como fractais de comparação. Um fractal mandelbrotiano, afirma,

é um conjunto de pontos que não podem ser representados como uma, duas ou três dimensões. É uma geometria de não inteiros, uma geometria do que circula, do que se rompe, do que é irregular, do que vem apenas em porcentagens. [...] Ao contrário dos objetos euclidianos – quadrados, círculos e triângulos, com sua resolução limpa – as formas que interessam a Mandelbrot são formas com contornos serrilhados: os finos tufos de nuvens, as folhas rendadas das samambaias, a superfície esburacada e porosa da esponja, as dimensões espiraladas dentro de um rolo de barbante. (Dimock, 2006)

O épico de Dimock é um fractal onívoro translacional: “uma esponja linguística, brotando em zonas de contato, é super responsiva ao seu ambiente, captando todas aquelas palavras não gregas” (Dimock, 2006, 82). Em linhas gerais, os fractais de Dimock, elencados para o trabalho comparativo realizado em *Through Other Continents*, parecem impermeáveis às fronteiras nacionais. Em *Shades of the Planet*, um livro coletivo editado por Dimock que também faz parte de sua aposta pela transnacionalização da literatura norte-americana, ela e sua colaboradora Rachel Adams recorrem à noção de “gnose de fronteira” de Walter Mignolo. Mignolo, por sua vez, cunha a expres-

são com o firme propósito de retificar o apagamento da diferença forjada pela tradução colonial unidirecional. Mignolo enxerta a expressão a partir do conceito de “gnose africana” de Valentin Y. Mudimbe, desenvolvido em sua pedra de toque, *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*, de 1988. Designa uma forma de pensar os conflitos de saberes típicos das fronteiras, sejam eles epistemológicos, éticos, laicos ou religiosos. Presume-se que esses conflitos estejam ligados a cercas e muros existentes que bifurcam as nações, agridem a paisagem e dividem a comunidade (Mignolo, 2000, 68). Dito isso, espera-se que Mignolo tenha se concentrado mais nas estruturas materiais do Estado, ao impor as poderosas metáforas de fronteira. Como o perigo de “atravessar” suplanta a violência do “castigo” em sua elaboração da gnose de fronteira, Mignolo descreve não uma área a ser estudada, mas “um tipo de pensamento que vai além das ciências sociais e da filosofia positivista, um tipo de pensamento que se move ao longo da diversidade do próprio processo histórico” (Mignolo, 2000, 69). O processo histórico é reconhecido epistemologicamente de modo claro em seu plano mais amplo de “decolonialismo”, mas a tradução, como uma prática levada a cabo pela polícia de fronteira em postos de controle ou invocada em processos judiciais que julgam a imigração e a deportação, não é referenciada em nenhum lugar.

Quer se trate de um ícone como “Checkpoint Charlie”, aquele espectro totalmente carregado da Guerra Fria, ou estações de trem genéricas, montadas para monitorar os fluxos de entrada e saída de pessoas, ou uma cerca como a que divide Nogales, México, de Nogales, Arizona (o que ilustra a estranha soberania dupla de uma única cidade, e que se tornou, em junho de 2013, um muro de lamentações, em que familiares separados pelas deportações se reúnem em vigília para apoiar a nova legislação de imigração), o posto de controle particulariza o campo político (Semansky e Preston, 2013). Não é apenas uma “vizinhança” topológica (como em Kenneth Reinhard, a ideia de um tabuleiro de xadrez composto de sujeitos não particularistas que se transformam em novas configurações de relação psíquica e social); nem o termo geral para uma lógica de cisão ontológica; nem um *skyrim*, jogo cosmológico elidindo a barra de espaços entre a vida e o transfinito; tampouco uma espécie de divisor topográfico que normalmente se encontra em quase todo tipo de fronteira. É, pelo contrário, um aparato de função estatal dedicado a atos divisores de perfilamento e seleção. Como afirmam Karim Mattar e David Fieni, coorganizadores de um seminário na Conferência da Associação Americana de Literatura Comparada, o posto de controle

funciona não apenas para monitorar o fluxo de migrantes, mercadorias ilegais e insurgentes/terroristas, mas também para dividir terras contíguas e reproduzir as distinções, política e

legalmente codificadas, entre “nós” e “eles”. Assim exercendo a soberania, o posto de controle parece ser um sintoma dos medos de uma catástrofe, seja econômica, política ou social, em vários contextos nacionais e globais. (Mattar e Fieni, 2012)

O posto de controle nessa designação é usado como uma figura de soberania performativa, inseparável da política do catastrofismo; um catastrofismo de não reconhecimento e subjetivação nacionais por uma potência hegemônica contígua.

O artista catalão Muntadas usou postos de controle translacionais como alertas visuais que sinalizam o funcionamento subliminar do estado. Entre 2003 e 2005, ele fez dois vídeos extraordinários, ambos intitulados *On Translation: Fear/Jauf*, centrados na imigração ilegal (o primeiro na região fronteiriça entre Tijuana e San Diego, e o segundo no Estreito de Gibraltar). O que vem à tona em ambas as obras é como a aplicação da segurança preventiva pelo estado produz novas reiterações da sociedade de controle, levando a uma escalada da intolerância cultural e ativando a intraduzibilidade do medo. Muntadas tem se interessado sistematicamente pelas palavras como indicadores políticos, presságios e avisos. Na série *On Translation: Warning* (1999) (ver Figura 3), a frase “Aviso: A percepção requer envolvimento” (especificamente traduzida para cada lugar) parece uma daquelas mensagens gnômicas que os surrealistas Louis Aragon e André Breton gostavam tanto de encontrar em anúncios, pôsteres e quadros de

avisos. Esses *bits* aleatórios oferecidos ao espectador pela sociedade de consumo proporcionam uma poética selvagem do cotidiano, a familiar fantasmagoria espectral. Mas Muntadas não termina com um conceito apreciado. A palavra “Aviso”, ampliada em vermelho nas fachadas em branco, inserida em papel de jornal ou reduzida nas grandes vitrines, revela os controles subliminares inerentes às mensagens urbanas. “Aviso” pode se equiparar ao coloquialismo americano *Listen up* (em português “ouça”; termo frequentemente usado como um comando militar ou esportivo), mas quando a instalação aparece em território de língua alemã (ou em território francófono, quando a França foi ocupada durante a Segunda Guerra Mundial), o comando ressoa historicamente com o chamado alemão à ordem, *Achtung*, que por si só é um membro de uma cadeia significativa que inclui “Perigo! Alta Tensão”, e de cujo pictograma – SS – as tropas de choque nazistas se apropriaram.

Em outro trabalho intitulado *On Translation: Die Stadt* (1999–2004) (ver Figura 4), um caminhão de entrega branco com o logotipo *On Translation* e, debaixo dele, a palavra “cidade” em catalão, francês e alemão, é registrado fotograficamente em trânsito em torno de Barcelona, Lille e Graz, cidades conhecidas por serem capitais da cultura. As fotos do veículo girando – o qual estava equipado com uma câmera e, portanto, funcionava como um aparelho de fazer filmes e um cinema móvel – revelam até

que ponto a tradução está em toda parte. Há também o estranho efeito induzido pela percepção das discrepâncias entre *ciutat*, *ville* e *Stadt*. *Die Stadt* se traduz em inglês como “a cidade”, mas funciona acusticamente como *der Staat*, com associações relativas ao Estado como força policial que patrulha os cidadãos. E isso nos leva ao papel do caminhão como um veículo indesejado que transporta cargas de contrabando e migrantes estrangeiros. *Die Stadt*, a partir dessa perspectiva, chama a atenção para o duplo padrão visto nos países ricos, em que o multiculturalismo é elogiado ao mesmo tempo que residentes ilegais são perseguidos e deportados.

O uso da linguagem em tradução por Muntadas como um meio que torna visíveis as leis invisíveis de zoneamento para circulação e mobilidade enfatiza a função policial da tradução em detenções domésticas e controle de fronteiras. Dominic Thomas, em um capítulo de seu livro *Africa and France: Postcolonial Cultures, Migration and Racism* dedicado à “migração e gramática na Nova Europa”, analisa a linguagem específica que se desenvolve em Sangatte: um tipo de “tradutês” ou dialeto especial falado pelas comunidades criadas pelo posto de controle. Thomas baseia-se em estudos etnográficos de Sangatte, Pas de Calais, o campo de refugiados (muitas vezes referido pelo apelido de *Sans-gate*) que, até Sarkozy ordenar seu fechamento oficial em 2002, abrigou imigrantes ilegais e requerentes de asilo tentando chegar ao Reino Unido pelos túneis do

Eurostar. A língua de fronteira característica de Sangatte compreendia o jargão dos cruzadores ilegais do canal da Mancha, a gíria da mídia (em que os termos “migrantes”, “refugiados”, “clandestinos”, requerentes de asilo” e “sem documentos” eram usados indistintamente muitas vezes) e as designações técnicas usadas pelas agências da UE que controlam a administração de organizações legais e humanitárias (Thomas 2013, 73). O falar dos campos de refugiados (*camp speak*) surgiu de um componente tradutório que acabou sendo apelidado de *Eurovoc*. Seu léxico incluía termos (frequentemente na forma abreviada) como *Centre fermé pour étrangers* (“Centro fechado para estrangeiros”, Bélgica), *Centre d'internement pour étrangers* (“Centro de internamento para estrangeiros”, Espanha), *Centre de résidence temporaire* (“Centro de residência temporária”, Itália), *Zone d'Attente pour Personnes en Instance* (“Zona de Espera para Pessoas em Situação Pendente”, França), *Removal Centres* ou *Reception Camp* (“Centros de Remoção ou Campo de Recepção”, Reino Unido) e *Centre de départ volontaire* (“Centro de saída voluntária”, Alemanha), o que, segundo Thomas, permitiu uma “relação simbólica entre os países membros” (Henri Coureau, citado em Thomas 2013, 174). Aliás, Thomas prossegue,

a própria UE, em seu compromisso de traduzir documentos para as línguas dos Estados membros abordou o desafio técnico que isso representa, já que confronta diversas siglas, abreviações, decretos, tratados, constituições, diretrizes, declarações,

objetivos, políticas, estratégias, regulamentos e decisões. Para tanto, a UE organizou o *EuroVoc*, um tesouro multilíngue e multidisciplinar que abrange as atividades da UE, incluindo atualizações regulares para publicação [...]. Em muitos aspectos, esse é um exemplo de construção de uma cultura comum, ainda que esteja estruturada de acordo com um “vocabulário comum, um conjunto de crenças e especialmente de hábitos comuns que determinam uma forma particular de pensar e ver as coisas”. (Thomas, 2013)

“Sangatte” produz um modo local particular de processamento de texto que se desenvolve diretamente a partir do processamento burocrático de migrantes sem documentação. Thomas fala de uma “gramática que viaja conceitualmente *através e para o interior* das línguas”, permitindo que essa gramática peculiar produza uma língua comum cujas expressões apresentam diversos significados de acordo com os grupos de usuários: sejam eles policiais, tecnocratas de fronteira, requerentes de asilo, refugiados ilegais, funcionários de ferrovias, trabalhadores humanitários e da área de saúde ou residentes locais (2013, 175). Contém gírias e insultos disseminados tanto por migrantes quanto por funcionários, como nas designações *passeeur* (contrabandista, traficante de pessoas), “sombras passageiras” ou “kosovar” (um termo genérico para qualquer sujeito nacionalmente marginalizado, na época da Guerra do Kosovo, fim da década de 1990); expressões que criminalizam a hospitalidade, como em *délit de solidarité*

(delito de solidariedade), e uma série de eufemismos do *Eurovoc* para detenção e extradição (Thomas, 2013, 184). O idioleto de Sangatte carrega toda uma biopolítica do parque humano ou dos campos de confinamento, que por sua vez produz uma linguagem de crítica filosófica que empresta uma articulação narrativa a temas cruciais, entre eles os limites da hospitalidade europeia; a precariedade legal, econômica e física dos indocumentados; a política do direito à residência; a nomeação do sujeito não pertencente. Essa veia crítica, marcada em francês por Kristeva, Balibar, Derrida, Agamben e Jean-Luc Nancy, destaca que termos como *l'étranger* (“o estrangeiro”), *l'impropre* (“o impróprio”), *l'intrus* (“o intruso”) são igualmente importantes para qualquer teoria do posto de controle.

A cineasta Claire Denis desenvolveu uma linguagem cinematográfica que traduz a psicopolítica de intrusão, estranhamento e expropriação, muitas vezes no contexto de micromundos em que pessoas que falam línguas diferentes devem negociar (fora da rede de soberania, por assim dizer) a condição de isolamento e comunidade fragmentada. O filme de Denis, *Nénette et Boni*, de 1996, começa com uma cena em que um francês branco vende cartões telefônicos falsos para um grupo de imigrantes. Como observa Martine Beugnet, o filme

é pontuado por breves inserções retratando estranhos ligando para o exterior e discussões sobre contas telefônicas incompreensíveis. Dessa forma, o efeito do tráfico de cartões emerge

esporadicamente ao longo do filme como um vírus benigno, eventualmente interrompendo o que deveria ter sido uma discussão crucial entre Nénette e um profissional da área médica. (Beugnet, 2004)

Uma zona de tradução muito particular surge aqui, na qual as línguas dos imigrantes – transformadas em contrabando – circularam, assim como muitos dos próprios imigrantes, fora dos canais legais. Evidências de conversas diaspóricas aparecem como cobranças inexplicáveis em registros telefônicos, pois clientes franceses revoltados insistem junto às suas companhias telefônicas que nunca fizeram chamadas para a Ásia ou África. As contas de telefone mapeiam os contornos de uma não-conversa entre a Europa e a não-Europa (um golfo de intraduzibilidade), ainda que assombrem com a infiltração das chamadas línguas “estrangeiras” no francês hexagonal; seus rastros ouvidos nas conversas de rua em Marselha, que por sua vez é um repositório de “imagens de estacionamentos, paredes sujas e cercas de arame cortado; cenas de tráfico noturno, onde, no brilho alaranjado das lâmpadas, as silhuetas do pessoal de segurança se misturam com as dos ladrões” (Beugnet, 2004, 150).

Como *Nénette et Boni, Beau Travail* (2000), também de Denis, usa o multilinguismo para chamar a atenção para as comunidades que excediam os postos de controle nacionais. O filme mergulha na dinâmica social que existe dentro de uma unidade da Legião Estrangeira Francesa,

onde homens são treinados para policiar os fora-da-lei do mundo, mas constituem para si próprios uma espécie de Estado pária. No mundo de legionários, lealdades passadas às identidades nacionais são atenuadas, mesmo que nacionalismos linguísticos perdurem, declarados fugazmente quando os soldados descobrem que compartilham uma língua, ou quando recrutas não francófonos reencenam a história do colonialismo como um processo de indução ao francês. A Babel que se forma quando mercenários do mundo inteiro se juntam é neutralizada por uma linguagem universal de movimento; exercícios militares coreografados como gestos sincopados, poses e rotinas. É uma comunhão cinestésica que infunde solidariedade nesse Estado paralelo disponível.

Em *Nénette et Boni e Beau Travail*, as línguas são representadas como laços residuais do nacionalismo em uma era de Estados em declínio, cidadãos móveis e fronteiras liminares, mas *L'Intrus* de Denis (2004) enfoca explicitamente a complexa psicopolítica dos postos de controle europeus. Na sequência de abertura, a câmera gira para a frente e para trás entre duas estações aduaneiras idênticas nos respectivos lados da fronteira entre a França e a Suíça. Uniformes e bandeiras virtualmente iguais marcam a separação entre as nações. E, mesmo assim, a diferença nacional se afirma – e é inclusive mantida viva – através do encontro no posto de controle. Quando uma van chega para cruzar a fronteira da França, cada mínimo gesto,

cada mínimo olhar é rastreado em close-up, enfatizando a forma como o poder é exercido. A bela agente de fiscalização – vista em uma cena seguinte fazendo sexo com seu marido, que usa a linguagem de vistoria para provocar excitação – realiza sua inspeção de rotina do motorista e da van com uma mistura de suspeita e sedução; esta última concentrada nas palavras persuasivas e amorosas dirigidas ao seu cão farejador de drogas. Testemunhamos o cruzador de fronteiras no ponto subjetivo de se tornar criminoso ou intruso, tão logo é introduzido em um sistema baseado em um perfilamento, e na decodificação de pistas afetivas e olfativas. O poder no posto de controle é exercido por meio de uma linguagem compartilhada de cães e guardas de fronteira que presume que o ser humano seja uma massa vulnerável de instintos animais.

Com base no ensaio *L'Intrus* de Jean-Luc Nancy, um texto publicado em 2000 no qual o filósofo questionou seu próprio status ontológico após um transplante de coração, Denis estende as reflexões de Nancy sobre propriedades pessoais e corpos estranhos ao colocá-los em uma paisagem de migração clandestina. Como Beugnet observa,

o filme trata de compartimentos e divisórias, mas mostra que são porosos, vulneráveis à invasão do olhar, ao movimento dos corpos, ao golpe de uma arma e ao efeito de tempo [...]. Mudando de planos em close no corpo de Trébor para planos de longa distância do campo, onde grupos de

invasores aparecem como pequenas silhuetas, o filme trabalha para transformar a percepção ótica em visão tátil. (Beugnet, 2008)

[...] Do livro de Nancy, Denis conservou, portanto, o jogo metafórico da noção de transplante, que descreve simultaneamente o efeito do enxerto de um órgão estranho no corpo e na identidade psicológica de um indivíduo e a mutação do corpo geopolítico em geral, já que este está sujeito a um influxo de estranhos. (Beugnet, 2008)

Em *L'Intrus*, Nancy escreveu sobre seu próprio coração defeituoso como um intruso:

Se meu próprio coração me falhava, em que grau ele era “meu”, meu “próprio” órgão? Tornou-se estranho para mim, intrometido por deserção: quase por rejeição, senão por desânimo. [...] Um deslizamento suave me separou de mim mesmo. [...] Meu coração se tornou meu estranho: estranho justamente porque estava dentro. [...] A intrusão de um corpo estranho ao pensamento. [...] Este coração, de agora em diante intrusivo, deve ser expulso. (Nancy, 2000)

Em *Corpus*, um ensaio complementar de *L'Intrus*, também publicado em 2000, Nancy caracterizou o corpo político como uma espécie de habitação que se deve a corpos estranhos:

surgiu a suspeita de que a política não é mais uma questão de *sentido* incorporado: mas que a política *começa e termina com os corpos*. [...] As dimensões da habitação, de um estúdio ou de um instru-

mento, a duração de um transporte, o traçado de um caminho: *hoc est* a extensão política. Para deixar isso mais claro, basta lembrar daqueles refugiados nas chuvas glaciais das montanhas, seis deles segurando um único cobertor sobre suas cabeças. (Nancy, 2008)

Nos textos de Nancy e nos filmes de Denis, o desgastado tropo existencial do “estranho dentro” recebe uma nova aplicação. Como habitante de uma perigosa região rural de fronteira, o protagonista Louis Trébor (interpretado pelo veterano ator Michel Subor) monitora dia e noite as travessias de imigrantes. O filme se baseia na tensão de assistir e ser assistido por esses “intrusos” onipresentes. Trébor é provavelmente um ex-espião ou agente que carrega muitos passaportes e escreve fluentemente em russo. Ele deixa seu dinheiro em um banco em Genebra e se envolve em negócios no mercado clandestino de órgãos vitais depois de saber que precisa de um novo coração. “Trébor transita facilmente”, observa Beugnet, “da vida nas profundezas da Floresta do Jura para o seletivo e ambicioso mundo do comércio internacional e bancário [...]; esta figura aparentemente isolada e reclusa tinha seus factótums, cuidando de sua fortuna – um capital que parece não conhecer fronteiras” (Beugnet, 2008, 41). Um personagem que “parece não conhecer fronteiras”, como o centro financeiro suíço que o sustenta, Trébor é, contudo, uma espécie de guardião autônomo do posto de controle, mantendo os imigrantes no campo de visão

de seu rifle e despachando um invasor domiciliar suspeito com uma faca, como se ele fosse um animal feroz. Em parte forasteiro sem raízes, em parte paladino territorial, Trébor pode ser compreendido como o arauto de uma nova classe de cidadão que prospera na cultura da insegurança. Pensamos, é claro, em grupos de hackers como o *Anonymous*, mas, ainda mais especificamente, no delator da Agência de Segurança Nacional, Edward J. Snowden, que vazou informações sobre o PRISM, programa de vigilância doméstica dos Estados Unidos, ou a dupla composta pelo soldado Bradley Manning (atualmente Chelsea Manning) e o fundador do WikiLeaks Julian Assange, cada um escoando informações sobre abusos cometidos por militares contra os direitos humanos, danos civis colaterais e censura aos meios de comunicação pelo governo.

Como Trébor, Assange personifica muitas das qualidades paradoxais do ladino. Um exilado australiano, um nômade global, um fugitivo da justiça, um requerente de asilo fugindo de um julgamento na Suécia sob a acusação de agressão sexual (um embuste, alega, por estar sendo perseguido nos EUA como um bandido da informação), Assange traz à mente a teorização clássica de Derrida (2005) acerca do *voyou* como o espinho no corpo das democracias neoliberais:

a democratização sempre esteve associada à permissão, com a obtenção de muitas liberdades,

com a devassidão do libertino, com o liberalismo, na verdade, perversão e delinquência, com a infração, com o viver em desacordo com a lei, com a noção de que “tudo é permitido”, de que “vale tudo”. (Derrida, 2005)

O *roué*, portanto, parece ser um *voyou*, ao mesmo tempo incluído e excluído, excluído do círculo rigorosamente vigiado da sociedade respeitável. (Derrida, 2005)

Embora sujeito à prisão domiciliar virtual e ao purgatório de uma busca prolongada por asilo, Assange efetivamente polícia a polícia; desafiando a prerrogativa e a capacidade tecnológica de segurança do Estado para controlar o acesso à informação, e disputando a legitimidade de sua reivindicação ao direito de impor pontos de controle de informações para proteger a democracia do “terror”.

Os postos de controle efetivam o poder soberano, mesmo em suas formas mais desmaterializadas, como escudos de informação, algoritmos militarizados ou *spyware*. Eles se tornam conceitualmente úteis onde a fluidez semiótica das “fronteiras” se torna especialmente problemática, nos casos em que uma estrutura de indeferimento está no cerne da política de fronteiras. Helga Tawil-Souri explica esse aspecto com referência à fronteira israelense:

Primeiro, Israel é um Estado “sem fronteiras” na medida em que constitui a nação dos judeus

do mundo, não simplesmente para israelenses que podem ou não ser judeus, como os 20% da população dentro de “Israel propriamente dito”, que é palestino. Em segundo lugar, Israel ainda não definiu suas fronteiras externas com os países vizinhos (particularmente a Síria e o Líbano), nem deixou claro onde suas fronteiras internas com qualquer futuro Estado palestino, se existentes, se encontrariam. Há uma lógica contraditória importante no fato de não ter estabelecido fronteiras, mas de querer aplicá-las e defendê-las. (Tawil-Souri, 2012b)

Nesse caso, o caráter “lá, mas não lá” da fronteira política é afetado pelo posto de controle, claramente visível na paisagem e nas mutações urbanas que gera: áreas vizinhas seccionadas; carregadores de contentores; blocos de cimento; vestígios de vilas abandonadas; distritos não planejados e sem características, e comunidades heterogêneas. Essas áreas servem como uma forte evidência de uma governabilidade biopolítica que não pode ser evitada por meios de casuística. É por essa razão que Tawil-Souri argumenta de forma bastante estranha em favor da preservação do posto de controle como uma “fronteira de baixo nível técnico-político”, definida por carteiras de identidade codificadas por cores e testes biométricos administrados pessoalmente pelos guardas (2012b, 2–3). As fronteiras de alta tecnologia, por outro lado, são mecanismos de “controle sem atrito”, que higienizam o ato de ocupação, privatizam o negócio de vigilância e substituem o cerco de base terrestre pelo cerco telefônico

(como na restrição do acesso de Gaza à banda larga e ao fluxo da internet) – todos eles entorpecem a percepção da responsabilidade do governo (Tawil-Souri 2012a, 28).

Em *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*, Eyal Weizman (2007) decide não excluir as formas de checagem com alta tecnologia dos seus exemplos de “traduções” da soberania de Estado na fronteira. Do espelho unilateral instalado depois do acordo de Oslo no posto de controle fronteiriço na Ponte Allenby, diz ele: “é na verdade uma espécie de tradução: [...] mais do que um mero aparato de controle – funcionava também como uma espécie de fronteira internacional. Na verdade, o espelho não apenas demarcava uma fronteira, mas também, através de seu posicionamento e função, criou uma nova fronteira conceitual para o conceito de soberania” (Weizman, 2007, 144). Ao longo de *Hollow Land*, as paredes são tratadas como uma língua com seu próprio vernáculo, incluindo “muros de separação”, “barreiras”, “bloqueios”, “fechamentos”, “bloqueios de estradas”, “postos de controle”, “áreas estéreis”, “zonas especiais de segurança”, “áreas militares fechadas” e “zonas de matança”. Como um muro é denominado depende do lado do muro em que se vive:

As linhas descontínuas de cercas, valas, muros de concreto e sensores de alta tecnologia – referidos pelo governo israelense como a “zona de costura”, pelo público israelense em geral como a “cerca de separação”, e por aqueles israelenses e palestinos

que se opõem a ela como o “muro” ou às vezes como o “muro do *apartheid*” – são apenas as barreiras mais visíveis e midiaticizadas, erguidas em um frenesi de construção de fortificação que marcou toda a Cisjordânia desde o início do Processo de Oslo, em 1993, com o objetivo de separar palestinos de israelenses a todo momento. (Weizman, 2007)

O léxico se amplia teoricamente para incluir a “sobrerania protética”, uma arquitetura de cartografia vigiada; a “geografia elástica” (linhas de fronteira móveis e porosas barreiras definidas pelos túneis destinados a movimentar bens e materiais contrabandeados), e o “plástico político” (ou “política na matéria”), que designa as multidões de atores na fronteira, de militares, colonos, provedores de rede de celulares e planejadores estaduais, a ativistas, ONGs (organizações não governamentais), organizações humanitárias, grupos de resistência armada e entidades da mídia. Essa forma de “plástico”, o posto de controle não oficial, muitas vezes se torna uma zona de ocupação e, assim, surge como o fascinante tema do documentário *Cinco Câmeras Quebradas* de Emad Burnat e Guy David (2011). Uma cerca de arame farpado que demarca a desapropriação de mais de 50% das terras agrícolas pertencentes à aldeia palestina de Bil’in, na Cisjordânia, e imposta a fim de proteger um assentamento ilegal israelense, torna-se o local de longos e violentos protestos e frequentes confrontos mortíferos com o exército de Israel. Em sua “resposta geral” às palestras dadas em

uma conferência organizada por Gayatri Chakravorty Spivak sobre “Fronteiras e Identidades” na Universidade de Columbia, em janeiro de 2013, Judith Butler discutiu como essa violência costuma ser formulada na retórica do desenvolvimento econômico regional. Recorre-se a “novas vias” para disfarçar as duras realidades de ocupação e controle. Butler escreve:

Certamente, esse tipo de penetração infraestrutural funciona na Cisjordânia, onde ambas as nações, empresas globais e ONGs agora constroem rodovias, estabelecendo passagens dentro de seções específicas e bloqueando corredores entre regiões, especialmente entre a Cisjordânia e Gaza. Essas novas estradas dentro das fronteiras policiadas dão uma nova cara à ocupação, dão a impressão de uma oportunidade de progresso e crescimento financeiro, mas na medida em que fazem a ocupação parecer lucrativa, servem para racionalizar a destruição da autodeterminação. Isso não quer dizer que as infraestruturas não possam ser “ocupadas” e até mesmo ressignificadas para outros fins, e considero que este é um dos pontos importantes da forma de arquitetura política de Eyal Weizman, imaginando o uso de estruturas de ocupação existentes para uma política antiocupação levando à autodeterminação política da Palestina (Butler, 2013).

Em seu livro mais recente, *The Least of All Possible Evils*, Weizman cunha o termo *wallfare* para sinalizar tanto a guerra no muro quanto o hardware e o software implementados para aumentar a segurança. Uma forma parti-

cularmente aterradora de *wallfare* é definida pelo limite mínimo “humanitário” de subsistência necessário para manter a vida. Os cálculos desse limite foram descobertos em um documento militar israelense intitulado *Redlines*, sendo que o próprio é, evidentemente, uma metáfora de fronteira. Esses cálculos foram usados para determinar as quantidades de comida e combustível que podem escoar em direção a Gaza durante o cerco, intensificado no outono de 2007. “A capacidade”, Weizman escreve, “de exercer controle por meio da modulação do fluxo – em que os postos de controle e terminais do lado de dentro do muro funcionam como válvulas e interruptores – tem feito a guerra de Israel em Gaza parecer com um experimento inverso de Milgram” (Weizman, 2011, 87).

Weizman não usa a palavra “tradução” como uma metáfora aleatoriamente inflada de arquitetura de posto de controle, mas sim como um operador geral que se refere à transformação de sistemas de governança e controle em formas difusas e centrípetas de organização espacial. Ele também o usa em um sentido mais especializado para descrever o que aconteceu em uma batalha judicial pela colocação de um muro. No centro do caso se encontrava uma maquete topográfica baseada em mapas aéreos dos limites fronteiriços. A maquete indicava onde um muro de segurança projetado cortaria 121 hectares de terras agrícolas da aldeia de Beit Sourik, localizada ao noroeste de Jerusalém. Ao descrever os processos judiciais, Weizman

se refere à maquete em si como uma “tradução”, tomando como referência Wittgenstein, que ficou fascinado com uma miniatura pericialmente usada para reencenar um acidente em Paris envolvendo um caminhão e um carrinho de bebê. Adotando uma abordagem favorável à teoria da agência dos objetos, Weizman narra do ponto de vista da maquete, demonstrando o modo como esta incomoda o protocolo judicial ao desconsiderar as dimensões de assentos e bancos, introduz modos informais de tratamento na linguagem jurídica e transforma a atmosfera sombria dos processos judiciais em algo semelhante a uma crítica de projeto arquitetônico ou a uma discussão de design (2011, 72). Embora no fim as preocupações de Israel com a segurança inevitavelmente ultrapassem as reivindicações palestinas pela terra na decisão judicial, a guerra na fronteira de Weizman, contada através dos olhos de um muro, mostra como a tradução foi uma questão constante, semeando confusão entre categorias e dissonância cognitiva a cada momento. O muro e seu duplo, a maquete, funcionam como actantes translacionais que estabelecem relação entre ordens discrepantes de objetos materiais, modos de discurso social, proposições lógicas, cartografia politizada e razão de Estado.

Definido como uma espécie de soberania traduzida, “realizada” por postos de controle, o Estado deve enfrentar a indefinição de sua própria morfologia. Seja apresentado no disfarce do Leviatã hobbesiano, da biopolítica

foucaultiana, do fator “onde quer que” ou *Wohin auch immer?*, inerente à vigilância e tecnologias de segurança cibernética, e da guerra por drone em toda parte; ou a situação de erosão dos Estados-nação na zona do Euro (resumida em uma pergunta feita pelo periódico francês *Critique* [2012], *État, es-tu là ?* [Estado, você está aí?]), o Estado é retratado como tênue e difuso em todos os lugares. Cada pessoa se torna um posto de controle potencial na “guerra contra o terror”, um meio de varredura corporal, um transportador de dados celulares, um socorrista, um *backup* civil para o cumprimento da lei. Os postos de controle, na era da vigilância cibernética, podem ser tão anódinos quanto mural de Facebook, acesso pago, impressão digital de documento, ou tão ameaçadores quanto a autolegitimação de um cidadão para aplicar a lei do *Stand Your Ground*. Guardas de fronteira incorporam ativamente a “posto-controlização”, um processo colocado em andamento quando “uma pessoa de interesse” se move diante da mira de uma arma levantada. Como instrumentos humanos de escrutínio armado, autorizados a fazer o chamamento arbitrário de amigo ou inimigo, os soldados corporificam o posto de controle, assim como os agentes paraestatais – milícias, vigilantes, senhores da guerra, exércitos de guerrilha, bandidos e piratas – que permitem que grupos sem posição soberana ajam como um Estado.

O medo soberano explode no posto de controle, por si só, uma espécie de mão armada de confronto jurídico. Não é preciso dizer que quando o posto de controle se encontra em um ponto de acesso global ou quando o viajante é um migrante ou suspeito de terrorismo, o fator de ameaça aumenta exponencialmente. Em projetos cinematográficos independentes, as artistas Emily Jacir e sua irmã Annemarie Jacir colocaram em notória evidência o posto de controle como cena primordial de apreensão, perigo e angústia pessoal. *Crossing Surda*, de Emily Jacir, um DVD em dois canais lançado em 2003, documenta nos postos de controle as indignidades sofridas por palestinos que realizam o extenuante deslocamento diário de Ramallah para suas aldeias. Durante as filmagens com uma câmera de vídeo, Jacir escreve: “um soldado israelense me ameaçou e colocou um M-16 na minha têmpora [...]”. Se eu não tivesse diretamente passado por essa experiência ameaçadora, este artigo não existiria” (citado em Demos, 2003). Como T. J. Demos observou, muito do que “o filme clandestino expõe nada mais [é] do que a própria interdição na representação dessas fronteiras” (Demos, 2003,76). Da mesma forma, no filme de Annemarie Jacir *Like twenty impossibles*, de 2003, cujo título tem origem em um verso do poeta Tawfiq Zayyad (1965; “A faísca de uma ideia / Como se fôssemos vinte impossíveis / Permaneceremos”), o próprio posto de controle é o protagonista. O filme começa com um controle de fronteira:

carros sendo revistados, documentos solicitados e analisados, tudo contra o pano de fundo de vozes acaloradas e multidões se acotovelando. “Que tipo de vida é essa?”, um personagem reclama sentado, preso por horas, numa fila de carros. O filme acompanha uma equipe de gravação no caminho para Jerusalém, em uma paisagem repleta de terminais e cercas. A fim de desviar de um posto de controle fechado, a equipe segue uma rota alternativa, mas acaba sendo detida e instruída a suspender as filmagens. O filme fornece um vislumbre da micropolítica abrasadora presente nos encontros de fronteira: “Por que você tentou contornar o posto de controle?”, “De onde você é?”, os soldados israelenses questionam. “Eu não falo hebraico”, responde um ator palestino. “Estamos todos juntos”, afirma o diretor em inglês. “Tenho idade suficiente para cuidar da minha própria segurança”, um sonoplasta israelense afirma desafiadoramente em hebraico. Há uma extorsão de dinheiro. Os palestinos são retirados do SUV (veículo utilitário esportivo) e o diretor, em desespero, deve abandonar as filmagens para garantir a libertação de todos. No longa-metragem subsequente de Annemarie Jacir, *Salt of This Sea* (2008), uma palestina-americana nascida no Brooklyn, chamada Soraya, a caminho de visitar sua antiga casa em Jaffa, está igualmente sujeita a um interrogatório prolongado e revista corporal no aeroporto. Quase todas as cenas do filme estão dramaticamente estruturadas como um posto de controle, uma pista de

obstáculos ou desafio, no qual os personagens devem avaliar os impulsos dos carros de patrulha, a distância dos helicópteros de polícia, ou a escolha do idioma – inglês, árabe ou hebraico – para iniciar contato. O filme se centra em Soraya dominando a arte de “atravessar” as barreiras ao negociar com os campos minados da tradução e da intraduzibilidade cultural.

Os Estados se legitimam através de línguas oficiais ou comumente faladas, então é interessante ver quais línguas são usadas nos postos de controle israelenses nesse filme também. Inglês, a língua do colonialismo britânico e do imperialismo americano no Oriente Médio, é a língua franca que a fronteira fala, independentemente do fato de que o hebraico é a língua nacional. Soraya usa seu sotaque americano para obter habilitação para o acesso a bancos, para enfraquecer as suspeitas de soldados que pegaram seus companheiros. O árabe, por outro lado, leva Soraya a despertar novamente como palestina. Ela descobre a *nakbah* ao nível de encontros prosaicos; pequenos atos de se reunir e debater com parentes palestinos recém-descobertos que internalizaram muros e postos de controle como estados psíquicos de ocupação e humilhação diária.

Os postos de controle são locais de oposição e resistência no romance basilar *Checkpoint* (2004) escrito pelo autor palestino, ativista e ex-membro do Knesset, Azmi Bishara. Como nos filmes de Annemarie Jacir, o posto de controle define um mundo por si só, um arquipélago dominado por

guardas (os “senhores do posto de controle”) e galvanizado por uma jovem que atravessa a fronteira todos os dias para ir à escola. “Onde você estava, querida?”, pergunta o pai. “No *mahtram*” (termo hebraico para posto de controle), ela responde. Essa simples pergunta torna-se a forma gramatical de um ponto de verificação que se infiltrou em um discurso prosaico, replicando a fronteira física que tanto divide como congrega dois mundos fundidos em desequilíbrio político: “Na realidade não há equilíbrio no terror: existem dois terrores desequilibrados, assim como existem dois medos desequilibrados”. Publicado no ano em que a construção dos muros de Israel e a colocação de cercas elétricas foram massivamente ampliadas, Bishara se destaca pela representação de uma paisagem tão recortada por barreiras, tão despojada de ornamentos arquitetônicos e tão neutralizada pelo cinza-amarronzado dos blocos de cimento e pedras, que os contornos espaço-tempo desaparecem. Os postos de controle se erguem como atores arquitetônicos solitários em um horizonte descaracterizado.

Esse é o cenário destituído que é rigorosamente retratado pelo artista palestino Taysir Batniji, cuja série, *Watchtowers*, foi incluída na Bienal de Istambul em 2011. Simulando os estudos tipológicos de Bernd e Hilla Becher de torres de relógio e torres de água, Batniji substitui atalaias israelenses, criando uma paisagem de vigilância estatal a partir da linguagem visual do fotorrealismo e

removendo a neutralidade política do posto de controle como uma arquitetura industrial naturalizada. O modesto exercício de Batniji na apropriação artística participa de um âmbito maior, no que Rema Hammami (2012) chama de “a economia moral dos postos de controle”. Hammami descreve ações em postos de controle na fronteira que envolvem a redefinição de “banditismo” como uma tática de intifada. Levando-nos de volta a Surda, o lugar do vídeo de Emily Jacir, Hammami observa:

Os postos de controle, ironicamente, tornaram-se os “espaços públicos” dessa intifada; é em lugares como Surda que a maioria dos palestinos tem um confronto direto e constante, como integrantes do coletivo, com a ocupação israelense. É nos postos de controle, e em relação a estes, que a sociedade desenvolveu novos significados para resistência e formas *ad hoc* de organização cívica [...]; os improváveis símbolos da nova persistência não são as “instituições nacionais”, mas sim o subproletariado dos motoristas de vans da Ford, cujas bravatas semicriminosas são resumidas pelos onipresentes adesivos “No Fear” da Nike colados nos vidros traseiros. Uma vez ridicularizados como uma ameaça nas estradas, os motoristas e sua subcultura exemplificam a ética da insurreição de atravessar qualquer coisa, por qualquer meio, em direção a qualquer lugar. A mesma subcultura hipermasculina brutal forneceu os sistemas informais que tornaram o “chegar lá” possível. A brutalidade (*zar’aniyya*) se tornou uma força essencial para a resistência cotidiana e a organização nos postos de controle – não apenas

para lidar com multidões e engarrafamentos, mas também para lidar com a brutalidade de soldados, dando um grande espaço de manobra para lidar com a população civil. (Hammami, 2012)

O adesivo “No Fear” usado pelos caminhoneiros pertence à linguagem de “ocupação”, em que as pessoas usam seus corpos como coagulantes de agrupamento, bloqueando as válvulas de entrada e saída instaladas pelo estado israelense. Há uma desafiadora vontade de realização de desejo, a qual é comunicada por esses gestos de bloqueio corporificado, sendo que eles, por sua vez, lembram uma memorável cena de realismo mágico em *A Intervenção Divina* de Elia Suleiman (Figura 5), filme realizado em 2002, antes da construção do muro. O filme se constrói em torno de longas tomadas de um homem e uma mulher, sentados em um carro, esperando; observando incessantemente o posto de controle entre Ramallah e Jerusalém como se fosse o filme de suas vidas. De repente, há um momento de fuga em que a mulher descaradamente atravessa sem ser “checada”. Vestida em alto estilo, ela transforma o asfalto em uma passarela da moda, desafiando os soldados a atirar enquanto ela passa por suas armas levantadas. Seu olhar – magicamente empoderado como uma arma de controle da mente – faz a torre desmoronar.

Em cada um desses projetos de artistas palestinos, vemos a zona de tradução definida não como uma

fronteira porosa facilitando a cortesia supranacional e os regimes de equivalência geral, mas como um limiar de intraduzibilidade e bloqueio político. Trazer novamente à baila o posto de controle para questionar a maneira como os Estudos da Tradução atribuem brandas metáforas às travessias de fronteira, certamente tem como um dos objetivos insistir na persistência da função policial no campo de política linguística. Pode ser um momento de declínio da soberania, na medida em que os Estados-nação são suplantados pelo capital líquido e por exércitos permanentes não-alinhados, mas os postos de controle, sejam órgãos itinerantes ou marcos fixos, ou ainda novas formas de *malware* e vigilância cibernética, pertencem às tecnologias de força de guerra. E, como Thomas Keenan alegou, a guerra é uma linguagem que “não precisa de tradução [...] que deixe espaço para interpretação [...]; a hermenêutica ou o aspecto cognitivo da linguagem [são] apagados na transmissão, e apenas a força é o que resta – ou a transmissão em si”.

Permitam-me que conclua com dois conjuntos de aspectos: primeiro, em uma época em que os Estudos de Tradução têm florescido e recebido enorme validação nos quadros institucionais das Ciências Humanas, estou sugerindo que o termo “tradução” foi comprometido por sua associação com a metáfora das fronteiras fluidas e, mais geralmente, com uma linguagem de travessia de fronteira que ofusca a função política do Estado na fronteira.

Advogo para que se olhem mais de perto os momentos de máxima traduzibilidade – violência, prisão, deportação, perfilamento linguístico – que ocorrem nas fronteiras, e para que se trate a tradução como um conjunto de interações performativas e politicamente voláteis que ocorrem nos postos de controle. Em segundo lugar, ao sugerir que a “posto-controlização” – como um exercício de autoridade soberana – seja usada como um “controle” da imprecisão do idioma de fronteira, estou ciente de estar caindo em uma armadilha de minha própria autoria. Pois é evidente que o termo “posto de controle” não é uma vacina contra o falar de fronteira; em muitos aspectos, refere-se a algo que é tão difícil de delimitar quanto a fronteira do termo. Os vocábulos de Weizman, “soberania protética” ou *wallfare*, referem-se a fronteiras de alta tecnologia ou tecnologias de vigilância que desempenham uma função de posto de controle. Embora eu desejasse reservar o “posto de controle” para uso mais restrito em referência à patrulha biopolítica e à verificação de identidade tradutoriamente mediada, o termo também pode ser usado livremente como uma outra palavra para fronteira. Talvez, no lugar de tentar estabelecer uma distinção rápida entre os termos, faz mais sentido estipular que os discursos sobre fronteiras e postos de controle sejam analisados com mais rigor em sua associação com os termos de travessia e passagem. É uma questão sobre o modo como a linguagem das fronteiras e dos postos de controle é abstraída e metaforizada,

mas também sobre como as tecnologias em si mesmas abstraem e metaforizam as fronteiras como limites territoriais e postos policiais realmente existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APTER, E. *The Translation Zone: A New Comparative Literature*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

_____. *Against World Literature: On the Politics of Untranslatability*. London, New York: Verso, 2013.

BALIBAR, E. The Borders of Europe. In: CHEAH, P.; ROBBINS, B. (ed.). *Cosmopolitics: Thinking and Feeling Beyond the Nation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, p. 216–232.

BEUGNET, M. *Claire Denis*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

_____. The Practice of Strangeness: L'Intrus – Claire Denis (2004) and Jean-Luc Nancy (2000). *Film-Philosophy*, Edinburgh, v.12, n.1, p. 31–48, 2008.

BISHARA, A. *Checkpoint*. Arles: Actes Sud, 2004.

BROWN, W. *Walled States, Waning Sovereignty*. New York: Zone Books, 2010.

BUTLER, J. *General Remarks*. New York, Columbia University, 2013. Paper apresentado na Conferência Borders & Identities: Toward a Global Dialogue.

CRITIQUE. Paris: Les Éditions de Minuit, n. 780, maio de 2012. Tema da edição: État, es-tu là?

DEMOS, T. J. Desire in Diaspora: Emily Jacir. *Art Journal New York*, New York, v. 62, p. 68–79, 2003.

DERRIDA, J. *Rogues: Two Essays on Reason*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

DIMOCK, W-C. *Through Other Continents: American Literature Across Deep Time*. Princeton, N.J: Princeton

University Press, 2006.

FAULKNER, S. Contesting the Antiborder Condition: Khaled Jarrar's Live and Work in Palestine Project. *Simon's Teaching Blog*, 2011. Disponível em:

<http://simonsteachingblog.wordpress.com/2011/07/10/contesting-the-antiborder-condition-khaled-jarrar%E2%80%99s-live-and-work-in-palestineproject/>.

FIENI, D.; MATTAR, K. *The Global Checkpoint: 'Rights' of Passage, Performances of Sovereignty*. Providence, RI, Brown University, 2012. Seminário apresentado na American Comparative Literature Association Conference.

GOGOLAK, E. Khaled Jarrar Stamps His Authority. *Rolling Stone*, 2012. Disponível em: http://www.rollingstoneme.com/index.php?option=com_content&id=1145.

HAMMAMI, R. On the Importance of Thugs: The Moral Economy of a Checkpoint. *Middle East Report*, Tacoma, n. 231, 2012. Disponível em:

<http://www.merip.org/mer/mer231/importance-thugs>.

HARDING, J. *Border Vigils: Keeping Migrants Out of the Rich World*. London: Verso, 2012.

HOCHBERG, G. *Visual Occupations: Violence and Visibility at a Conflict Zone*. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

JARRAR, K. Stamping Palestine Into Passports. [21 de novembro de 2011]. *International Solidarity Movement*. Entrevista concedida a Alistair George. Disponível em: <http://palsolidarity.org/2011/11/an-interview-with-khaled-jarrar-stamping-palestine-into-passports/>

KEENAN, T. A Language That Needs No Translation? Or, Can Things Get Any Worse? In: CHAMPLIN, J. *Terror and the Roots of Poetics*. New York: Atropos Press, 2013.

MIGNOLO, W. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton:

Princeton University Press, 2000.

NANCY, J-L. *L'Intrus* (Nouvelle édition augmentée). Paris: Galilée, 2000.

_____. *Corpus*. New York: Fordham University Press, 2008.

OPHIR, A.; GIVONI, M.; HANAFI, S. *The Power of Inclusive Exclusion*. New York: Zone Books, 2009.

SEMANSKY, R.; PRESTON, J. Immigrants Reach Beyond a Legal Barrier for a Reunion. *The New York Times*, New York, 11 de junho, 2013.

SPIVAK, G. C. *Death of a Discipline*. New York: Columbia University Press, 2004.

_____. *An Aesthetic Education in the Era of Globalization*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

TAWIL-SOURI, H. Qualandia: An Autopsy. *Jerusalem Quarterly*, Ramallah, n. 45, p. 73–81, 2011.

_____. Digital Occupation: Gaza's High-Tech Enclosure. *Journal of Palestine Studies*, Berkeley, v. 41, n. 2, p. 27–43, 2012.

_____. Uneven Borders, Colored (Im)mobilities: ID Cards in Palestine/ Israel. *Geopolitics*, Abingdon, v. 17, n. 2, p. 1–24, 2012.

THOMAS, D. *Africa and France: Postcolonial Cultures, Migration, and Racism*. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

WEIZMAN, E. Manuscript: Thanato Politics. *Dictionary of War*, 2006. Disponível em: [http:// dictionaryofwar.org/ node/734](http://dictionaryofwar.org/node/734)

WEIZMAN, E. *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. Verso: London; New York, 2007.

_____. *The Least of All Possible Evils: Humanitarian Violence from Arendt to Gaza*. London: Verso, 2011.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRADUÇÃO MILITANTE

CHRISTINE PAGNOULLE

TRADUÇÃO SHEILA MARIA DOS SANTOS

O sintagma “tradução militante” demanda definição. Neste artigo, não se tratará de uma tradução deliberadamente enviesada por convicções políticas, como poderia ser o caso, mas de traduções benévolas de textos engajados, portanto, um ato militante. A especificidade do processo que recobre essa definição não teria realmente nenhum interesse para a reflexão em tradutologia? Em todo caso, o ato chamou pouca atenção científica até hoje. Partindo da minha prática, parece-me, no entanto, possível destacar certos traços recorrentes e procedimentos típicos.

Se considerarmos o tipo de texto a traduzir, as combinações de línguas e a relação com o contratante, a maior diversidade prevalece nesse tipo de tradução. No entanto, ela compreende pouco de adaptação intercultural (senão talvez no emprego de pronomes pessoais) e praticamente

não há diferença diacrônica: trata-se, na maioria dos casos, de textos diretamente relacionados à atualidade. Além disso, nós estamos, quase por definição, numa esfera de preocupações profundamente mundializada, uma vez que as próprias causas das situações denunciadas são mundiais (instituições e funcionamento do sistema). Há pouco tempo, certos termos franceses não tinham verdadeiros equivalentes em inglês, assim, “altermundialismo” ou perderia a nuance “outro mundo” (se mantivéssemos a palavra antiglobalização), ou exigiria uma paráfrase um pouco pesada; hoje, a palavra “*alterglobalization*” tornou-se corrente. Nota-se a mesma influência do francês no termo “*biofuel*” (biocombustível), hoje cada vez mais substituído por “*agrofuel*” (agrocombustível). No entanto, a não conversão das conotações dos nomes “militantes” e “ativistas” nas duas línguas não parece próxima de ser superada.

O tamanho dos textos a serem traduzidos vai desde parágrafos traduzidos rapidamente para ajudar um amigo em negociações com um editor anglófono, ou da correção, rapidamente expedida, de algumas frases em circulares de informação (*newsletters*), à tradução de obras inteiras, para as quais é preciso estabelecer toda uma estrutura de coordenação. Em 8 ou 9 a cada 10 casos, as traduções são destinadas à publicação, tanto em formato impresso (os livros, evidentemente, mas também, retomarei esse ponto, os artigos para revistas), quanto em sites na internet (ou

ainda em ambos). Também houve participação na legendagem em inglês (para o filme *Résister n'est pas un crime*) e da revisão das legendas francesas a partir de uma trilha sonora em português do Brasil, realizadas primeiramente por um neerlandófono (para o documentário *Elo*, sobre as ameaças à região do Alto Xingu).

A tradução militante pode se inscrever nas redes organizadas (mas não hierarquizadas), como a rede de tradutores/as da ATTAC, a Coorditrad, (<http://www.attac.org/fr/groups/coorditrad-dev>) ou a rede de intérpretes e tradutores/as Babels <http://www.babels.org/> (inicialmente para os Fóruns Sociais), ou ser uma iniciativa individual (como a tradução francesa de textos propostos unicamente em inglês sobre os quais os/as militantes não anglófonos devem poder se pronunciar), ou ainda implicar uma rede de tradutores/as relativamente informal, mas rica de contatos pessoais (ainda que muitas vezes sejam unicamente virtuais). É essa última situação que prevalece na rede de tradutores/as para o Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), onde eu atuo regularmente há muitos anos.

As combinações de línguas mais frequentemente pedidas são FR>IN e IN>FR, mas também ES>FR e FR>ES; quando se trata de grupos trabalhando na mesma empresa belga, como o *Réseau pour la Justice Fiscale* (RJF) e o seu homólogo *Financieel Actie Netwerk* (FAN), a combinação nacional por excelência, NL>FR e FR>NL. Em caso de

grande urgência e em domínios familiares, apesar dos meus conhecimentos bastante sumários da língua, já me ocorreu de traduzir textos do neerlandês para o francês, recorrendo a colegas neerlandistas em caso de problema. Para as traduções em neerlandês, eu “subtrato” junto a colegas neerlandófonos. No quadro do CADTM, trata-se essencialmente de traduzir do francês ao inglês e a maioria dos membros da equipe é de anglófonos – como é de praxe. Ainda que eu saiba o quão presunçoso, até perigoso, é traduzir para uma língua que não é sua língua materna, há casos em que não é deslocado transgredir a regra.

Certamente, “a tradução está a tal ponto imbricada em estruturas ideológicas e sociais, que não se pode concebê-la como uma atividade filológica neutra, inocente e transparente”, para retomar os termos de Jeremy Munday. Nenhum/a tradutor/a é desprovido/a de opiniões (ou até mesmo de convicções) e de sentimentos. Por isso, esses sentimentos e opiniões vão influenciar seu trabalho? Se ele/a é um/a bom/boa tradutor/a, será com pleno conhecimento de causa. Minha atitude diante do texto será diferente se eu subscrever às posições que são apresentadas ou se eu me interrogar sobre a sua origem ou função, como o manifesto de “*Spring Alliance*”, uma “aliança” estreitamente ligada à atual Comissão Europeia, mas que se apresenta como engajada na defesa dos direitos sociais e ambientais. Meu trabalho de tradutora vai ser modifi-

cado? Espera-se que não. O objetivo é sempre o mesmo: permitir aos leitores da língua-alvo tomar conhecimento do texto nas melhores condições.

A tarefa do/a tradutor/a torna-se delicada quando o texto de partida está mal redigido. Sobretudo se as ideias que são propostas, ainda que emanando de fontes ideologicamente próximas, não estão acima de qualquer suspeita. Ora, a redação em inglês por não anglófonos é algo corrente: afinal, o inglês não se tornou a língua de comunicação mundial? Assim, em um texto em inglês bastante aproximativo escrito por representantes de diferentes grupos ATTAC, quando se trata do objetivo de uma Europa democrática, ela deveria, nós lemos em inglês, ser dotada de uma “*new and democratic Assembly... [which shall be] based on gender parity..., represent all sectors of Society and also be intergenerational*”. O/A tradutor/a mais intervencionista – como eu – poderia considerar que é bastante absurdo exigir que uma assembleia eleita por sufrágio universal (o que é precisado no parágrafo precedente) represente todos os setores da sociedade e todas as gerações; não obstante, é isso que o texto diz, e o debate de fundo (que nos leva ao corporativismo e à noção de sociedade civil) não deve, aqui, interferir no processo de tradução. No entanto, nesse mesmo texto, ocorre em várias ocasiões que o domínio imperfeito do inglês pelos/as redatores/as os/as leve a escolhas lexicais incongruentes.

Nesse caso, o/a tradutor/a pode e deve intervir. Eis um exemplo:

*It should undertake initiatives to a **complete debt relief of all poor countries**. The Money for this relief could be raised by a **tax of 1% on the property of “High Net Worth Individuals”** (persons who own at least one million dollars). With the revenue of this tax, the total foreign debt of all non-OECD countries could be relieved in about ten years.*

Deveria empreender iniciativas para uma **remissão total da dívida de todos os países pobres**. O dinheiro para essa remissão poderia ser angariado através de um **imposto de 1% sobre a propriedade de “Indivíduos com alto patrimônio líquido”** (pessoas que possuem pelo menos um milhão de dólares). Com a receita desse imposto, a dívida externa total de todos os países não pertencentes à OCDE poderia ser anulada em cerca de dez anos. (Minha tradução)

Tradução sugerida:

*Elle doit demander **l’abolition de la dette extérieure de tous les pays pauvres**. L’argent qui compenserait cette abolition pourrait provenir d’un **impôt de 1% sur les grosses fortunes** (à partir d’un million de dollars). Les recettes de cet impôt suffiraient à couvrir l’ensemble de la dette extérieure de tous les pays en dehors de l’OCDE.*

Ela deve exigir **a abolição da dívida externa de todos os países pobres**. O dinheiro que compensaria essa abolição poderia provir de um **imposto de 1% sobre as grandes fortunas** (a partir de um

milhão de dólares). A receita desse imposto seria suficiente para cobrir a dívida externa total de todos os países fora da OCDE. (Minha tradução)

Aqui, acrescentando notas à intenção dos redatores, transformei a atenuação (*relief*) em abolição (*cancellation*) e restaurei “*dette extérieure*” (dívida externa), curiosamente deslocado para “*dette étrangère*” (dívida estrangeira) (*foreign debt*) sem dúvida a partir do modelo de “*affaires étrangères*” / *foreign affairs* (Relações Exteriores).

A minha tradução do vídeo de Annie Leonard *The Story of Stuff*, agora provida de legendas em francês realizadas pela equipe ‘Storyofstuff’, pode ser classificada na categoria de iniciativas pessoais. Esperando essa tradução interna, a minha, difundida em sites francófonos, permitiu a diversos/as internautas compreender essa demonstração da absurdidade do modelo produtivista-consumista. As legendas do site oficial estão perfeitamente corretas, com exceção de duas ou três expressões, mas lhes falta o caráter idiomático da apresentação oral, o lado despretensioso que eu busquei trazer com expressões tais como “*Mais à quoi ils pensent d’aller utiliser des produits pareils?!*”, e por escolhas lexicais como a palavra “*bidules*” (coisas) para o inglês “*stuff*” (coisas), ou o verbo “*saccager*” (saquear) no lugar de “*détruire*” (destruir), cujos sons são mais concretamente sugestivos.

Outro caso em que eu posso comparar minha tradução àquela fornecida pela Associação responsável pelo texto é

o manifesto de *Spring Alliance* já mencionado acima. Na introdução, encontramos a noção, bastante problemática, de sociedade civil. Eis minha tradução da passagem em questão:

Le Manifeste de Spring Alliance est aussi soutenu par des organisations diverses, de tous les secteurs de la société civile et au-delà [?], dont des associations de commerce équitable, de lutte contre la pauvreté, pour la santé, des associations de consommateurs et des représentants de la communauté scientifique.

O manifesto de *Spring Alliance* é também mantido por organizações diversas, de todos os setores da sociedade civil e além [?], dentre as quais associações de comércio equitativo, de luta contra a pobreza, pela saúde, associações de consumidores e representantes da comunidade científica. (Minha tradução)

A tradução fornecida no site deles diz:

Le Manifeste de la Spring Alliance est également soutenu par des organisations issues de l'ensemble de la société civile et au-delà, dont notamment les mouvements issus du Commerce Équitable, les militants anti pauvreté et santé publique, les organisations de consommateurs et des représentants du monde de la recherche.

O Manifesto da *Spring Alliance* é igualmente mantido por organizações advindas do conjunto da sociedade civil e além, dentre as quais sobretudo os movimentos advindos do Comércio Equitativo, os militantes antipobreza e saúde pública, as organizações de consumidores e

representantes do mundo da pesquisa. (Minha tradução)

Como sublinhado pelo meu ponto de interrogação entre colchetes, pode-se perguntar o que se encontra “além” da sociedade civil, o que é ainda mais difícil de determinar, já que esta não é definida. O estatuto sintático das palavras “saúde pública” na tradução on-line é igualmente incerto. Mais adiante, um parágrafo sobre as causas da crise econômica carece de clareza na tradução oficial:

Nous sommes aujourd'hui confrontés à une crise économique mondiale, déclenchée par cette même politique de dérégulation, qui a, en outre, débouché sur des pratiques irresponsables en matière de prêt et d'emprunt ainsi que des organismes de régulation négligents.

Confrontamo-nos hoje com uma crise econômica mundial, desencadeada por essa mesma política de desregulamentação, que, além disso, resultou em práticas irresponsáveis em matéria de concessão e empréstimo assim como organismos de regulação negligentes. (Minha tradução)

Adivinha-se que os “organismos de regulação negligentes” não foram resultado das políticas de desregulamentação. Aliás, é surpreendente que essa tradução, sem dúvida profissional, não seja de melhor qualidade.

Os artigos que traduzi para a revista *Politique* se situam no limite inferior do que chamo de tradução mili-

tante. Trata-se de uma série de textos de aproximadamente 10.000 caracteres sobre o movimento altermundialista em diferentes países da Europa, muitas vezes moldados na forma do *prêt-à-penser*. Seu interesse reside em certas passagens que demandam um pouco de pesquisa. Assim, na frase seguinte, bem refinada, quem são os “*teamsters*” e os “*turtles*”? Doravante, um clique no Google basta para encontrar a resposta: a esquerda tradicional dos sindicatos (os “*teamsters*”) e os ecologistas, aqueles que na Austrália são chamados de *Greenies*, que tinham vindo a Seattle com centenas de fantasias de tartarugas do mar (“*turtles*”):

While it would be correct to argue that what exploded in the streets of the capital of Washington had been gaining momentum for at least five years before the teamsters and turtles finally marched hand in hand in November 1999, it is undeniable that it was the images of the demonstration against the World Trade Organization (WTO) that inspired many to get involved in the new movement of movements.

Embora seja correto argumentar que o que explodiu nas ruas da capital de Washington vinha ganhando força há pelo menos cinco anos antes que os sindicalistas e os ambientalistas finalmente marchassem de mãos dadas em novembro de 1999, é inegável que foram as imagens da manifestação contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) que inspiraram muitos a se envolverem no novo movimento dos movimentos.

Isso resultaria, em francês, em uma sintaxe um pouco mais simplificada:

Si en fait cette éruption de colère dans les rues de la capitale de l'état de Washington se préparait depuis au moins cinq ans avant que syndicalistes et écologistes ne se retrouvent côte à côte, il est indéniable que ce sont les images de cette manifestation contre l'Organisation mondiale du commerce qui en ont amené beaucoup par la suite à militer dans ce mouvement des mouvements.

Se de fato essa erupção de cólera nas ruas da capital do estado de Washington já se preparava há pelo menos cinco anos antes que sindicalistas e ecologistas se encontrassem lado a lado, é inegável que foram as imagens dessa manifestação contra a Organização mundial do comércio que levaram muitos na sequência a militar nesse movimento dos movimentos. (Minha tradução)

Contrária ao prazer do/a tradutor/a, e, aliás, sem dúvida também dos/as leitores/as, é a tradução das *saynètes* de Jean-Marie Harribey sobre a crise. Cada uma das cinco partes é intitulada a partir de um filme célebre e encena os responsáveis pelas decisões econômicas, exceto a última, que implica comentários mediáticos e de Mme France Attac. Eis os primeiros parágrafos:

Mme Christine Acran ouvre avec emphase l'émission:

- “Bonsoir et bienvenue dans “ Ce soir, on se bat sur la 3”, consacrée à la crise financière.

Avec nous, les meilleurs spécialistes de la finance pour nous aider à y voir clair. Car on ne comprend

rien à ce qui se passe à la Bourse, sur les marchés : faut-il acheter, faut-il vendre? Les traders sont-ils des fous ou bien des voleurs en col blanc? Peut-on avoir confiance encore dans les banques que notre argent manifestement intéresse? Mme Devine, vous êtes tous les jours dans les salles de marché, lisez-vous dans le marc de café? A quoi servent donc ces marchés financiers qui sont en crise tous les cinq ans? Les gens ont le droit de savoir. ”

Mme Devine pose son regard sur chacun, puis fixe la caméra et déclame :

- “Les marchés financiers sont à l’économie
Ce que mes deux poumons sont à ma propre vie.
Circulation du sang ou du capital libre,
Telle est la condition de l’entreprise libre.
Ressources allouées, risques en couverture,
Pari sur l’avenir, mais non pas l’aventure,
Les oeufs dans moult paniers, secret de l’efficience,
Qu’importe donc ensuite un peu de turbulence ! ”

Sra. Christine Acran abre com ênfase a emissão:

- “Boa noite e bem-vindos a “Ce soir, on se bat sur la 3”, dedicada à crise financeira.

Conosco, os melhores especialistas da finança para nos ajudar a ver as coisas claramente. Pois não entendemos nada do que está acontecendo na Bolsa de Valores, nos mercados: deve-se comprar, deve-se vender? Os *traders* são loucos ou ladrões de colarinho branco? Pode-se ter confiança ainda nos bancos, a quem nosso dinheiro abertamente interessa? Sra. Devine, você está todos os dias nos pregões, você lê borra de café? Para que servem então esses mercados financeiros que estão em crise a cada cinco anos? As pessoas têm o direito de saber.”

Sra. Devine olha para cada um, então fita a câmara e declama:

“Os mercados financeiros são para a economia
O que meus dois pulmões são para minha própria vida.

Circulação do sangue ou do capital livre,

Tal é a condição da empresa livre.

Recursos alocados, riscos de cobertura,

Aposte no futuro, mas não na aventura,

Os ovos em muitas cestas, segredo da eficiência,

Que importa então em seguida um pouco de turbulência!” (Minha tradução)

Mme Christine Acran opens the show with a measure of bombast:

Good evening ladies and gentlemen, and welcome to “Ce soir, on se bat sur la 3”, which is devoted tonight to the hot topic of the current financial crisis. With us, to help us understand this complex issue, we have the best specialists on financial matters. Indeed we common mortals are quite at sea when we hear news of the stockmarkets: are they bullish, are they bearish? Are traders sheer lunatics or white-collar thieves? Can we still trust banks that are obviously interested in our money? Mme Devine, you who are in trading rooms on a daily basis, can you read tea leaves? What is the point of those financial markets that go through crises every five years? People have a right to know. Mme Devine slowly looks at each participant, then gazes into the camera and says her piece:

Financial markets to life are essential

In the body economy as indeed is breathing.

Circulation of blood or else of capital,

Such is the condition for free entreprising.

Distributed resources, gambling on the future,
But hedged and covered against all adventure.
Eggs laid out efficiently in several baskets,
Who cares you tell me for turbulent markets!

Sra. Christine Acran abre o show com grandiloquência:

Boa noite, senhoras e senhores, e bem-vindos ao “Ce soir, on se bat sur la 3”, que hoje é dedicado ao tema polêmico da atual crise financeira. Conosco, para nos ajudar a entender essa questão complexa, temos os melhores especialistas em questões financeiras. De fato, nós, meros mortais, estamos à deriva quando ouvimos notícias das bolsas de valores: estão em alta, em baixa? Os *traders* são completamente lunáticos ou ladrões de colarinho branco? Ainda podemos confiar em bancos que obviamente estão interessados em nosso dinheiro? Mme. Devine, você que está diariamente em pregões, consegue predizer o futuro lendo folhas de chá? Qual é o sentido desses mercados financeiros que passam por crises a cada cinco anos? As pessoas têm o direito de saber. Sra. Devine olha lentamente para cada participante, então fixa o olhar na câmera e declama a peça:

O mercado financeiro para a vida é essencial
Assim como respirar para o corpo é vital
Circulação de sangue ou de capital,
Essa é a condição do mundo empresarial.
Recursos distribuídos, apostas no futuro,
Mas coberto e protegido contra toda aventura.
Ovos em muitas cestas, segredo da eficiência,
Quem se importa com você falando de turbulência! (Minha tradução)

É preciso manter o sentido do teatro, a encenação pelas palavras, assim como os versos simples e as fórmulas prontas, nas quais o/a espectador/a deve perceber o vazio e a artificialidade. Os nomes próprios não são traduzidos já que o contexto é um canal francês, portanto o espectador anglófono perderá, talvez, o jogo com Christine Ockrent/Christine Highstrung, ou Senhora Devine/Senhora Guesswork.

Há outras fórmulas a respeitar, dessa vez sem ironia, aquelas empregadas na correspondência e que diferem de uma língua à outra. Eis como exemplo uma breve resposta a um editor:

Je suis désolé de vous répondre si tard, mais l'adresse utilisée était hors d'usage depuis longtemps. J'ai retrouvé votre message presque par hasard. En fait *Global War on Liberty* a été édité en 2007 par TELOS Press. Je joins le lien de présentation. Je prépare actuellement un nouveau livre, plus petit "L'Union européenne sous souveraineté étasunienne". Je vous enverrais le manuscrit dès qu'il sera terminé et traduit. Bien cordialement,

Sinto muito por responder tão tarde, mas o endereço utilizado estava fora de uso há muito tempo. Eu encontrei sua mensagem quase por acaso. Na verdade, *Global War on Liberty* foi editado em 2007 pela TELOS Press. Segue em anexo o link da apresentação. Atualmente, estou preparando um novo livro, menor, "*L'Union européenne sous souveraineté étasunienne*". Enviarei o manuscrito

assim que ele estiver terminado e traduzido.
Atenciosamente, (Minha tradução)

Please excuse the delay in replying: the address you used had long been disconnected, and I found your message almost by chance. Actually Global War on Liberty was published by Telos Press in 2007. You'll find the link to their presentation below. I am currently working on a shorter book on the EU under US sovereignty. I will send you the ms as soon as it is translated. Best regards,

Desculpe-me pela demora na resposta: o endereço que você usou há muito tempo foi desconectado e eu encontrei sua mensagem quase por acaso. Na verdade, a *Global War on Liberty* foi publicada pela Telos Press em 2007. Você encontrará o link para a apresentação abaixo. Atualmente, estou trabalhando em um livro mais curto sobre a UE sob a soberania dos EUA. Enviarei o manuscrito assim que for traduzido. Cordialmente, (Minha tradução)

O amigo que me pediu esse serviço, aliás, se vira muito bem em inglês, mas ele esperava de mim, além das transformações recomendadas pelos manuais de estilística comparada (mudança de perspectiva, utilização da voz passiva, atenção aos falsos cognatos, fórmulas de cortesia...), que eu entendesse, por exemplo, que o link de apresentação não foi enviado em anexo (*attached*), mas retomado mais abaixo na mensagem, e que eu adaptasse em função.

Se concebo o papel do/a tradutor/a como o/a de um/a passante, é como o de um/a passante esclarecido/a, portanto, na ocasião, de um/a passante intervencionista. Se frases do texto-fonte são confusas, ou até mesmo ambíguas, cabe ao/a tradutor/a apresentar uma versão mais clara. Nós já tivemos alguns exemplos. Eis um parágrafo sobre a auditoria da dívida no Equador em que três palavras podem ser mal compreendidas:

*La réalisation de ces objectifs budgétaires fondamentaux dépendra en partie des résultats de l'audit et de la répudiation des dettes jugées illégitimes. Il s'agit donc de déterminer rapidement les dettes que l'on peut mettre directement en cause pour passer à la phase de suspension des paiements. **Faute de cela,** le gouvernement équatorien a déjà été contraint en février de payer une somme considérable aux créanciers (près de 1 000 millions de dollars).*

A realização desses objetivos fiscais fundamentais dependerá em parte dos resultados da auditoria e do repúdio de dívidas julgadas ilegítimas. Trata-se, portanto, de determinar rapidamente as dívidas que podem ser contestadas para passar à fase de suspensão dos pagamentos. Caso contrário, o governo equatoriano já foi forçado em fevereiro a pagar uma quantia considerável aos credores (quase US \$ 1 bilhão). (Minha tradução)

Tradução inglesa:

Implementing these fundamental budget objectives will partly depend on the audit's results and the repudiation of illegitimate debts. It is thus essential to determine which debts can be challenged in order

*to subsequently cancel their payment. **Because this had not been done**, the Ecuador government already had to pay close to USD 1,000 million to creditors back in February.*

A implementação desses objetivos orçamentários fundamentais dependerá em parte dos resultados da auditoria e do repúdio a dívidas ilegítimas. Portanto, é essencial determinar quais dívidas podem ser contestadas para cancelar posteriormente seu pagamento. **Como isso não havia sido feito**, o governo do Equador já teve que pagar cerca de US\$ 1 bilhão aos credores em fevereiro. (Minha tradução)

Sobretudo nos textos a traduzir do inglês para o CADTM, é preciso frequentemente encontrar as citações originais inglesas, dadas no texto-fonte em tradução francesa. É útil dispor de um número de página ou, ainda melhor, de um site da internet. Muitas são facilmente encontradas por via de sites multilíngues como os das Nações Unidas, da OCDE, do Banco Mundial. Mas, às vezes, a referência dada induz ao erro. Assim, em um texto de junho de 2008 sobre a doutrina da dívida odiosa, a citação:

Ces conditions vont au-delà “...de la simple imposition d’un ensemble de mesures macroéconomiques au niveau interne. Elles [sont] l’expression d’un projet politique, d’une stratégie délibérée de transformation sociale à l’échelle mondiale, dont l’objectif principal est de faire de la planète un champ d’action où les sociétés transnationales pourront opérer en toute sécurité.

Bref, les programmes d'ajustement structurel (PAS) jouent un rôle de "courroie de transmission" pour faciliter le processus de mondialisation qui passe par la libéralisation, la déréglementation et la réduction du rôle de l'État dans le développement national".

Essas condições vão além "... da simples imposição de um conjunto de medidas macroeconômicas a nível interno. Elas [são] a expressão de um projeto político, de uma estratégia deliberada de transformação social em escala mundial, cujo objetivo principal é tornar o planeta um campo de ação onde as sociedades transnacionais poderão operar em plena segurança. Logo, os programas de ajuste estrutural (PAE) desempenham um papel de "correia de transmissão" para facilitar o processo de mundialização que passa pela liberalização, a desregulamentação e a redução do papel do Estado no desenvolvimento nacional". (Minha tradução)

Estava seguida pela referência em nota: UN – *Commission on Human Rights, Joint Report by Independent Expert Fantu Cheru and by the Special Rapporteur*, E/CN.4/2000/51, 14 de janeiro 2000. Contudo, verificou-se que a referência deveria ter sido E/CN.4/1999/50 e que o documento se intitula "*Report of the Independent Expert on the effects of structural adjustment policies on the full enjoyment of human rights*". Nós pudemos, então, retomar a tradução fornecida por esse site das Nações Unidas:

Structural adjustment goes beyond the simple imposition of a set of macroeconomic policies at

the domestic level. It represents a political project, a conscious strategy of social transformation at the global level, primarily to make the world safe for transnational corporations. In short, structural adjustment programmes (SAPs) serve as “a transmission belt” to facilitate the process of globalization, through liberalization, deregulation, and reducing the role of the State in national development.

O ajuste estrutural vai além da simples imposição de um conjunto de políticas macroeconômicas a nível doméstico. Representa um projeto político, uma estratégia consciente de transformação social em nível global, principalmente para tornar o mundo seguro para as empresas transnacionais. Em suma, os programas de ajuste estrutural (PAE) servem como “uma correia de transmissão” para facilitar o processo de globalização, através da liberalização, desregulamentação e redução do papel do Estado no desenvolvimento nacional. (Minha tradução)

Em um texto de novembro de 2008 sobre a dívida dos países em vias de desenvolvimento, a tradutora substituiu as citações em francês do Relatório Anual da BRI (*Banque des règlements internationaux*) pela versão oficial inglesa da BIS (*Bank for International Settlements*) publicada na internet, o que acarreta, evidentemente, a modificação dos números de página mencionados nas notas de rodapé.

Como diversas obras redigidas por membros do CADTM e, particularmente, de seu presidente Eric Tousseint foram publicadas em inglês, é útil dispor de uma

lista de títulos. Às vezes, a mesma obra é publicada por dois/duas editores/as diferentes, e pelo menos em um caso suas orientações se refletem no título escolhido. Assim, a obra publicada em 2006 pela CADTM/Syllepse, *Banque mondiale: un coup d'état permanent. L'agenda caché du consensus de Washington* foi, finalmente, publicada dois anos mais tarde pela Pluto Press sob o título higienizado *The World Bank. A Critical Primer*, embora tivesse sido publicado um ano antes pela associação indiana membro da rede do CADTM Vikas Adhyayan Kendra sob o título *The World Bank: a never-ending coup d'état. The hidden agenda of the Washington Consensus*. O interesse de uma publicação por um editor britânico conhecido é evidente para o impacto das teses desenvolvidas. Mas para isso foi preciso transigir quanto ao título. Essas decisões, certamente, constituem tema de debates, até mesmo pela escolha da tradução do adjetivo “permanente”:

I'm not sure about "permanent" in English: it seems to mean something more fixed, immovable, (like permafrost ...), rather than something going on continuously. I'm thinking about "ongoing" or "nonstop" or "endless"... How about The Never-ending Coup: the World Bank's Hidden Agenda (Vicki Briault, 27/11/2006)

(Et le même jour une demi heure plus tard)

Better still, The World Bank's hidden agenda, or the never-ending coup. Also thought of: Stop the World (Bank), I want to get off! Subtitle: The distress of the embattled poor countries.

Não tenho certeza sobre “permanente” em inglês: parece significar algo mais fixo, imóvel (como *permafrost...*), em vez de algo acontecendo continuamente. Estou pensando em “contínuo” ou “ininterrupto” ou “sem fim” ... Que tal *O golpe sem fim: a agenda oculta do Banco Mundial* (Vicki Briault, 27/11/2006)

(E no mesmo dia, meia hora mais tarde)

Melhor ainda, *A agenda oculta do Banco Mundial ou o golpe sem fim*. Também pensei em: *Pare o Banco Mundial, eu quero descer!* Subtítulo: *A angústia dos países pobres em apuros*. (Minha tradução)

Em março de 2007, Eric Toussaint nos apresenta a reação de Pluto Press:

Pluto voudrait changer le titre de l'édition en anglais. Voir ci-dessous.

Qu'en pensez-vous? Moi je ne comprends pas le nouveau titre...

> -----*Message d'origine*-----

> *Envoyé : lundi 26 mars 2007 17:09*

> *Our US agents the University of Michigan Press, strongly suggest that*

> *we alter the title to The World Bank: A Critical Reader or a Critical*

> *Primer. Do you object?*

Pluto gostaria de mudar o título da edição inglesa. Ver abaixo.

O que você acha? Eu não entendo o novo título...

> ----- Mensagem original -----

- > Enviado: segunda-feira, 26 de março de 2007 17:09
- > Nossos agentes americanos da University of Michigan Press sugerem fortemente que alteremos o título para *The World Bank: A Critical Reader or a Critical Primer*.
- > Você faz objeção? (Minha tradução)

Minha reação:

Je vois bien ce que cela peut avoir de dérangent en couverture, mais s'ils publient quand même le livre tel quel, pourquoi pas édulcorer le titre? Pas étonnant que tu ne comprennes pas, ça ne veut pas dire grand chose "Critical Primer", méthode d'apprentissage élémentaire.

Eu vejo bem como isso pode ser perturbador na capa, mas se mesmo assim eles publicarem o livro como está, por que não suavizar o título? Não me surpreende que você não entenda, não quer dizer muita coisa, "Critical Primer", método de aprendizagem elementar. (Minha tradução)

Ao que Judith Harris acrescenta :

Ce n'est pas étonnant si les agents U.S. ont des réticences! Mais s'ils ne cherchent pas à censurer le contenu du livre, il faudrait peut-être vivre avec... S'ils veulent changer le titre, je dirais que "A Critical Reader" est préférable à "A Critical Primer". Le mot Primer suggère un livre d'apprentissage, mais pour des débutants. Ce qui pourrait faire que le livre passe à côté d'un certain type de lecteur. Evidemment, après lecture du livre, on se rend compte de l'ironie du titre, mais ça serait un peu tard du point de vue commercial. Le mot "Reader" suggère que le lecteur a

déjà des connaissances préalables, mais qu'il cherche à les approfondir. Il y a aussi une connotation de "morceaux choisis", comme si le lecteur peut piocher dans le livre et trouver ce qui l'intéresse à un moment précis, plutôt que de suivre le texte de façon linéaire.

Não é de admirar que os agentes dos EUA estejam relutantes! Mas se eles não quiserem censurar o conteúdo do livro, talvez tenhamos que aguentar isso... Se eles quiserem mudar o título, eu diria que “*A Critical Reader*” é melhor que “*A Critical Primer*”. A palavra “*Primer*” sugere um livro de aprendizagem, mas para iniciantes. O que poderia fazer o livro passar despercebido por um certo tipo de leitor. Obviamente, depois de ler o livro, percebemos a ironia do título, mas seria um pouco tarde do ponto de vista comercial. A palavra “*Reader*” sugere que o leitor já possui conhecimento prévio, mas busca aprofundá-lo. Há também uma conotação de “peças escolhidas”, como se o leitor pudesse folhear o livro e encontrar o que lhe interessa em um determinado momento, em vez de seguir o texto de maneira linear. (Minha tradução)

E Eric Toussaint, duas horas mais tarde:

Judith, Vicki et Christine sont favorables à “The World Bank: Critical Reader”. Raghu se demande si “The World Bank on Trial” ne conviendrait pas mieux. A mon avis c’est ce genre de titre que les US agents de Pluto (the University of Michigan Press) ne veulent pas. Bref je vais répondre à Pluto que j’accepte: “The World Bank: A Critical Reader”.

Judith, Vicki e Christine são favoráveis a “*The World Bank: Critical Reader*”. Raghu se pergunta

se “*The World Bank on Trial*” não seria melhor. Na minha opinião, é esse tipo de título que os agentes norte-americanos de Pluto (da *University of Michigan Press*) não querem. Em resumo, responderei a Pluto que aceito: “*The World Bank: A Critical Reader*”. (Minha tradução)

A negociação é constante, e é bem útil quando se trata de revisar traduções, processo absolutamente indispensável, como recorda Vicki Briault em uma mensagem do dia primeiro de novembro de 2007:

Re translating, I do believe in re-reading as a principle, and I'm glad that you and Christine agree. I know Elizabeth does. We all know we can miss things and make mistakes of a greater or a lesser order, and mostly one can benefit from a stylistic suggestion here or there, too. Eric will pick up a Jguesso [instead of Nguesso] but it's no use expecting him to see the finer points (no offence meant: his mind is on a higher plane!).

Retraduzindo, acredito na releitura como um princípio e fico feliz que você e Christine concordem. Eu sei que Elizabeth concorda. Todos sabemos que podemos perder coisas e cometer erros de maior ou menor importância, e, principalmente, pode-se beneficiar de uma sugestão estilística aqui ou ali também. Eric pegará um Jguesso [em vez de Nguesso], mas não adianta esperar que ele veja os pontos mais delicados (sem querer ofender: sua mente está em um plano mais alto!). (Minha tradução)

Seja, imperativamente, para textos mais longos traduzidos por diversas pessoas ou para evitar divergências de um texto ao outro, a harmonização das formas utilizadas é essencial, por exemplo, para saber se em inglês convém ou não utilizar o artigo diante da sigla CADTM, se optamos pela grafia em *-ize* ou *-ise*, como indicamos as moedas (*USD 2 billion ou \$ 2billion ou US\$ 2 billion...*). A harmonização será ainda mais completa se todos tivermos optado pela utilização de um programa de memória de tradução. Na coerência da abordagem militante, deveria ser o programa livre OmegaT, cujas funções são certamente mais reduzidas que aquelas do caríssimo Trados, mas cuja filosofia de utilização é igualmente contrária à lógica comercial do Trados ou da Microsoft. O site pbwiki é uma outra ferramenta *copyleft* útil à harmonização e, em todo caso, a uma troca estruturada, que virá, sobretudo, auxiliar aquelas ou aqueles que se perdem nas trocas de e-mail. A tentativa mais bem-sucedida é também aquela em que o recurso a um site para a coordenação de um projeto de envergadura foi o mais necessário; tratava-se de traduzir a obra *60 questions 60 réponses sur la dette, La Banque mondiale et le FMI*, e o site (<http://translating60q.pbworks.com/>) permitia (1) visualizar onde estava o trabalho de tradução e de revisão (*Frontpage*); (2) tomar conhecimento das traduções efetuadas via documentos baixados (*Pages and files*), e (3) realizar um debate virtual (<http://translating60q.pbworks.com/General-discussion>).

Se nós pensarmos nos títulos, é importante encontrar expressões que “atraiam”. O que fazer se o título francês diz “*Union sacrée pour une sacrée arnaque*”? Por que não “*A holy union for a deuce of a swindle*”, em que o diabo vem segurar a mão da união de vigaristas? “*Le retour en force de l'idéologie néolibérale dans les années 1970*” torna-se “*The 1970s: the neoliberal ideology returned with vengeance*”; “*L'idéologie néolibérale a la peau dure*” torna-se “*The neoliberal ideology is a hard nut to crack*”.

O exemplo que segue ilustra a importância de convenções lexicais, assim como a vantagem de certos conhecimentos no domínio em questão (no caso, a teoria marxista). Um texto sobre Adam Smith propõe o seguinte parágrafo:

Selon Adam Smith: “Le travail d'un ouvrier de manufacture ajoute en général, à la valeur de la matière sur laquelle il travaille, la valeur de sa subsistance et du profit du maître”. Traduits en termes marxistes, cela signifie que l'ouvrier reproduit au cours de son travail la valeur d'une partie du capital constant (càd les moyens de production -la quantité de matières premières, d'énergie, la fraction de la valeur de l'équipement technique utilisé,...- qui rentrent dans la production d'une marchandise donnée) auquel s'ajoutent le capital variable correspondant à son salaire et le profit du patron, appelé par Karl Marx, la plus-value.

Segundo Adam Smith: “O trabalho de um operário de manufatura, acrescenta, em geral, ao valor da matéria sobre a qual trabalha, o valor de sua

subsistência e o lucro do patrão”. Traduzido em termos marxistas, isso significa que o trabalhador reproduz no decorrer de seu trabalho o valor de uma parte do capital constante (isto é, os meios de produção – a quantidade de matérias-primas, de energia, a fração do valor do equipamento técnico utilizado, ... – que entram na produção de uma determinada mercadoria) à qual se acrescentam o capital variável correspondente ao seu salário e o lucro do patrão, chamado por Karl Marx, a mais-valia. (Minha tradução)

Uma primeira tradução inglesa apresentava o seguinte:

According to Adam Smith: “The labour of a manufacturer adds, generally, to the value of the materials which he works upon, that of his own maintenance, and of his master’s profit.” In Marxist terms, this means that workers reproduce part of the fixed capital through their work (the quantity of raw materials, energy, percentage of the value of the technical machinery, and so on that are accounted for in the manufacturing of a given commodity) to which must be added the variable capital corresponding to their wages (the fixed capital plus the variable capital constitute the constant capital), and the profit made by the boss, which Karl Marx called the surplus value.

Segundo Adam Smith: “O trabalho de um operário de manufatura acrescenta, geralmente, ao valor da matéria sobre a qual trabalha o valor de sua subsistência e o lucro do patrão”. Em termos marxistas, isso significa que os trabalhadores reproduzem parte do capital fixo através de seu trabalho (a quantidade de matérias-primas,

energia, porcentagem do valor do maquinário técnico e assim por diante, que são contabilizados na fabricação de uma determinada mercadoria) ao qual deve ser adicionado o capital variável correspondente a seus salários (o capital fixo mais o capital variável constituem o capital constante) e o lucro obtido pelo patrão, o que Karl Marx chamou de mais-valia. (Minha tradução)

Ora, por um lado o trabalho, oposto ao capital, é “*labour*” e não “*work*”, e “*le patron*” nesse esboço de análise econômica não é o “*boss*” (aquele que dá ordens), mas aquele que obtém lucro (e que é cada vez menos o patrão), portanto “*capitalists*”; por outro lado, capital fixo se opõe a capital circulante e não tem nada a ver com a oposição capital constante/capital variável. Isso dará então:

According to Adam Smith: “The labour of a manufacturer adds, generally, to the value of the materials which he works upon, that of his own maintenance, and of his master’s profit.” In Marxist terms, this means that through their labour workers reproduce part of the constant capital (the quantity of raw materials, energy, percentage of the value of the technical machinery, and so on, that are accounted for in the manufacturing of a given commodity) to which must be added the variable capital corresponding to their wages and the profit made by capitalists, which Karl Marx called surplus value.

Segundo Adam Smith: “O trabalho de um operário de manufatura, acrescenta, geralmente, ao valor da matéria sobre a qual trabalha o valor de sua subsistência e o lucro do patrão”. Em termos

marxistas, isso significa que através de seu trabalho os trabalhadores reproduzem parte do capital constante (a quantidade de matérias-primas, energia, porcentagem do valor do maquinário técnico, entre outros, que são contabilizados na fabricação de uma determinada mercadoria) ao qual deve ser adicionado o capital variável correspondente a seus salários e o lucro obtido pelos capitalistas, o que Karl Marx chamou de mais-valia. (Minha tradução)

Os problemas com os quais o/a tradutor/a militante é confrontado/a não são diferentes daqueles que se colocam em outros domínios da tradução dita pragmática: conhecimento da disciplina, necessidade de revisões rigorosas e de coordenação entre agentes em um projeto de maior fôlego, recurso a ferramentas informáticas, verificação das fontes, intervenção a fim de retificar erros ou tornar o texto compreensível. O inconveniente maior para quem não tem nenhuma outra fonte de renda é que, na maior parte do tempo, a tradução dita pragmática não gera nada em termos financeiros. Sua inesgotável atração: a sensação de fazer um trabalho útil, de contribuir para a informação dos leitores. O embaixador da Turquia na Bélgica, Fuat Tanlay, aliás, não reconheceu que a ação não era nada sem informação?

REFERÊNCIAS

GOUADEC, Daniel. *Translation as a Profession*. Amsterdam: Benjamins, 2007.

GUIDERE, Mathieu (dir.). *Traduction et Veille stratégique*

multilingue. Editions Le Manuscrit, 2008.

HERMANS, Theo. *The Conference of Tongues*. Manchester: St Jerome, 2007.

LADMIRAL, Jean-René. *Traduire : théorèmes pour la traduction*. Paris : Payot, 1979.

_____. *Revue d'esthétique*, numéro sur la traduction, N° 12, 1986. Présentation 5-8.

_____. 'La traduction : philosophie d'une pratique', in *Les gens du passage*, dir. Christine

PAGNOULLE. Université de Liège, 1992 (L3 - Liège Language and Literature), pp. 120-136.

_____. 'Sourciers et ciblistes revisités', in *Au-delà de la lettre et de l'esprit : pour une redéfinition des concepts de source et de cible*, dir. Nadia D'Amelio, Université de Mons : CIPA, 2008, pp. 7-25.

LAVAUULT-OLLEON, Elisabeth (ed.), *Traduction spécialisée : pratiques, théories, Formations*. Berna: Peter Lang, 2007.

MUNDAY, Jeremy. *The Routledge Companion to Translation Studies*. Londres: Routledge, 2009.

PYM, Anthony. *Pour une éthique du traducteur*. Artois : Presses Univ./ Presses de l'Univ. d'Ottawa, 1997.

VENUTI, Lawrence. *The Scandals of Translation. Towards an Ethic of Difference*. Londres: Routledge, 1998.

COMUNICAÇÃO TRANSCULTURAL COMO ESPELHO DA CIVILIZAÇÃO (TRADUÇÕES ALEMÃS DE LITERATURA RUSSA COMO CASO EM QUESTÃO)

HEIDEMARIE SALEVSKY

TRADUÇÃO MYRIAM ÁVILA

1. QUEM QUER DIZER O QUE, AO FALAR DE "CIVILIZAÇÃO" E "CULTURA"?

A comunicação transcultural é tanto um ato de experiência da alteridade como uma representação do outro nele mesmo. As diferentes maneiras pelas quais isso acontece podem ser vistas não apenas em traduções do mesmo original para civilizações/culturas diferentes, mas também em diferentes traduções para a mesma civilização/cultura em diferentes épocas. O tradutor alemão do livro *The Clash of Civilizations*, de Samuel P. Huntington, Holger Fliessbach, escreve no prefácio à edição alemã (Huntington, 1998) que achava impossível traduzir a palavra "cultura" como "Zivilisation" e "civilização" como "Kultur" o tempo todo e que, em casos específicos,

"CROSS-CULTURAL COMMUNICATION AS A MIRROR OF CIVILIZATION (GERMAN TRANSLATIONS OF RUSSIAN LITERATURE AS A CASE IN POINT)". *Journal of Siberian Federal University. HUMANITIES & SOCIAL SCIENCES* 12, 2012.

“cultura” tinha de ser “Kultur” em alemão (Huntington, 1998). Neste texto, usarei “cultura”.

Quando falamos de Oriente e Ocidente (e isto se aplica também a Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental), geralmente temos em mente “o outro”, aquilo que constitui a “outridade”. A compreensão é uma função da profundidade da percepção subjetiva (racional e emocional) de um texto de um mundo diferente. Como Friedrich Daniel Schleiermacher observa, a compreensão é algo que nunca se resolve definitivamente e que, de certa forma, está submetido a um ciclo recorrente. Ele sublinha a necessidade de “projetar-se” no mundo de pensamento do autor. O que é peculiar deve ser percebido e adivinhado em alguma medida (Schleiermacher, 1988). A questão pertence a uma comunidade de valores compartilhados, à imagem e contra-imagem do que é considerado “civilizado” ou “cultural”. As ideias que as pessoas têm são frequentemente eivadas de clichês e estereótipos (Wolff, 1994), a alteridade sendo vista muitas vezes como “descaso por uma norma de comportamento civilizado” (Stanzel, 1986). Como Rorty aponta, a alteridade constituinte funciona bem sempre que os outros são vistos como povos menos civilizados (Rorty, 2000). No caso da Rússia, por exemplo, a ideia de comunidade (o princípio da *sobornost* como ideal religioso-ortodoxo) está em nítido contraste com o individualismo ocidental (Salevsky, 2010). Wolff e Yanov perguntam com razão

quem se poderia arrogar o direito de definir os termos sob os quais um país se enquadra como “civilizado” (Wolff e Yanov, 2003; Gramshammer-Hohl, Kaser e Pichler, 2003). Poder-se-ia pensar que a noção de outro se torna obsoleta à medida que as culturas tendem a se misturar no contexto da globalização. Mas representações calcificadas não cedem facilmente. A divisão da Alemanha trouxe à baila um tipo novo, específico, de Oriente (Klein, 2009). Desse modo, documentos literários de uma era passada podem ser interpretados e traduzidos de forma muito diferente na Alemanha. As atitudes básicas diferentes provêm daquilo que as pessoas leram, ouviram e viram (no cinema e na TV) durante décadas. A cultura deve ser vista como um sistema dinâmico de valores e ações que controlam nossa percepção. No processo da tradução, isso se reflete claramente no que é traduzido, quando, por quem, como e para que propósito (Kade, 1968 e 1980).

2. ATÉ QUE PONTO AS TRADUÇÕES REFLETEM A CULTURA EM UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA?

Os resultados de pesquisas, publicados no livro *Tradução como interação sistêmica. Uma nova perspectiva e uma nova metodologia* (Salevsky e Müller, 2011), revelam que traduzir é um procedimento para a mediação da comunicação transcultural entre espaços socioculturais diferentes que é relacionado a tempo, campo e situação. Os/As autores/as procuram mostrar como as interações e interdependências das diferentes variáveis das condições

contextuais externas e dos subsistemas internos (tendo o performer como fator central) influenciam o grau de resposta às demandas da tarefa e o efeito causado pelo texto-alvo (Salevsky e Müller, 2011). A conclusão é que a estrutura do mundo real (de todo o processo) por trás dos textos e a maneira como os agentes estão imersos nela é que devem ser analisadas. Se a comunicação transcultural e os processos de tradução são vistos como sistemas e a cultura como subsistema, podemos, seguindo a trilha de Posner (Posner, 1992), subdividir a cultura em esferas, todas correspondendo a segmentos específicos da realidade e apresentando quatro aspectos:

- aspecto extracultural (totalmente desconhecido dos membros da sociedade em questão);
- aspecto não-cultural (conhecido dos membros da sociedade em questão, mas percebido como antitético a sua própria cultura);
- aspecto culturalmente periférico (reconhecido pelos membros da sociedade em questão como parte de sua cultura, mas não visto como central), e
- aspecto culturalmente central (reconhecido pelos membros da sociedade em questão como parte de sua cultura e visto como essencial para sua identidade) (Posner, 1992, p. 36).

Essas esferas e as linhas de demarcação entre elas podem se deslocar – de tempo a tempo, de cultura a cultura, de uma comunidade comunicativa a outra e de um indiví-

duo a outro – para aspectos de categorização e prestígio num período dado. A relação entre cultura e não-cultura (ou aspectos extraculturais) é correspondentemente incerta. Em outras palavras: os aspectos “não-culturais” e “culturalmente centrais” são entidades dinâmicas. Isso se torna aparente quando uma sociedade perde acesso a segmentos da realidade anteriormente conhecidos. Os códigos usados para aquele fim também caem em desuso. O ganho e a perda de realidade estão ligados à introdução e obsolescência de códigos linguísticos (Posner, 1992). Tais diferenças são frequentemente relacionadas à experiência histórica e aos “shifts” pelos quais nossa própria cultura passou devido a seus contatos com culturas estrangeiras, especialmente se as categorias, noções e padrões de pensamento não-ocidentais estiverem envolvidos.

Foi o sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) que se referiu ao termo *habitus* como um conjunto de disposições que geram certas ações e reações. Essas disposições – o conjunto de esquemas de percepção, pensamento, fala e comportamento adquiridos durante o processo de socialização primária e confirmadas ou modificadas ao longo da socialização ulterior – funcionam como um princípio estruturante (Bourdieu, 1990), um sistema de padrões internalizados (Bourdieu, 1991). Adotando a terminologia freudiana, Bourdieu descreve o *habitus* também como o “culturalmente inconsciente” (Bourdieu, 1991). Dessa maneira, o *habitus* se torna uma espécie de

interface entre o mundo (subjetivo) exterior e o interior, entre as condições externas e os fatores internos (Salevsky e Müller, 2011). Para a comunicação e a tradução transculturais, a seguinte ideia de Bourdieu é de importância capital:

O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de modelos para a produção de práticas e um sistema de modelos para a percepção e apreciação de práticas. E em ambos os casos, suas operações expressam a posição social na qual ele foi construído. Conseqüentemente, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas são percebidas imediatamente como tais apenas no caso de agentes que possuem o código, os modelos classificatórios necessários para compreender seu significado social. Assim, o *habitus* implica uma ‘noção do seu próprio lugar’ mas também uma ‘noção do lugar do outro’. (Bourdieu, 1990, p. 131)

Isto concerne também às Alemanhas Oriental e Ocidental. Klein fala de uma “névoa comunicativa” em que os alemães ocidentais se encontravam ao conversar com os alemães orientais após a reunificação da Alemanha (Klein, 2009). E isso é ainda mais verdadeiro quando se trata de duas culturas em sociedades diferentes e em mutação. Tal fato será ilustrado por três traduções alemãs do romance *Vse tečët*, do escritor ucraniano Vasilij Grossman (1905-1964).

3. O REFLEXO DA CULTURA EM UMA SOCIEDADE EM MUTAÇÃO EM TRÊS TRADUÇÕES ALEMÃS DO *Vse tečet* (IN 1972, 1990 AND 2010) COMO CASO EM QUESTÃO

Tudo flui (*Vse tečet*) é, de certo modo, uma continuação da experiência da história russa analisada pelo autor em seu romance *Vida e destino*, unindo a memória traumática com a esperança de um futuro de liberdade e diálogo humano. Ele indaga:

Existe um bem comum – o mesmo para todas as pessoas, todas as tribos, todas as condições de vida? Ou o meu bem é o seu mal? O que é bom para o meu povo pode ser ruim para o seu? Será o bem eterno e constante? Ou o bom de hoje pode ser o crime de amanhã, o mal de hoje o bem de amanhã? [...]

Terão as pessoas avançado ao longo dos milênios em seu conceito de bom? Será esse conceito algo comum a todos os povos [...], a todas as classes, nações e estados? Ou ainda a todos os animais, árvores e musgos [...] [...]

O bem dos primeiros cristãos, que abrangia toda a humanidade, acabou por ceder a um bem puramente cristão; o bem dos muçulmanos [“e o bem dos judeus” do original foi omitido pelo tradutor americano – H.S.] tornou-se agora uma coisa distinta.

Séculos se passaram e o bem da cristandade se dividiu entre os bens distintos do catolicismo, do protestantismo e do ortodoxo. E o bem do

ortodoxo produziu os bens distintos das crenças antigas e modernas.

Ao mesmo tempo, havia o bem do rico e o bem do pobre. E os bens dos brancos, dos negros e dos amarelos... Mais e mais bens foram surgindo, correspondentes a cada seita, raça e classe. Todos os que se encontrassem fora de um círculo mágico específico estariam excluídos.

As pessoas começaram a perceber quanto sangue tinha sido vertido em nome de um bem mesquinho e duvidoso, em nome da luta desse bem mesquinho contra o que se considerava o mal. Algumas vezes o próprio conceito de bem se tornava um flagelo, um mal maior do que o próprio mal. (Grossman, 1985/2006)

O romance *Tudo flui* foi a primeira tentativa na literatura soviética de acertar as contas com a experiência angustiante do regime stalinista. O título, derivado de Heráclito (c.500 A.C.) e sua ideia básica de *panta rei* (Heráclito, Fragmento 91), pretende simbolizar que todas as coisas estão perpetuamente em fluxo. A partir de Heráclito, Grossman procura demonstrar que a única maneira de saber é ir além do que está aparente para os sentidos, abandonar as meras “opiniões” e desvelar a verdade (Heráclito, Fragmento 56).

O romance de Grossman foi inicialmente distribuído como uma publicação *samizdat*¹ antes de ser lançado pelos editores Posev em Frankfurt am Main em 1970,

1 clandestina. [N. T.]

sendo subsequentemente traduzido para o inglês, francês, italiano, sérvio, espanhol e sueco. Essa edição também forneceu a base para a primeira tradução alemã, igualmente publicada pela editora Posev (em 1972). A segunda tradução alemã foi publicada em 1990 (Grossman, 1990) por Volk und Welt, anteriormente uma editora da Alemanha Oriental. Ela foi baseada na primeira versão publicada na União Soviética no periódico *Oktjabr'* (n.6) em 1989 – um segundo original, 25 anos após a morte de Grossman (Grossman, 1989). A terceira tradução alemã foi publicada por Ullstein em 2010, 20 anos após a reunificação da Alemanha (Grossman, 2010).

Cada uma das três traduções alemãs teve de levar em conta um contexto diferente, com diferentes pré-requisitos para a compreensão. Os exemplos seguintes, tirados das três traduções alemãs, pretendem ilustrar como cada uma dessas traduções é um espelho da cultura em uma sociedade em mutação, num momento específico do tempo.

Mas permitam-me primeiro dizer algumas palavras sobre a trama:

Se fosse necessário escolher uma única personagem, uma pessoa emblemática, para nos contar sobre o século XX, teria de ser uma personagem como o Ivan de *Tudo flui*, de Grossman. Uma figura sem nome, sentada em um trem, um velho silencioso entre viajantes que discutem

política, retornando a sua casa após passar 29 anos no Gulag.

Quando chega em casa, o fato de que ele se depara com vários túmulos não é o pior.

Mais deprimente ainda é o fato de que sua volta leva seus antigos amigos a exibir um impulso hipócrita de justificar seu comportamento. Mais de uma vez, eles haviam comprado sua vida e liberdade por meio da traição àqueles que agora – durante a *détente* que se seguira à morte de Stalin – retornavam dos campos de trabalhos forçados. Ivan percebe que eles são tudo menos livres, tanto em suas ações como em seus pensamentos. Agora, parecem esperar que Ivan lhes conceda algum tipo de absolvição:

“Vanya, Vanyechka”, exclamou seu primo, “parece loucura, delírio, mas eu te invejo. Te invejo porque nos teus terríveis campos não tinhas de assinar cartas ignóbeis nem votar pela morte de homens inocentes, nem fazer discursos infames”. (Grossman, 1972b).

Ivan encontra Anna, uma mulher que tinha, ela própria, passado por muitas provações. Ela sente amor por ele e compreende seu tormento interior. Mas Anna desenvolve um câncer. Enquanto ela luta contra a morte, Ivan procura desesperadamente pelas causas na história de seu povo que custaram milhões de vidas humanas.

Mas isso era, no entanto, considerado repreensível durante uma época em que apenas comentários oficiais

favoráveis sobre a vida na União Soviética eram permitidos, tanto na União Soviética como na Alemanha Oriental. É o interesse pela verdade ou pela ausência dela que caracteriza tanto os indivíduos como o Estado.

As três traduções alemãs dessa história são intimamente ligadas às comunidades comunicativas das Alemanhas Oriental e Ocidental tal como existiam na época da publicação. Nikolaj Artemoff, que fez a primeira tradução alemã (ocidental), lançada em 1972, tinha claramente leitores alemães ocidentais em mente. Sua preocupação primária era tornar claros os eventos e personalidades históricos retratados no texto original, além do cotidiano soviético. Precede a tradução uma lista das personagens com seus diminutivos russos e o anexo traz uma lista de 75 nomes com detalhes biográficos das figuras históricas que aparecem no livro. Há também 53 notas explicativas no correr do texto. O tradutor quis tornar explícitas informações que os/as leitores/as soviéticos/as compreenderiam implicitamente e que eram conhecidas ou acessíveis, em grande parte, para os/as leitores/as da antiga RDA, um Estado com uma cultura diferente, mas sob o mesmo sistema social (a respeito, cf. também Salevsky, 1998).

Renate Landa, que fez a segunda tradução alemã (oriental), tinha em mente, sem dúvida, os/as leitores/as alemães orientais, os/as quais tinham mais facilidade para seguir a trama devido a paralelos com seu próprio sistema social então vigente e devido a um conhecimento mais amplo da

história e da cultura russas, em consequência dos contatos então muito próximos entre as duas culturas. O tradutor necessitava apenas de cerca de metade das anotações e explicações. Cinquenta por cento das anotações encontradas na tradução alemã-ocidental foram omitidas por não serem consideradas relevantes para a compreensão do texto. A outra metade dizia respeito a circunstâncias e personagens com as quais os então cidadãos da RDA estavam familiarizados até certo ponto, seja através de manuais escolares ou da leitura ampla de literatura russa, do cinema e dos meios de comunicação. Exemplos disso são Budjonny e sua cavalaria, os líderes das Forças Brancas na Guerra Civil (Denikin and Kolchak), os nomes da esposa de Lenin (Nadezhda Konstantinovna Krupskaja) e do erudito Michail Lomonosov, homenageado no nome da mais antiga universidade de Moscou (fundada em 1755), presentes nos livros-texto do ensino obrigatório da língua russa.

A tradutora Annelore Nitschke, que fez a terceira tradução alemã (2010), teve de levar em conta o repertório dos leitores alemães de hoje, comparável com o dos leitores da primeira tradução alemã (1972). Até mesmo o apêndice da tradução de 2010 exhibe a mesma lista de nomes com os mesmos detalhes biográficos das figuras históricas mencionadas no livro que constavam da tradução de 1972.

Se aplicarmos os quatro aspectos culturais de que falamos acima, ficará imediatamente claro que a maioria das diferenças, e as mais pronunciadas, entre as três traduções alemãs são atribuíveis ao fato de que aquilo que os/as leitores/as alemães-ocidentais consideravam extracultural em 1972 ainda era percebido como culturalmente central pelos alemães-orientais em 1990 e que, 20 anos depois da reunificação alemã, o que era considerado culturalmente central pelos alemães orientais em 1990 tinha revertido para o status extracultural aos olhos da maioria dos alemães (excluindo aqueles que tinham passado a maior parte da vida na RDA). Nesse sentido, a tradução de 2010 lembra a de 1972.

Aqui estão alguns exemplos para corroborar essa afirmação:

*A tradução da palavra russa **pionervožataja** (Grossman, 1970, p. 61; 1989, p. 53)*

Os Pioneiros, organização comunista infantil, foram fundados na Rússia Soviética em 1922. Eles forneceram o modelo para a organização Pioneiros criada na Alemanha Oriental (então zona de ocupação russa) em 1948, com o mesmo propósito e ritual. Em ambos os países, faculdades de educação ofereciam cursos de treinamento para *Pionierleiter/leiterin* (esta é a palavra usada em Grossman, 1990, p.61). A palavra *Pionierführerin*, usada na tradução alemã ocidental (Grossman, 1972a, p.157), foi evitada na Alemanha Oriental porque *Führer* era associado à

Alemanha nazista (a Juventude Hitlerista era dirigida por um *Reichsjugendführer*). Lamentavelmente, essa palavra reaparece na tradução de 2010 (Grossman, 2010).

A tradução americana é clara: *the Young Pioneer group leader* (Grossman, 1972b).

*A tradução da palavra russa **subbotnik*** (Grossman, 1970, p. 159; 1989, p. 90)

Subbotnik (derived from Russ. *subbota*, Saturday) (Grossman, 1970, p. 159; 1989, p. 90) denotava o trabalho voluntário não remunerado executado aos sábados, uma prática corrente na Rússia desde 1919. A palavra russa tinha se incorporado na vida e no vocabulário da antiga RDA (Grossman, 1990, p.157). Existe um verbete no *Duden* (vol. 7., 1995, p. 3309), com a observação “antiga RDA”. *Subbotnik* foi traduzido como *Samstagsarbeit* (trabalho aos sábados) na tradução de 1972 (Grossman, 1972a, p. 187), palavra que não exprime nem o caráter voluntário nem o não remunerado desse trabalho. A tradução de 2010 opta por *gesellschaftliche Arbeit an Samstagen* (trabalho comunitário aos sábados), que chega mais perto, mas não consegue explicar que todo um movimento estava envolvido aí.

A tradução americana mantém a palavra russa *subbotnik* (Grossman, 1972b, p. 191). Mas saberão os americanos o que significa *subbotnik*?

*A tradução da palavra russa **instruktaž*** (Grossman, 1970, p. 122; 1989, p. 77)

O original diz: “I kogda instruktaž byl...”. A tradução alemã de 1972 é ambivalente (Grossman, 1972a, p. 146): *Und wenn Instruktion war...* (quando eram dadas instruções).

O tradutor alemão oriental escolheu a palavra *Anleitung* (instrução), comumente usada na RDA nesse contexto (Grossman, 1990, p. 122-123). *Anleitungen* eram comuns tanto na antiga URSS como na RDA. A terceira tradução alemã, de 2010, retorna à palavra *Instruktion*, assim empregada: *Wenn Instruktion gegeben wurde...* (Grossman, 2010, p. 134). Embora *Instruktion* signifique *instrução, orientação ou diretiva* (Duden, Bd. 4, 1994, p. 1716), a palavra não era usada nesse contexto.

A tradução americana diz: *And when commands came...* (Grossman, 1972b, p. 149). Apesar de “commands” não apresentar o tipo exato de sobretom totalitário, sugiro que “whenever commands came” transmitiria melhor as implicações.

A lista de exemplos seria longa.

Esta análise nos lembra que a comunicação transcultural é um espelho da cultura de uma certa sociedade em um momento específico do tempo, que a tradução é uma arte temporal, a qual, como coloca Sandra Bermann, “pode contribuir para a própria agência da história e para a ‘conversa’ em curso que lhe dá significado e futuro” (Bermann, 2005, p. 272).

CONCLUSÃO

A comunicação transcultural abre espaços e torna possível experimentar limites que devem ser explorados – limites de latitude e também limites individuais, limites do que pode ser mediado e como. Desse modo, a tradução possui aspectos socioculturais, linguísticos e históricos, assim como limites indelimitáveis.

Todo e qualquer domínio da vida, incluindo a literatura e a tradução, está ligado a qualquer outro e nada do que se passa no nosso mundo jamais foi isolado e isento de influência externa. A realidade é muito mais complexa e dinâmica do que os modelos elaborados até agora. As representações podem ser totalmente diferentes, mas o que todas elas têm em comum é serem conectadas a instituições, códigos, convenções e normas: em suma, uma rede de interesses relacionados a uma certa situação de poder em uma certa sociedade. Estudar a comunicação transcultural, a literatura e a tradução juntas, em suas interrelações e com todas as suas interdependências tornará óbvio de que maneira os produtos da cultura são criados e operados pela sociedade e como eles refletem o *habitus* dos agentes de uma determinada época (Salevsky e Müller, 2011).

Concluindo, gostaria de citar André Lefevere:

A tradução pode nos dizer muita coisa sobre o poder das imagens e as maneiras como as imagens são criadas, sobre os modos pelos quais

a autoridade manipula imagens e emprega especialistas para sancionar aquela manipulação e justificar a confiança de um público – o que mostra que o estudo da tradução pode nos ensinar algumas coisas não apenas sobre o mundo da literatura, mas também sobre o mundo em que vivemos. (Lefevere, 1990/1995, p. 27)

REFERÊNCIAS

- ARISTOTELES, ROLFES, E., trads. Bien, G., ed., *Nikomachische Ethik*. Hamburgo: Meiner, 1985.
- BENJAMIN, W. “Die Aufgabe des Übersetzers” (1923). In: Benjamin, Walter (1991): *Gesammelte Schriften*. Bd. IV/I: *Kleine Prosa, Baudelaire-Übertragungen: Charles Baudelaire, Tableaux parisiens / Rexroth, Tillman (Org.)*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1923/1991. pp. 9-21.
- BERMANN, S. *Translating History*. In: Bermann, Sandra; Wood, Michael (eds.): *Nation, Language, and the Ethics of Translation*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005. pp. 257-273.
- BOURDIEU, P. *Die männliche Herrschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2005.
- _____. *Zur Soziologie der symbolischen Formen*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp (Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 107), 1991.
- _____. *In Other Words: Essays Towards a Reflexive Sociology*. Oxford: Polity Press, 1990.
- CHANDLER, R. The Text and the Translation. *Grossman* 1985/2006, pp. XXX-XXXI, 2006.
- COWELL, F. R. *Culture in Private and Public Life*. Londres: Thames & Hudson, 1959.
- Duden. Das große Wörterbuch der deutschen Sprache in acht Bänden*. Vol. 4 (1994); Vol. 7 (1995). Mannheim; Leipzig;

Viena; Zurich: Dudenverlag.

ELIAS, N. *Über den Prozeß der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*. Vol. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Taschenbuch, 1976.

ELIOT, T. S. *Notes Toward the Definition of Culture*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co., 1949.

FREUD, S. *Abriß der Psychoanalyse. Das Unbehagen in der Kultur*. Frankfurt a. M.: Fischer Taschenbuch Verlag (= Psychologie Fischer), 1930/1993. pp. 63-132.

GEERTZ, C. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. Nova Iorque: Basic Books Gramshammer-Hohl, Dagmar, Kaser, K. and Pichler, R. (Hrsg.), 2003. *Wieser Enzyklopädie des Europäischen Ostens*. Bd. 11: Europa und die Grenzen im Kopf. Klagenfurt (u.a.): Wieser, 1973/2000.

GROSSMAN, W. *Alles fließt*. Mit einem Nachwort von Franziska Thun-Hohenstein. Berlin: Ullstein, 2010.

_____. *Žizn' i sud'ba*. Moscou: Slovo, 2008.

_____. *Life and Fate*. Nova Iorque: New York Review Books, 1985/2006.

_____. *Alles fließt. Erzählung*. Berlin: Volk und Welt, 1990.

_____. W., *Alles fließt...* Frankfurt a.M.: Posev. 1972a.

_____. *Forever Flowing*. New York; Evanston; San Francisco; London: Harper & Row, 1972b.

_____. *Vse tečat...* Frankfurt a. M.: Posev, 1970.

HERACLITUS. *Fragmente*. In Kranz, Walther (ed.): *Die Fragmente der Vorsokratiker. Griechisch und deutsch von Hermann Diels*. Berlin: Weidmann; 1956. Fragment 56 – p. 163; Fragment 91 – p. 171.

HUNTINGTON, S. *Kampf der Kulturen. The Clash of Civilizations. Die Neugestaltung der Weltpolitik im 21. Jahrhundert*. München. Viena: Europa, 1998.

KADE, O. *Die Sprachmittlung als gesellschaftliche Erscheinung*

und Gegenstand wissenschaftlicher Untersuchung. Leipzig: Enzyklopädie, 1980.

_____. *Zufall und Gesetzmäßigkeit in der Übersetzung.* Leipzig: Enzyklopädie, 1968.

KLEIN, O. G. 2009. *Ihr könnt uns einfach nicht verstehen. Warum Ost- und Westdeutsche aneinander vorbeireden.* Berlin: Pro BUSINESS, 1968.

KROEBER, A. L. e KLUCKHOHN, C. *Culture. A Critical Review of Concepts and Definitions.* Cambridge, Mass.: Harvard University, 1952.

LEFEVERE, A. *Translation: Its Genealogy in the West.* In Bassnett, Susan; *Translation, History and Culture.* Londres: Pinters (1990); Nova Iorque: Cassell (1995), 1990/1995 pp.14-28.

LOTMAN, J. M. et al. Theses on the Semiotic Study of Cultures (as Applied to Slavic Texts). *The Tell-Tale Sign: A Survey of Semiotics.* Lisse: Peter de Ridder Pr., 1975. pp. 57-84.

MOEBIUS, S. e QUADFLIEG, D. *Kultur. Theorien der Gegenwart.* Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2006.

POSNER, R. Was ist Kultur? Zur semiotischen Explikation anthropologischer Grundbegriffe. *Kultur-Evolution. Fallstudien und Synthese.* Frankfurt a. M.; Berlin; Berna; Nova Iorque; Paris; Viena: Lang, 1992. pp. 1-65.

RORTY, R. Menschenrechte, Vernunft und Empfindsamkeit. *Wahrheit und Fortschritt.*

Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2000. pp. 241-268.

SALEVSKY, H. *Die Vermittlung russischer Kultur in der Übersetzer- und Dolmetscherausbildung.* 2010. pp. 1-30.

_____. *Über die Sprache hinaus.* Heidelberg: TEXTconTEXT, 1998. pp. 237-244.

_____. e MÜLLER, I. *Translationswissenschaft. Ein Kompendium.* Frankfurt a. M.; Berlin; Bern; Bruxelles; New York; Oxford; Wien: Lang, 2002.

_____. e _____. 2011. *Translation as Systemic Interaction. A New Perspective and a New Methodology*. Berlin: Frank & Timme.

_____. e _____. I. eds., 2010. *Die russische Kultur und ihre Vermittlung*. Frankfurt a. M.; Berlin; Bern; Bruxelles; New York; Oxford; Wien: Lang.

SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Hermeneutik – Wahrheit und Verstehen. Darstellung und Texte*. Berlin: Akademie, 1988. pp. 253-317.

STANZEL, F. K. Das Nationalitätenschema in der Literatur und seine Entstehung zu Beginn der Neuzeit. In: Blaicher, Günther. ed. *Erstarrtes Denken. Studien zu Klischee, Stereotyp und Vorurteil in englischsprachiger Literatur*. Tübingen: Narr, 1986, pp. 84-97.

TYLOR, E. B. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom*. Vol 1. Londres: Murray, 1871.

_____. *Die Anfänge der Cultur: Untersuchungen über die Entwicklung der Mythologie, Philosophie, Religion, Kunst und Sitte*. Vol. 1. Unter Mitw. des Verf. Trad. al. de J. W. Spengel e Fr. Proske. Hildesheim; Zuriq; Nova Iorque: Olms, 1873/2005.

USPENSKIJ, B. e LOTMAN, J. Rol' dual'nych modelej v dinamike russkoj kul'tury (do konca XVIII veka). In: Uspenskij, Boris. *Izbrannye trudy*. Vol. 1: *Semiotika istorii. Semiotika kul'tury*. Moscou: Škola, Jazyki russkoj kul'tury“, 1996, pp. 338-350.

WIERLACHER, A. and Hudson-Wiedemann, U. 2000. Interkulturalität. Wierlacher, A. ed.: *Kulturthema Kommunikation. Konzepte, Inhalte, Funktionen. Festschrift und Leistungsbild des Instituts für Internationale Kommunikation und Auswärtige Kulturarbeit (IKK Bayreuth) aus Anlaß seines zehnjährigen Bestehens 1990-2000*. Möhnesee: Résidence, pp. 219-232.

WOLFE, L. *Inventing Eastern Europe. The map of civilization on the mind of the enlightenment.* Stanford: Stanford University Press, 1994.

_____. and Yanov, A. *Is Russia a European country?* http://www.eurozine.com/articles/article_2003-10-08-yanovwolff-de.html.

A SOCIOLOGIA DE BOURDIEU E A CONSTRUÇÃO DO "OBJETO" NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

MOIRA INGHILLERI

TRADUÇÃO MARLOVA ASEFF

Na década passada, a pesquisa em tradução e interpretação começou a lançar mão da teoria sociológica de Bourdieu. Esse interesse no trabalho de Bourdieu faz parte de uma mudança nos Estudos da Tradução, que se afastaram de uma preocupação preponderante com os produtos textuais traduzidos e foram em direção a uma visão de tradução e interpretação como atos sociais, culturais e políticos intrinsecamente conectados a relações de poder e controle locais e globais (Cronin, 2003). A crescente atenção dada a Bourdieu é um indicativo de uma mudança pragmática na disciplina em direção a abordagens mais sociológicas e antropológicas do estudo dos processos e dos produtos tradutórios. As percepções teóricas de Bourdieu trouxeram uma perspectiva distinta

"THE SOCIOLOGY OF BOURDIEU AND THE CONSTRUCTION OF THE 'OBJECT' IN TRANSLATION AND INTERPRETING STUDIES". *Translator*, 11:2, PP. 125-145, 2005.

em relação à crescente influência dos paradigmas de pesquisa culturalista e globalista nos Estudos da Tradução. Mais especificamente, a aplicação da sua teoria na pesquisa de tradução e interpretação também foi considerada como parte da reavaliação dos enfoques descritivos e dos polissistemas, oferecendo um conjunto de conceitos mais poderosos do que normas e convenções para descrever limitações socioculturais nos atos de tradução e nos produtos resultantes (Simeoni, 1998; Hermans, 1999; Gouanvic, 2002). A visão dele sobre as práticas sociais e culturais organizadas e sobre as estratégias de diferentes formas de capital foi usada de forma eficaz para amparar os enfoques oferecidos por perspectivas existentes e emergentes dentro da disciplina.

O trabalho de Bourdieu também ofereceu uma contribuição significativa às tentativas dos Estudos da Tradução de dar mais atenção a/os própria/os tradutor/a/es e intérpretes, para analisar criticamente o seu papel como agentes sociais e culturais que participam ativamente na produção e reprodução de práticas textuais e discursivas. Em particular, os conceitos de *habitus*, *campo*, *capital* e *illusio* deram uma contribuição valiosa e singular para a teorização da interação entre agência e estrutura – as atividades iniciais de indivíduos e as estruturas que os restringem e talvez os permitam – dentro da pesquisa em tradução e interpretação. A conceituação de Bourdieu dessa relação, que será mais bem explorada em seguida,

mostrou-se útil ao dirigir-se ao potencial reprodutor ou transformador dos atos de tradução e interpretação em contextos históricos e sócio-históricos particulares e o impacto específico de tradutores/as, intérpretes – e o complexo de redes em que operam – nas atividades de tradução e interpretação.

A percepção emergente da tradução e interpretação como práticas socialmente situadas e de suas funções na produção ou na reprodução da ordem local/global constituem o início de uma abordagem mais sociológica ou “social” da pesquisa e da prática da tradução e interpretação. Essa visão não somente fomentou um interesse maior no papel dos agentes e das instituições envolvidas na atividade de tradução e interpretação, mas também estimulou o foco na posição e no reconhecimento dado aos estudos da tradução e da interpretação nas disciplinas acadêmicas e nos departamentos. Mas enquanto há um reconhecimento de que a pesquisa em Estudos da Tradução experimentou uma “virada cultural”, distanciada das abordagens da linguística e da semiótica (Bassnett e Triverdi, 1999) e de suas inclinações às análises baseadas no texto, as abordagens sociológicas continuam em estágio de desenvolvimento. Parece que qualquer dessas abordagens envolverá certo grau de ecletismo em relação à teoria e, portanto, é importante considerar o seguinte: a) a relevância particular dos conceitos de Bourdieu no contexto desse desenvolvimento, e b) até que ponto a ontologia

e a epistemologia subjacentes de Bourdieu podem ser integradas (se não inteiramente acolhidas) dentro desse esforço. Nesta introdução, diversos aspectos-chave da teoria social de Bourdieu serão brevemente e criticamente explorados. Serão introduzidos os seus conceitos-chave e as suas relações com a dicotomia sujeito/objeto nas ciências sociais, e será considerado o significado particular dessa relação na pesquisa e na prática da pesquisa em tradução e interpretação. A questão do método na sociologia de Bourdieu será abordada especialmente com foco na sua visão sobre a reflexividade e a construção do “objeto” na pesquisa sociológica. Isso será discutido à luz do recente interesse nas tradições etnográficas nas pesquisas de tradução e de interpretação, em particular, mas não exclusivamente, dentro do paradigma pós-colonial. Serão oferecidas algumas ideias finais tendo em vista o futuro papel e o rumo de uma sociologia dos estudos da tradução e da interpretação.

1. AGÊNCIA E ESTRUTURA

Uma das principais contribuições de Bourdieu para as ciências sociais foi a de desafiar as dicotomias tradicionais, advindas da tradição filosófica ocidental, entre o sujeito e o objeto, racionalismo e empirismo, relativismo e universalismo. No cerne dessas dicotomias está a divisão entre o indivíduo e o mundo exterior. A visão racionalista era de que o conhecimento do mundo estava baseado no mundo interior subjetivo da mente, que era inato. Os

racionalistas acreditavam na possibilidade de um conhecimento objetivo, não contaminado pelo ponto de vista de qualquer outro observador e derivado apenas da razão. Para os empiristas, as bases do conhecimento deveriam ser encontradas nas intuições imediatas. A mente dos empíricos era uma observadora e coletora de fatos ou aparências; confiava na fé em suas próprias percepções de que o conhecimento adquirido representava a realidade existente. Segundo Kant, o relacionamento entre o ser e o mundo objetivo passou a ser percebido mais em termos de um choque entre duas epistemologias fundamentais para as quais alguma forma de síntese foi buscada. A elaboração dessa relação continuou a influenciar tentativas de filósofos modernos e de cientistas sociais de construir uma ontologia adequada das “estruturas gerais do ser humano” (Dreyfus e Rabinow, 1999: 86), para explorar a questão de como os indivíduos chegam a “conhecer” o mundo, se todos os humanos conhecem o mesmo mundo ou conhecem o mundo da mesma forma. Nas ciências sociais, a divisão foi mantida, por exemplo, nas epistemologias contrastantes das abordagens fenomenológicas e etnometodológicas, de um lado, e várias formas de estruturalismo, de outro.

A sociologia de Bourdieu prossegue com essas tradições filosóficas e sociológicas. O seu projeto sociológico envolve uma crítica radical da razão teórica, busca revelar os limites do conhecimento teórico e também ilustrar, por

meio de investigação empírica, a lacuna entre a lógica da teoria e a lógica da prática. Isso abrange a crítica às tentativas estruturalistas de desenvolver esquemas conceituais separados de objetos ou projetos analíticos concretos. Mas também inclui a sua rejeição a uma filosofia do sujeito que se afasta do mundo externo e se concentra exclusivamente no indivíduo consciente a quem o mundo é dado como imediatamente familiar e significativo. A teoria social de Bourdieu pode ser vista como uma tentativa de estender a ontologia ao campo social (Dreyfus e Rabinow, 1999) por meio de sua elaboração particular de uma “sociologia reflexiva” que insiste em um reconhecimento da interdependência entre teoria e método e a “autoanálise do sociólogo como produtor cultural, além de uma reflexão sobre as condições sócio-históricas de uma ciência da sociedade” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 36). O sociólogo não é apenas obrigado a fornecer um relato do significado de práticas sociais específicas em sociedades específicas em momentos históricos específicos, mas também a contribuir para a compreensão da condição humana. Uma das principais preocupações de Bourdieu é realizar um exame da vida social *como constituída nas práticas sociais*, não em ações individuais, processos de tomada de decisão ou expressões. Para Bourdieu, os indivíduos ‘agem’ de formas habituais e convencionalizadas, não através de um ato de conhecimento especial, baseando-se em um mundo de possíveis significados, mas no interior e por meio da prática social. Ele rejeita a ideia de atores sociais como

seres racionais conscientes e calculistas, embora permita a possibilidade de “escolha racional” sob circunstâncias específicas (ibid.: 131). Para Bourdieu, o social não é derivado da agregação de indivíduos. O social antecede o indivíduo, e o indivíduo é sempre visto através de sua adesão a alguma história coletiva (Bourdieu, 1977: 86). Essa relação está no centro do estruturalismo genético de Bourdieu:

A análise das estruturas objetivas – aquelas de diferentes campos – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais que são, em certa medida, o produto da incorporação de estruturas sociais; inseparável, também, da análise da gênese dessas estruturas sociais; o espaço social, e os grupos que o ocupam, são o produto de lutas históricas (nas quais os agentes participam de acordo com a sua posição no espaço social e com as estruturas mentais pelas quais apreendem esse espaço) (Bourdieu, 1990: 14).

O conceito de “espaço social”, em combinação com os conceitos de *habitus*, *campo*, *capital* e *illusio*, fornece a estrutura para o projeto intelectual de Bourdieu. Cada um desses conceitos será tratado abaixo. Eles são ainda mais explorados nos artigos neste volume a partir de uma gama de perspectivas críticas no que diz respeito à tradução específica e à interpretação de contextos de prática onde seu significado sociológico e teórico – seu uso como ferramentas conceituais – é demonstrado.

1.1. A construção do 'objeto' nos estudos de tradução e interpretação

Tomados em conjunto, os conceitos de *habitus*, *campo*, *capital* e *illusio* são propostos como um “método” pelo qual se desafia o dualismo entre sujeito e objeto que persiste nas ciências sociais. Vale a pena considerar então como esses conceitos podem ser concebidos para “funcionar empiricamente” dentro da pesquisa em tradução e interpretação e até que ponto isso depende de se adotar a postura ontológica e epistemológica de Bourdieu. Isso não quer dizer que uma sociologia da tradução ou da interpretação precise se envolver demais nos debates do campo da sociologia sobre posições teóricas, embora, naturalmente, possa contribuir para tais debates. No entanto, vale a pena contemplar quais seriam os objetivos de uma “sociologia” da tradução ou da interpretação – e de que forma esses podem ser distinguíveis das abordagens culturalistas, linguísticas ou semióticas. Isso pode contribuir para uma melhor compreensão de onde os/as pesquisadores/as e/ou praticantes sociologicamente situados/as podem estar em relação às práticas de tradução (ou de interpretação), uma questão que foi recentemente levantada em relação à tradução como um todo:

Onde se pode transformá-la [a tradução] em um objeto e circunscrever os seus limites? No fim, parece que há algo sobre a tradução em si que deve ter sido inquietante para as disciplinas das ciências sociais. Poderia estar relacionado ao fato de que a tradução – como as línguas em

geral – não é um objeto comum, certamente não um que seja fácil de ‘objetificar’? Onde podemos transformá-la em um objeto e circunscrever seus limites? (Simeoni, 2005: 13).

Simeoni formula uma questão importante – se a tradução não pode ser facilmente “objetificada”, como ela pode ser tomada dentro das ciências sociais como uma forma legítima de conhecimento? Podemos refazer essa pergunta para ter em conta como qualquer tentativa de objetificar a tradução pode ser enquadrada dentro da estrutura epistemológica de Bourdieu.

A abordagem de Bourdieu para a relação sujeito/objeto sugere que o ponto de partida para qualquer tentativa de objetificar a tradução ou a interpretação não deve ser o de tentar definir quaisquer “propriedades intrínsecas” da tradução ou aplicar, a priori, conceitos científicos como *campo* ou *habitus*, por exemplo. O verdadeiro ponto de partida é a investigação empírica das práticas sociais relevantes, sua localização dentro de *campos* particulares e as características *relacionais* do *capital* envolvidas nos atos de tradução ou de interpretação (ver Thoutenhoofd, neste volume), assim como na *atividade acadêmica* que ocorre em relação a tais atos e a sua relação com o campo de poder. Isso incluiria um relato dos conjuntos de disposições “tidos como certos” dos indivíduos e instituições envolvidas e do que parece “comprometer” os indivíduos ou instituições envolvidas com as práticas sociais espe-

cíficas sob investigação. Envolveria o reconhecimento das determinações sociais que motivam a pesquisa e/ou a prática, incluindo os pressupostos inerentes à postura ‘científica’ dos/as pesquisadores/as (tudo, desde os fatores que determinam o que conta como prática relevante até as decisões sobre métodos de campo), bem como as trajetórias sociais e biológicas de tradutores/as ou intérpretes (ver Fekry Hanna, neste volume). Em outras palavras, seria preciso “objetivizar o ponto-de-vista objetivizado” – é esta “visão a partir do campo” que, em última análise, criaria e determinaria o “objeto”.

2. ETNOGRAFIA, REFLEXIVIDADE, OBJETIVISMO

Na etnografia de Bourdieu sobre a Argélia, apresentada em *Esboço de uma teoria da prática* (1977), um de seus principais objetivos era desafiar a natureza dos relatos dos antropólogos da vida cultural através de sua falha em examinar a relação com o seu objeto de estudo. Ele sugeriu que isso “[os] condenou a ver toda a prática como espetáculo” (Bourdieu, 1977: 1). Os conceitos de *habitus* e *capital simbólico* que apareceram nessa obra desempenharam um papel central nessa crítica e continuam a influenciar a relação do pensamento de Bourdieu com a prática etnográfica. Como um espaço para a etnografia contemporânea tem sido considerado nos Estudos da Tradução, particularmente em abordagens preocupadas com a importância social, cultural e política da pesquisa (Sturge, 1997; Wolf, 2002; Tymoczko, 2003; Buzelin,

2005), vale considerar o que poderia constituir etnografia nesse contexto e como ela se relacionaria com a interpretação e a aplicação da prática etnográfica de Bourdieu dentro de sua sociologia reflexiva. No entanto, antes de discutir isso, um breve relato dos desenvolvimentos da etnografia desde a década de 1970 pode ser útil.

2.1. A textualização da cultura

Após uma tradição de longa data de trabalho de campo etnográfico como o *sine qua non* da antropologia, a partir dos anos 1960 a etnografia ficou sob escrutínio como resultado da decolonialização, dos movimentos feministas e de direitos civis, e também como consequência de críticas emergentes dentro das ciências sociais a narrativas estruturalistas e a outros relatos “totalizadores” de culturas (Clifford e Marcus, 1986: 1-26). Como método de pesquisa em ciências sociais, a etnografia (e a escrita etnográfica) tinha sido normalmente associada à antropologia social – desde os escritos de Malinowski sobre os nativos das Ilhas Trobriand e os estudos urbanos da Escola de Chicago, até nomes mais recentes como Clifford Geertz, Paul Rabinow, James Clifford e George Marcus. Sob o pretexto de um “objetivismo quase científico”, os antropólogos sociais tradicionalmente davam pouca atenção às implicações geopolíticas de seu trabalho de campo etnográfico, ao relacionamento com seus “sujeitos” ou aos seus eventuais relatos escritos dessas experiências. A tendência era a abstração e a impessoalidade em nome da autori-

dade científica e textual (Spencer, 2001). Apesar de uma ideologia profissional de engajamento poliglota baseada no exemplo de Malinowski, não era, na verdade, prática normal para os etnógrafos conhecerem muito da língua local dos grupos que estudavam (ou mesmo empregar intérpretes), pois a interpretação das suas culturas estava ligada principalmente às observações e às descrições dos etnógrafos, não ao diálogo com os informantes (Clifford, 1983: 124-25). O tradicional encontro etnográfico com as pessoas estudadas raramente foi descrito; relatos escritos forneceram apenas uma “ilusão de especificidade” sem qualquer ponto de vista temporal ou espacial específico (Crapanzano, 1986: 75).

Ao mesmo tempo, havia uma tradição de longa data entre antropólogos sociais com interesse na teoria literária de coletar e escrever trabalhos de campo como se fossem textos literários. Clifford Geertz deu voz explícita a essa tradição em sua abordagem semiótica da cultura que foi desenvolvida em resposta à visão predominante entre os antropólogos cognitivos de que a cultura e a linguagem existiam nas mentes individuais como um conjunto de princípios organizadores para gerar comportamento adequado dentro de uma cultura (Goodenough, 1964). Diferentemente, Geertz via a cultura como uma montagem de textos, a hierarquia estratificada de estruturas significativas que permitem uma sociedade existir como mais do que apenas um agregado de indivíduos. A aborda-

gem semiótica de Geertz antecipou a dimensão social do conhecimento e da prática cultural, vendo a cultura como fundamentada nos processos e relacionamentos sociais. A tarefa do etnógrafo era representar a realidade social através da “descrição densa”, termo que Geertz tomou do filósofo analítico Gilbert Ryle, que distinguiu entre o status ontológico de um piscar de olhos, o ato (involuntário) de contrair as pálpebras, e uma piscadela, um sinal cultural proposital (Geertz, 1973: 6). Para Geertz, fazer análise etnográfica significava separar as estruturas de significação, os códigos estabelecidos de uma cultura (ibid.: 9), priorizando analiticamente o sinal sobre as “experiências vividas” que considerava representar (Lee, 1988).

O paradigma “interpretativo” associado principalmente à antropologia social de Geertz dominou a antropologia social ao longo da década de 1970, embora não de forma acrítica. A principal preocupação era que a ênfase e o valor colocados no texto etnográfico significavam que, embora fosse destinado a *representar* realidades sociais, serviu de fato para suprimir a diferença entre realidade e representação (Spencer, 2001). O texto passou a ser visto como um discurso controlador, e os sistemas compartilhados de significados que pretendia representar eram reconhecidos como construções apenas do etnógrafo – um efeito de estilo. Argumentos foram construídos para reconhecer e, sempre que possível, tornar acessível a fonte de uma

determinada construção textual na forma de anotações em cadernos, explicações de informantes apoiadas por citações, comentários descritivos etc., na tentativa de apresentar representações menos mediadas (ibid.). Ao fornecer ao seu público acesso aos “dados brutos”, foi alegado que o texto do etnógrafo poderia ser lido como apenas uma versão possível da ‘realidade’ descrita e não como um produto acabado, abrindo assim a possibilidade de desafio empírico tanto à descrição quanto à interpretação (Sperber, 1986).

Geertz, no entanto, sempre sustentou a impossibilidade do uso de “dados não interpretados” – “o que chamamos de nossos dados são realmente nossas próprias construções das construções de outras pessoas do que eles e seus compatriotas estão tramando” (Geertz, 1973: 9). Para Geertz, as descrições etnográficas representavam o alcance imaginativo de nossa consciência subjetiva; o valor da etnografia foi “habilitar um contato de trabalho com uma subjetividade variante” (Geertz, 1986: 119). Descrições etnográficas representavam um “encontro de mentes”, encontros que, para Geertz, sempre ofereciam “a possibilidade de, literal e plenamente, mudar as nossas mentes” (ibid.: 114).

2.2. Autoridade, autenticidade e o texto

Um desafio mais significativo ao paradigma interpretativo veio na forma de uma crítica tanto à autoridade

quanto à autenticidade do texto etnográfico. Essa crítica assumiu uma variedade de formas, mas o seu objetivo principal era desafiar a própria ideia de representação textual. Em particular, questionou a autoridade do autor, a competência especializada do antropólogo e a noção de sujeito autônomo. Concentrou a atenção na supressão de múltiplas vozes no texto etnográfico e procurou radicalizar a dimensão ‘dialógica’ na escrita etnográfica (Clifford, 1983; Clifford e Marcus, 1986).

Várias estratégias foram buscadas para representar o texto etnográfico como dialógico e polifônico, a partir de uma série de influências associadas às então emergentes críticas pós-estruturalistas, pós-coloniais e feministas ao projeto modernista. Algumas foram reforçadas teoricamente pelas ideias de Bahktin de heteroglossia e do carnavalesco – a interação e a luta de vozes diversas dentro de um romance/texto. A noção de Derrida sobre a “metafísica da presença” também foi trazida à tona na questão da representação, apontando para a impossibilidade de se levar plenamente os fenômenos do campo à pesquisa etnográfica, a ideia do evento etnográfico como um modelo de presente ausente, e da escrita etnográfica como nada mais do que o significado diferido, a escrita da diferença – a lacuna esquiava entre a inscrição e o desdobramento do evento observado. A partir de Foucault, as representações etnográficas foram consideradas exemplos de “fatos sociais”, nem verdadeiros nem falsos, mas

localizados “na verdade” de práticas sociais particulares e condicionados pelas relações históricas, sociais e políticas de poder (ver Rabinow, 1986: 238-43).

No contexto dessas diferentes visões da representação, o status do texto etnográfico foi irreversivelmente alterado. Embora tenha permanecido como um “objeto” central da pesquisa, não foi mais avaliado em termos de sua correspondência com qualquer realidade social; em vez disso, foi entendido como sendo tanto contestável como contingente. O trabalho de campo etnográfico também foi visto como explicitamente atrelado a redes de poder, tanto no nível micro quanto no macro. Estratégias práticas para combater e abordar essas dinâmicas tanto em campo quanto além incluíram a criação de textos multiautoriais, a colaboração dos indivíduos ou grupos estudados em todas as fases da pesquisa e um reconhecimento explícito da cumplicidade do etnógrafo na reprodução e transformação das relações locais/globais de poder. Spencer oferece outros exemplos do que ele chama de “versões formalizadas da etnografia pós-moderna” (Spencer, 2001: 450), incluindo as frequentemente citadas “passagens de ações da autorreflexão etnográfica” e o crescimento das metodologias de Avaliação Rural Participativa (PRA), que ele (ibid.) sugere, um pouco cnicamente, que

no melhor dos casos, forcem os pesquisadores a pensar em maneiras pelas quais os sem poder e os excluídos podem ser encorajados a articular suas preocupações sobre políticas que os afetam dire-

tamente, mas que, de forma mais crua, podem ser vistos como *kits* de polifonia instantânea, permitindo até mesmo ao pesquisador menos engajado a oportunidade de obter “vozes autênticas” para colar em seus relatórios pré-fabricados.

Tais estratégias têm sido mais recentemente vinculadas ao tipo de reflexão subjetivista que tem predominado na antropologia a partir das etnografias pós-modernistas mais recentes (Marcus, 1998: 193). Elas estão associadas ao que Marcus chama de “forma nula de reflexividade” autoindulgente e narcisista (ibid.), que se estende do confessionalário aos “*kits* polifônicos” aludidos acima. Bourdieu também criticou essa forma de reflexividade na antropologia desde o seu primeiro engajamento com a etnografia por falhar em não se envolver adequadamente com noções de verdade, representação e poder. Essas questões, que permanecem centrais para a “crise na etnografia” em curso, são centrais para a sociologia reflexiva de Bourdieu. Um aspecto central da epistemologia de Bourdieu é o de estar fundamentada na compreensão etnográfica crítica que é, ao mesmo tempo, objetiva (ver Blommaert, neste volume). Nas seções a seguir, as tradições etnográficas discutidas acima serão reconsideradas em relação à insistência de Bourdieu em “objetivar a distância objetivizada” e, ao fazê-lo, teorizar sobre os limites do conhecimento antropológico ou sociológico.

2.3. A teoria da prática de Bourdieu

Como foi discutido acima, a abordagem interpretativa de Geertz para a cultura teorizou a relação entre o sujeito e o sistema objetivo de sinais através da textualização do mundo social. Os dados etnográficos foram “socialmente construídos” no sentido de que eram o produto das experiências subjetivas do etnógrafo de outra cultura objetivizada em um texto. O texto era a representação da interpenetração de culturas baseadas unicamente na autoridade da compreensão imaginativa do etnógrafo dos significados publicamente disponíveis que operam dentro da cultura sob investigação. Para os etnógrafos interpretativos mais contemporâneos, a experiência intersubjetiva tem sido percebida de forma mais dialógica e autoconsciente. O etnógrafo engaja os seus informantes culturais no processo interpretativo como parceiros iguais, cada um “autenticamente” contribuindo para a criação do texto etnográfico, engajados abertamente na tarefa hermenêutica da compreensão intersubjetiva. Apesar das suas diferenças, no entanto, em ambas as versões a etnografia, o encontro cultural, é visto essencialmente em termos *hermenêuticos*. Na versão de Geertz, a natureza social do encontro é absorvida no espaço semiótico do texto; nas outras perspectivas mais críticas, o social assume a forma de autocrítica subjetiva baseada nos posicionamentos éticos, morais ou políticos do etnógrafo em relação aos seus sujeitos. Mesmo as versões mais explicitamente

pós-modernas da etnografia, que enfatizam as limitações de todas as formas de representação, continuam, no entanto, a aderir a uma hermenêutica do texto através de técnicas como desfamiliarização, polifonia etc. (Tyler, 1986). A resposta de Bourdieu a cada uma dessas posições (e posicionamentos) é argumentar que a intersubjetividade nunca ocorre entre indivíduos, exceto na *aparência*; a ‘verdade’ da interação nunca está inteiramente contida nela (Bourdieu, 1977: 83; grifo nosso):

descrever o processo de objetificação e orquestração na linguagem da interação e do ajuste mútuo é esquecer que a interação em si deve sua forma às *estruturas objetivas que produziram as disposições dos agentes interagentes* e que distribuiu as suas posições relativas na interação e em qualquer outra parte.

É aqui que surge o *habitus*, um dos conceitos mais citados de Bourdieu. Para Bourdieu, a compreensão intersubjetiva do tipo que ocorre entre o etnógrafo e o sujeito, ou entre membros da mesma cultura, é um produto do *habitus*. Ao contrário das tradições etnográficas que explicam a realização ou a luta sobre significados compartilhados entre ou dentro de culturas, postulando um sistema objetivo de sinais ou uma polifonia bahktiniana, para Bourdieu o *habitus* demonstra como os agentes sociais podem ser determinados e ainda também estar atuando – como o comportamento pode ser regulado e compartilhado sem

ser o produto da conformidade com regras codificadas, reconhecidas ou outros mecanismos causais.

A noção de *habitus* tenta explicar como as regularidades do comportamento são estabelecidas e mantidas através do que Bourdieu chama de *estratégias*, “o(s) produto(s) do sentido prático como o sentimento para o jogo, para um jogo particular, historicamente determinado – um sentimento que é adquirido na infância, ao participar de atividades sociais” e que pressupõe a capacidade de invenção e adaptação (Bourdieu, 1990: 62-63). As estratégias são vistas como dependentes do conhecimento social adquirido por meio da socialização, e é por meio do *habitus* que os agentes vêm a “conhecer” o mundo, não conscientemente, mas em um sentido dado como certo. O *habitus* é o que permite que os agentes se sintam em casa no mundo, pois o mundo está “encarnado” neles. A teoria de Bourdieu concede centralidade ao corpo – é na *hexis* corporal que o indivíduo e o social convergem. O corpo é o portador dos esquemas classificatórios da cultura, das taxonomias práticas produzidas *por* sujeitos que percebem, e que os posicionam (e os outros) no espaço social. Convenções sociais animam o corpo que, em seguida, reproduz e ritualiza essas convenções como práticas (Butler, 1999).

O interesse de Bourdieu nos esquemas classificatórios de culturas particulares está diretamente ligado ao seu interesse em como o conhecimento e o poder são

distribuídos entre indivíduos sociais e coletividades. Tais esquemas estruturam a “lógica de prática” particular que os grupos concorrentes usam para produzir e reproduzir a si mesmos e seu acesso direto a diferentes formas de capital social. É dentro dos contextos de campos particulares e através do *habitus* (normalmente ‘em casa’ no campo que habita), que os agentes sociais estabelecem e consolidam suas posições de poder no espaço social, onde todos têm participação na aquisição de formas específicas de *capital*. Esta é, em essência, a relação entre *habitus*, *campo* e *capital*:

Campos são historicamente áreas de atividade constituídas com suas instituições específicas e com suas próprias leis de funcionamento. A existência de campos especializados e relativamente autônomos é correlativa com a existência de apostas e interesses específicos; através dos investimentos inseparavelmente econômicos e psicológicos que despertam em agentes dotados de um determinado *habitus*, do campo e suas apostas (esses mesmos produzidos como tal pelas relações de poder e pela luta para transformar as relações de poder que são constitutivas do campo) produzem investimentos de tempo, dinheiro, trabalho etc. Em outras palavras, o interesse é ao mesmo tempo um condicionamento do funcionamento de um campo, na medida em que é o que “faz as pessoas se moverem”, o que as faz se reunirem, competirem e lutarem entre si, e um produto da forma como o campo funciona (Bourdieu, 1990: 87-88).

O foco de Bourdieu em *campos* em oposição a *grupos* sociais ou culturais também o distancia epistemologicamente da etnografia tradicional (Barnard, 1990: 75-78). Para Bourdieu, o conceito de campo captura os microcosmos sociais relativamente autônomos que constituem uma rede de relações objetivas entre posições objetivamente definidas de força dentro do espaço social. O princípio da dinâmica de um *campo* reside nas *relações entre* as várias forças que se confrontam umas com as outras. Esse confronto entre os agentes sociais ou instituições situadas no campo é sempre constituído em relação à distribuição de formas específicas de *capital* – envolve uma luta para obter vantagem simbólica e material em relação ao posicionamento social. Essas relações podem assumir a forma de dominação, subordinação ou homologia. A forma da dinâmica de poder depende da relação entre *habitus* e *campo*, de como o *habitus* dos agentes que ocupam o *campo* é efetivado em uma determinada situação. A realização do *habitus* dentro de um determinado *campo* é, em grande parte, “pré-determinada” ou “pré-adaptada” pela trajetória social e biológica particular dos agentes envolvidos, ou, como Bourdieu diria, “os agentes sociais são determinados apenas na medida em que se determinam” (Bourdieu, 1990: 136). Bourdieu faz questão de ressaltar que o *habitus* não é necessariamente prenunciador de uma ação determinada e que só é revelado em experiências sociais situadas (Bourdieu, 1977: 82-83). No entanto,

dada a cumplicidade ontológica entre um indivíduo e o mundo social – *habitus* e *campo* –, os agentes sociais provavelmente reproduzirão as condições de seu status imediato, favorável ou não, no que diz respeito às relações de *campo* existentes.

Para Bourdieu, se a competição e o conflito estão no cerne da atividade humana ou, para invocar uma metáfora encontrada nos escritos de Bourdieu, se eles são centrais para o “jogo” da vida humana, a questão da motivação ou interesse torna-se crucial, particularmente quando, como sugerido acima, os jogadores entram no campo de jogo a partir de posições desiguais de poder verificadas em diferentes tipos e graus de *capital*. Bourdieu baseia-se na noção de *illusio* (de *ludos*, jogo) para explicar o que permite que os agentes sejam investidos, tomados pelo jogo, que é “pressuposto e produzido pelo funcionamento de *campos* historicamente delimitados” (Bourdieu, 1990: 115). Deve haver, segundo ele, um reconhecimento tácito entre os jogadores do valor das apostas do jogo – uma crença de que elas são importantes e dignas de serem perseguidas – e do domínio prático das regras. É a crença dos dois jogadores no jogo e os seus interesses em suas apostas que concedem o reconhecimento inquestionado das regras, tanto para entrar no jogo quanto para competir por suas apostas (ibid.: 115-17).

O conceito de *illusio* sugere para alguns um tipo de “falsa consciência” – o “autoengano necessário para manter

os jogadores envolvidos no jogo” (Rabinow e Dreyfus, 1999: 90). Por outro lado, também tem sido entendido como mais uma forma de indicar os limites de conscientização envolvidos na experiência vivida, incluindo tanto o equívoco como o não reconhecimento, baseados não na autodecepção, mas em “modos culturalmente específicos de compreender a natureza das ações, as ‘condições de existência e as disposições dos agentes’ e os vocabulários culturais disponíveis” (Calhoun, 1995: 145). Além disso, as experiências e os resultados para jogadores, os agentes atuantes, no jogo – que são constantemente reproduzidos e transformados por práticas históricas – podem, a qualquer momento, contribuir para rupturas significativas dentro do *campo* e para o *habitus*, o que, por sua vez, pode resultar em ruptura e desafio ao status quo.

O conceito de *illusio* demonstra claramente as limitações e distorções teóricas envolvidas nas representações hermenêuticas das práticas sociais que transfiguram a realidade social à sua própria imagem, ao mesmo tempo que pretendem recuperá-la ou mesmo transformá-la para os agentes sociais que a habitam.

2.4. A sociologia reflexiva de Bourdieu

Talvez mais do que qualquer outra relação construída e construtiva, Bourdieu estivesse interessado no encontro entre a teoria e a prática, entre o observador e o observado. Como sugerido anteriormente, uma das principais críti-

cas de Bourdieu aos antropólogos que fazem a etnografia foi a falha em objetificar as suas próprias objetificações. A sua crítica à antropologia registrada em *Esboço de uma Teoria da Prática* ecoa em críticas posteriores a posições que “esticam a questão da fundação (social) da crítica”, “desconstrução” que não consegue desconstruir o desconstrutor” e a “a ilusão de uma ‘visão de todos os lugares’ que a reflexividade narcisista persegue em sua forma pós-modernista” (Bourdieu, 2000: 107). Para Bourdieu, todos eram culpados do que ele chamou de “epistemocentrismo escolástico” (ibid.: 50) ou do que Wacquant se refere como “viés intelectualista” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 39-40). Ou seja, ignorar ou reprimir em seus relatos o objeto da pesquisa, o inconsciente social e intelectual embutido nas ferramentas e as operações analíticas da sua disciplina. Este é o momento, segundo Bourdieu, em que o pensamento científico encontra o mundo social e corre o risco de destruir seu objeto; quando a “lógica prática” corre o risco de ser colapsada em “lógica teórica”. É neste ponto que o cientista social deve reconhecer e manter as distintas formas de conhecimento que informam a sua relação com o mundo social:

primeiro, a compreensão primária do mundo que está ligada à experiência de inclusão neste mundo, a – quase invariavelmente equivocada e distorcida – compreensão que o pensamento escolástico tem dessa compreensão prática e, finalmente, a – essencial – diferença entre o conhecimento prático – razão razoável – e o

conhecimento científico – escolástico, teórico, razão de raciocínio – que é gerado em campos autônomos (Bourdieu, 2000: 50).

O objetivo da ciência social é, assim, reconstruir a lógica prática teoricamente, incluindo na teoria a lacuna entre lógica prática e teórica. Isso é conseguido “submetendo a posição do observador à mesma análise crítica do objeto construído em questão” (Barnard, 1988: 75). Para Bourdieu, isso é muito mais relevante do que as trajetórias sociais (as particularidades de gênero, etnia, classe etc.) do pesquisador individual ou de seu posicionamento dentro de um campo acadêmico, incluindo a sua relação com o campo de poder (Bourdieu e Wacquant, 1992: 39).

Para Bourdieu, é tarefa do sociólogo “contar sobre as coisas do mundo social e, na medida do possível, dizer como são” (Bourdieu, 2000: 5). Ao submeter o sociólogo à mesma análise crítica da coisa observada, Bourdieu buscou fortalecer a posição epistemológica da ‘objetividade’ dentro do conhecimento científico social. Isso distancia a sua posição sobre a reflexividade daquelas discutidas acima. Mas estar conscientemente presente no encontro etnográfico não o forçou a um subjetivismo inevitável:

Considerar a integração social do cientista como um obstáculo intransponível à construção de uma sociologia científica é esquecer que o sociólogo pode encontrar armas contra o determinismo social na própria ciência que as traz à luz e,

portanto, à consciência consciente (Bourdieu, 1990: 178).

A visão de Bourdieu para uma sociologia científica é clara. Ele rejeita a ideia de que para superar o dualismo sujeito/objeto é preciso abandonar uma reivindicação de uma ciência social objetiva. A possibilidade de que fazer ciência social objetiva permita que alguém “saia do *habitus* e da *illusio*” (Dreyfus e Rabinow, 1999: 92) é para muitos críticos (e apoiadores) a afirmação mais controversa e duvidosa de Bourdieu (ibid.; ver também Jenkins, 1992; Calhoun *et al.*, 1993; Marcus, 1998), pois parece contradizer a sua recusa em aceitar a autonomia do conhecimento subjetivo. Mas o ponto de Bourdieu é que a análise reflexiva – “sair do *habitus* e da *illusio*” – não é alcançada através da compreensão subjetiva. É conseguido ao objetificar, *em situações concretas*, tanto o objeto quanto a objetificação do objeto – engajar-se em uma sociologia da sociologia – a fim de apreender os limites impostos ao próprio conhecimento científico. Esses limites de conhecimento/autoconhecimento não se originam no sujeito “socialmente determinado”, mas nos determinantes sociais de diferentes formas de prática social, incluindo a própria sociologia.

3. O LUGAR DA SOCIOLOGIA DE BOURDIEU NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A sociologia reflexiva de Bourdieu tem como objetivo central uma crítica ao poder constituído em práticas

culturais, sociais e históricas. Nesse sentido, tem um foco em comum com o paradigma culturalista – em grande parte associado à escrita e tradução pós-coloniais – e seu crescente interesse em ver atos de tradução como encontros etnográficos. Tejaswini Niranjana, entre outros, observou semelhanças entre tradução e etnografia no contexto pós-colonial (Niranjana, 1992). Maria Tymoczo discutiu as muitas semelhanças entre escrita pós-colonial e tradução em relação às questões de representação, autenticidade e autoridade discutidas acima (Tymoczo, 1999). A manutenção do foco quase exclusivo no texto por parte de escritores e estudiosos que trabalham dentro desse paradigma (Sela-Sheffy, 2000; Buzelin, 2005), no entanto, indica a continuação da hermenêutica subjetivista discutida acima, independentemente da perspectiva teórica adotada – pós-estruturalismo, desconstrução, feminismo etc.

O comentário de Bourdieu sobre as abordagens hermenêuticas e as suas conceituações alternativas da relação observador/observado sugerem diferenças epistemológicas significativas entre o paradigma culturalista e a sua sociologia reflexiva da tradução. Isso pode ser notado em sua insistência na ideia de que a intersubjetividade é sempre marcada por e através do *habitus*, no privilégio dado ao conceito de *campo* e a sua relação com a distribuição de formas específicas de *capital* como lócus para toda a compreensão intersubjetiva e na sua visão do

funcionamento da *illusio*, que mantém os atores sociais investidos em determinadas práticas sociais e informam as próprias condições de sua compreensão.

Mas e a relação entre Bourdieu e outras teorias mais sociológicas que atualmente estão sendo desenvolvidas na pesquisa de tradução e interpretação? Se a sociologia reflexiva de Bourdieu o distancia das abordagens literárias/hermenêuticas discutidas acima, poderia haver uma maior sobreposição potencial, apesar de diferenças importantes, como, por exemplo, a teoria Ator-Rede de Bruno Latour (ver Buzelin, neste volume) ou a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann (Hermans, 1999)? Tendo em vista que essas teorias foram tidas como áreas potencialmente férteis para futuras pesquisas, elas serão consideradas brevemente abaixo.

3.1. Bourdieu e a teoria Ator-Rede de Latour

O trabalho de Latour situa-se em uma filosofia anti-fundamentalista da ciência e opõe-se à epistemologia de Bourdieu em vários níveis. Como método, ele deve muito à etnometodologia (ver Garfinkel, 1967), um ramo da Sociologia que tentou definir a realidade social como/através da forma como os membros se organizam e avaliam a racionalidade de suas próprias atividades no cotidiano. Adeptos da etnometodologia procuraram estranhar o familiar ao derivar noções do social dos informantes, a fim de recapturar uma visão da realidade

social constituída em/através das experiências dos atores sobre práticas cotidianas. Da mesma forma, Latour afirma que a tarefa fundamental dos cientistas sociais é fornecer uma plataforma para que os atores sociais sejam ouvidos. Como Bourdieu, ele busca um fim para o dualismo sujeito/objeto. No entanto, Latour rejeita tanto a ideia de uma “visão de todos os lugares” quanto a afirmação de Bourdieu de que a objetividade científica pode ser alcançada pela articulação (do sociólogo) de posições sociais e posicionamentos. Para Latour, os atores determinam formas particulares de conhecimento, por exemplo, “fazer ciência” (ou tradução ou interpretação), em virtude de se envolverem nas atividades relacionadas e relevantes à sua produção. A tarefa do cientista social é reunir, com base em evidências sólidas, informações sobre o que importa para os atores envolvidos no “fazer” e produzir boas descrições dessas atividades.

Bourdieu não argumentaria contra a ideia da lógica da prática – pelo contrário, ela é de fundamental relevância para a sua sociologia reflexiva. Bourdieu argumentaria, no entanto, que as descrições que os atores sociais de Latour fornecem são inerentemente sociais; eles próprios são dependentes da posição dos atores no mundo social:

Uma vez que não podemos nos contentar nem com a visão primária nem com a visão a que o mundo da objetificação dá acesso, só podemos nos esforçar para *manter unidos*, de modo a integrar, tanto o ponto de vista dos agentes que

estão presos no objeto quanto o ponto de vista sobre esse ponto de vista que o trabalho de análise permite alcançar, relacionando as tomadas de posição às posições a partir das quais são tomadas (Bourdieu, 2000: 189).

Restringir a observação científica ao ponto de vista dos agentes é “tratar como um instrumento de conhecimento o que deveria ser o objeto do conhecimento” (Bourdieu, 1992: 246). Além disso, para Bourdieu, a implicação paradoxal dessa “aparência de radicalismo” (devido à sua pretensão de reabilitar o pensamento comum) é a manutenção potencial de um conservadorismo social (ibid.), uma vez que as estruturas objetivas que produziram disposições dos atores – seus hábitos – permanecem sem ser examinadas.

3.2. A teoria dos sistemas de Bourdieu e de Niklas Luhmann

Em contraste com Latour, na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann o indivíduo torna-se mais um observador; o sujeito autônomo é substituído pelo sistema de função autônoma. Luhmann vê a sociedade moderna como estando estruturada de acordo com o princípio da diferenciação funcional, sem qualquer integração global e livre da influência dos indivíduos humanos. Ao contrário de Habermas, que argumenta que a ameaça da “racionalização de sistemas” ao indivíduo pode ser enfrentada através da resistência do “mundo da vida” – cultura, tradições etc. (Habermas, 1985) –, Luhmann enfatiza a autonomia

total dos sistemas funcionais tanto do meio ambiente como dos interesses ou necessidades dos indivíduos. A sociedade é constituída por esses sistemas operacionalmente fechados e incomensuráveis que se estabelecem e se reproduzem autopoeticamente – são autorreferenciais e auto-organizados; “a ‘linguagem’ de um sistema não pode ser adequadamente traduzida para a ‘linguagem’ de outro” (Rasch, 2000: 145). Para Luhmann, esses sistemas comunicativos (semelhantes ao campo de Bourdieu) são os elementos básicos do sistema social. Cada sistema codifica em termos binários a natureza contingente, desordenada e fragmentada do mundo moderno; cada um se esforça para se tornar internamente significativo por meio de um processo de seletividade forçada. Por exemplo, Luhmann contrasta o seu modelo com o modelo de comunicação remetente-receptor que concede prioridade sobre o significado de uma expressão ao *transmissor* de uma mensagem. Em vez disso, ele argumenta em termos de sistemas para a primazia da recepção. Ele distingue entre um “enunciado” inicial – qualquer entrada informacional no sistema – que, segundo ele, oferece apenas uma *sugestão* de significado, e a “informação” recebida – a parte do pronunciamento inicial que *é selecionada como significativa* pelo receptor (ibid.: 54; ver também Luhmann, 1995). É importante ressaltar que, para Luhmann, a expressão vem para o sistema não de indivíduos ou de algum ambiente externo (que permanece um “desconhecido” ou “impensado”),

mas de “perturbações” ambientais ou dispositivos de acionamento (ibid.: 144) que estimulam a organização interna do sistema a agir. Ao contrário de Bourdieu, não há relação entre o interno e o externo – há apenas o sistema autônomo, autoperpetuante.

Luhmann faz, isto sim, uma distinção entre a observação de primeira ordem e a de segunda ordem (Blühdorn, 2000: 348) que lembra a dupla reflexividade de Bourdieu discutida acima. Como Bourdieu, Luhmann era crítico da teoria social que via a realidade social apenas através da observação de primeira ordem, considerando-a uma forma de fundamentalismo moral (ibid.). Apesar dessa aparente crítica compartilhada, no entanto, Bourdieu opõe-se a teorias de sistemas como a de Luhmann por uma série de motivos. Para Bourdieu, a sociedade – percebida através dos conceitos interrelacionados de *campo*, *habitus*, *capital* e *illusio* – pressupõe *lutas* entre *campos* dominados e dominantes que são habitados por agentes e instituições *significativas* (Bourdieu e Wacquant, 1992: 102-103). Embora *campos* e sistemas funcionais possam compartilhar semelhanças superficiais, Bourdieu argumenta que diferentes campos

formam um sistema de diferenças, de propriedades distintas e antagônicas, que não se desenvolvem a partir do seu próprio movimento interno (como o princípio da autorreferencialidade implica), mas por meio de conflitos internos ao campo de produção. O campo é o lócus das

relações de força – e não apenas do significado – e das lutas destinadas a transformá-las e, portanto, de mudanças sem fim (ibid.: 103).

Diferentemente de Luhmann, Bourdieu acredita no *potencial transformador* da objetividade científica derivada de observações sociológicas e empiricamente baseadas no mundo. Neste ponto, Luhmann, soando mais como Latour, argumentaria que o sociólogo ou filósofo só pode produzir melhores descrições da sociedade moderna – embora não de atores, apenas de sistemas abstratos – que explicam o que ela *é* mais do que deveria ser (moral, politicamente, eticamente etc.).

3.3. Direções futuras

É provável que a sociologia emergente da tradução e interpretação desenvolva um certo ecletismo no que diz respeito à teoria social ou, de fato, estabeleça abordagens divergentes e concorrentes. Cada uma dessas possibilidades sugere um futuro de diálogo e de debates inovadores e pulsantes. Também pode constituir o início de uma metavisão de atos de tradução e interpretação que ajudarão a corroer as divisões teóricas estabelecidas entre as duas atividades e a perceberem-nas como práticas diferentes, mas relacionadas socialmente e politicamente informadas. As perspectivas sociológicas e filosóficas introduzidas aqui também deixam clara a sua diferenciação do paradigma culturalista que, embora igualmente preocupado com as

relações sociais de poder, manteve o texto literário como foco principal.

Duas questões importantes e relevantes – agência e linguagem – não foram examinadas especificamente no que diz respeito à tradução e interpretação nesta introdução. A complexa questão da agência, que é tratada de forma distinta em cada uma das perspectivas discutidas acima, tem sido considerada de importância fundamental no esforço de tornar as abordagens teóricas descritivas mais “conscientes do agente” e tradutores/as e intérpretes mais visíveis como atores sociais. As opiniões de Latour sobre a rede de atores, as de Bourdieu sobre o *habitus* e a reflexividade, e as de Luhmann sobre a insignificância da agência, oferecem métodos contrastantes interessantes para explorar o papel de tradutores/as e intérpretes em relação às suas respectivas práticas. A utilidade potencial desses métodos pode ser medida através de pesquisas mais empíricas sobre o que tradutores/as e intérpretes realmente fazem e dizem que fazem nos contextos mais amplos possíveis de sua prática profissional.

A função da linguagem na formação do sujeito também é de preocupação central para tradutores/as e intérpretes e as redes em que atuam. A visão de Bourdieu – de que o efeito dos atos de fala ou “performativos sociais” não se baseia na linguagem em si, mas nas condições institucionais que produzem e assumem formas específicas de discurso autorizado (Bourdieu, 1991) – garante uma

investigação mais aprofundada nos contextos de tradução e interpretação. Essa visão limitada da natureza social da linguagem deixa em aberto a questão do potencial papel contributivo do sujeito racional como ativador da capacidade transformadora do *habitus* (Inghilleri, 2003). Como argumentou Judith Butler, “o performático social é uma parte crucial não só da formação do sujeito, mas também da disputa política em curso e da reformulação do sujeito” (Butler, 1999: 125).

Apesar dessas ressalvas, Bourdieu fornece *insights* importantes sobre o que deve estar envolvido na construção e observação do objeto da prática e pesquisa no campo dos estudos da tradução e da interpretação. Suas premissas subjacentes em relação à produção e reprodução do conhecimento, captadas nos conceitos de *habitus*, *campo*, *capital* e *illusio*, podem servir como um importante ponto de partida para a tradução e a interpretação sociologicamente informadas. Em particular, a teorização do social de Bourdieu sugere que atos de tradução e interpretação sejam compreendidos por meio das práticas sociais e campos relevantes nos quais eles são constituídos, que sejam vistos como funções das relações sociais baseadas em formas concorrentes de capital atreladas às relações locais/globais de poder, e que tradutores/as e intérpretes, através do funcionamento do *habitus* e da *illusio*, sejam vistos/as tanto como implicados/as quanto como capazes de transformar as formas de prática em que se envolvem.

Dessa forma, Bourdieu oferece uma teoria sensata da prática ao desenvolvimento do paradigma sociológico nos estudos de tradução e interpretação – e um lembrete sólido da relevância social e da responsabilidade envolvida tanto na pesquisa como na prática no *campo*.

REFERÊNCIAS

BARNARD, Henry (1990) 'Bourdieu and Ethnography: Reflexivity, Politics and Praxis', in Richard Harker, Cheleen Mahar and Chris Wilkes (eds.) *An Introduction to the Work of Pierre Bourdieu*, London: Palgrave, 58-85.

BASSNETT, Susan and Harish Trivedi (eds.) (1999) *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*, London: Routledge.

BOURDIEU (1977) *Outline of a Theory of Practice*, trans. Richard Nice, Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (1990) *In Other Words*, trans. Matthew Adamson, Stanford: Stanford University Press.

_____ (1991) *Language and Symbolic Power*, trans. Gino Raymond and Matthew Adamson, Cambridge: Polity Press. *The Sociology of Bourdieu and the Construction of the 'Object'*.

_____ (2000) *Pascalian Meditations*, trans. Richard Nice, London: Polity Press.

_____ and Loïc J. D. Wacquant (1992) *An Invitation to Reflexive Sociology*, Chicago: University of Chicago Press.

BLÜHDORN, Ingolfur (2000) 'An Offer One Might Prefer to Refuse: The Systems Theoretical Legacy of Niklas Luhmann', *European Journal of Social Theory* 3(3): 339-54.

BUTLER, Judith (1999) 'Performativity's Social Magic', in Richard Shusterman (ed.) *Bourdieu: A Critical Reader*, Oxford: Blackwell Publishers, 113-28.

BUZELIN, Helene (2005) 'Translation Studies, Ethnography and the Production of Knowledge', in Paul St-Pierre and

Prufulla C. Kar (eds.) *In Translation: Reflections, Refractions, Transformations*, New Delhi: Pencraft International, 25-41. Calhoun, Craig (1995) *Critical Social Theory*, Oxford: Blackwell Publishers.

_____, Edward Li Puma and Moishe Postone (eds.) (1993) *Bourdieu: Critical Perspectives*, Cambridge: Polity Press. Clifford, James (1983) 'On Ethnographic Authority', *Representations* 1(2): 118-46.

_____ (1986) 'Introduction: Partial Truths', in James Clifford and George E. Marcus (eds.) *Writing Culture*, Berkeley, CA: University of California Press, 1-26.

_____ and George E. Marcus (eds.) (1986) *Writing Culture*, Berkeley, CA: University of California Press.

CRAPANZANO, Vincent (1986) 'Hermes' Dilemma: The Masking of Subversion in Ethnographic Description', in James Clifford and George E. Marcus (eds.) *Writing Culture*, Berkeley, CA: University of California Press, 51-76.

CRONIN, Michael (2003) *Translation and Globalization*, London: Routledge. Garfinkel, Harold (1967) *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

GEERTZ, Clifford (1973) *The Interpretation of Cultures*, New York: Basic Books, Inc.

_____ (1986) 'The Uses Of Diversity', *Michigan Quarterly Review* 25(1): 105-23.

GOODENOUGH, Walter (1964) 'Cultural Anthropology and Linguistics', in Dell Hymes (ed.) *Language in Culture and Society*, New York: Harper & Row, 36-39.

GOUANVIC, Jean-Marc (2002) 'A Model of Structuralist Constructivism in Translation Studies', in Theo Hermans (ed.) *Crosscultural Transgressions*, Manchester: St. Jerome Publishing, 93-102.

HABERMAS, Jürgen (1985) 'Questions and Counterquestions', in Richard Bernstein (ed.) *Habermas and*

Modernity, Cambridge: Polity Press, 192-216.

HERMANS, Theo (1999) *Translation in Systems*, Manchester: St. Jerome Publishing.

INGHILLERI, Moira (2003) 'Habitus, Field and Discourse: Interpreting as a Socially Situated Activity', *Target* 15(2): 243-68. Jenkins, Richard (2002) *Pierre Bourdieu*, Revised Edition, London: Routledge.

LEE III, Orville (1988) 'Observations on Anthropological Thinking about the Culture Concept: Clifford Geertz and Pierre Bourdieu', *Berkeley Journal of Sociology* 33: 115-30.

LUHMANN, Niklas (1995) *Social Systems*, trans. John Bednarz, Jr., with Dirk Baecker, Stanford, CA: Stanford University Press.

MARCUS, George E. (1998) *Ethnography through Thick and Thin*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

NIRANJANA, Tejaswini (1992) *Siting Translation: History, Post-Structuralism and the Colonial Context*, Berkeley: University of California Press.

RABINOW, Paul (1986) 'Representations are Social Facts: Modernity and Post-Modernity in Anthropology', in James Clifford and George E. Marcus (eds.) *Writing Culture*, Berkeley, CA: University of California Press, 234-61.

_____ and Herbert Dreyfuss (1999) 'Can There Be a Science of Existential Structure and Social Meaning?', in Richard Shusterman (ed.) *Bourdieu: A Critical Reader*, Oxford: Blackwell Publishers, 113-28.

RASCH, William (2000) *Niklas Luhmann's Modernity*, Stanford, CA: Stanford University Press.

ROBINSON, Douglas (1997) *Translation and Empire*, Manchester: St. Jerome Publishing.

Sela-Sheffy, Rakefet (2000) 'The Suspended Potential of Culture in Translation Studies', *Target* 12(2): 345-55.

SIMEONI, Daniel (1998) 'The Pivotal Status of the Translator's

Habitus', *Target* 10(1): 1-39.

_____ (2005) 'Translation and Society: The Emergence of a Conceptual Relationship', in Paul St-Pierre and Prufulla C. Kar (eds.) *In Translation: Reflections, Refractions, Transformations*, New Delhi: Pencraft International, 3-14.

SPENCER, Jonathan (2001) 'Ethnography after Postmodernism', in Paul Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont, John Lofland and Lyn Lofland (eds.) *Hand-book of Ethnography*, Sage: London, 443-52.

SPERBER, Dan (1985) *On Anthropological Knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press.

STURGE, Kate (1997) 'Translation Strategies in Ethnography', *The Translator* 3(1):21-38.

TYLER, Steven A. (1986) 'Post-Modern Ethnography: From Document of the Occult to Occult Document', in James Clifford and George E. Marcus (eds.) *Writing Culture*, Berkeley, CA: University of California Press, 122-40.

TYMOCZO, Maria (1999) 'Post-colonial Writing and Literary Translation', in Susan Bassnett and Harish Trivedi (eds.) *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*, London: Routledge, 19-40.

WOLF, Michaela (2002) 'Culture as Translation – and Beyond Ethnographic Models of Representation in Translation Studies', in Theo Hermans (ed.) *Crosscultural Transgressions*, Manchester: St. Jerome Publishing, 180-92.

A SOCIOLOGIA DA TRADUÇÃO: UM NOVO DOMÍNIO DE PESQUISA

GISÈLE SAPIRO

TRADUÇÃO MARIA RITA DRUMOND VIANA

INTRODUÇÃO

A sociologia da tradução vem se estabelecendo como domínio de estudo desde os anos 1990. A sociologia aborda a tradução como uma atividade social que envolve agentes (como autores/as, tradutores/as, editores/as, críticos/as, agentes literários/as e funcionários/as do governo) e instituições (como cursos de tradução, revistas literárias e acadêmicas, editoras, prêmios de tradução e associações profissionais), praticada por agentes – tradutores/as – dotados/as de competências específicas (linguísticas, literárias, acadêmicas, técnicas), sob diversas condições materiais (lucrativas ou não) e de status (em formação ou profissional). A sociologia da tradução aborda questões como: Quem são os/as tradutores/as? De que forma sua prática é moldada por normas culturais? Para além do ato de traduzir propriamente dito, como a tradução

"THE SOCIOLOGY OF TRANSLATION: A NEW RESEARCH DOMAIN". *A companion to translation studies*. Ed. Sandra Bermann and Catherine Porter, 2014.

se organiza como profissão? Em que condições opera a transferência cultural? Na qualidade tanto de prática social quanto de produto cultural, a tradução pode ser mais ou menos reconhecida e valorizada, do ponto de vista simbólico ou do econômico. Como outros produtos culturais, ela pode ser apropriada de diferentes maneiras e cumprir diferentes funções sociais. Do ponto de vista da recepção, é específica à tradução uma dupla apropriação do texto traduzido: primeiro pelo ato de traduzir e depois pelo ato de ler (ou ouvir). Como atividade social, a tradução pode ser abordada de diversas perspectivas, o que levanta questões interessantes para diferentes domínios sociológicos, como: a sociologia das profissões; a sociologia da cultura; o estudo de intercâmbios culturais internacionais; funções e campos sociais – mais especificamente, o campo político, o campo econômico (editorial) e o campo literário; as condições sociais de circulação de ideias, e a epistemologia das ciências humanas e sociais. Embora esses diferentes aspectos estejam, muitas vezes, interligados na prática, aqui eles serão apresentados separadamente para maior clareza.

TRADUÇÃO COMO PROFISSÃO

Como a literatura e outras atividades criativas, a tradução oferece um desafio à sociologia das profissões (Freidson, 1986) por não ser uma atividade totalmente profissionalizada. Foi, durante séculos, uma atividade intelectual comparável ao comentário ou à crítica e ainda

é, por vezes, realizada sem compensação financeira, como uma vocação ou um “hobby”. Vê-se aí por que o status do/a tradutor/a é, há muito, considerado marginal, a ponto de ser “invisível” (Venuti, 1995), enquanto a tradução como atividade em si costuma ser valorizada (Prunč, 2007).

No entanto, como outras atividades, a tradução também passou por um processo de profissionalização em diversos planos: na medida em que uma parcela de tradutores/as começou a se especializar em tradução e viver disso, passou a reivindicar direitos e compensação decentes; foram criadas associações profissionais (por exemplo, a *American Translators Association*, fundada em 1959) e foram desenvolvidos cursos profissionais de tradução e interpretação.

Esse processo não foi linear nem irreversível e não se deu da mesma forma em diferentes segmentos da profissão: intérpretes e tradutores/as técnicos/as são muito mais profissionalizados/as do que tradutores/as literários/as, para não falar de tradutores/as de pesquisas acadêmicas, que são, muitas vezes, os/as próprios/as autores/as que traduzem seus próprios textos, ou mesmo seus/suas estudantes, conforme a necessidade. O recrutamento profissional e as condições de trabalho variam muito: enquanto alguma formação profissional é exigida de intérpretes e tradutores/as técnicos/as, não existe a mesma expectativa para tradutores/as literários/as ou acadêmicos/as. Notadamente, tradutores/as literários/as tendem a se reunir

em associações separadas ou a ingressar em sociedades de autores/as: na França, a *Société des traducteurs* foi fundada em 1947 e a *Association des traducteurs littéraires* em 1973 (Heinich, 1984). Conforme observado por sociólogos/as, o conceito de profissionalização tem uma conotação teleológica e poderia ser mais adequadamente substituído pelo de “desenvolvimento profissional” (Abbott, 1988).

O estudo de tradutores/as e intérpretes como um grupo profissional é, portanto, um domínio de pesquisa emergente que se abre para abordagens comparativas entre países e entre diferentes atividades de tradução, incluindo o estudo das origens sociais dos/as tradutores/as, suas lutas por *status* profissional, sua identidade e autoimagem como tradutores/as por profissão (Sela-Sheffy, 2010). Sela-Sheffy e Shlesinger (2011) observam que:

Há uma contradição entre, por um lado, o poder potencial de tradutores/as e intérpretes como mediadores/as culturais e, por outro, seu obscuro *status* profissional e uma suposta submissão, o que os/as torna um grupo ocupacional tão intrigante. Seu *status* inseguro como profissão é especialmente paradoxal hoje, quando é dada tanta atenção a processos transculturais como a globalização, a migração e o transnacionalismo (2011, p. 2).

TRADUÇÃO COMO PRÁTICA CULTURAL: INTERACIONISMO X TEORIA DE CAMPO

As condições de trabalho de tradutores/as literários/as dependem da indústria editorial da mesma forma como as de tradutores/as de legendas de filmes dependem da indústria cinematográfica. O/a tradutor/a participa, assim, de uma “cadeia de produção” de obras de arte ou produtos culturais, de acordo com Howard Becker (Becker, 1982). Enquanto a abordagem interacionista de Becker ressalta a divisão do trabalho e a colaboração na produção coletiva de uma obra, a abordagem estrutural desenvolvida por Pierre Bourdieu (1993) em sua teoria de campo concentra-se nas hierarquias culturais. Nesse sentido, aproxima-se mais da teoria de polissistemas desenvolvida por Itamar Even-Zohar (1990).

Em contraste com o interacionismo simbólico, o individualismo metodológico ou a teoria das redes, que pressupõem que a vida social emerge das interações entre os indivíduos, tanto a teoria de polissistemas quanto a teoria de campo defendem uma abordagem holística e relacional dos fenômenos culturais e sociais, nos moldes da sociologia durkheimiana, assim como da antropologia estrutural e cultural: agentes individuais operam dentro de um sistema preexistente de relações que determina e restringe suas ações, enquadrando e limitando suas possibilidades e espaço de manobra. No entanto, tais interesses comuns e semelhanças não devem esconder as diferenças

entre as duas teorias. Primeiro, o paradigma subjacente à abordagem sistêmica é o funcionalismo, enquanto o da teoria social de Bourdieu é por vezes descrito como estruturalismo genético. O funcionalismo, com sua inspiração biológica, tende a considerar os sistemas como sendo fechados e relativamente estáveis e equilibrados, ao passo que o estruturalismo genético de Bourdieu enfatiza as relações de poder e os constantes conflitos para desestabilizá-las. A diferença de paradigmas, somada a origens disciplinares distintas, tem consequências metodológicas para as duas teorias: nascida nos estudos literários e inspirada pelo formalismo russo, a abordagem polissistêmica concentrava-se principalmente na análise de texto até passar por uma nova orientação com a integração da teoria de campo de Bourdieu. Enraizada na sociologia, esta lida com os agentes individuais, grupos e instituições que competem por capital simbólico.

O conceito de campo ocasiona que algumas atividades sejam relativamente autônomas, uma vez que possuem suas próprias regras, instituições e capital específico, pelos quais agentes pertencentes ao campo competem entre si (BOURDIEU, 1993). As crenças e práticas desses/as agentes, bem como suas estratégias, são informadas, em primeiro lugar, por seu *habitus*, ou seja, sua disposição cultural e ética e o tipo de recursos de que dispõem (capitais econômico, cultural e social) de acordo com sua formação familiar, educação e trajetória social e, em segundo lugar,

pela posição que ocupam no campo de acordo com seu capital específico, sendo recém-chegados/as dominados/as por agentes estabelecidos/as que controlam o campo e definem a ortodoxia (Bourdieu, 1979, 1993).

Da mesma forma que a teoria do polissistema nos estudos da tradução, a teoria de Bourdieu inspira toda uma corrente de pesquisa em sociologia da tradução e vem sendo combinada à teoria de polissistemas pelo próprio Even-Zohar (1990, p. 3, p. 37) e outros/as estudiosos/as. Enquanto alguns/mas consideram a tradução como um campo em si, no qual agentes competem pelo capital simbólico (Gouanvic, 2005; Sela-Sheffy, 2005), outros/as consideram essa atividade insuficientemente autônoma e mais dependente do campo editorial (Heilbron & Sapiro, 2007; SAPIRO, 2008a; no campo editorial, ver Bourdieu, 1977, 1999) e dos campos acadêmico e literário, uma vez que a própria prática da tradução toma emprestados os valores, normas e regras desses campos. O/a tradutor/a às vezes fica dividido/a entre campos – entre, por exemplo, as normas acadêmicas e as normas editoriais no que tange à tradução. Tal situação pode, por sua vez, gerar conflitos dentro da cadeia de cooperação.

A utilização da teoria de campo torna possível entender não apenas como tradutores/as literários/as ou acadêmicos/as acumulam capital simbólico, mas também, inversamente, o papel desempenhado pela tradução (e por alguns/mas tradutores/as) no processo de

reconhecimento internacional de certas obras literárias: para qualquer autor/a, ser traduzido/a para outro idioma é um passo importante na carreira e um sinal de consagração (Casanova, 2002). O mesmo fenômeno ocorre nas ciências humanas e sociais, para as quais a tradução ainda desempenha um papel importante no reconhecimento acadêmico local e internacional. Conseqüentemente, o número de traduções de um/a dado/a autor/a em diferentes línguas pode ser tomado como indicador de seu reconhecimento (Sapiro & Bustamante, 2009) e as obras mais traduzidas constituem um cânone mundial na literatura ou na filosofia (Milo, 1984). No entanto, o significado da tradução não é o mesmo nas diferentes línguas, especialmente quando se compara o inglês com outras línguas, não apenas por causa do público mais amplo para os livros escritos originalmente em inglês, mas também em função das relações de poder desiguais entre as culturas, cujas assimetrias são bem descritas pelo modelo de centro-periferia.

CENTRO E PERIFERIA: FLUXOS DE TRADUÇÃO ASSIMÉTRICOS

O modelo de centro-periferia mostrou-se bastante apto para descrever o fluxo de traduções entre as línguas. A posição de uma língua no sistema mundial de traduções pode ser definida de acordo com a proporção de livros traduzidos a partir dela, usando como banco de dados o *Index Translationum* da UNESCO (Heilbron, 1999). Nessa perspectiva, o sistema parece estar altamente

concentrado em torno da língua inglesa que, portanto, ocupa uma posição hipercentral: na década de 1980, 45% dos livros traduzidos em todo o mundo eram originalmente escritos em inglês. Traduções do francês, alemão e russo representaram, cada uma, de 10 a 12% desse sistema até 1989 e poderiam, desta feita, ser definidas como centrais. Com uma participação entre 1 e 3% do sistema, alguns idiomas, como italiano, espanhol, polonês, dinamarquês, sueco e tcheco, ocupavam uma posição semiperiférica. Todas as outras línguas tiveram uma participação inferior a 1% do sistema e, portanto, podem ser consideradas periféricas (para idiomas menos traduzidos, ver Pym & Chrupala, 2005). Depois de 1989, o russo caiu para 2,5%, enquanto o inglês reforçou sua posição hipercentral, aumentando para 59% sua participação na década de 1990. Dessa forma, embora a globalização tenha aumentado as trocas interculturais de uma forma geral e o número de traduções em particular (em mais de 50% entre 1980 e 2000), tal intensificação não se expressa em uma diversificação das trocas, mas em uma maior concentração de traduções em torno da língua inglesa (Sapiro, 2008c). Outro indicador da posição desigual das línguas no sistema mundial de traduções pode ser notado nos padrões de circulação: a perspectiva de uma obra publicada em uma língua periférica ser traduzida para outra língua periférica depende muito de ter sido traduzida primeiro para uma língua central.

Essa assimetria é, em grande parte, consequência da concentração da indústria editorial em algumas cidades como Nova York, Londres e Paris (Sapiro, 2009a). Não se trata, no entanto, de um reflexo direto do volume de produção de livros em cada país, já que também depende de fatores culturais e políticos, conforme ilustrado pelo declínio da parcela de traduções do russo após 1989. Além disso, variações entre as diferentes categorias de livros refletem a relativa autonomia dos campos culturais: algumas línguas, como o francês, há muito são dotadas de um alto capital literário na República Mundial das Letras (Casanova, 1999). O capital simbólico acumulado por uma cultura em uma dada disciplina produz variações semelhantes: o alemão está sobre-representado em comparação ao inglês nas traduções de filosofia, por exemplo (Sapiro & Popa, 2008). Para entender essas variações, precisamos considerar as funções sociais da tradução em diferentes campos.

AS FUNÇÕES SOCIAIS DA TRADUÇÃO: OS CAMPOS POLÍTICO, ECONÔMICO E LITERÁRIO

A tradução é uma atividade social cujas funções não podem ser reduzidas a apenas mediação ou comunicação. Partindo da distinção de Robert K. Merton entre funções “manifestas” e “latentes” (1957), em que esta faz referência a consequências não-reconhecidas ou não-intencionais, pode-se considerar a mediação como função “manifesta” da tradução, enquanto suas funções “latentes”

podem, idealmente (no sentido que dá Max Weber), ser classificadas em três categorias: política (ou ideológica), econômica e cultural. A relação entre a tradução e essas funções não é da ordem da necessidade e depende das categorias de agentes e instituições envolvidas no processo de tradução: organizações políticas, representantes do governo, editores/as, casas editoriais, responsáveis pelos direitos estrangeiros em editoras, agentes literários/as, tradutores/as, autores/as, críticos/as, comentaristas/as e assim por diante. Tais agentes e instituições pertencem a diferentes campos (político, econômico ou literário), sendo que alguns/mas servem como intermediários/as entre os campos, como é o caso de editoras, agentes literários/as ou representantes governamentais de políticas culturais.

A tradução pode servir a objetivos políticos ou ideológicos, pode ser um meio de disseminar uma doutrina ou uma visão do mundo – e a difusão de material de propaganda traduzido pelas forças de ocupação em um país é um exemplo extremo disso. Partidos e organizações políticas também contribuem para a circulação internacional de obras como as escritas por Marx e Engels. O lugar e o papel da tradução em contextos autoritários, especificamente em regimes fascistas e comunistas, é uma nova área de investigação muito ativa (Billiani, 2007; sobre a República Democrática Alemã, ver Thomson-Wohlgemuth, 2009; sobre a Itália fascista, ver Rundle,

2010). As políticas de tradução implementadas pelos estados-nação costumam fazer parte de políticas mais amplas que visam a promoção de sua cultura nacional no exterior e, para as nações dominantes, o fortalecimento de sua hegemonia ou influência (*soft power*). O Departamento de Estado dos EUA, por exemplo, financiou traduções de grandes pensadores neoliberais em países comunistas e, a partir da década de 1990, também em países árabes. Em alguns países, como França, Holanda ou Israel, o apoio à tradução é concedido também a obras literárias, sem nenhum objetivo ideológico específico, exceto a promoção da cultura nacional no exterior. Por outro lado, as políticas estatais relativas à tradução de obras estrangeiras para línguas locais podem servir a objetivos educacionais ou científicos, a fim de manter um certo nível na competição internacional ou para preencher lacunas, em uma perspectiva desenvolvimentista (sustentada pela noção de “atraso”), como exemplificado pelo caso dos países árabes (Jacquemond, 2009). As questões ideológicas em jogo têm efeitos nas próprias traduções e na prática de tradução e interpretação, por meio de censura, autocensura ou orientação ideológica (ver, por exemplo, Stahuljak, 2010, sobre interpretação durante a guerra na Iugoslávia) e têm efeitos sobre os canais de sua circulação (ilegais x legais) e também em sua recepção, como no caso da importação e recepção na França de obras literárias de países do

leste europeu durante o período comunista (Popa, 2002, 2010).

A tradução também pode servir a objetivos econômicos, no mercado editorial em particular. Embora o lucro econômico não seja a única motivação das editoras, é aspecto subjacente às próprias condições de existência das editoras comerciais. Além disso, certas traduções são realizadas apenas em função do lucro econômico esperado, como é, normalmente, o caso de *best-sellers*. As leis de direitos autorais foram originalmente propostas para proteger os interesses econômicos das editoras, garantindo-lhes direitos exclusivos sobre a obra durante determinado período de tempo – período esse que foi estendido de forma progressiva desde o século XVIII até alcançar o atual termo de 70 anos – após o qual a obra se torna de domínio público, quando novas edições ou traduções podem ser publicadas e coexistir no mesmo mercado. A ascensão de agentes mais ou menos especializados em intercâmbios culturais internacionais remonta ao fim do século XIX: as agências de notícias desempenharam importante papel nessas trocas até o surgimento dos/as agentes literários/as, especialmente nos Estados Unidos. Agentes contribuíram para a unificação progressiva de um mercado mundial de tradução, que toma forma na multiplicação de feiras internacionais do livro durante a era da globalização (Sapiro, 2009b). Nas feiras, agentes lideram a classificação de listas de livros que são propostas às edito-

ras como “comerciais” (ou “muito comerciais”) e distintos daqueles mais sofisticados, ou *upmarket*. A categoria de obras literárias ou acadêmicas *upmarket* refere-se a outro tipo de função, que é mais cultural e cuja tradução nem sempre é lucrativa do ponto de vista econômico, sendo principalmente imbuída de valores culturais, estéticos ou intelectuais. Para uma editora, incluir traduções pode ser uma forma de acumular capital simbólico (Serry, 2002) e por isso o estudo da tradução enriquece o domínio da sociologia da edição e publicação, bem como a área mais consolidada da história editorial, que há muito negligencia a tradução. Em sua análise do “campo editorial”, Bourdieu (1977, 1999) distingue o polo da produção em grande escala, regido pelas leis do mercado e pela busca do lucro a curto prazo (*shortellers*), do polo da produção em menor escala, para quem os critérios culturais, intelectuais ou estéticos precedem as considerações econômicas e para quem o investimento em grandes obras com o potencial de se tornarem “clássicos” é pensado a longo prazo. No primeiro caso, a tradução cumpre sobretudo uma função econômica para tais mediadores, enquanto, no segundo, o processo de importação é determinado por motivos culturais, ainda que também envolva critérios econômicos.

Aplicar esse modelo ao mercado mundial de traduções implica analisar o fluxo das traduções não apenas do ponto de vista de línguas de origem e de destino, mas também de acordo com gêneros, editoras e séries. Uma

simples comparação do número de línguas representadas em diferentes séries revela uma enorme diferença na diversidade linguística entre esses dois polos (Sapiro, 2008b, 2010): no polo da circulação em grande escala (*best-sellers*, obras de mistério e suspense, romances “água-com-açúcar”), obras originalmente escritas em inglês ocupam posição dominante em todo o mundo e competem com a produção nas línguas nacionais de países não-anglófonos, enquanto que no polo da circulação em pequena escala, especialmente no setor literário de luxo, a diversidade linguística é muito alta, devido às implicações históricas da imprensa e da literatura na construção de identidades nacionais (Anderson, 1991; Thiesse, 1998). É também por essa razão que traduções de obras literárias são frequentemente consideradas como fontes relevantes no aprendizado sobre as culturas que originalmente as produziram e, nesse sentido, a tradução também desempenhou um papel importante na construção recíproca de identidades nacionais (para os casos do Brasil e da Argentina, ver Sorá, 2003). Da mesma forma, a importação de obras literárias costuma ser um meio de manutenção da identidade e dos vínculos das comunidades imigrantes com suas culturas originais. Embora a globalização tenha reforçado as restrições econômicas que o polo da produção em grande escala impõe ao polo da produção em pequena escala, os estados-nação ainda desempenham um papel crucial no mercado mundial de tradução, forne-

cendo ajuda financeira para a “exportação” da produção nacional de livros em tradução e, em alguns casos, como o da França, também para a importação de obras literárias e acadêmicas estrangeiras (Sapiro, 2009a). Nesse contexto, a tradução torna-se uma causa cultural e política, defendida por tradutores/as aliados/as a pequenas editoras, ao clube PEN Internacional e a alguns estados-nação, a fim de combater a expansão do domínio da língua inglesa no mundo e para promover a diversidade cultural através da tradução (Sapiro, 2010).

Traduções literárias também podem cumprir funções mais específicas ao campo literário e obras traduzidas muitas vezes são uma fonte de inspiração para a renovação de modelos literários (Even-Zohar, 1990) ou para subverter as normas literárias dominantes em um espaço nacional (Casanova, 1999). Na década de 1930, por exemplo, Sartre tomou emprestadas algumas técnicas literárias de romances de Dos Passos e Faulkner, com os quais teve contato por traduções da editora francesa Gallimard e que resenhou para o prestigioso jornal literário da própria editora, *La nouvelle revue française*. Além disso, em seus ataques às gerações francesas anteriores à sua, ele cita escritores anglo-americanos como contraexemplo. A recepção torna-se assim um processo que pode ser estudado sociologicamente, por meio da análise das propriedades e trajetórias sociais de grupos de “importadores/as”, bem como sua posição no campo literário (Wilfert, 2002), o

que também se aplica à recepção de obras intelectuais, conforme veremos na próxima seção.

Note-se que, na prática, as diferentes funções enumeradas muitas vezes estão entrelaçadas, gerando tensões entre agentes e às vezes no processo de decisão de um/a dado/a agente, que oscila entre valores por vezes incompatíveis. Um exemplo disso deu-se com o conceituado editor francês Gaston Gallimard, cujas traduções dos romances de Faulkner nos anos 1930 não venderam muito bem a princípio: a despeito desse fracasso inicial, esse agente tomou a decisão de continuar publicando o autor americano em francês por acreditar no seu valor literário (Sapiro, 2011).

AS CONDIÇÕES SOCIAIS DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE IDEIAS

Paralelamente ao papel na divulgação de obras literárias, a tradução desempenha um papel importante na circulação internacional de ideias. É fato que as ideias não circulam por conta própria, mas são transmitidas por agentes e instituições e podem, assim, encontrar muitos obstáculos políticos, econômicos e/ou culturais (Sapiro, 2012). A censura é um exemplo extremo de obstáculo político, mas a decisão pela tradução ou não de um livro por parte da editora também pode abranger considerações ideológicas. Embora a circulação de material impresso tenha passado por uma maior liberalização em muitos países do mundo, a preocupação crescente das editoras com o lucro, em detrimento dos critérios intelectuais,

gera uma forma de censura econômica e é um grande obstáculo à livre circulação de ideias hoje. Por causa dos custos adicionais envolvidos na contratação de tradutores/as, os livros em tradução sofrem muito mais com esse tipo de censura do que os livros na língua original: editoras, incluindo editoras sem fins lucrativos como as acadêmicas, podem decidir não realizar uma tradução por questões puramente econômicas, ainda que uma obra atenda a seus demais critérios intelectuais (sobre a evolução das editoras acadêmicas anglo-americanas, ver Thompson, 2005).

Obstáculos culturais também podem ocorrer nos vários níveis do processo de importação. No primeiro nível, as relações de poder entre as culturas podem travar o intercâmbio entre elas, visto que a cultura dominante costuma estar mais interessada em exportar suas ideias para a dominada – e, assim, reforçar sua hegemonia – do que em importar ideias produzidas por esta. A balança de poder é capaz de variar, além disso, em função das diferentes categorias de livros. Enquanto as filosofias alemã e francesa são dotadas de alto capital simbólico, a filosofia americana há muito vem sendo desconsiderada na França, o que criou um obstáculo para a importação do pragmatismo (Pudal, 2012).

Ademais, frequentemente surgem obstáculos culturais no próprio processo de importação. Bourdieu (2002) ecoa um entendimento de Marx ao declarar que “textos circulam sem seus contextos”, o que pode ser fonte de

mal-entendidos. Não é incomum que textos sejam apropriados durante o processo de transferência para servir aos interesses e propósitos de quem os importa e em seus próprios campos, sejam eles ideológicos ou intelectuais. Esse fenômeno pode ser ilustrado pela introdução dos formalistas russos na França (Matonti, 2009) ou pela importação de John Rawls e as teorias da justiça na França (Hauchecorne, 2009). No caso de grandes obras, muitas vezes diferentes grupos entram em competição para se apropriar delas e legitimar sua própria abordagem: a recepção do sociólogo alemão Max Weber nos Estados Unidos e na França é apenas um exemplo.

EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Interpretações contraditórias de uma obra podem acontecer devido a ambiguidades linguísticas e, dado que a tradução é também uma interpretação, o risco de mal-entendidos se multiplica. As estruturas semânticas de diferentes idiomas não são totalmente correspondentes e este é, notadamente, um grande problema para a tradução: a palavra francesa *esprit*, por exemplo, pode ser traduzida como “mente” ou “espírito”, dependendo do contexto. Há, no entanto, casos em que o contexto não é totalmente claro, ou quando a opção por uma tradução ou outra gera ambiguidades. Além disso, existem muitos conceitos “intraduzíveis” (Cassin, 2004): o conceito alemão de *Bildung* (“autocultivo”) é um deles. Às vezes, uma palavra usada como conceito em uma língua não

existe em outra: não há, por exemplo, nenhuma palavra em hebraico que corresponda a “distinção”, usada por Bourdieu em sua teoria do espaço social, uma vez que não havia na sociedade judaica uma classe aristocrática. Como consequência, uma palavra teve que ser criada especificamente para esse propósito, baseada na raiz de “diferença”, ou *hitbadlout*.

As lacunas entre as línguas podem, de outra forma, ser também fonte de enriquecimento do pensamento crítico, forçando-nos a comparar não apenas dois sistemas linguísticos, mas também dois sistemas culturais, levando a uma relativização de nossas próprias categorias de pensamento. Isso acontece de forma ainda mais clara nas ciências humanas e sociais, cuja formação se deu paralelamente ao desenvolvimento dos estados-nação e tomam emprestados muitos conceitos do senso comum. Vide o caso da sociologia das profissões, surgida nos Estados Unidos no período entreguerras, que foi posteriormente contestada por acadêmicos vindos da Alemanha e para quem não havia um equivalente da própria noção de “profissão” no sentido americano, já que a palavra alemã *Beruf* significa “vocação” ou “aptidão”. Essa diferença levou tais acadêmicos a revisar alguns dos pressupostos desse domínio, como a presunção de um *status* especial conferido às profissões nos Estados Unidos, especialmente em relação a sua autonomia, já que seu desenvolvimento na Europa Central e Oriental no século XIX deu-se sob o controle estatal.

O exemplo demonstra que a tradução é muito mais que mera mediação entre culturas (neste caso, culturas acadêmicas): é uma prática intelectual com benefícios epistemológicos que precisa ser mantida viva de modo a evitar a rotinização ou padronização do pensamento crítico. Consequentemente, embora o inglês seja geralmente utilizado como língua franca no mundo acadêmico, o multilinguismo e a tradução são cruciais para as ciências humanas e sociais. Diferentemente das ciências naturais, a formação nas humanas e sociais deveria certamente incluir alguma experiência tradutória.

CONCLUSÃO

A sociologia da tradução é um domínio emergente que abre muitas novas portas para o trabalho focado em agentes e instituições envolvidos/as no processo de tradução e em seu mercado. Ainda há muito a ser feito a partir de uma perspectiva comparativista, sobre o desenvolvimento profissional da tradução como profissão; as funções sociais da tradução em diferentes contextos culturais e políticos; a sociologia da edição e publicação de traduções, e o processo de recepção, já que tais estudos até agora ficaram concentrados na crítica e não na experiência de leitura.

Além disso, mais estudos devem ser realizados para preencher lacunas entre a sociologia da tradução e o estudo das normas e práticas de tradução (Toury, 1995; Sapiro, 2008b). Uma das questões a considerar envolve

a influência das características sociais de agentes em sua prática de tradução: essas características incluem, por um lado, aquilo que concentra o conceito do *habitus* em Bourdieu (Simeoni 1998) e, por outro, seu *status* profissional e como concebem a própria prática. Para ilustrar o segundo aspecto, basta observar como acadêmicos/as que traduzem obras de suas áreas preocupam-se muito mais em evitar trair o trabalho original e contextualizá-lo em relação à cultura de origem do que tradutores/as profissionais de literatura infantil ou de suspense, para quem o princípio de adaptação às expectativas editoriais e mais amplamente culturais da cultura-alvo prevalece sobre uma suposta fidelidade ao original. Consequentemente, o que faz uma “boa tradução” varia de acordo com o domínio e o gênero, bem como de acordo com o *habitus* do/a tradutor/a. A qualidade de uma tradução também implica uma ética de tradução que circunda noções de exatidão, justiça e ideologia (Venuti, 1998).

Enquanto a sociologia traz uma nova perspectiva aos estudos da tradução, a tradução, como objeto, levanta questões de interesse sociológico mais amplo, como: processos de profissionalização e legitimação ou hierarquização de práticas culturais e produtos culturais (incluindo a formação de cânones); sociologia editorial e da publicação na cadeia de produção de obras literárias; trocas interculturais e condições sociais de circulação

de bens e ideias simbólicas, e sobre a epistemologia das ciências humanas e sociais.

REFERÊNCIAS E SUGESTÕES DE LEITURA

ABBOTT, Andrew. *The system of professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ANDERSON, Benedict R. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991.

BECKER, Howard S. *Art worlds*. Berkeley: University of California Press, 1982.

BILLIANI, Francesca (ed.). *Modes of censorship and translations: National contexts and diverse media*. Manchester: St. Jerome, 2007.

BOURDIEU, Pierre. La Production de la croyance: Contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 13, p. 3-43, 1977.

_____. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

_____. *The field of cultural production*. Tradução de Richard Nice. Cambridge: Polity Press, 1993.

_____. Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 126-27, p. 3-28, 1999.

_____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 145, p. 3-8, 2002.

CASANOVA, Pascale. *La république mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

_____. Consécration et accumulation de capital littéraire: La traduction comme échange inégal. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 144, p. 7-20, 2002.

CASSIN, Barbara. *Vocabulaire européen des philosophies*. Paris: Seuil/Le Robert, 2004.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The position of translated literature within the literary polysystem. *Poetics today*, v. 11, n. 1, p. 45-52, 1990.

FREIDSON, Eliot. Les Professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique. *Revue française de sociologie*, v. 27, n. 3, p. 431-43, 1986.

GOUANVIC, Jean-Marc. A bourdieusian theory of translation, or the coincidence of practical instances: Field, 'habitus,' capital and 'illusio.', *The Translator*, v. 11, n. 2, p. 147-66, 2005.

Hauchecorne, Mathieu. Le 'Professeur Rawls' et 'le Nobel des pauvres': La Politisation différenciée des théories de la justice de John Rawls et Amartya Sen. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 176-77, p. 94-113, 2009.

HEILBRON, Johan. Towards a sociology of translation: Book translations as a cultural world-system." *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 4, p. 429-44, 1999.

_____; SAPIRO, Gisèle. Outline for a sociology of translation: Current issues and future prospects. In: WOLF, Michaela; FUKARI, Alexandra, eds. *Constructing a Sociology of Translation*, (orgs.) Amsterdam: John Benjamins, 2007, p. 93-109.

HEINICH, Nathalie. Les traducteurs littéraires: L'art et la profession. *Revue française de sociologie*, v. 25, p. 264-80, 1984.

JACQUEMOND, Richard. Translation policies in the Arab world: Representations, discourses, realities. *The Translator*, v. 15, n. 1, p. 15-35, 2009.

LATOUR, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes: Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991.

MATONTI, Frédérique. L'Anneau de Moëbius. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 176-77, p. 52-67, 2009.

MERTON, Robert K. *Social Theory and Social Structure*. Edição revisada. Londres: The Free Press of Glencoe, 1957.

MILO, Daniel. La Bourse mondiale de la traduction: un baromètre culturel. *Annales*, v. 1, p. 92-115, 1984.

POPA, Ioana. Un transfert littéraire politisé: Circuits de traduction des littératures d'Europe de l'Est en France 1947–1989. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 144, n. especial, p. 55-69, 2002.

POPA, Ioana. *Traduire sous contraintes: Littérature et communisme (1947–1989)*. Paris: Editions CNRS, 2010.

PRUNČ, Erich. Priest, Princes and Ariahts: Constructing the Professional Field of Translation. In: WOLF, Michaela; FUKARI, Alexandra (orgs.). *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 39-56.

PUDAL, Romain. La Philosophie peut-elle être américaine? Les obstacles à l'importation du pragmatisme en France. In: SAPIRO, Gisèle (org.). *Traduire la littérature et les sciences humaines: Conditions et obstacles*. Paris: DEPS/ Ministère de la Culture, 2012. p. 321-42.

PYM, Anthony; CHRUPALA, Grzegorz. The Quantitative analysis of translation flows in the age of an international language. In: BRANCHADELL, Albert; WEST, Lovell M. (orgs.). *Less translated languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 27-38.

RUNDLE, Christopher. *Publishing translations in fascist Italy*. Bern: Peter Lang, 2010.

SAPIRO, Gisèle. Translation and the Field of Publishing: A Commentary on Pierre Bourdieu's 'A Conservative Revolution in Publishing from a Translation Perspective'. *Translation Studies*, v. 1, n. 2, p. 154-67, 2008a.

_____. Normes de traduction et contraintes sociales. In: PYM, Anthony; SHLESINGER, Miriam; SIMEONI, Daniel (orgs.). *Beyond descriptive translation studies: Investigations in homage to Gideon Toury*. Amsterdam: John Benjamins, 2008b. p. 199-208.

_____. (org.). *Translatio: Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris: Éditions CNRS, 2008c.

SAPIRO, Gisèle. Mondialisation et diversité culturelle: Les enjeux de la circulation transnationale des livres. *In*: SAPIRO, Gisèle (org.). *Les contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde, 2009a. p. 275-302.

_____. (org.). *Les contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde, 2009b.

_____. Globalization and cultural diversity in the book market: The case of translations in the US and in France. *Poetics*, v. 38, n. 4, 2010, p. 419-39, 2010.

_____. A l'international. *In*: CERISIER, Alban; FOUCHÉ, Pascal; BESSARD- BANQUY, Olivier (orgs.). *Gallimard, 1911–2011: Un siècle d'édition*, Paris: Gallimard/Bibliothèque nationale de France, 2011. p. 124-47.

SAPIRO, Gisèle (org.). *Traduire la littérature et les sciences sociales: Conditions et obstacles*. Paris: DEPS, 2012.

_____; BUSTAMANTE, Mauricio. Translation as a measure of international consecration: Mapping the world distribution of Bourdieu's books in translation." *Sociologica*, n. 2-3, 2009.

_____; POPA Ioana. Traduire les sciences humaines et sociales: Logiques éditoriales et enjeux scientifiques. *In*: SAPIRO, Gisèle (org.). *Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*, Paris: Éditions CNRS, 2008. p. 107-43.

SELA-SHEFFY, Rakefet. How to be a (recognized) translator: Rethinking habitus, norms, and the field of translation. *Target*, v. 17, n. 1, p. 1-26, 2005.

_____. 'Stars' or 'professionals': The imagined vocation and exclusive knowledge of translators in Israel." *In*: FOUCES, Oscar Diaz; MONZÓ, Esther (orgs.). *MonTI 2: Applied Sociology in Translation Studies/Sociologia aplicada a la traducción*. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2010. p. 131-52.

_____; SHLESINGER, Miriam (orgs.). *Identity and status in the translational professions*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

SERRY, Hervé. Constituer un catalogue littéraire. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 144, p. 70-9, 2002.

SIMEONI, Daniel. The pivotal status of the translator's habitus. *Target*, v. 10, n. 1, p. 1-39, 1998.

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: Una antropología de la circulación internacional de las ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

STAHULJAK, Zrinka. War, translation, transnationalism: Interpreters in and of the War (Croatia, 1991–1992). In: BAKER, Mona (org.). *Critical readings in Translation Studies*. Londres: Routledge, 2010. p. 391-414.

THIESSE, Anne-Marie. *La Création des identités nationales: Europe XVIIe siècle–XXe siècle*. Paris: Seuil, 1998.

THOMSON-WOHLGEMUTH, Gaby. *Translation under state control: Books for young people in the German Democratic Republic*. Londres: Routledge, 2009.

THOMPSON, John B. *Books in the digital age: The transformation of academic and higher education publishing in Britain and the United States*. Cambridge: Polity Press, 2005.

TOURY, Gideon. The Nature and Role of Norms in Translation. In: *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 35-69.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility: A history of translation*. Londres: Routledge, 1995.

_____. *The scandals of translation: Towards an ethics of difference*. Londres: Routledge, 1998.

WILFERT, Blaise. Cosmopolis et l'homme invisible: Les importateurs de littérature étrangère en France, 1885-1914. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 144, p. 33-46, 2002.

WOLF, Michaela; FUKARI Alexandra. *Constructing a sociology of translation*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

TRADUZIR OS INTRADUZÍVEIS, UM INVENTÁRIO

BARBARA CASSIN

TRADUÇÃO: IVI VILLAR

PENSAR EM LÍNGUAS

Meu ponto de partida é o *Vocabulaire européen des philosophies, Dictionnaire des intraduisibles* (Seuil, Le Robert, 2004), um livro engraçado, em expansão, cujas aventuras e avatares ultrapassam seus/suas autores/as.

Foi um trabalho bem pesado, que reuniu 150 pesquisadores/as franceses e estrangeiros/as durante dez anos. Ele resultou em um objeto muito singular, rico de 9 milhões de signos, 400 entradas e 4000 palavras, particularidades ou expressões tomadas de uma quinzena de línguas europeias ou constitutivas da Europa. A originalidade desse trabalho foi saudada na comunidade científica internacional, e sua ressonância na sociedade civil não pode ser negada (em torno de 15000 exemplares foram vendidos até o momento).

"TRADUIRE LES INTRADUISIBLES, UN ÉTAT DES LIEUX." *Cliniques méditerranéennes*, 2014/2 (N° 90), P. 25-36.

Mas seu interesse é atestado sobretudo pelo número e pela quantidade das traduções/adaptações que suscita: o dicionário está hoje em curso de tradução/adaptação em dez línguas – inglês, ucraniano, romeno, espanhol, português, árabe, persa e, desde 2012, russo, hebreu, italiano e, sem dúvida, em breve grego e chinês. Cada uma dessas adaptações é, de fato, um novo trabalho, que impõe uma reflexão sobre a relação entre língua e cultura e, mais precisamente, sobre a tradução como transferência de uma língua e de uma cultura a outra.

É necessário, primeiro, voltar ao objetivo do *Vocabulário* em si. Um dos problemas mais urgentes colocados pela Europa é o das línguas. Podemos escolher uma língua dominante, na qual se farão daqui em diante as trocas; ou fazer a manutenção da pluralidade, tornando manifestos o sentido e o interesse das diferenças. O *Vocabulário* se inscreveu resolutamente sob a segunda ótica.

É um gesto filosófico e um gesto político.

Ele tem a ambição de constituir uma cartografia das diferenças filosóficas europeias, capitalizando o saber dos/as tradutores/as. Explora a ligação entre fato da língua e fato do pensamento e se apoia nestes sintomas que são as dificuldades de passar de uma língua a outra – com *mind*, entendemos a mesma coisa que com *Geist* ou com *esprit*? *Pravda*, é *justiça* ou *verdade*? E o que acontece quando tomamos *mimesis* por *imitação*? Cada entrada

parte, assim, de um nó de intraduzibilidade e procede à comparação de redes terminológicas, cuja distorção faz a história e a geografia das línguas e das culturas. Daí a definição que proponho para os “intraduzíveis”: não o que não traduzimos, mas o que não cessamos de (não) traduzir. Sintomas da diferença das línguas, a serem colocados imediatamente no plural, o mais longe possível de qualquer sacralização.

É assim que ele constitui um instrumento de trabalho de um novo tipo, na esteira comparativa do *Vocabulaire des institutions indo-européennes* de Émile Benveniste. Nele, não partimos dos conceitos, mas das palavras, e ele obriga a tomar consciência de que pensamos em línguas. “Aquele que acha a linguagem interessante em si é um outro que aquele que não reconhece ali mais que o *médium* de pensamentos interessantes.”² O único ponto de partida possível é então aquele, humboldtiano, da pluralidade das línguas: “A linguagem se manifesta na realidade unicamente como multiplicidade”³; dito de outra forma,

2 “Celui qui trouve le langage intéressant en soi est un autre que celui qui n’y reconnaît que le *medium* de pensées intéressantes.” NIETZSCHE, F. *Fragments sur le langage*, Notes de Travail pour Homère et la Philologie Classique, 1868-1869; Tradução francesa de Jean-Luc Nancy e Philippe Lacoue-Labarthe, *Poétique*, 5, 1971, p. 134.

3 “Le langage se manifeste dans la réalité uniquement comme multiplicité”. HUMBOLDT, Wilhelm Von. Über die Verschiedenheiten..., in *Gesammelte Schriften*. Berlim, Ed. A. Leitzmann et coll., Behr, vol. VI, p. 240. [Trecho traduzido em francês por B. Cassin. N.T.]

a linguagem é, e é apenas, a diferença das línguas. Sob essa perspectiva, traduzir não é mais *dolmetschen*, mas *übersetzen*, compreender como as diferentes línguas produzem mundos diferentes, fazer comunicar esses mundos e inquietar as línguas umas às outras, de forma que a língua do leitor vá ao encontro daquela do escritor⁴; o mundo comum torna-se um princípio regulador, uma visada, não um ponto de partida. Tal é o regime do *Dicionário dos intraduzíveis*.

Ora, esse gesto filosófico é também, e talvez hoje sobretudo, um gesto político. Qual Europa linguístico-filosófica, e mesmo qual tipo de mundo, qual “globalização” nós queremos? Resposta: há dois que não queremos, que podemos caracterizar assim: nem totalmente em inglês, nem nacionalismo ontológico.

O primeiro cenário catastrófico deixa subsistir somente uma língua, sem autor e sem obra: o *globish*, “global english”⁵, e dialetos. Todas as línguas da Europa, francês, alemão etc., seriam faladas somente em casa e preservadas

4 “Ou bien le traducteur laisse l’écrivain le plus tranquille possible et fait que le lecteur aille à sa rencontre, ou bien il laisse le lecteur le plus tranquille possible et fait que l’écrivain aille à sa rencontre” (“Ou o/a tradutor/a deixa o/a escritor/a o mais tranquilo possível e faz com que o leitor vá ao seu encontro, ou deixa o leitor o mais tranquilo possível e faz com que o escritor vá ao seu encontro”) SCHLEIERMACHER, *Des différentes méthodes du traduire* [1817], trad. Antoine Berman ; Paris, Le Seuil, coll. “Points-bilingues”, 1999, p. 49) – escolhemos, com Schleiermacher, a intranquilidade da primeira via.

5 Termo emprestado de Jean-Paul Nerrière, in: *Don’t speak English, parlez globish* (Eyrolles, 2a ed, 2006).

como espécies ameaçadas *via* uma política patrimonial. O inglês mesmo, o de Shakespeare e de Joyce, fará parte desses dialetos que ninguém mais compreende. O outro cenário catastrófico está ligado ao complicado problema do “gênio” das línguas. Ele culmina em Heidegger, para quem “a língua grega é filosófica, dito de outra forma, [...] ela não foi invadida pela terminologia filosófica, mas filosofava ela mesma, já enquanto língua e configuração de língua [*Sprachgestaltung*]. E o mesmo vale para qualquer língua autêntica, naturalmente, em graus diversos. Esse grau se equipara à profundidade e à potência da existência de um povo e de uma raça que fala a língua e nela existe [*Der Grad bemisst sich nach der Tiefe und Gewalt der Existenz des Volkes und Stammes, der die Sprache spricht und in ihr existiert*]. Esse caráter de profundidade e de criatividade filosófica da língua grega, nós o encontramos somente na nossa língua alemã”⁶. Todo o trabalho do *Dicionário* vai contra essa tendência para sacralizar o intraduzível, imperfeição simétrica do desprezo universalista.

A direção a seguir entre essas duas armadilhas deixa-se dizer por um termo deleuzeano: “desterritorializar”. Humboldt acrescenta: “A diversidade das línguas é condição imediata de um crescimento, para nós, da riqueza do mundo e da diversidade do que conhecemos

6 HEIDEGGER, Martin. *De l'essence de la liberté humaine, Introduction à la philosophie* [1930], tradução francesa: Emmanuel Martineau. Paris, Gallimard, 1987, p. 57. Uma nota ao fim da página indica: “Cf. Maître Eckhart et Hegel”

nele; por ela amplia-se ao mesmo tempo, para nós, a área da existência humana, e novas maneiras de pensar e de sentir se oferecem a nós sob traços determinados e reais.”⁷ Tal é precisamente a ambição de um trabalho como o *Dicionário*.

O TERRENO DA DIFERENÇA DAS LÍNGUAS E DAS CULTURAS: O QUE QUER UMA LÍNGUA?

O desafio comparativo encontra-se redobrado com a tradução, ou antes, as traduções do *Vocabulário*. Não poderia se tratar, de fato, de uma tradução mecânica. O *Vocabulário* pensou os “intraduzíveis” no seio de um espaço certamente internacional e plurilíngue, mas francófono no sentido estrito de falante de francês, e os descreveu usando o francês como metalíngua. Toda tradução em uma outra língua, então, deve primeiro fazer uma distinção entre as entradas que são em francês “genérico” ou “metalinguístico” e aquelas que são em francês “idiomático”. Podemos entender essa diferença comparando, por exemplo, os dois artigos “Amar, amor, amizade” e “Nostalgia”. “Amar” toma o lugar, em francês, de toda uma fátia semântica analisável diferencialmente,

7 “La diversité des langues est condition immédiate d’une croissance pour nous de la richesse du monde et de la diversité de ce que nous connaissons en lui ; par là s’élargit en même temps pour nous l’aire de l’existence humaine, et de nouvelles manières de penser et de sentir s’offrent à nous sous des traits déterminés et réels”. HUMBOLDT, Wilhelm von. *Fragment de monographie sur les Basques* [1822], traduzido em francês por Pierre Caussat, Dariusz Adamski, Marc Crépon; in: *La langue source de la nation*, Mardaga, 1996, p. 433.

do grego *eran*, *agapan*, *philein*, ao inglês *to love*, *to like*, e para o qual será preciso encontrar um termo genérico correspondente na língua de chegada – um, ou vários? –, que permita ao artigo desdobrar a história e a geografia do conjunto dessas terminologias. Em contrapartida, *nostalgie*, palavra francesa vinda do grego *via* suíço alemão é idiomático; é, “em francês”, como *saudade* é em português, *Sensucht* em alemão e *dor* em romeno. Esse primeiro trabalho de discriminação e de classificação que exige, às vezes, manter a entrada em francês, às vezes passar o lema para outra língua, não é um trabalho editorial banal de tradução, mas um trabalho de pensamento ligado à tradução. Continua essencial poder comparar as percepções das diversas equipes, os critérios, as justificativas, os interesses e os efeitos.

A escolha da ou das palavras que servirão em uma dada língua como equivalentes para as entradas genéricas, constitui um segundo problema filosófico, emblemático dessa não-sobreposicionabilidade das línguas e das redes, que é o objeto mesmo do *Vocabulário*. Essa escolha dos lemas é, por sua vez, um simples espelho ampliando dificuldades e dilemas que devem ser resolvidos língua por língua, em particular no momento das citações (especialmente de autores da Antiguidade) para as quais as traduções existentes revelam suas insuficiências.

A partir dessas dificuldades “técnicas”, cada tradução se revela uma adaptação e uma aventura. Ela elabora suas

estratégias e faz uma reflexão sobre os efeitos que quer produzir. Ela realiza transformações fortes. São, em um segundo momento, estas transformações que queremos comparar: levar a sério a diferença das línguas e das culturas, colocá-la em evidência e interrogá-la por meio desse dispositivo de transferência que redobra a questão da tradução. Elas obrigam a uma reflexão crítica sobre a prática e constituem uma poderosa ferramenta de interrogação comparativa.

O desafio, de fato, não é idêntico para todas as línguas. Cada tradução estabelece uma terminologia na língua. Ora, essa terminologia é hoje mais ou menos flutuante, por razões não apenas culturais, mas também históricas e políticas, interferindo com o sentimento nacional. É o caso, em particular, na Ucrânia: trata-se de constituir uma língua filosófica própria, distinta do russo, fazendo trabalhar em conjunto toda uma comunidade de filósofos/as, professores/as e pesquisadores/as, que se ignoravam como tal. Da mesma forma com o romeno, na Romênia, onde se trata de atuar entre várias tradições dominantes e vários espaços culturais, através de uma negociação entre latim e eslavo. Com o português e o espanhol, estão em jogo fronteiras entre literatura e filosofia, mas também a relação com as transformações das línguas-mãe pelas línguas indígenas: certamente, não é indiferente à geopolítica filosófica que o espanhol se faça no México, que o português se faça no Brasil – nem que o inglês seja

norte americano. No mundo anglófono, não é evidente dar direito de expressão à diferença entre as línguas em filosofia, lá onde uma certa filosofia analítica suporia antes conceitos independentes das palavras para dizê-las e, necessariamente, pouco situados no espaço e no tempo. Assim, o *Dictionary of Untranslatable Terms*, que foi publicado em Princeton, em fevereiro de 2014, é pensado como uma máquina de guerra contra o *globish* (“servir-se do *english* contra o *globish*”) e contra a concepção de uma filosofia muito rapidamente universalista, indiferente à história e às línguas. Enfim, para o mundo árabe o desafio é enorme, visto que consiste em abrir, uma à outra, línguas e culturas que a história certamente já reuniu – como testemunho, aliás, a presença, no *Vocabulário*, do árabe como língua de passagem e vetor de transmissão filosófica –, mas que desde então são altamente ignoradas entre si, como atesta o pequeno número de traduções modernas para o árabe até hoje. A tradução em árabe literal participa do novo momento de aceleração histórica na chegada de textos, depois daqueles ocorridos nos séculos IX e XIX, e se apoia sobre o sistema da língua árabe para criar novos parônimos, contribuindo para redesenhar as fronteiras do referencial intelectual. Quanto à tradução iraniana que está ocorrendo, sua importância política dispensa comentários.

Cada tradução é, assim, ocasião de transformações e acréscimos, às vezes, substanciais: novo artigo na tradu-

ção brasileira sobre a transformação do português pelas línguas indígenas, novo artigo *sari'a* na tradução árabe, novo artigo *gender* na tradução americana, novo artigo sobre o “Vocabulário filosófico romeno (antigo, moderno contemporâneo)”, numerosos emoldurados etc.

Além disso, novos espaços linguísticos e culturais estão se abrindo: Rússia primeiro. Dados os eventos de hoje na Ucrânia, gostaria de sublinhar que é uma editora ucraniana, *Duh i Litera*, a mesma que está publicando a tradução em língua ucraniana, que está trabalhando com os pesquisadores e intelectuais russos, ucranianos e franceses para produzir a tradução/adaptação russa. É uma triangulação cujo gestor de projeto é o mesmo Constantin Sigov que, com seu filho Alexis, tentou pensar o Euromaidan. Enfim, recentemente foram iniciados os trabalhos de adaptações em italiano, em hebreu (língua sagrada/língua falada? Para parafrasear o título de um filme de Nurith Aviv) e talvez em grego (língua antiga, morta, filosófica/língua viva?).

Por áreas ainda muito específicas, estamos testando a possibilidade de uma adaptação ao chinês. O Instituto Francês de Psicanálise, recentemente aberto no hospital Sainte-Anne, acolhe entre os pacientes muitos imigrantes chineses. Lá estamos abordando, juntamente com os Doutores Françoise Gorog e Luc Faucher, a relação entre filosofia e psicanálise, tomada sob o ângulo do vocabulário e das dificuldades de tradução do francês

ao chinês e do chinês ao francês. Estamos estendendo a problemática para a tradução de certos textos-chave da filosofia “ocidental” (como as *Categorias* de Aristóteles, que foram objeto de diversas traduções, primeiramente com jesuítas como Matteo Ricci), a partir do grego e/ou latim, e depois a partir do inglês em um período mais recente. Isso em conjunto com a Universidade Fudan de Xangai, graças, em particular, aos doutorandos que estão trabalhando na tradução dos textos filosóficos.

Estamos examinando, igualmente, a possibilidade de estender a problemática a certas línguas africanas, em conjunto com o polo patrimonial do *Ministère des Affaires Étrangères*, em torno de Danièle Wozny: com os linguistas da Academia Africana de Línguas (ACALAN) e os diretores do patrimônio, nós estamos elaborando um trabalho comparativo sobre as noções de “museu” e “patrimônio”. O objetivo é compreender as perdas e ganhos ligados à tradução da terminologia no domínio do patrimônio e da paisagem, isto é, à tradução da terminologia natureza/cultura até, e inclusive, nos dossiês a serem entregues à UNESCO para a classificação dos locais.

Enfim, apoiando-nos sobre a reflexão ligada à transferência do *dicionário* no mundo árabe-muçulmano (o primeiro fascículo publicado sobre o vocabulário político, do direito, da lei, do fato religioso), nós começamos a desenvolver especialmente com Ali Benmakhlouf (Paris X) e Souleymane Bachir Diagne (Universidade de

Columbia), uma reflexão em conjunto sobre a tradução dos textos sagrados, diversamente possível ou impossível, que toma a forma de uma pesquisa sobre “os intraduzíveis dos três monoteísmos”. Estamos explorando, após uma solicitação feita pelo príncipe Hassan da Jordânia e da sua Fundação para a pesquisa e o diálogo inter-religioso e intercultural, o projeto de um vocabulário comparado dos três monoteísmos, não a partir de valores ético-religiosos dos quais suporíamos a analogia/heterogeneidade, mas dos textos eles mesmos, em suas línguas e em suas palavras. Este ângulo de ataque, o das línguas, se impõe na medida em que cada um dos três livros se coloca, de uma maneira ou de outra, como “revelado”, em uma ligação orgânica com uma língua, suscetível ou não de tradução. Nós começamos a trabalhar algumas palavras-chave, em torno das quais gira cada livro. De maneira mais global deveremos, igualmente, por meio de artigos gerais a respeito do conjunto de uma fonte, instruir a relação entre cada texto sagrado e a língua na qual ele é revelado, o estatuto do livro e sua relação com a oralidade, as línguas nas quais ele é em seguida transliterado, traduzido, transmitido, interpretado e glosado; essa relação com as outras línguas sendo ao mesmo tempo religiosa e historicamente determinada.

E A TRADUÇÃO ASSISTIDA POR COMPUTADOR?

Se o objetivo a curto e médio prazo é ajudar a conceber e realizar da melhor forma a tradução do *Vocabulário* em

cada uma das línguas consideradas, o objetivo é também, a mais longo prazo, visualizar e pensar a geometria de todos os reparos e adaptações às quais a operação de tradução e transferência será forçada. Queremos, por exemplo, por ocasião do aniversário de dez anos do lançamento do *Dicionário* em francês (de 19 a 22 de novembro, em Paris, um colóquio internacional e uma grande festa), reunir as singularidades de cada uma das versões, seus acréscimos e suas transformações em relação ao “original” francês, e publicá-los em francês (primeiramente e em todo caso, mas *anagkê stênai*⁸) como um volume em si, um guia, para nós, dos desvios do “Filosofar em línguas”. Para isso, nós desenvolvemos simultaneamente, a partir da França e do Brasil, um site plurilíngue que permite, na área reservada, trocar questões e traduções, especialmente quanto às citações (www.intraduisibles.org/). Elaboramos igualmente, a longo prazo, um “Diário de bordo das traduções”, publicado em quatro línguas, incluindo árabe e turco, pela revista online *Transeuropéennes* (www.transeuropeennes.eu/) (a partir de 2019 com a minha contribuição; depois, com a da equipe ucraniana de A. Vasiliu para o romeno, F. Santoro para o português do Brasil e Ali Benmakhlof para o árabe).

Estamos refletindo sobre as modalidades que permitam a digitalização-consulta mais inteligente do *Vocabulário* e

8 Expressão que remete à Aristóteles, com um sentido como “é preciso parar por aí”. [N.T.]

de suas versões-adaptações, e que autorizem uma abertura razoável para os acréscimos. Parece-nos que há, de fato, alguma coisa de acordo com o espírito deste trabalho. Por um lado, porque o *Vocabulário* é um gesto, mais do que uma obra fechada – uma *energeia* mais do que um *ergon*, para retomar o termo pelo qual Humboldt caracteriza a língua, de modo que o acréscimo de sintomas língua por língua vai evidentemente no sentido do andamento, sob a condição de manter um controle científico sobre os acréscimos em questão. Por outro lado, porque esses acréscimos tendem eles mesmos a entrar em ressonância entre si, para constituir visivelmente uma malha comparativa das tradições e das culturas filosóficas.

Tal rede toma como âncora, portanto como “palavras-chave”, não apenas os lemas análogos nas diferentes línguas, mas as citações (ou sua referência) em torno das quais se constituem os artigos, de maneira a fazê-las aparecer ao mesmo tempo em sua língua original e em suas traduções, múltiplas no espaço e no tempo. Continuamos, assim, o trabalho iniciado durante a participação no projeto ECHO (*European Cultural Heritage Online*, pilotado pelo Max Planck Institut, no 5º PCRD) e que deu origem a um protótipo de digitalização inteligente, com representação cartográfica das relações entre entradas, navegação por hipertexto, conjunto de links externos *via* palavras-chave, nomes próprios e citações, permitindo acessar as obras em línguas (amostra disponível igualmente

no site do Max Planck, e no site do Robert [<http://robert.bvdep.com/public/vep/accueil.html>], ver em particular o artigo “Bild”). Queremos estender essa amostra, que se refere ao vocabulário da imagem a partir do dicionário francês, às adaptações das mesmas entradas em algumas outras línguas, a fim de comparar as cartografias e implementar a navegação interna e externa.

Esta pesquisa, a mais longo prazo, se abre para uma reflexão quanto aos modelos em funcionamento na tradução automática.

O principal modelo em funcionamento até hoje, ligado ao Systran, consiste em passar de uma língua a outra *via* uma língua-pivô, o inglês, que funciona como denominador comum. O inglês é, ele mesmo, desambiguado previamente (essencialmente *via* Wordnet), então transformado para passar do estatuto de língua natural ao de língua-pivô. A desambiguação é compreendida como o meio de passar da palavra, singular e iluminada pela língua, ao conceito universal. Essa concepção é a de uma boa parte da tradição filosófica, desde Aristóteles que constrói a homonímia como o mal radical da linguagem, até Leibniz cuja característica universal visa uma redução ao idêntico permitindo operações de cálculo. Traduzir consiste então em levar todas as línguas naturais a uma única língua conceitual neutra, sem qualidades, autorizando, como um permutador, uma nova passagem a uma

língua natural qualquer. Sob essa perspectiva, a diferença entre as línguas naturais é acidental e redutível.

Partindo do *Vocabulário* e de suas traduções, gostaríamos de explorar a possibilidade de um modelo inverso: confrontar e explorar a pluralidade ao invés de visar a unidade. A comparação requer não um *tertium quid* comum (uma linguagem conceitual, “*globish-technish*”), mas um espaço ou geometria comum, um tópico, uma topologia, permitindo mostrar em que as redes terminológicas são e em que não são sobreponíveis de uma língua a outra, e mesmo de uma obra a outra dentro de uma mesma língua (época, gênero, autor, estilo); em que, de maneira análoga, as sintaxes são e em que elas não são sobreponíveis. Uma reavaliação da homonímia, como característica de uma língua natural como tal, constitui uma chave. Uma frase de Lacan, em *O aturdido*, pode servir de ponto de referência: “Uma língua, entre outras, não é nada mais que a integralidade das ambiguidades que sua história deixou subsistir”. O inventário das ambiguidades constitui, como para o *semantic web*, um ponto de passagem obrigatório. Mas a maneira de tratá-los difere consideravelmente: um certo número dentre elas, diferentes a cada vez, são constitutivas de uma língua, elas são não acidentais e evoluem diacronicamente, enfim, elas são sobretudo visíveis do exterior dessa língua. Assim, é para “nós” (qual “nós”?) que o russo *pravda* significa, de maneira ambígua, “verdade” e “justiça,” ou *svet* “luz”

e “mundo”. Inversamente, nossa “verdade” é um homônimo do ponto de vista eslavo, já que o termo sobrepuja *pravda*, que se refere à justiça e *istina*, que se refere ao ser e à exatidão. Refletiríamos da mesma forma sobre a ambiguidade para “nós” da raiz *svet*, luz e mundo, e sobre a problemática homonímia de *mir*, paz, mundo e comunidade campesina, com a qual Tolstoi não cessa de jogar. Da mesma forma, é para um latino que o grego *logos* significa simultaneamente *ratio* e *oratio*, e para um grande “nós” que, no espanhol, *ser* e *estar* não são diferenciados. É evidentemente um conjunto língua-tradição-cultura que se encontra assim interrogado.

As suposições epistemológicas diferem, então: não falamos de conceitos, mas de palavras, isto é, de palavras em línguas, e sem dúvida palavras fortemente contextualizadas, tomadas das obras e dos textos (problema global/local). Chegamos a um conjunto de perguntas: como formalizar a descrição da “riqueza” homonímica de uma palavra, de uma expressão, de uma frase? Como formalizar a relação sinonímica entre duas “riquezas”? Como modelar o traçado das redes e tornar visível a sua não sobreposição? Podemos modelar o trânsito de uma nuvem de homônimos para uma nuvem de homônimos? Essas questões recortam a do tratamento das ocorrências e contextos que, sem que a ideologia da tradução tenha mudado, modificaram largamente a orientação do modelo da língua-pivô. A “melhor” tradução é aquela que

é experimentada no maior número de contextos análogos. No modelo de *ranking* que hierarquiza as respostas a uma pergunta feita a um motor de pesquisa como o Google, eis que a qualidade se torna uma propriedade emergente da quantidade.

Uma última palavra, no entanto, para concluir, falando do nosso trabalho. Tomemos como apoio esta frase, válida em sua ordem. Porém, grave, se a exportamos: “A qualidade, propriedade emergente da quantidade”. Esta é uma transformação que afeta domínios heterogêneos, certamente não ligados à tradução automática ou assistida, mesmo que destaque os perigos potenciais, dos quais sofremos a influência no cotidiano. A exportação do quantitativo em todos os sentidos, para qualquer critério de qualidade, carrega uma toxicidade sem equivalentes. O coletivo *Appel des appels* a explorou, no que concerne à avaliação e suas grelhas que nos aprisionam, em seu último livro: *Derrière les grilles – Pour en finir avec le tout-évaluation* (Paris, edições Les 1001 nuits, 2014). Elas servem para medir o não mensurável, para fazer com que o desempenho se torne o alfa e o ômega de nossas vidas e de nossas ações, sem mais línguas além daquela dos *x* nas alternativas a serem preenchidas. A onitraduzibilidade das grelhas, no lugar dos intraduzíveis...

TRADUÇÃO "PADRÃO": UM CONCEITO PARA OS ESTUDOS COGNITIVOS DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO

SANDRA L. HALVERSON

TRADUÇÃO JULIANA STEIL

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E FUNDAMENTAÇÃO⁹

Diz-se que as abordagens cognitivas para o estudo da tradução e da interpretação geralmente adotam uma de duas visões opostas de cognição. Muñoz (2016a, 2016b, 2017) descreve esse estado de coisas e se refere às duas escolas como a abordagem *computacional* e a abordagem da *tradutologia cognitiva* (2017, ver também Marín, 2017 sobre essa questão). A primeira abordagem considera que a cognição envolve processos computacionais, puramente mentais, e não representações simbólicas. A tradução

9 Neste artigo, o conceito é desenvolvido principalmente com o objetivo de investigar dados tradutórios, não de interpretá-los. Meus agradecimentos a Franz Pöchhaker por apontar que o conceito é relevante também para os estudos da interpretação, e que os diferentes

é vista como uma atividade de resolução de problemas (Bell, 1991, é uma referência representativa dessa abordagem). A segunda abordagem considera que a cognição é encarnada, embutida, enativa, estendida e afetiva¹⁰ (4EA – *embodied, embedded, enacted, extended and affective*), abrangendo sistemas de processamento em rede e a visão de que a cognição está situada na mente/cérebro, mas que de algum modo também se estende para além da mente/cérebro para incorporar elementos do ambiente externo. Considera-se que a cognição seja essencialmente interativa e dinâmica, exibindo as marcas da interação social e física, e sendo constantemente atualizada por esta, com elementos de situações específicas e contextos estendidos (sinopse em Shapiro, 2011). Boa parte da pesquisa inicial no paradigma dos estudos processuais da tradução (TPR – *Translation Process Research*) baseava-se, mais ou menos explicitamente, na primeira abordagem. A partir dessa perspectiva, o surgimento de novos métodos de

condicionantes situacionais não exigiriam mudanças no conteúdo fundamental do conceito. Não será possível, aqui, desenvolver com a devida atenção o conceito aplicado à interpretação. Contudo, posso dizer que estou convencida de que o conceito é viável também para a interpretação, mas que será necessária uma cuidadosa operacionalização específica para este caso.

10 Para manter as iniciais, sigo a tradução proposta por Charles Irapuan Ferreira Borges em sua tese (*Uma coisa desse mundo – auto-organização, neuroplasticidade e epigênese da consciência*, 2017). Borges, entretanto, por motivos conceituais, prefere utilizar em sua discussão os termos “situado”, em vez de “embutido”, e “corporificado”, em vez de “encarnado” (BORGES, 2017, p. 83). [N.T.]

pesquisa, como a anotação de registros de teclado e *mouse* (*keylogging*) e o rastreamento ocular (*eyetracking*), no início dos anos 1990 levou a novas formas de investigação do perfil temporal do processo tradutório, incluindo a segmentação do processo de tradução, a identificação de vários comportamentos tradutórios e um interesse nas estratégias e sequências de resolução de problemas.

Embora se reconheçam há muito os padrões temporais desiguais do processo de tradução, com intervalos intercalados de tradução rápida e pausas de diferentes durações (e.g., Dragsted, 2004, 2005; Carl; Dragsted, 2012), a pesquisa tem tendido a concentrar-se na resolução de problemas. Por exemplo, uma série de estudos investiga indicadores de esforço cognitivo, padrões de revisão ou o uso de fontes externas para resolver problemas. Desde os primeiros estudos empíricos (e.g., Lörscher, 1991) há interesse nas “estratégias”, na medida em que hoje muitos estudos se concentram em áreas pré-selecionadas de dificuldade prevista (as chamadas *áreas de interesse* ou *pontos ricos*). Apesar do fato de os estudos anteriores também reconhecerem que as estratégias de tradução poderiam ser “potencialmente conscientes” (Lörscher, 1991, p. 76), até agora houve pouco interesse em uma investigação das passagens nas quais os/as tradutores/as trabalham de modo relativamente rotineiro ou ininterrupto, e onde as escolhas tradutórias parecem ser feitas sem deliberação óbvia (ver, contudo, a Seção 3). Adotar uma visão alternativa da cognição traz essas passagens ao primeiro plano

do interesse de pesquisa, uma vez que elas são o resultado imediato de uma forma particular de processamento. Esse tipo de produção também representa uma parte importante daquilo que os/as tradutores/as fazem e pode lançar luzes sobre como a performance do/a tradutor/a muda no tempo e em diferentes situações.

Nem todos os estudos da cognição tradutória assumem abertamente uma dessas duas abordagens principais da cognição, e é possível argumentar – como o fez um dos pareceristas deste trabalho – que as abordagens podem, na verdade, aparecer combinadas ou mescladas em determinado projeto de pesquisa. Ainda assim, o conceito de “tradução padrão” apoia-se claramente em uma filosofia da cognição e em uma teoria da linguagem que está de acordo com ela (gramática cognitiva). Esses fundamentos são centrais para o conteúdo do conceito e para as hipóteses que dele podem derivar.

Neste artigo, será desenvolvido o conceito de “tradução padrão”: a Seção 2 traça as suas bases na teoria linguística. A Seção 3 trata da questão de como identificar a fase padrão em dados. Na Seção 4, o conceito é contrastado com a ideia de “tradução literal”, e a Seção 5 traz as considerações finais.

2. TRADUÇÃO PADRÃO: BASE DE CONHECIMENTO E PRINCIPAIS PROPRIEDADES DE PROCESSAMENTO

A ideia básica por trás do conceito de “tradução padrão”, conforme sugerido em Halverson (2015a, p. 333), era a seguinte: “características de representações mentais fazem com que ações tradutórias sejam investidas de maior ou menor esforço e, conseqüentemente, com que seus efeitos sejam mais ou menos frequentes em conjuntos de dados agregados”. O referido artigo também descrevia tradução padrão como sendo “rápida e fácil” (p. 320), e afirmava que, “na tradução, alguns itens da língua de chegada tendem a ser escolhidos com mais rapidez, com mais facilidade e (provavelmente) com mais frequência que outros” (p. 315). Além disso, a tradução padrão era concebida, no artigo, como um modo de produção particularmente “espontâneo”, ou seja, a configuração da tarefa seria relativamente comum, sem parâmetros ou condições extraordinárias. O conceito não deixa de ser semelhante à ideia de “primeira resposta tradutória”, conforme proposta por Malmkjaer, considerada um “universal da tradução”. Nós discordamos quanto aos universais da tradução e da cognição, mas compartilhamos da ideia de que as “primeiras respostas” fornecem elementos importantes para a compreensão da cognição tradutória. É essa ideia que motiva o desenvolvimento desse conceito.

Como indicado anteriormente, na discussão de 2015 foi dada ênfase especial ao papel das representações (mentais) bilíngues e suas configurações específicas na motivação de escolhas tradutórias. Essa fundamentação

servirá de ponto de partida para a discussão a seguir. O modelo de rede esquemática do conhecimento linguístico, construído pela combinação da Gramática Cognitiva, ou GC (Langacker, 1989/1991), com modelos psicolinguísticos de representação bilíngue (De Groot, 1992a, 1992b, 1993, 2011; Hartsuiker et al., 2004), foi apresentado em Halverson (2003, 2010, 2013, 2015) e não será repetido aqui. A importância do conhecimento metalinguístico também já foi discutida anteriormente (Halverson, 2018); esse aspecto, entretanto, será incorporado mais plenamente na sequência. Em suma, a presente discussão levará em consideração três características adicionais da base de conhecimento e seu uso que não foram imediatamente relevantes para a discussão anterior, mas que são necessárias para que o desenvolvimento do conceito possa avançar. Estas características são o conhecimento metalinguístico, a dinâmica do desenvolvimento linguístico e a concepção de tarefa de tradução.

Para estabelecer uma plataforma para discussão, o conceito de “tradução padrão” pode ser esboçado da seguinte maneira: a tradução padrão pode ser entendida como uma *fase de produção da tradução*¹¹. Nessa fase, os/as

11 Já me referi a isto como “modo padrão”, em vez de “fase padrão”, para enfatizar as diferenças fenomenológicas entre “maneiras de traduzir” que envolvem atividades mais rotinizadas, em oposição a atividades mais conscientemente deliberativas. Na presente abordagem, o conceito é definido como “fase” em vez de “modo” a fim de enfatizar a integração desta atividade específica a um todo maior. “Fase” não deve ser entendida, aqui, como sendo de natureza

tradutores/as realizam trechos de produção ininterrupta. Presume-se que o texto produzido utilize conhecimento facilmente acessível e rotinizado, incluindo conhecimento linguístico bilíngue (inclusive normas de comunicação), conhecimento metalinguístico e conhecimento da tarefa específica. Esse conhecimento é dinâmico, individual e pessoal, mas mantém relação consistente com os padrões linguísticos característicos de situações de uso relevantes em comunidades linguísticas relevantes.

“Tradução padrão” não faz suposições *a priori* sobre as características específicas das relações linguísticas ou textuais resultantes. A única hipótese a respeito dessas relações é que elas são estabelecidas de boa fé “como traduções” do texto anterior. O termo também não é sinônimo de “processo tradutório”, uma vez que há fases de produção da tradução que não podem ser classificadas como “padrão”. Há (1) trechos da atividade tradutória que são perceptivelmente *desafiadores* – conforme definição de Carl & Dragsted (2012, p. 138) com base em “produção demorada e atividades ampliadas de leitura no contexto do TP ou do TC” – e (2) no estágio de revisão final (seguinte ao último toque no rascunho). Embora a tradução padrão seja definida como uma fase da produção, ela abrange

pré-determinada ou linear, duas hipóteses normalmente associadas à noção de “fase”. Ambos os termos podem ser confundidos, e quando eu me referir a “fase” neste artigo, gostaria que as implicações fenomenológicas de “modo” também fossem entendidas como parte do conceito.

atividade de leitura (ver Seção 3). Isso é devido à evidência de efeitos cognitivos de “leitura para tradução” (Shreve et al., 1993; Macizo; Bajo, 2006; Jakobsen & Jensen, 2008; Balling et al., 2014; SHAEFER et al., 2017; Hvelplund, 2017), que tem demonstrado que os processos cognitivos da tradução iniciam desde a primeira leitura do texto de partida (TP).

Neste ponto, cabe reiterar: *o conceito compreende uma fase de produção específica e não tem nada a dizer quanto à natureza das relações resultantes entre os segmentos de partida e de chegada a não ser a informação de que o/a tradutor/a estabeleceu essas relações durante a tarefa que ele/a entende como tradutória.* “Tradução padrão” é um conceito projetado para permitir a investigação de padrões comportamentais de produção on-line e seus resultados (verbais). Assim, os padrões da tradução padrão podem ser identificados apenas em dados de processo on-line, e não em dados do produto. Embora possamos estudar os produtos dessa fase de produção, referindo-nos a eles como “traduções padrão” ou não, *é a própria fase* que motiva e fundamenta o conceito, não as características dos produtos ou relações verbais resultantes. Vale notar, contudo, que existe uma relação consistente entre os padrões refletidos nos dados de produção agregados (um *corpus*, por exemplo) e a ideia de tradução padrão. Frequência em *corpus* ou seleção de tradução, em tradução automática estatística, podem ser efeitos da tradução padrão, enquanto que, ao mesmo

tempo, a frequência em *corpus* pode ser considerada um reflexo das normas linguísticas comunitárias que interferem naquilo que se torna um padrão. Em outras palavras, é fundamental ficar atento a respeito de qual nível da realidade linguística se está tratando (ver Halverson, 2015b). A relação entre a fase de produção padrão e as propriedades agregadas do texto traduzido é justamente a questão que provocou interesse a respeito do conceito (Halverson, 2015a).

A tradução padrão é baseada no uso; sua manifestação está intrinsecamente ligada ao conhecimento e à experiência específicos do/a usuário/a individual da língua (tradutor/a ou intérprete), com tudo o que isso implica, no que se refere a fatores que influenciam em seu trabalho (por exemplo, proficiência/equilíbrio linguístico, níveis e tipos de experiência, direção da tradução relativa à tradução anterior). A tradução padrão é a produção do texto traduzido com base no conhecimento do/a tradutor/a, incluindo, entre outros, conhecimento linguístico e metalinguístico, rotinas de ação estabelecidas e avaliação da tarefa de tradução em causa. Nenhuma posição é tomada (ainda) quanto ao nível ou tipo de percepção consciente envolvido.

2.1. Conhecimento bilíngue em redes cognitivas

2.1.1. *Tipos de conhecimento*

Halverson (2003, 2010, 2017) descreveu um tipo de arquitetura cognitiva subjacente ao conhecimento linguístico, o modelo de ativação distribuída em rede. Nesta seção, retornaremos às características específicas dessas redes que receberam menos atenção, mas que são relevantes para o avanço do desenvolvimento e do uso do conceito de tradução padrão. Começaremos, porém, retomando o que exatamente queremos dizer com “itens linguísticos” ou “estruturas linguísticas” no contexto da Gramática Cognitiva. Esse ponto é esclarecido na seguinte explicação recente, aqui citada na íntegra:

O termo *estrutura* é problemático no que diz respeito à linguagem. Uma estrutura física (um prédio, por exemplo) consiste de partes (pedaços de substância material) conectadas em uma configuração específica; não apenas é estável ao longo do tempo como também está plenamente manifesta a todo momento. De outro lado, estruturas linguísticas são não materiais, consistindo em *atividade de processamento*. Como tal, a manifestação das estruturas linguísticas é transitória e não contínua, e porque a atividade ocorre ao longo do tempo, elas não são plenamente manifestas a todo momento. Além disso, embora sejam implementadas por redes neurais, elas não consistem na configuração física dessas redes, mas em como elas funcionam no e ao longo do tempo (Langacker, 2017, p. 39, ênfase do autor).

Muitos dos mesmos pressupostos em relação à estrutura linguística estão na base dos modelos de representação

bilíngue mencionados anteriormente (De Groot, 2011, pp. 5-6). Na apresentação a seguir, serão descritas algumas das características mais fundamentais do funcionamento dinâmico dessas redes, na medida em que for necessário para o conceito de tradução padrão. De acordo com esse modelo, as unidades linguísticas são concebidas como combinações de forma e sentido, sendo que tanto a forma quanto o sentido podem ser mais ou menos elaborados em qualquer unidade. Assim, a mesma arquitetura captura unidades linguísticas em todos os níveis estruturais, morfemas, palavras, unidades multipalavras, construções sintáticas. Ademais, no polo conceitual, as redes incluem conhecimento metalinguístico sobre o uso de qualquer unidade em particular, como as normas comunicativas associadas a seu uso em gêneros, registros e situações específicos.

Uma das primeiras questões que devem ser tratadas diz respeito a identificar o grau de ativação de um ou dois dos idiomas do/a bilíngue na tarefa de tradução. Grosjean propôs uma descrição normalmente aceita de modos de produção em bilíngues (ver descrição recente em Grosjean, 2013). Ele relatou um gradiente de níveis de ativação que varia do extremo mais “monolíngue”, em que o/a falante utiliza apenas uma de suas línguas, ao extremo totalmente bilíngue, em que ambas as línguas estão altamente ativadas – por exemplo, na alternância de códigos linguísticos. O gradiente de ativação está ligado

a uma perspectiva *situacional*; em outras palavras, o grau com que um ou os dois idiomas do/a bilíngue são ativados está ligado às características do contexto de uso da língua, incluindo a tarefa, o grau com que outros envolvidos no contexto da comunicação compartilham idiomas com o/a falante, as normas de uso relevantes, etc.

Há um amplo consenso na literatura psicolinguística que apoia a ideia de ativação conjunta, sem seleção de língua (Brysbaert; Duyck, 2010, pp. 326-365). Essa é, de fato, a base da literatura que demonstra efeitos cross-linguísticos e de pré-ativação (*priming*) de tradução (ver Schoonbaert et al., 2009, e as referências neste trabalho; Maier et al., 2017). Essa pesquisa demonstra que a ativação de uma unidade lexical, frasal ou sintática em um dos idiomas do/a bilíngue facilita o reconhecimento ou produção de um item semântica ou tradutoriamente relacionado no outro idioma do bilíngue (em itens tradutoriamente relacionados, a coincidência semântica é máxima, enquanto que em itens semanticamente relacionados, outros elos associativos podem estar incluídos). Presume-se que essa facilitação se deva à ativação conjunta de itens em ambos os idiomas, preparando um alvo potencial para seleção. Brysbaert e Duyck (2010) analisaram a assimetria em efeitos de pré-ativação semântica e de tradução.

A literatura sobre este assunto tem indicado que, com frequência, os efeitos de pré-ativação não são iguais em termos de direção (a pré-ativação da L1 para a L2 é

mais forte) e que eles são influenciados pela proficiência linguística na L2 (os efeitos são maiores em bilíngues cujo equilíbrio entre os seus idiomas é mais instável). O estudo de 2010 dos autores também estabeleceu que o efeito de pré-ativação de tradução é maior do que o efeito de pré-ativação semântica. Contudo, a literatura sobre pré-ativação cross-linguística é rica e detalhada, e o *status* da pré-ativação, em especial da pré-ativação estrutural, o seu funcionamento e o seu papel na produção linguística, ainda é tema de considerável debate na psicolinguística (Branigan; Pickering, 2017 e trabalhos posteriores). Assim, parece claro que a pré-ativação é de central importância para a tradução, mas seu papel ainda é uma questão em aberto, cuja investigação exige uma teorização atenta e pesquisas empíricas voltadas aos efeitos presumidos (MAIER et al., 2017). A identificação de passagens de tradução padrão possibilitaria uma teorização mais precisa quanto ao papel da pré-ativação na tradução.

Uma vez apresentado um modelo representacional com nível (minimamente) formal e conceitual, a segunda principal questão refere-se a quais seriam os padrões mais relevantes de coativação entre e intra níveis. Ainda não há consenso na literatura a respeito da existência de ligações cross-linguísticas entre as representações lexicais ou relacionadas à forma. Tais ligações são apontadas por alguns/mas pesquisadores/as como meio de capturar os efeitos de ativação conjunta, no tempo, de itens formal-

mente semelhantes (por exemplo, norueguês: *hus* – inglês: *house*). Outros afirmam que há pouca evidência para tais ligações e que sua inclusão no modelo criaria dificuldades para o reconhecimento de palavras (Brysbaert; Duyck, 2010, pp. 365, 368).

Ao discutirem essa questão, Brysbaert e Duyck, referindo-se a Jiang e Forster (2001), apresentam a possibilidade de que ligações entre formas de palavras entre línguas podem consistir em ligações mais indiretas “mediadas por associações na memória episódica” (2010, p. 365), em vez de estarem incluídas na representação lexical. Isto é relevante para a discussão da tradução padrão, uma vez que uma parte importante do desenvolvimento da habilidade tradutória deve consistir na comparação explícita de itens lexicais e sintáticos para a avaliação de sua aceitabilidade como equivalentes tradutórios, o que poderia, então, ser capturado na memória episódica. Isso já é, claro, uma especulação; mas a questão merece mais atenção como locus possível para diferenças entre tradutores/as e bilíngues sem muita experiência tradutória. Considerando as múltiplas possibilidades de ligação de (elementos de) representações formais e semânticas, parece que a tradução padrão seria um conceito útil para investigar o estabelecimento de representações cross-linguísticas com diversas configurações de semelhança semântica e/ou formal e para o estudo de efeitos de aprendizagem.

Outra contribuição importante de uma teoria da representação bilíngue baseada em ativação conjunta é a descrição de um mecanismo de controle para a eliminação de potenciais itens no processo de seleção envolvendo muitos candidatos e para certas ligações inibitórias além de ligações excitatórias. Há na literatura várias descrições dessa função de controle, e está além do escopo do presente trabalho apresentá-las todas. De fato, a questão de congregar modelos de representação bilíngue e processamento bilíngue é um projeto bastante atual na psicolinguística (Brysbaert; Duyck, 2010, P. 369; Branigan; Pickering, 2017). Isolar a tradução padrão como uma fase específica de produção deve abrir caminho para investigações de todas essas questões num contexto tradutório, com o isolamento da produção tradutória menos afetada pela deliberação e pela escolha consciente. Dados produzidos na fase padrão são mais estritamente relacionáveis à experimentação psicolinguística e, ao mesmo tempo, mais ecologicamente válidos.

Finalmente, a teoria linguística adotada aqui (GC) defende que a rede de conhecimento linguístico do/a falante também inclui conhecimento estruturado sobre o uso de unidades rotinizadas de todo tipo, como a adequação ou frequência em vários gêneros e registros. Verhagen et al. (2018), em estudo empírico recente sobre o papel desse tipo de conhecimento da língua no processamento linguístico, demonstram que a experiência de um registro

específico pode estar ligada a diferenças em representações mentais, levando a efeitos de processamento. Em suma, depreende-se que o conhecimento linguístico abrange o conhecimento sobre como os itens linguísticos específicos são utilizados nas tarefas comunicativas. No processo tradutório, esse tipo de conhecimento entra em ação na avaliação contínua dos candidatos de tradução.

Como se sabe, o processo tradutório envolve a geração de candidatos/as na língua de chegada e, como discutido nas Seções 2.1 e 2.2, presume-se que isso ocorra por meio da ativação conjunta de representações que compartilham alguns ou todos os nós em uma representação conceitual (embora existam casos em que não há representação compartilhada, claro). Independentemente do grau ou configuração das representações compartilhadas, a opção tradutória deve ser avaliada e aceita ou rejeitada. Essa avaliação envolve consciência linguística (conhecimento das características de uso do item da língua de chegada) e também conhecimento metalinguístico sobre a relação entre os itens da língua de partida (LP) e da língua de chegada (LC). Ela ativa, ainda, conhecimento metalinguístico sobre as relações cross-linguísticas, pois está ligada à compreensão da tarefa em andamento. A tarefa tradutória não pode ser completada sem esse tipo de conhecimento e sem a interação complexa entre os conhecimentos linguístico, metalinguístico e sobre a tarefa (ver Seção 2.2).

2.1.2. *Mudança na rede ao longo do tempo*

O modelo em rede tem por base premissas muito importantes a respeito dos efeitos do uso da língua na própria rede ao longo do tempo; mais especificamente, as consequências da coativação de itens. O mecanismo fundamental é o da “aprendizagem hebbiana”, explicada por Groot (2001, p. 297) da seguinte maneira: “os nós de memória coativada conectam-se (o que ‘se ativa junto, se fortalece junto’, como diz o ditado)”. Em outras palavras, quanto mais utilizado o item, mais forte se torna a representação (configuração de rede), e isto também repercutirá em um equivalente tradutório próximo, devido à coativação. Em outras palavras, as representações de itens altamente frequentes em um idioma fortalecerão as representações associadas também no outro idioma do/a bilíngue (ver De Groot, 2011). Esse fortalecimento pelo uso é conhecido na GC como *rotinização (entrenchment)*.

Os efeitos dos padrões de rotinação em tradução já foram discutidos em trabalhos anteriores (Halverson, 2003, 2010 e 2017). Padrões de uso deixam marcas persistentes nas redes e são instanciados em assimetrias na rede, isto é, certos itens linguísticos são mais simples e rápidos de serem selecionados por já terem sido selecionados outras tantas vezes. Vale destacar que a natureza das próprias tarefas linguísticas também interfere na rotinação. Em tarefas que envolvem um modo altamente monolíngue, deve-se supor que as ligações para o idioma

menos ativado recebem menos reforço do que receberiam em um modo altamente bilíngue, como é o caso da tradução ou da interpretação, por exemplo, ou em tarefas com um foco metalinguístico bilíngue (comparações vocabulares bilíngues, por exemplo, ou certas formas de alternância de códigos).

As escolhas tradutórias também se tornam rotinizadas ao longo do tempo através da repetição. De fato, já se reconhece isso há bastante tempo no âmbito dos Estudos da Tradução com os estudos sobre automatização. Esse tipo de rotinização ocorre independentemente de padrões específicos de semelhança semântica ou formal. Em outras palavras, a tradução padrão pode envolver a seleção de traduções que tenham relativamente pouca semelhança formal ou semântica com os itens de partida, se as duas estruturas estiverem ligadas com frequência suficiente no ato tradutório. Desse modo, a tradução padrão evidenciará padrões estabelecidos que se originam em características semânticas e/ou formais compartilhadas, assim como soluções tradutórias que se tornaram rotinizadas apesar da falta de semelhanças semânticas ou formais óbvias (por exemplo, acréscimos ou omissões baseadas em normas).

O processo de rotinização também se apoia na experiência de interpretar ou traduzir desde a juventude. Essa visão integra as descobertas da pesquisa em bilinguismo de que “(...) a habilidade tradutória é concomitante com o bilinguismo, uma propriedade emergente do bilinguismo

que explora o mecanismo de processamento linguístico e as estruturas de conhecimento já instaladas e utilizadas em contextos monolíngues” (De Groot, 2011, p. 320)¹². Se a história pessoal de um/a usuário/a de um idioma determina características-chave de seu conhecimento linguístico, é possível, de outro lado, esperar regularidades no comportamento linguístico de grupos cujas trajetórias linguísticas coincidem de maneiras sistemáticas. Evidentemente, tais regularidades também resultarão da formação específica.

Em suma, então, a tradução padrão envolve a geração de traduções rápidas e fáceis baseadas *ou* nos padrões de coativação estabelecidos por meio do uso linguístico bilíngue (sem tradução) ou nos padrões estabelecidos por meio de atividade tradutória anterior e subsequentemente reutilizados para aquele propósito com certa frequência, ou em ambos. Assim, a tradução padrão pode ser encon-

12 Meus agradecimentos a Lieven D’hulst, que também chamou minha atenção para este ponto. A pergunta dele dizia respeito à situação de um/a falante linguisticamente ingênuo/a, que deve comunicar-se pela primeira vez em uma língua que ele/a não fala (mais ou menos como na “tradução radical” de Quine (1960, pp. 28-30)). Este seria um caso de tradução padrão? Minha resposta seria que sim – em sua forma mais primitiva. Estaria exclusivamente baseada na consciência linguística e metalinguística e no conhecimento das normas de comunicação, sem auxílio do conhecimento bilíngue. Mas o conhecimento das normas comunicativas e o conhecimento metalinguístico seriam suficientes para manter a máquina funcionando, embora, como diria Quine, não tivéssemos como saber se nosso “sentido” estaria sendo entendido como gostaríamos ou se as traduções estariam fazendo “sentido”.

trada em contexto onde o/a tradutor/a esteja traduzindo um trecho de língua pela primeira vez, se o material linguístico utilizado for familiar e as relações cross-linguísticas forem relativamente claras. De outro lado, padrões de coativação em atividade não tradutória, por exemplo, também podem resultar na existência de mais de um candidato de tradução, o que muito provavelmente provocaria uma transição para a consideração e a escolha deliberadas, e uma transição para uma fase não-padrão.

Seria de esperar que caberia à tradução padrão a maior parte da duração total de uma tarefa quanto mais experiente fosse o/a tradutor/a em relação a determinado tipo de situação e tarefa. Nesse sentido, a tradução padrão dependeria mais exclusivamente do conhecimento linguístico no caso de iniciantes, para os quais as rotinas de tradução ainda não se consolidaram. De todo modo, a tradução padrão pode ser encontrada nos dois casos, e as potenciais diferenças ou semelhanças em seu predomínio ou execução em diferentes fases da experiência seria uma das questões empíricas mais prementes.

2.2. Concepção de tarefa

Nas seções anteriores, foram descritos, em linhas gerais, a estrutura e o funcionamento do conhecimento linguístico em bilíngues sem tanta ênfase nas especificidades da tarefa tradutória. É chegada a hora de elaborar um aspecto adicional do conceito de “tradução padrão” que contribui

para o seu funcionamento: a concepção do/a tradutor/a a respeito da tarefa que ele/a está desempenhando.

Mesmo os/as tradutores/as ingênuos/as (naturais) têm certa ideia do que seria traduzir, mesmo que nunca tenham tentado fazê-lo. A tradução é uma atividade que ocorre naturalmente em qualquer comunidade bilíngue, o que inclui a grande maioria das sociedades do mundo, em graus variados (Simons; Fenning, 2018), e se supõe que a maioria das pessoas tenha alguma ideia do que significa desempenhar essa tarefa. A compreensão do/a tradutor/a sobre o que é tradução é dinâmica e variável, refletindo ideias compartilhadas e transmitidas numa comunidade linguística e em situações e contextos mais específicos. A concepção do/a tradutor/a sobre a tarefa evolui ao longo do tempo, através da instrução, da experiência de tradução, da experiência profissional, etc.

A variabilidade de como a “tradução” é entendida também passou a ser interesse de pesquisa nos Estudos da Tradução, como confirmam as muitas discussões teóricas sobre metáforas ou *memes* de tradução (discussão em Presas; Martín; ver também Halverson, 2010; St. André, 2010; Tymozcko, 2010). As considerações cognitivas aqui apresentadas têm conceitos sociais correspondentes, a saber, a *norma tradutória*, mais especificamente a *norma inicial*, conforme apresentada em 2017b (1995), e o *meme de tradução* (Chesterman, 1997), conforme assinalado por Presas e Martín (2014). As implicações empíricas de supor

que um conceito/teoria da tradução está envolvido/a na performance tradutória são que qualquer performance real comporta traços da conceitualização do/a tradutor/a, incluindo o grau com que ela foi formada pela educação formal, pela experiência profissional, etc. Esta ideia foi empiricamente estudada por Presas e Martín (2014).

Presas e Martín investigam a chamada *teoria da tradução implícita* do/a tradutor/a e, em um estudo piloto de 2014, procuram verificar as relações entre as teorias implícitas dos sujeitos e características de performance específicas, incluindo distribuição temporal, estrutura de segmentos de processo e correções (p. 286). As autoras encontram evidência de correspondência entre as metáforas de TRANSFERÊNCIA e MUDANÇA dos sujeitos e sua abordagem *microestratégica* à tarefa tradutória, ao menos na produção de texto e nos dados de correção (pp. 292-293).

Resta saber também se a compreensão da tradução como “transferência” ou como “mudança” interfere nos tipos de semelhança formal ou semântica que os/as tradutores/as permitem ou almejam. Afinal, *transferência* envolve manter a identidade do objeto transferido de A para B, enquanto a noção de identidade seria supostamente menos importante para aqueles que concebem a tradução como *mudança*. Certamente, é necessária mais pesquisa nessa área. Quanto ao conceito de “tradução padrão”, a menos que haja evidência empírica para

postular um conteúdo específico para a conceitualização da tarefa, um ponto de partida razoável seria iniciar com o conteúdo do conceito de “traduzir”, uma vez que ele é amplamente entendido dentro da comunidade linguística relevante (ver Halverson, 2008; mais discussão sobre isso em Tymoczko, 2007).

Outros/as teóricos/as cognitivistas da tradução reconhecem a relevância da concepção que o/a tradutor/a tem da tarefa. Shreve e Lacruz (2017, p. 139) discutem o desenvolvimento de uma *consciência da tarefa* e seu papel no desenvolvimento da expertise tradutória. Assim, embora o modelo cognitivo que eles utilizam seja bastante diferente daquele que está sendo desenvolvido aqui, ambas as abordagens incluem a compreensão da tarefa como um componente cognitivo necessário e ambas reconhecem o impacto que uma determinada conceitualização ou consciência pode ter na performance da tarefa.

3. INVESTIGAÇÕES EMPÍRICAS

Como conceito, a “tradução padrão” propõe-se como um meio de investigar a ação tradutória rotinizada pelo isolamento daquelas passagens da produção que têm mais chance de apresentá-la. De modo mais claro, argumenta-se que tal fenômeno existe, e que seu isolamento possibilitará uma investigação empírica mais precisa dessa fase de produção e dos mecanismos cognitivos que a fundamentam ou a ela subjazem. A primeira tarefa, então,

será encontrar um meio de identificar a tradução padrão nos dados. Nesta seção, é feita uma proposta inicial, além de serem apresentados potenciais aperfeiçoamentos. Antes, contudo, cabe fazer uma observação metodológica mais geral.

No que se segue, mantereí a distinção entre três tipos básicos de dados tradutórios: dados de processamento, de performance e de produto. A primeira categoria será utilizada para dados relacionados a aspectos do processo tradutório conforme delimitados atualmente pelas teorias de processamento linguístico. Isso inclui dados que fornecem informações sobre características de processamento como a distribuição temporal, a movimentação pelo texto emergente e os movimentos oculares durante a produção textual. A categoria dos dados de “performance” abrange dados observacionais ligados à efetiva performance das tarefas tradutórias, por exemplo, o comportamento de revisão, o uso de fontes *on-line*, entre outras, e os padrões de comportamento observáveis referentes ao uso de tecnologias de tradução. A última categoria, os dados de “produto”, refere-se às traduções propriamente ditas, o resultado de um episódio específico de performance de tarefa ou uma coleção de tais resultados (um tipo de *corpus*).

A proposta inicial aqui discutida para o isolamento da tradução padrão deriva da pesquisa existente. Conforme referido na Seção 2, trechos de tradução padrão podem ser

identificados apenas em dados *on-line*. Há dois tipos de dados relevantes nessa tarefa: dados captados do teclado e dados do olhar, que também podem ser combinados, por exemplo, em gráficos de progressão ou em medidas de intervalo olho-tecla (*eye-key span*, o tempo decorrido entre a primeira fixação em uma palavra do texto de partida e o início da digitação da palavra correspondente no texto de chegada¹³). No esboço apresentado na Seção 3, a tradução padrão foi descrita como *produção ininterrupta*: mas não está exatamente óbvio como operacionalizar melhor este “ininterrupta”. A concepção que mais lembra isso é a de tradução *desafiadora* vs. *não-desafiadora* ou *padrão*, introduzida por Carl e Dragsted (2012).

No estudo de Carl e Dragstead, os conceitos foram operacionalizados por meio da combinação de dados de pausa e do olhar, representados em gráficos de progressão. Um parâmetro de tempo estimado de leitura foi estabelecido com a adoção da medida, proposta por John (1996), de tempo utilizado na cópia. No que se refere à produção textual, uma unidade de produção foi identificada com a utilização de uma delimitação de pausa de 1000 ms, com base em Carl e Kay (2011). As unidades de fixação foram definidas como “sequência[s] de fixações coerentes do TP

13 No caso da definição de *eye-key span*, segui, com algumas alterações, a tradução do artigo de Arnt Lykke Jakobsen, “O desenvolvimento e o estado atual da pesquisa no processo tradutório” (in *Revista Graphos*, 2018, p. 143), realizada por Ana Carolina Assunção Zampini e Igor A. Lourenço da Silva. [N.T.]

onde não ocorre pausa com mais de 400 ms entre o início e o fim de suas fixações sucessivas” (CARL; DRAGSTEAD, 2012, p. 136). A tradução não-desafiadora foi descrita como segmentos coincidentes ou sequenciais de leitura e escrita, enquanto a tradução desafiadora foi identificada por meio da “produção textual demorada e (...) atividades de leitura prolongadas para o contexto do TP ou do TC, para além de 5 ou 6 palavras da posição presente da tradução, ou uma pausa de produção que excede em muito o tempo estimado de decodificação previsto por John” (2012, p. 138).

O estudo de Carl e Dragsted (2012) é aqui mencionado como introdução à tarefa em causa, e devido ao reconhecimento dos autores de uma forma “padrão” de processamento. O estudo deles representa uma das primeiras tentativas, em uma operacionalização integrada, de identificar trechos de performance tradutória não-problemática utilizando dois tipos de dados. Essa lógica será adotada também para a identificação do presente conceito de tradução padrão. Contudo, vale notar que, nesta abordagem, os valores de pausa e fixação utilizados para a segmentação são universais e não são adaptados à tarefa ou a (características dos) sujeitos (mas ver também Dragsted, 2005).

A questão da segmentação e dos intervalos de pausa tem sido criticada para fins de investigação da atividade tradutória não associada a problemas de produção

(Muñoz, 2017; Muñoz; Martín, 2018; Muñoz; Cardona, 2018). Está além do escopo da presente discussão uma revisão exaustiva dessa literatura e de todas as questões envolvidas (revisão em Muñoz; Cardona, 2018). Porém, uma inovação importante dessas pesquisas será crucial para os propósitos deste trabalho: o cálculo dos intervalos de pausa com base em padrões de processamento individuais. Uma tentativa inicial de medida de base individual encontra-se em Dragsted (2005, p. 23), que argumenta que “(...) aplicar o mesmo valor de unidade de pausa para todos os sujeitos refletiria diferenças tão substanciais que sequer seria possível cumprir a investigação do mesmo aspecto comportamental (...)”.

Heilmann e Neumann (2016) concordam com o ponto de partida de Dragsted, mas desenvolvem um tipo bastante diferente de medida para incorporar a duração da pausa individual, assim como várias características das palavras ao serem digitadas, tais como a frequência de bigramas, frequência de letra e características de certas tarefas motoras. No conjunto de estudos mencionados anteriormente, Muñoz e seus colegas defendem a utilização de critérios de pausa baseados em características de performance individuais e desenvolvem mais uma abordagem. A partir de Rosenquist (2015), os autores desenvolvem um sofisticado sistema para a análise de pausa que estabelece: (1) uma referência de 200 ms para eliminar prolongamentos de produção irrelevantes (mais

breves); (2) um limite mínimo fixado em 2 vezes a pausa média dentro de uma palavra; (3) um limite máximo fixado em 3 vezes a pausa média entre as palavras. Os limites mínimo e máximo são calculados por sujeito e, no estudo de Muñoz e Martín (2018, p. 08), demonstraram as seguintes faixas: limite mínimo, 345-450 ms; limite máximo, 1230-2400 ms. Muñoz e Martín (2018) sugerem que, uma vez que as pausas definidas por esses limites variam em frequência, distribuição e localização, é provável que elas estejam relacionadas a diferentes fenômenos cognitivos. Os autores também sugerem que os segmentos criados pelo limite máximo parecem coincidir com outras tentativas de identificação de segmentos do processo (Dragsted, 2005), enquanto as pausas entre os limites mínimo e máximo parecem corresponder às *pausas mais breves* identificadas em Lacruz et al. (2012).

Muñoz e Cardona (2018) apresentam análises dos segmentos da tarefa identificados utilizando o sistema de análise de pausa descrito acima (segmentos de tarefa são unidades comportamentais, não de linguagem; abrangem trechos do TC entre duas *pausas longas* marcadas pelo limite máximo). Os problemas são identificados dentro de uma *extensão* de sete toques antes e quatro palavras após uma pausa longa, e os autores concluem que esse procedimento de segmentação possibilita um alto grau de sucesso na identificação de problemas de tradução, operacionalizados como interrupções nas palavras (*palavras*

interrompidas), modificações textuais (*alterações*) e *buscas na web*. A análise de segmento com essas modificações permite a identificação de segmentos que envolvem problemas. Ela também revela que alguns dos segmentos estão *vazios*, ou seja, eles têm “eventos supérfluos que não acrescentam nem modificam o TC” ou são dedicados à atividade de busca na Internet.

Como ponto de partida para a identificação da tradução padrão, sugere-se que seja adotada a abordagem da segmentação por digitação proposta por Muñoz e Cardona (2018), considerando o seu sucesso inicial na distinção entre a produção que envolve problemas e aquela que não envolve, assim como a sua base em parâmetros de produção individuais. Assim, essa abordagem permite-nos filtrar os segmentos de tarefa que contêm atividades de resolução de problemas, como indicado anteriormente. Contudo, mais um passo deve ser acrescentado. Conforme apontam Muñoz e Cardona, esse procedimento identifica uma série de segmentos como *vazios*, e interessa ao caso da tradução padrão que saibamos o que acontece nesses segmentos (para além dos movimentos aleatórios do *mouse* ou a utilização da tecla *enter*). Assim, o passo adicional será integrar os dados do olhar para verificar se o/a tradutor/a está lendo o TP ou o TC nos segmentos que não contêm dados de produção. Se for esse o caso, esses segmentos devem ser incluídos, uma vez que sabemos que a tarefa tradutória também afeta desde cedo a leitura do TP,

sugerindo que a cognição pertinente à tradução também participa da leitura do TP (Macizo; Bajo, 2006; Ruiz et al., 2008; Balling et al., 2014; Hvelplund, 2017; Schaeffer et al., 2017). Tem sido sugerido, porém, que o desvio do olhar da tela também pode ser indicativo de dificuldade de processamento (Dragsted, 2010, p. 57), de modo que é necessário decidir quanto ao que fazer com os segmentos que estão “vazios” e que não apresentam evidência de atividade de leitura. Essa decisão deve levar em conta a frequência com que tais segmentos aparecem, os padrões que se mostram em sua distribuição e qualquer informação que possa estar disponível da parte do/a tradutor/a em relação à função desses segmentos. Uma representação de dados integrada como o gráfico de progressão (que combine dados do olhar e do teclado) pode ser investigada a fim de verificar se se trata de atividade de leitura e, caso seja, de identificar que tipo de atividade de leitura ocupa esses segmentos “vazios”.

Um aperfeiçoamento empírico ainda maior dessa abordagem seria investigar de que modo os padrões do olhar (número e duração das fixações, padrões dos movimentos sacádicos) correspondem à segmentação, e se eles fornecem apoio adicional para esse procedimento de isolar o processamento da tradução padrão. Jakobsen (2016) investigou as *mudanças no percurso do olhar* entre o TP e o TC e sugeriu que tais mudanças poderiam ser um indicador viável de segmentos tradutórios relevantes.

Esse tipo de dado merece ser estudado como possível ferramenta a ser combinada aos dados de pausa.

Outra possibilidade é investigar se o intervalo olho-tecla (o tempo decorrido entre a primeira fixação em uma palavra do texto de partida e o início da digitação da palavra correspondente no texto de chegada) pode ser utilizado para outros propósitos. Essa medida também é considerada representativa de facilidade de produção, com intervalos mais curtos indicando menor esforço cognitivo. Em uma experimentação metodológica dessa medida, Timarová et al. (2011) investigaram a variabilidade intersujeito e intrasujeito, e intervalos olho-tecla referentes a categoria gramatical e posição na frase. Elas também compararam a medida entre tarefas de tradução e de cópia. As autoras discutem vários pontos metodológicos importantes, o primeiro deles relacionado à qualidade e à confiabilidade dos dados utilizados em sua investigação. Elas concluem que as ferramentas e as medidas precisam de mais testagem e ajustamento, em especial para estudos que envolvem “análise detalhada da relação entre valores de intervalo olho-tecla e categorias gramaticais específicas (2011, p. 134), por exemplo. Schaeffer e Carl (2017a) estudam a relação entre intervalo olho-tecla, leitura simultânea de TP e TC e seu próprio modelo de processo tradutório. Os autores propõem o uso desses dois tipos de dados para estudar também a tradução rápida e não-desafiadora. Schaeffer e Carl não

discutem questões de qualidade de dados, de modo que se torna difícil saber se as questões levantadas por Timarová et al. (2011) foram resolvidas.

Em resumo: a fim de identificar passagens de produção padrão em dados *on-line*, propõe-se a experimentação do seguinte procedimento: (1) segmentar os registros de teclado utilizando a proposta de Muñoz e colegas, conforme apresentada em Muñoz e Cardona (2018); (2) filtrar os segmentos que incluem atividade de resolução de problemas; (3) a partir de dados de percurso do olhar alinhados, investigar se os segmentos de tarefa vazios contêm atividade de leitura, e incluir todos os que contêm. Isso bastaria para um estudo piloto do fenômeno, e o potencial representado pela incorporação de informação fornecida pelas mudanças de percurso do olhar e pelos intervalos olho-tecla podem ser investigados em um estágio de desenvolvimento posterior.

4. TRADUÇÃO "PADRÃO" OU "LITERAL"

A noção de “tradução literal” experimentou impressionante longevidade nos Estudos da Tradução e da Interpretação (ETI) e, de fato, passa atualmente por uma espécie de *revival* (Halverson, 2015a; Marín, 2017; Muñoz; Martín, 2018), em particular no trabalho realizado por Moritz Schaeffer e Michael Carl (Schaeffer, 2013; Schaeffer; Carl, 2013, 2014, 2017a, b; Carl; Schaeffer, 2017a, b, c; Schaeffer et al., 2018).

Halverson (2015a) sintetiza a história recente da noção e de seus primos conceituais (tradução palavra-por-palavra, correspondência formal, correspondência contrastiva). No referido trabalho, argumenta-se que parte do conteúdo conceitual fundamental ainda é importante para alguns pesquisadores dos ETI voltados tanto para o produto quanto para o processo. No caso da pesquisa orientada para o produto, sugeriu-se que uma fase padrão da tradução pode ser um locus para explicações de padrões de super- e subrepresentação em *corpora* tradutórios. Para a pesquisa orientada para o processo, a “literalidade” é vista como conceito necessário para a descrição de vários aspectos do processo tradutório em funcionamento em tempo real. Sugeriu-se, ainda, que a necessidade comum deste conteúdo indica a perda da relevância de uma distinção clara entre produto e processo para as pesquisas sobre os aspectos cognitivos dos fenômenos tradutórios.

Uma primeira versão do conceito de Schaeffer e Carl foi apresentada na tese de doutorado de 2013 de Schaeffer. Esse trabalho foi ampliado e elaborado em uma série de artigos em colaboração com Michael Carl (2013, 2014, 2017a, b; Carl; Schaeffer, 2017b, b, c, 2018; e ainda Bangalore et al., 2016). Nesses trabalhos, os autores promoveram o conceito de “tradução literal” e um conjunto relacionado de três medidas empíricas de “literalidade”. As medidas de “literalidade” são depois aplicadas a dados de *corpus* alinhado e têm por base três critérios, a saber:

1. A ordem das palavras é idêntica no TP e no TC.
 2. Os itens do TP e do TC têm correspondência de um para um.
 3. Cada palavra do TP tem apenas uma forma traduzida possível naquele contexto.
- (Schaeffer; Carl, 2014, p. 30)

Os autores afirmam que as medidas 1 e 2 capturam a *semelhança sintática* entre o TP e o TC, enquanto a terceira captura a *semelhança semântica* (2017b, p. 145). As medidas foram aprimoradas com a utilização de múltiplas traduções do mesmo texto de partida para calcular a semelhança de uma alternativa específica do TC, ou lexical ou sintática fazendo referência à noção de “entropia” da teoria da informação (Bangalore et al., 2016; Schaeffer; Carl, 2017b).

O conceito de “literalidade” foi utilizado em testes de correlações entre as três medidas e o esforço de processamento na tradução e na pós-edição (Schaeffer; Carl, 2014; Carl; Schaeffer, 2017b), sendo que os autores encontraram claras correlações entre o grau de esforço cognitivo e o grau de literalidade conforme eles o definem. Eles estudaram a relação entre tipos de relações tradutórias capturadas pelas medidas e a coordenação de vários tipos de atividade no percurso da tradução e da pós-edição (Schaeffer; Carl, 2017a). Os pesquisadores descobriram que, quanto maior a semelhança semântica

e sintática, maior era a probabilidade de o/a tradutor/a seguir rapidamente da leitura para a escrita.

As descobertas empíricas desse conjunto de trabalhos indicam uma relação clara entre o esforço cognitivo e os padrões de atividade na tradução e o grau de semelhança formal e/ou semântica do TP e do TC (conforme eles medem essa semelhança). Isso é valioso, de fato, e legítima a tentativa de moldar essas relações para os propósitos tradutórios. De muitas maneiras, esses vários estudos demonstraram a força do sinal que a semelhança formal e semântica envia através do ruído de uma gama de outros processos e fatores que afetam as escolhas tradutórias. O conceito de tradução padrão está sendo proposto como um meio de isolar trechos de atividade tradutória na qual esse sinal pode estar ainda mais claro, a fim de testar relações mais específicas referentes a representação e processamento em tradução. Para tomar um exemplo, Maier et al. (2017, pp. 1586-1587) resumem sua discussão sobre pré-ativação da seguinte maneira:

É importante notar que vemos a pré-ativação como um processo importante durante a tradução, mas uma descrição completa da tradução precisa postular outros processos também. Há vários modos nos quais os processos envolvidos na tradução são diferentes dos processos envolvidos em uma experiência típica de pré-ativação (...) assim, os processos diferem no nível mais básico no insumo linguístico que conduz o processo de produção (...).

Para investigar a pré-ativação na tradução, passagens de tradução padrão, em vez de sequências inteiras de registros de teclado, são mais apropriadas devido ao *status* de não editado/não revisado das seleções e à primazia temporal da resposta. O grau e os modos em que a pré-ativação está de fato envolvida na tradução são uma questão empírica urgente. Para investigar essa questão de maneiras ecologicamente interessantes e relevantes, é fundamental que isolemos na produção tradutória os pontos onde a pré-ativação possa estar envolvida.

A fase de tradução padrão também pode ser uma fonte de informações mais precisas sobre processos tradutórios que envolvem línguas formalmente menos parecidas. Schaeffer et al. (2018) apresentam resultados intrigantes quanto ao papel da semelhança formal das línguas na tradução, indicando que línguas menos parecidas são menos suscetíveis a efeitos de *literalidade*. Essa é, contudo, também uma consequência de como eles operacionalizam a literalidade. Seria interessante moldar a semelhança formal de maneiras que capturassem outros padrões além da ordem das palavras e da correspondência de palavras de um-para-um, ou que capturassem graus de semelhança formal em outros níveis também (nível lexical, por exemplo). Essa última questão é importante, uma vez que há evidência de que os/as tradutores/as podem evitar cognatos, os quais, de outro lado, poderiam ser escolhas óbvias devido à pré-ativação (Vandevoorde; Lefever, 2018).

Em suma, os/as tradutores/as que trabalham com pares de línguas menos semelhantes também têm uma fase padrão, e as relações de semelhança nesses casos também mostrarão regularidades que podem revelar informações importantes sobre os processos de tradução.

Na discussão sobre as diferenças entre a tradução padrão e as medidas de literalidade defendidas por Schaeffer e Carl, dois pontos principais merecem atenção. Primeiramente, seria seguro dizer que, embora compartilhem o mesmo objetivo nos estudos cognitivos da tradução, divergimos quanto às abordagens *clássica* e *4EA* da cognição. Minha posição em relação a isso foi discutida anteriormente na Seção 2 e a abordagem apresentada na Seção 2 ilustra o tipo de teoria que emerge desse ponto de partida. Schaeffer e Carl representam a abordagem *computacional* clássica da cognição, que se dedica à resolução de problemas e processos algorítmicos. O conjunto de trabalhos que eles apresentam sobre o conceito de tradução literal é representativo dessa abordagem; os artigos 2017b e 2018 são exemplos especialmente bons de modelos computacionais para a tradução e para a pós-edição que surgem das hipóteses subjacentes e de suas análises.

Em segundo lugar, os autores chegam a conclusões sobre representações bilíngues com base no esforço cognitivo associado a vários resultados tradutórios, conforme medidos pelo número de traduções produzidas em um *corpus* e pelo volume de distorção linear evidente

na comparação de trechos do TP e do TC. Em seus estudos, o baixo esforço cognitivo está correlacionado com poucas alternativas de tradução e baixa distorção, o que os pesquisadores interpretam como evidência de características representacionais específicas, pré-ativação e um modelo de processamento específico (2013; 2017a). Estou convencida de que as medidas de semelhança formal e semântica são importantes, e de que elas capturaram um fortíssimo sinal, embora ele esteja ainda acompanhado de um considerável volume de ruído. Proponho o conceito de tradução padrão como um modo de remover um pouco desse ruído e de investigar processos como a pré-ativação e a rotinização em tradução com hipóteses mais específicas que sejam também aplicáveis a línguas bastante diferentes formalmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de conclusão, pode ser útil reiterar a justificativa para o conceito de tradução padrão. Sugere-se que esse conceito é necessário para:

- capturar o que tem sido deixado de lado nas abordagens de resolução de problemas. O conceito permite teorizar sobre o que acontece quando nenhum “problema” tiver sido identificado nos dados e buscar mais atentamente por novas explicações ligadas a representações e processamento bilíngues;

- teorizar sobre o desenvolvimento a partir da tradução *natural* ou ingênua. O conceito também abrange a tradução absolutamente ingênua e fornece base teórica para o estudo de processos de rotinização e aprendizagem.

O conteúdo do conceito foi descrito na Seção 2, e na Seção 3 foi proposto um ponto de partida para o isolamento empírico da tradução padrão. A Seção 4 apresentou uma tentativa de esclarecimento da relação entre esse conceito e a métrica da *literalidade* proposta em um conjunto de trabalhos de Schaeffer e Carl. Sugeriu-se que estamos preocupados com o mesmo objetivo, e que o conceito de padrão deve permitir um isolamento mais claro do sinal que esses autores capturaram em suas análises. É preciso dizer que a presente proposta carece de testagem metodológica e experimentação empírica, e não pode ser verdadeiramente validada até que esses esforços sejam feitos. Isso também pode levar a uma discussão mais profunda de algumas das decisões de operacionalização tomadas nos estudos de Schaeffer e Carl. Este diálogo crítico deve beneficiar a todos.

Finalmente, gostaria de retornar a uma questão originalmente discutida em Halverson (2015a), referente à escolha da terminologia para este campo de pesquisa. Naquele artigo, eu discordava do uso continuado do termo *literal*, e mesmo da dimensão de “literalidade”. A questão levantada no referido trabalho era que em alguns

casos o termo *literal* é definido de modo um tanto circular como “o padrão”, quando nos estudos recentes de Schaeffer e Carl ele é utilizado em referência a um conjunto de várias medidas de semelhança semântica e formal. Nesses estudos, as métricas são de fato testadas em separado e há referência a efeitos tanto de semelhança semântica como de semelhança formal individualmente. Mais do que isso, os modelos representacionais em que todos nos baseamos distinguem nitidamente níveis formais e níveis semânticos. Está claro para mim que manter o termo *literal* para designar todo um conjunto de coisas tão diferentes é confuso e contraproducente. Proponho que se utilize o termo *padrão* para designar uma fase de produção, conforme discutido aqui, e que os padrões de semelhança formal e semântica sejam referidos como tais, eliminando definitivamente o termo *literal*. Esse termo carrega um fardo de séculos de indeterminação e serve apenas para confundir as coisas. Os tipos de teorização e testagem que desejamos explorar exigem que esse termo seja aposentado de uma vez por todas.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Ricardo Muñoz e Michael Carl pela conversa virtual agradabilíssima e muito produtiva que tivemos sobre este assunto no verão de 2016, e por várias discussões e atualizações amistosas nos anos que se seguiram. Esse diálogo ajudou a esclarecer melhor as nossas semelhanças e diferenças. Expresso também a

minha gratidão aos dois pareceristas anônimos por seus criteriosos comentários e perguntas, os quais foram extremamente úteis na minha tentativa de esclarecer uma série de questões. Eventuais equívocos neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BALLING, Laura; HVELPLUND, Kristian T.; SJØRUP, Annette C. Evidence of Parallel Processing during Translation. *Meta*, v. 59, n. 2, p. 234-259, 2014.

BANGELORE, Srinivas et al. Syntactic Variance and Priming Effects in Translation. In: CARL, Michael; BANGELORE, Srinivas; Schaeffer, Moritz (Eds.). *New Directions in Empirical Translation Process Research: Exploring the CRITT TPR-DB*. Heidelberg: Springer, 2016. p. 211-238.

BELL, Roger. *Translation and Translating*. Theory and Practice. London: Longman, 1991.

BRANIGAN, Holly; PICKERING, Martin J. An Experimental Approach to Linguistic Representation. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 40, e282, 2017.

BRYBAERT, Marc; DUYCK, Wouter. Is it Time to Leave Behind the Revised Hierarchical Model of Bilingual Language Processing after Fifteen Years of Service? *Bilingualism: Language and Cognition*, v. 13, n. 3, p. 359-371, 2010.

CARL, Michael; DRAGSTED, Barbara. Inside the Monitor Model: Processes of Default and Challenged Translation Production. *Translation: Corpora, Computation, Cognition*, v. 2, n. 1, p. 127-145, 2012.

_____; KAY, Martin. Gazing and Typing Activities during Translation: A Comparative Study of Translation Units of Professional and Student Translators. *Meta*, v. 56, n. 4, p. 952-975, 2011.

- CARL, Michael; SCHAEFFER, Mortiz J. The Development of the TPR-DB as Grounded Theory Method. *Translation, Cognition and Behavior*, v. 1, n. 1, p. 168-193, 2018.
- _____; _____. Models of the Translation Process. In: SCHWIETER, J. S.; FERREIRA, A. (Eds.). *The Handbook of Translation and Cognition*. Hoboken NJ: John Wiley and Sons, 2017a. p. 50-70.
- _____; _____. Why Translation is Difficult: A Corpus-based Study of Non-literality in Post-editing and From-scratch Translation. *Hermes*, v. 56, p. 43-57, 2017b.
- CARL, Michael; SCHAEFFER, Moritz J. Measuring Translation Literality. In: JAKOBSEN, A. L.; MESA, B. (Eds.). *Translation in Transition*. Between Cognition, Computing and Technology. Amsterdam: John Benjamins, 2017c. p. 81-105.
- CHESTERMAN, Andrew. *Memes of Translation*. Amsterdam: John Benjamins, 1997.
- DE GROOT, Annette M. B. *Language and Cognition in Bilinguals and Multilinguals*. An Introduction. New York: Psychology Press, 2011.
- _____. Word-type Effects in Bilingual Processing Tasks. Support for a Mixed Representational System. In: SCHREUDER, R.; WELTENS, B. (Eds.). *The Bilingual Lexicon*. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 27-51.
- _____. Bilingual Lexical Representation: A Closer Look at Conceptual Representations. In: FROST, R.; KATZ, L. (Eds.). *Orthography, Phonology, Morphology, and Meaning*. Amsterdam: North Holland, 1992a. p. 389-412.
- _____. 1992b. "Determinants of Word Translation." *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition* 18 (5): 1001-1018.
- DRAGSTED, Barbara. Coordination of Reading and Writing Processes in Translation: An Eye on Uncharted Territory. In: SHREVE, G. M.; ANGELONE, E. (Eds.). *Translation and*

- Cognition*. Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 41-62.
- DRAGSTED, Barbara. Segmentation in Translation. Differences across Levels of Expertise and Difficulty. *Target*, v. 17, n. 1, p. 49-70, 2005.
- _____. *Segmentation in Translation and Translation Memory Systems*. An Empirical Investigation of Cognitive Segmentation and Effects of Integrating a TM System into the Translation Process. PhD dissertation. Copenhagen: CBS, 2004.
- GROSJEAN, François. Bilingualism. A Short Introduction. In: GROSJEAN, F.; LI, P. (Eds.). *The Psycholinguistics of Bilingualism*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013. p. 5-25.
- HALVERSON, Sandra. Metalinguistic Knowledge/Awareness/Ability and Translation: Some Questions. *Hermes*, v. 57, p. 11-28, 2018.
- _____. Developing a Cognitive-semantic Model: Magnetism, Gravitational Pull, and Questions of Data and Method. In: SUTTER, G. de; LEFER, M.-A.; DELAERE, I. (Eds.). *Empirical Translation Studies*. New Methods and Theoretical Traditions. Berlin: Mouton de Gruyter, 2017. p. 9-45.
- _____. Cognitive Translation Studies and the Merging of Empirical Paradigms. The Case of 'Literal Translation'. *Translation Spaces*, v. 4, n. 2, p. 310-340, 2015a.
- _____. The Status of Contrastive Data in Translation Studies. *Across Languages and Cultures*, v. 16, n. 2, p. 163-185, 2015b.
- _____. Implications of Cognitive Linguistics for Translation Studies. In: ROJO, A.; IBARRETXE, I. (Eds.). *Cognitive linguistics and translation: advances in some theoretical models and applications*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2013. p. 33-74.
- _____. Cognitive Translation Studies: Developments in Theory and Method. In: SHREVE, G.; ANGELONE, E. (Eds.). *Translation and Cognition*. Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 349-369.
- _____. Translations as Institutional Facts. An Ontology for

'Assumed Translation'. In: PYM, A.; SHLESINGER, M.; SIMEONI, D. (Eds.). *Beyond Descriptive Translation Studies*. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 343-361.

_____. The Cognitive Basis of Translation Universals. *Target*, v. 15, n. 2, p. 197-241, 2003.

HARTSUIKER, Robert J., PICKERING, Martin J.; VELTKAMP, Eline. Is Syntax Separate or Shared between Languages? Cross-linguistic Syntactic Priming in Spanish-English Bilinguals. *Psychological Science*, v. 15, n. 6, p. 409-414, 2004.

HEILMANN, Arndt; NEUMANN, Stella. Dynamic Pause Assessment of Keystroke Logged Data for the Detection of Complexity in Translation and Monolingual Text Production. *Proceedings of the Workshop on Computational Linguistics for Linguistic Complexity*, p. 98-103, 2016.

HVELPLUND, Kristian T. Four Fundamental Types of Reading during Translation. In: JAKOBSEN, A. L.; MESA, B. (Eds.). *Translation in Transition. Between Cognition, Computing and Technology*. p. 55-77. Amsterdam: John Benjamins, 2017. p. 55-77.

JAKOBSEN, Arnt Lykke. Are Gaze Shifts a Key to a Translator's Text Segmentation? *Poznan Studies in Contemporary Linguistics*, v. 52, n. 2, p. 149-173, 2016.

_____; JENSEN, Kristian T. Hvelplund. Eye Movement Behaviour Across Four Different Types of Reading Tasks. In: GOPFERICH, S.; JAKOBSEN, A. L.; MEES, I. M. (Eds.). *Looking at Eyes: Eye-Tracking Studies of Reading and Translation Processing*. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2008. p. 103-124.

JOHN, Bonnie E. Typist: A Theory of Performance in Skilled Typing. *Human-Computer Interaction*, v. 11, n. 4, p. 321-355, 1996.

JIANG, Nan; FORSTER, Kenneth I. Cross-language Priming Asymmetries in Lexical Decision and Episodic Recognition. *Journal of Memory and Language*, v. 44, p. 32-51, 2001.

LACRUZ, Isabel; SHREVE, Gregory M.; ANGELONE, Erik. Average Pause Ratio as an Indicator of Cognitive Effort in Post-editing: A Case Study. In: O'BRIEN, S.; SIMARD, M.; SPECIA, L. (Eds.). *Proceedings of the AMTA 2012 Workshop on Post-Editing Technology and Practice*. Stroudsburg, PA: AMTA, 2012. p. 21-30.

LANGACKER, Ronald W. Entrenchment in Cognitive Grammar. In: SCHMID, H.-J. (Ed.). *Entrenchment and the Psychology of Language*. Washington, DC: APA and Walter de Gruyter, 2017. p. 39-56.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vols. 1-2. Stanford: Stanford University Press, 1989/1991.

LÖRSCHER, Wolfgang. *Translation Performance, Translation Process and Translation Strategies*. A Psycholinguistic Investigation. Tübingen: Gunter Narr, 1991.

MACIZO SORIA, Pedro; MOLINA, Maria Teresa Bajo. Reading for Understanding and Reading for Translation: Do They Involve the Same Processes? *Cognition*, v. 99, p. 1-34, 2006.

MAIER, Robert M.; PICKERING, Martin J.; HARTSUIKER, Robert J. Does Translation Involve Structural Priming? *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 70, n. 8, p. 1575-1589, 2017.

MALMKJAER, Kirsten. Translation Universals. In: MALMKJAER, K.; WINDEL, K. (Eds.). *The Oxford Handbook of Translation Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 83-93.

MARÍN GARCÍA, Álvaro. *Theoretical Hedging: The Scope of Knowledge in Translation Process Research*. PhD dissertation. Kent State University, 2017.

MARTÍN DE LEÓN, Celia. Metaphorical Models of Translation. Transfer vs. Imitation and Action. In: ST. ANDRÉ, J. (Eds.). *Thinking Through Translation with Metaphors*. Manchester: St. Jerome, 2010. p. 75-108.

- MUÑOZ MARTÍN, Ricardo. Looking toward the Future of Cognitive Translation Studies. In: SCHWIETER, J. W.; FERREIRA, A. (Eds.). *The Handbook of Translation and Cognition*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2017. p. 555-572.
- _____. Of Minds and Men-Computers and Translators. *Poznan Studies in Contemporary Linguistics*, 2016a.
- _____. Processes of what Models? On the Cognitive Indivisibility of Translation Acts and Events. *Translation Spaces*, v. 5, n. 1, p. 145-161, 2016b.
- _____; MARTÍN DE LEÓN, Celia. *Fascinating Rhythm*-and Pauses in Translators' Cognitive Processes. *Hermes*, v. 57, p. 1-19, 2018.
- _____; GUERRA, José Maria Cardona. Translating in Fits and Starts. Pause thresholds and roles in the research of translation processes. *Perspectives: Studies in Translation Theory and Practice*, 2018.
- PRESAS CORBELLA, Marisa; MARTÍN DE LEÓN, Celia. The Role of Implicit Theories in the Non-Expert Translation Process. In: MUÑOZ, R. (Ed.). *Minding Translation. MonTI*, special issue 1. Alicante: Universidad de Alicante, p. 273-302, 2014.
- QUINE, Willard van Orman. *Word & Object*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.
- ROSENQVIST, Simon. *Developing Pause Thresholds for Keystroke Logging Analysis*. B. A. thesis. University of Umea, Sweden, 2015.
- RUIZ NAVARRO, Carmen et al. Activation of Lexical and Syntactic Target Language Properties in Translation. *Acta Psychologica*, v. 128, n. 3, p. 490-500, 2008.
- SCHAEFFER, Moritz. *The Ideal Literal Translation Hypothesis: The role of shared representations during translation*. PhD dissertation. University of Leicester, 2013.
- SCHAEFFER, Moritz; CARL, Michael. Language Processing

and Translation. In: HANSEN-SCHIRRA, S.; CZULO, O.; HOFMANN, S. (Eds.). *Empirical Modelling of Translation and Interpreting*. Berlin: Language Science Press, 2017a. p. 117-154.

SCHAEFFER, Moritz J.; CARL, Michael. A Minimal Cognitive Model for Translating and Post-editing. *Proceedings of MT Summit XVI*, v. 1, p. 18-22, 2017b.

SCHAEFFER, Moritz J.; CARL, Michael. Measuring the Cognitive Effort of Literal Translation Processes. *Workshop on Humans and Computer-assisted Translation*. Gothenburg, Sweden: Association for Computational Linguistics, 2014. p. 29-37.

SCHAEFFER, Moritz J.; CARL, Michael. Shared Representations and the Translation Process. A Recursive Model. *Translation and Interpreting Studies*, v. 8, n. 2, p. 169-190, 2013.

SCHAEFFER, Moritz J. et al. Cross-linguistic (Dis)similarities in Translation: Process and product. Paper presented at *Using Corpora in Contrastive and Translation Studies*. Louvain-la-Neuve, Belgium, 12-14 September 2018.

SCHAEFFER, Moritz J. et al. Reading for Translation. In: JAKOBSEN, A. L.; MESA, B. (Eds.). *Translation in Transition*. Amsterdam: John Benjamins, 2017. p. 18-54.

SCHOONBAERT, Sophie et al. Semantic and Translation Priming from a First Language to a Second and Back: Making sense of the findings. *Memory and Cognition*, v. 37 n. 5, p. 569-586, 2009.

SHAPIRO, Lawrence. *Embodied Cognition*. London: Routledge, 2011.

SHREVE, Gregory M.; LACRUZ, Isabel. Aspects of a Cognitive model of Translation. In: SCHWIETER, J. W.; FERREIRA, A. (Eds.). *The Handbook of Translation and Cognition*. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2017. p. 127-143.

SHREVE, Gregory M. et al. Is there a special kind of ‘reading’ for translation? An empirical investigation of reading in the translation process. *Target*, v. 5. n. 1, p. 21-41, 1993.

SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (Eds.). *Ethnologue: Languages of the World*, 21st edition. Dallas: SIL International, 2018. <http://www.ethnologue.com>

ST. ANDRÉ, James. *Thinking through Translation with Metaphors*. Manchester: St. Jerome, 2010.

TIMAROVÁ, Sárka; DRAGSTED, Barbara; HANSEN, Inge Gorm. Time Lag in Translation and Interpreting: A methodological exploration. In: ALVSTAD, C.; HILD, A.; TISELIUS, E. (Eds.). *Methods and Strategies of Process Research*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 121-146.

TOURY, Gideon. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

TYMOCZKO, Maria. *Enlarging Translation, Empowering Translators*. Manchester: St. Jerome, 2007.

TYMOCZKO, Maria. Western Metaphorical Discourses Implicit in Translation Studies. In: ST. ANDRÉ, James (Eds.). *Thinking through Translation with Metaphors*. Manchester: St. Jerome, 2010. p. 109-143.

VANDEVOORDE, Lore; LEFEVER, Els. Keen on cognates or afraid of false friends. Cognate ratios in translated and non-translated Dutch. Paper presented at *Using Corpora in Contrastive and Translation Studies*. Louvain-la-Neuve, Belgium, 12-14 September 2018.

VERHAGEN, Véronique et al. Predictive Language Processing Revealing Usage-based Variation. *Language and Cognition*, v. 10, p. 329-373, 2018.

PERCURSOS DA CRIATIVIDADE EM TRADUÇÃO

IOANA BALACESCU E BERND STEFANINK

TRADUÇÃO ELEONORA CASTELLI

[...] *a teorização é, por si só,
um modo de autodefesa profissional*

Pym, 1992: 153

*Esse conceito de teoria da tradução
é uma parte necessária da armadura de defesa
do tradutor contra ataques de incompreensão...*

Robinson 1997: 204

PRELIMINARES. POR QUE UMA REFLEXÃO SOBRE A CRIATIVIDADE?

Ideia-mestra: Culpa-se o/a tradutor/a por “trair” o texto. As novas concepções do texto e do ato de traduzir autorizam uma criatividade que encontra sua legitimação na “plausibilidade interindividual”, fundada sobre bases teóricas.

1. A acusação de “traição” e a teoria como autodefesa do/a tradutor/a

“Traduttore - traditore!”

Quando se lança essa acusação de traição age-se brutalmente, mas isso diz respeito, evidentemente, à criatividade do/a tradutor/a. Tal acusação ocorre sempre que ele/a se afasta, mesmo que pouco, das palavras do texto fonte. Se essa acusação pôde concretizar-se em um jogo de palavras de circulação internacional, isso se deve a uma falta de argumentos teóricos por parte do/a tradutor/a para justificar suas traduções criativas. As duas citações postas em relevo neste estudo evidenciam uma das funções que pode ter uma reflexão teórica sobre a tradução, face às acusações de “traição” da qual o/a tradutor/a pode ter sido o objeto: a autodefesa diante da incompreensão e das acusações. A outra função importante é a de uma melhora da competência em traduzir decorrente de uma tomada de consciência que vai de par com uma “garantia” (Hönig 1993). Ao entregar para o/a tradutor/a os argumentos teóricos necessários à plausibilidade de seu procedimento, este estudo propõe-se a preencher essas duas funções.

2. Fundamentos errôneos da acusação de traição: a tradução como cópia “fiel” do original

Se o/a tradutor/a pôde ser considerado como um/a traidor/a, isso se deve a duas confusões: por um lado, uma concepção errônea da natureza do “texto” e, por outro, uma concepção errônea da operação tradutória. Pierre Leyris, ao citar Yevtouchenko, chegou a dizer: “As traduções são como as mulheres: quando elas são belas, não são fiéis; quando elas são fiéis, não são belas”. Assim, ele

concebeu o texto, manifestamente, como uma “soma de palavras” com sentidos individuais que deviam ser dados por palavras correspondentes em língua fonte, e isso, à imagem de uma operação tradutória concebida como uma “operação matematicamente exata”, conforme à imagem da tradução que se fazia Nida quando ele escreveu: “O que pretendemos é uma reprodução fiel dos feixes de características componenciais (1974: 50; nossa tradução). Analisa-se a palavra, aqui, como um conjunto de traços semânticos pertinentes tal como preconizado pela linguística estrutural. Em uma tal concepção da tradução, não havia lugar para a criatividade, evidentemente.

3. Uma nova concepção da tradução

3.1. *No nível da compreensão do texto: “leituras plurais” e criatividade*

Como será mostrado na parte histórica, essas concepções sofreram uma evolução fundamental: o texto é considerado, agora, como uma entidade cujo sentido ultrapassa a soma dos sentidos individuais das palavras. Além disso, esse sentido não “reside” no texto definitivamente. Em decorrência das reflexões teóricas de um Roland Barthes ou de um Umberto Eco, é pelo receptor do texto que o sentido lhe é dado. Esses receptores podem ter “leitores/as plurais” do texto. Isso abre um novo lugar para a criatividade do/a tradutor/a já no nível da compreensão do texto fonte.

3.2. No nível da redação do texto-alvo: a teoria de Skopos” e diferenças culturais como elementos integrantes do ato tradutório

A teoria de Skopos coloca em primeiro plano a finalidade da tradução e as expectativas do receptor do texto-alvo, deixando, assim, um maior espaço para a criatividade. Isso levou os/as tradutores/as a se desfazerem de sua concepção do ato tradutório como de uma operação matematicamente controlável e previsível (um dos critérios tradicionais nas ciências ditas “exatas” para alcançar o estatuto de “teoria” na concepção de Karl Popper, a qual foi, no entanto, abandonada) para substituí-la pela noção de “plausibilidade intersubjetiva” (“Intersubjektive Nachvollziehbarkeit” Stefanink, 1997, “Interindividuelle Nachvollziehbarkeit” Gerzymisch-Arbogast et Mudersbach, 1998): o/a tradutor/a deve ser capaz de tornar sua tradução “plausível” aos outros, explicando o caminho percorrido para chegar a ela.

Infelizmente, o termo “Nachvollziehbarkeit” faz parte daqueles intraduzíveis, como o termo alemão “Gemütlichkeit” ou o romeno “dor”, e a tradução por “plausibilidade” estará sempre aquém das implicações do termo alemão: enquanto “Nachvollziehbarkeit” é um termo motivado e transparente, “plausibilidade” é abstrato; da mesma forma, o termo alemão reflete uma dinâmica que implica uma participação ativa por parte do receptor – o qual deve reviver virtualmente o percurso efetuado por aquele do qual ele tem que “nachvollziehen”

as ações. Já o termo “plausibilidade” é estático, seu foco está no objeto, enquanto que o de “Nachvollziehbarkeit” está no receptor.

Conclusão: O objetivo de nosso estudo é seguir o percurso do pensamento criativo do/a tradutólogo/a e tornar, assim, plausíveis as soluções criativas que ele encontrou para seus problemas. Isso deve permitir que ele/a defenda melhor suas escolhas tradutórias. Essa finalidade determina nossa concepção da criatividade como uma “atividade de resolução de problemas” (Guilford; nossa tradução).

I. DEFINIÇÕES E ASPECTOS DA CRIATIVIDADE

Ideia-mestra: O estado atual da pesquisa não permite uma definição clara da criatividade, mas permite extrair uma certa quantidade de aspectos e de critérios.

I. 1. A criatividade em geral

Nos diversos dicionários de uso geral, o termo criatividade mantém ainda uma certa aura de misticismo. Ele é definido, em geral, como a “capacidade de criar” e “criar” é definido como “ação de extrair algo do nada”. Esse vazio de definição é visível mesmo nos dicionários especializados mais recentes, nos quais o termo “criatividade” é definido como um “conceito, ainda não suficientemente circunscrito, para designar um conjunto de capacidades que estão na base de processos de criação” (Häcker e Stapf, 1998: 467 ; tradução dos autores). Para

a famosa tradutora romena de Proust, Irina Mavrodin, e para muitos outros autores franceses, a criatividade – notadamente a do escritor que foi Proust – é uma “epifania, suscitada pela memória involuntária” (Mavrodin, 1994: 126) e é fruto do *acaso*.

1.1.1. *Os aspectos da criatividade*

Os/As pesquisadores/as do assunto mantêm-se discretos/as quanto a dar uma definição do termo e preferem falar dos “aspectos” da criatividade (Brodbeck, 1999: 18), como o da “novidade” do produto criado e da “recepção positiva” que lhe reserva **a avaliação dos experts** (Brodbeck, 1999). Após ter tentado delimitar o problema, o *Handbook of Creativity* (Glover & al., 1989: 29) cita o psicólogo Claridge (1987: 134) para expressar sua impotência em dar uma definição clara da criatividade:

Muitas vezes senti que “criatividade”, como um conceito explicativo em psicologia, tem, muitas vezes, as qualidades de um amante difícil, mas persuasivo, a quem a razão diz para abandonar, mas que continua a satisfazer uma necessidade evitável. (nossa tradução)

E os autores do *Handbook*, para concluir:

Não podemos definir um produto criativo, mas o reconhecemos ao vê-lo. (Glover, 1989: 13; nossa tradução)

Um estudo das diferentes teorias de que dispomos permite extrair, no entanto, um certo número de traços

aspectuais sobre os quais os/as pesquisadores/as da criatividade estão de acordo e cujo caráter é pertinente para o/a tradutor/a.

1. O produto do ato criativo deve ser “**novo**”:

Não importa quais outras qualidades positivas ele possa apresentar, geralmente exigimos, em um primeiro momento, que um produto seja novo antes de estarmos dispostos a chamá-lo de criativo (Jackson and Messick, 1967: 4; nossa tradução).

2. O produto do ato criativo deve ser “**apropriado**”:

A adequação é um critério conjunto crucial para a atipicidade. Um produto deve atender às demandas da situação e às necessidades do/a criador/a e, com produtos complexos, as partes individuais devem formar um todo coeso (Fox, 1963: 124; nossa tradução).

Juntamente com essas duas características, que fazem unanimidade, Jackson e Messick encontram, além disso, dois outros critérios que determinam a qualidade dos produtos da criatividade assim como seu grau de criatividade: (3) “**Transformação de restrição**” (que podemos aplicar de maneira privilegiada ao/à tradutor/a, que deve “transformar os imperativos” impostos pelo texto-fonte) e (4) “**condensação**”, que está presente em produtos que “não divulgam seu significado total na primeira visualização” (1967: 10; nossa tradução), ou seja, o grau de criatividade é ligado à condensação do sentido e a um certo hermetismo.

II. ETAPAS DA PESQUISA EM TRADUTOLOGIA EM RELAÇÃO À CRIATIVIDADE

Segundo alguns/mas pesquisadores/as, a “criatividade” é um conceito de variada intensidade (cf. por ex.: Guilford, 1950: 446). Examinemos as diferentes teorias da tradução segundo o lugar que elas reservam a essa diferenciação da criatividade. É preciso distinguir entre as teorias que se contentam com o critério de novidade para falar de uma tradução “criativa” e as que consideram a criatividade na tradução como uma “atividade de solução de problemas” e submetem-na aos dois critérios, o da “novidade” e o do caráter “apropriado”.

II. 1. As teorias que concebem a criatividade como uma “atividade de solução de problemas” que satisfaz aos critérios da “novidade” e do caráter “apropriado”

Ideia-mestra: O fracasso da tradução automática inaugurou um debate teórico sobre a tradução, no qual o lugar atribuído à criatividade tornou-se cada vez mais importante.

II. 1.1. *A tradução automática: o grau zero da criatividade*

A tradutologia como ciência que se baseia em pesquisas feitas sistematicamente começa com Weaver, em 1949. Para Weaver, que tinha trabalhado durante a guerra na decodificação de mensagens secretas dos inimigos usando computadores, traduzir era decodificar. O russo, por exemplo, era inglês codificado:

É natural que se pergunte se o problema da tradução não poderia ser visto como um problema de criptografia. Quando me deparo com um artigo escrito em russo, penso: isso realmente está redigido em inglês, mas foi codificado a partir de algum estranho sistema de símbolos; vou decodificá-lo (citado por Delavenay, 1959: *La machine à traduire*, p. 13-14).

Essas esperanças a respeito da tradução automática sujeitaram a reflexão tradutológica a um jugo que impedia, evidentemente, qualquer tomada em consideração da criatividade. Mounin é a primeira vítima disso: sua obra sobre *Les problèmes théoriques de la traduction* trata, na verdade, dos problemas teóricos colocados pela tradução automática. O título de seu outro trabalho tradutológico – *Les belles infidèles* – que trata da tradução poética, diz tudo sobre o lugar que ele atribui à criatividade em tradução: a tradução poética, que é, evidentemente, o lugar privilegiado da criatividade na tradução, só pode ser “infel”. Sob essa ótica, o “tradutor/a-traidor/a” era exposto/a à acusação de crime de lesa-majestade todas as vezes que não reproduzia “fielmente” o original sagrado. A “fidelidade” significava submissão ao texto, um texto entendido como uma série de palavras – cada uma, com um sentido bem preciso –, para as quais era preciso encontrar as palavras correspondentes na língua-alvo ou, como formulou Nida (1974) do ponto de vista da linguística estruturalista, a

palavra que na língua-alvo reproduzisse o maior número de traços pertinentes da palavra da língua-fonte.

II. 1.2. Estilística comparada: um primeiro grau de criatividade?

Ultrapassando o limite da palavra como unidade de tradução, a estilística comparada pode ser considerada por alguns como uma primeira etapa na direção da criatividade. As “transposições” do tipo “He swam across the river” = “Ele atravessou o rio a nado” constituem efetivamente uma transformação em relação às palavras e à estrutura da frase na língua-fonte. Mas trata-se de transformações devidas aos imperativos estruturais dos sistemas linguísticos em cotejo. Uma prova disso é o fato de o objetivo da estilística comparada ser o de fazer um inventário completo com fins de tradução automática, considerando, assim, tratar-se de processos automatizáveis.

II. 1.3. Linguística do texto e criatividade

Na medida em que certas correntes da linguística do texto apresentavam o texto com uma “oferta de informação”, afirmando que a obra em si não “possuía” um sentido, mas que o sentido vinha para o texto por seu receptor, em decorrência das teorias do sentido de um Roland Barthes ou de um Umberto Eco, podia-se ter esperado uma certa liberdade criativa para o/a tradutor/a. Mas os/as linguistas do texto perderam-se em uma análise textual cada vez mais minuciosa, afastando-se muito da prática do/a tradutor/a,

ao marcar uma etapa bem distinta de análise do texto, a qual era colocada previamente a qualquer tentativa de tradução, interditando o/a tradutor/a de fazer a tradução de qualquer palavra antes de ter procedido a uma análise “exaustiva” do texto (para uma crítica detalhada dessas teorias, cf. Stefanink, 1996, 1997). A intuição e a criatividade estavam taxativamente excluídas dessas pesquisas, dado seu “caráter pouco acessível a pesquisas de ordem racional” (Gerzymisch-Arbogast, 1994: 16).

II. 1.4. A pragmática e a criatividade

O lugar reservado para a criatividade na abordagem pragmática parece mais importante. Efetivamente, o valor ilocutório dos *atos de fala*, que é da ordem situacional e não pode ser extraído a partir de uma análise semântica dos significantes individuais que os compõem, obriga o/a tradutor/a a encontrar os *atos de fala* utilizados na língua-alvo para expressar o mesmo valor ilocutório nessa mesma situação. O “sarut mâna” (literalmente: eu beijo a mão) romeno, que é uma fórmula de saudação destinada à mulher (em certos costumes locais é destinada, também, a pessoas idosas e aos padres), distinta daquela dirigida ao homem, será traduzida por uma fórmula única em francês que – ao menos sincronicamente – não conhece essa particularidade cultural. No entanto, também nesse caso não se trata, para nós, de uma manifestação da criatividade do/a tradutor/a. Trata-se de moldes linguísticos situacionais, marcados culturalmente, que o bom/boa

tradutor/a bilíngue e bicultural deve ter a sua disposição e colocar de maneira quase automática no discurso da língua-alvo. Sua escolha tradutória não apresentará os traços característicos de uma reflexão criativa, segundo o que foi extraído pelos/as pesquisadores/as da criatividade, como o modelo a quatro fases, que descreve a progressão da tomada de consciência de um problema até sua solução, passando pelas fases de “preparação - incubação - iluminação - avaliação” (cf. Preiser, 1976: 42 ss. ; Ulmann, 1968: 22 ss.).

II. 1.5. O funcionalismo (“a teoria de Skopos” e a criatividade)

A abordagem funcional, conhecida pelo nome de “Skopostheorie” – teoria de Skopos – (Reiss e Vermeer, 1984), situa a operação de tradução no contexto de uma teoria da ação segundo a qual toda ação recebe seu sentido do objetivo ao qual ela tende. Por conseguinte, é a finalidade da tradução que fornece os critérios a serem respeitados. Em função de quem dá as ordens, pode haver mudança da finalidade de um texto ou a manutenção dessa finalidade. Uma manutenção da função – caso, de longe, mais frequente – gera também uma manutenção do efeito produzido sobre o receptor do texto.

II. 1.6. A hermenêutica e a criatividade

Paralelamente à corrente “racional”, que declarava chegar ao sentido a ser traduzido por uma análise minuciosa do texto antes mesmo de permitir a menor tentativa

de tradução, desenvolveu-se, no rastro de Gadamer, uma tradutologia “hermenêutica”, a qual concebia o acesso ao sentido pela tomada intuitiva deste, mesmo que a justificativa dessa prioridade fosse dada à criatividade no acesso ao sentido, por uma análise posterior. Paepcke e Forget (1981) falam da *intuição fulminante*, através da qual chega o *feliz achado*.

Conclusão: É pela teoria de Skopos que o tipo de criatividade que nos interessa intervém. Face à exigência da manutenção do efeito produzido no receptor, o/a tradutor/a deve tomar em consideração as eventuais assimetrias entre as duas culturas em questão e desenvolver uma criatividade proporcional a essa distância. A abordagem hermenêutica dá à criatividade o seu devido lugar a partir do ponto de vista epistemológico. Resta saber o que se esconde por detrás das noções tais como a de “intuição fulminante” que nós tentaremos desmistificar buscando modelos explicativos nas ciências vizinhas.

II. 2. As teorias da criatividade do campo da tradução que somente tomam em consideração o critério de “novidade”

Ideia-mestra: As teorias que não levam em conta os dois critérios de avaliação, que são a “novidade” do produto e seu caráter “apropriado”, e que não consideram a criatividade como uma “atividade de solução de problemas”, não são conciliáveis com a deontologia do/a tradutor/a.

II. 2.1. O texto-fonte como inspiração criadora

Existem concepções da tradução que encaram a obra a ser traduzida como um estímulo do impulso criador para o/a tradutor/a. “Les belles infidèles”, como são chamadas as produções desse tipo no século XVIII, que só usam o texto-fonte como trampolim para deixar caminho aberto para a imaginação do/a “tradutor/a” (que, por isso, torna-se “autor/a”), são um exemplo histórico disso. Encontra-se essa concepção, atualmente, nos países anglo-saxônicos: por um lado, nos Estados-Unidos, nas “Oficinas de tradução e redação”, há notadamente o famoso *workshop* da Universidade de Iowa, onde as palavras de um poema a ser “traduzido” são vistas, apenas, como *indicadores de sentido* que o/a tradutor/a deve captar intuitivamente e neles inspirar-se para criar sua própria obra na língua-alvo. Por outro lado, para os defensores da *manipulation school* – da qual, um dos fundadores, James Holmes, advém dessas “oficinas de tradução” –, parte-se da constatação de que toda tradução é, por si só, “manipulação” do texto-fonte. Nesse contexto, não há mais a preocupação com a conformidade do texto-alvo com o texto-fonte, mas considera-se que basta um/a tradutor/a declarar seu texto como sendo uma “tradução” para que não haja briga sobre ter acrescentado ou mudado coisas segundo a inspiração provocada por sua tomada do texto-fonte. Essas ideias estão publicadas em uma obra cujo título é *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation* (Hermans, 1985).

II. 2.2. Os desvios da licença criadora em tradução

Essa licença criadora pode levar a que se faça uso da tradução com fins políticos ou ideológicos, como a *post-colonial translation*, que declara querer restabelecer as injustiças criadas pelas medidas impostas a/os tradutoras/es sob a ocupação colonial ou, ainda, a “tradução feminista”, a qual quer reparar as injustiças cometidas contra as mulheres e “declara guerra contra o velho conceito binário da bipolarização entre o texto-fonte e a tradução” (Bassnet, 1991: 66) para substituí-la por uma “criatividade” a serviço de uma ideologia: “A tradução não é uma transmissão, mas uma reformulação do significado” (Simon, 1996: 23, citando Godard. Nossa tradução) e “A tradução deve ser vista como uma *produção* fluida de significado, semelhante a outros tipos de escrita” (12; destacado pela autora. Nossa tradução). Essa “criatividade” vai até o ponto de querer “re-sexuar”(20) a linguagem (ex.: grafar “auther” por “author” quando se trata de uma escritora, tradução de “aurora” por “dawn”, mas retomada de “dawn” pelo pronome pessoal “ela” etc.). Tudo isso com uma intenção declarada: “Minha tradução é uma atividade política que visa fazer a língua falar pelas mulheres. Então, minha assinatura em uma tradução significa: esta tradução usou todas as estratégias de tradução para tornar o feminino visível na linguagem” (15 ; Simon, citando Lotbinière Harwood. Nossa tradução).

II. 2.3. Uma criatividade a serviço da tradução

Essas concepções da criatividade não são muito compatíveis com a deontologia do/a tradutor/a, que é devedor/a, em relação ao texto-fonte, no tocante à mensagem a ser comunicada. Não se pode tratar, para ele/a, de “tirar do nada” (cf. definição do dicionário Le Petit Robert para o verbete “criar”). As pesquisas empíricas que fizemos por meio de análises conversacionais etnometodológicas inscrevem-se perfeitamente na concepção da criatividade – compreendida como uma atividade que busca soluções para problemas – tal como é defendida pelo psicólogo Guilford e sua escola (Guilford, 1971: 312-345, dedica um capítulo inteiro às ligações entre “solução de problemas e produção criativa”): “Há algo de criativo em toda solução genuína de problemas, e a produção criativa normalmente é realizada como um meio para resolver algum problema”. (Guilford, 1971: 312. Nossa tradução)

Trata-se de uma criatividade posta a serviço da tradução e não de uma tradução dita “criativa”, a serviço de uma ideologia.

Conclusão: A criatividade que nos interessa situa-se entre, de um lado, os desvios incontrolados de teorias como os da *manipulation school* e, de outro lado, as “transposições” da estilística comparada que alguns já consideram como um primeiro passo para a criatividade, mas que nos parecem ainda determinadas demais pelas estruturas de língua atuais.

III. AS DIFERENTES TENDÊNCIAS ATUAIS DAS PESQUISAS SOBRE CRIATIVIDADE, MEMÓRIA E LINGUÍSTICA COGNITIVA, E DA SUA PERTINÊNCIA PARA O ESTUDO DA CRIATIVIDADE EM TRADUTOLOGIA

Ideia-mestra: As pesquisas nessas três áreas respectivas se sustentam e se completam mutuamente para fornecer modelos tanto descritivos quanto explicativos para o fenômeno da criatividade.

III. 1. Os modelos descritivos da criatividade

Apesar de cada descrição já ter um caráter explicativo, pode-se fazer distinção entre modelos que são mais descritivos face a outros que são, além de descritivos, explicativos.

III. 1.1. Os encadeamentos associativos (“chaining”) para o linguista (cognitivo) Lakoff

Para medir o grau de criatividade de um indivíduo, Mednick (1962) tinha desenvolvido o “Remote Associates Test (RAT)” (Teste de associações a distância), que consiste em encontrar associações comuns para palavras que, em uma primeira abordagem, não têm nada em comum e são semanticamente muito distantes umas das outras. Assim, “*fora, cachorro, gato*” têm em comum “*casa*”; “*rato, azul, cottage*” têm em comum “*queijo*”. Schank (1982) vai explicar como a maneira de estocar nossas experiências na memória é responsável por essas “associações remotas”.

Esses testes não deixam de lembrar os encadeamentos associativos que Lakoff (1987) descobre na metafórica

popular (“teorias populares”, “modelos populares de categorização”, Lakoff, 1987: 121). Lakoff conseguiu evidenciar os encadeamentos associativos (*chaining*) que condicionam nossa vida cotidiana: “[...] metáforas que estruturam o sistema conceitual comum de nossa cultura e que se refletem em nossa linguagem cotidiana” (Lakoff et Johnson, 1980: 139. Nossa trad.).

Ele mostra, por exemplo, como nós associamos os conceitos de “raiva” e “luxúria” por meio de representações metafóricas que têm certos pontos comuns. Na imaginação popular, “raiva” é, efetivamente, associada a “fogo”, como se pode constatar a partir das citações seguintes: *Essas são observações inflamadas. Ele estava cuspiendo fogo. Seu falso pedido de desculpas apenas adicionou lenha ao fogo. Após a discussão, Dave fumegou por dias etc.* (Lakoff, 1987: 388. Nossa trad.). A mesma ideia de fogo encontra-se no cenário de “luxúria”: *Ela é uma velha paixão. Ele foi consumido pelo desejo. Ela é ferosa. Ei, baby acenda meu fogo etc.* (Lakoff, 1987: 410. Nossa tradução). Lakoff conclui que, por meio dessas representações metafóricas, as duas categorias – “raiva” e “luxúria” – podem ser associadas.

III. 1.2. O pensamento “lateral” / “divergente”

Essa abordagem **associacionista** é explorada pelos/as pesquisadores/as da criatividade que a consideram como uma **“atividade de solução de problemas”**. Assim, o que Guilford chama de pensamento **“divergente”** é uma

estratégia para resolver problemas para os quais o pensamento “convergente”, lógico, não encontrou soluções. Ela consiste em examinar os problemas sob um **outro aspecto**, em abordá-los por um outro ponto de vista. De Bono preferiu o termo “**pensamento lateral**” em oposição ao pensamento lógico que ele chama de “vertical”. Trata-se, aí, de uma estratégia criativa fundamental que permite ao/à tradutor/a encontrar soluções ao dirigir sua atenção a outros elementos cênicos marginais da cultura-fonte, mas que são prototípicos da cultura-alvo (estratégia sustentada pelas pesquisas de Fillmore, de Langacker e da semântica dos protótipos, expostas mais abaixo).

III. 1.3. Eleanor Rosch e a semântica dos “protótipos”

A psicóloga Eleanor Rosch (1973) leva-nos a fazer uma ligação entre a pesquisa sobre criatividade e a linguística cognitiva. Ela mostra que a visão estruturalista das categorias semânticas bem determinadas, com traços pertinentes nitidamente definidos entre os diferentes elementos de uma categoria, é uma projeção dos cientistas. De fato, nosso recorte do mundo em categorias semânticas é uma função de nossa experiência vivida, de nossas experiências. A categoria pássaro, por exemplo, compreende elementos mais representativos do que outros dessa categoria, e essa representatividade varia com a experiência vivida no cotidiano. Para um europeu, o pardal poderia ser um representante **prototípico** da categoria *pássaro*, enquanto que para um habitante do deserto africano, a avestruz

poderia ser o representante dessa categoria, enquanto que o pinguim seria para os dois um elemento marginal dessa categoria, pertencendo, por certos traços seus, à categoria *animal aquático*.

O/A tradutor/a do *Pai Nosso* que tivesse traduzido “*o pão de cada dia*” por “*a tigela de arroz*” teria simplesmente traduzido o elemento prototípico da civilização-fonte pelo elemento prototípico correspondente da civilização-alvo.

III. 1.4. O “*figure/ground alignment*” de Langacker

Enquanto indivíduo bilíngue e bicultural, o/a tradutor/a muda de **foco**; ele/a centra sua atenção em outro elemento do campo semântico de *alimentação* quotidiana. Pois, como nos ensina a **linguística cognitiva** de Langacker (1987: 120), nossa percepção é sempre organizada em um “**alinhamento figura/fundo**”, ou seja, nós percebemos sempre um elemento (“*figure*”) que se destaca do resto (“*ground alignment*”). Segundo Langacker, essa

organização da figura / fundo não é geralmente determinada automaticamente para uma determinada cena; normalmente é possível estruturar a cena com escolhas alternativas de figura. No entanto, vários fatores contribuem para a naturalidade e probabilidade de uma escolha particular (Langacker, 1987: 120. Nossa tradução).

Se entendermos os “vários fatores” que influenciam “uma escolha particular” como se tratando de fatores culturais, captamos o potencial explicativo dessa teoria,

que vem reforçar o que foi dito no ponto III.1.3 a respeito dos protótipos culturalmente marcados. A importância dessa observação para o/a tradutor/a que traduz no contexto da teoria de Skopos é capital, como veremos ainda.

A noção de “**cena**” utilizada por Langacker obriga-nos a situar a teoria do “*figure/ground alignment*” no contexto mais vasto da “semântica de *frames*” de Fillmore.

III. 1.5. A semântica das “*scenes-and-frames*” de Charles Fillmore

Partindo da constatação de que só se compreende algo em relação ao que já se sabe, ou seja, em relação a seu *conhecimento do mundo*, Fillmore apresenta o ato de compreensão de um texto como estando ligado, por um lado, às palavras desse texto (incluindo as regras gramaticais que as unem) – que constituem os *linguistic frames*, os *quadros linguísticos* – e, por outro lado, à experiência vivida pelo receptor do texto, ou seja, às diferentes vivências que ele estocou em sua memória longa e que ele chama, em sua memória ativa, para fazer contato com essas palavras, fabricando, assim, para si, *cenar cognitivas*. O “quadro” no texto provoca uma “cena” no receptor.

Uma “cena” é composta por elementos cênicos que podem ser – o que vai ao encontro da noção de elementos prototípicos de Rosch – centrais ou marginais. Os elementos de uma mesma “cena” são interligados associativamente entre si pelo fato de pertencerem a essa “cena”.

Como nós vamos mostrar no exemplo mais abaixo, o/a tradutor/a que estiver diante do problema de um vazio lexical na língua-alvo será criativo se, por associação, traduzir por um outro elemento dessa “cena”, que será prototípico na cultura-alvo e, por isso, lexicalizado (cf. o exemplo de “penico”, mais abaixo).

III. 2. Um modelo explicativo: a “memória dinâmica” de Roger Schank – “Pacotes de Organização de memória” (MOPs) e “Pontos de Organização Temática”(TOPs)

As pesquisas de Roger Schank sobre a memória permitem-nos encontrar um **modelo explicativo** para **modelos descritivos** que acabamos de apresentar.

Schank estuda a maneira como nossas lembranças são interligadas umas nas outras. Ele nos descreve a cena seguinte:

Ontem eu estava em um consultório médico. Estava lendo um jornal na sala de espera e constatei que um paciente, que tinha chegado depois de mim, foi atendido antes de mim. Sem dúvida, a conta da consulta será muito alta (Schank, 1982: 85; tradução dos autores).

Schank se pergunta quais são as relações entre a conta muito alta e o fato de um outro paciente passar na sua frente. O elemento comum é manifestamente a experiência de injustiça que o paciente viveu em uma ocasião anterior e que ele reviveu nessa ocasião. Essa experiência fez parte da cena “conta da consulta”, a qual, por sua vez,

faz parte do cenário mais vasto de “consulta médica”. Se ela pôde ressurgir nessa ocasião, em um outro contexto de uma “consulta médica”, é que ela deve ter sido estocada como um elemento destacado da cena “conta da consulta”, na qual ela foi vivida pela primeira vez: o elemento cênico comum que aproxima as duas “cenas” é, nesse caso, a experiência de injustiça.

Schank conclui que nossas experiências – aquilo que se viveu e sobre o que se efetua todo o processo de compreensão – são estocadas em pequenos pacotes, decompostos em elementos e isolados em seu contexto cênico, que ele chama de “Pacotes de Organização de Memória” (MOPs), e que nossas associações não são obra do acaso, mas seguem caminhos já traçados em nossa memória. Essa estocagem é feita independentemente da cena vivida, o que explica o ressurgimento desses “pacotes” em uma outra cena que apresenta certos elementos comuns às duas cenas.

Mas existem associações que não são explicáveis pelo pertencimento comum de um MOP a diferentes “cenas”. Schank as explica por estruturas mais abstratas de nossa memória, em um nível superior: os “**Pontos de Organização Temática**” (TOPs). A ligação que permite que se associe *Romeu e Julieta* e *West Side Story* é a ordem estrutural: a ação tem a mesma estrutura, a mesma “Gestalt”. Trata-se, nos dois casos, de dois amantes que querem se unir e que devem lutar contra a resistência a eles imposta pelo mundo que os rodeia (os pais, no primeiro caso, as

ganges, no segundo). A estrutura comum é constituída pelo mesmo objetivo e o mesmo tipo de condições (Schank, 1982: 113). É esse tipo de estrutura comum que permitirá, por exemplo, a tradução de um provérbio por um outro, como *levar água ao rio* que, em alemão, poderá ser traduzido como *Eulen nach Athen tragen* ou, em inglês, *to carry coal to Newcastle*. No exemplo seguinte, onde era preciso traduzir uma passagem sobre as benesses do vinho, o texto trazia uma citação de Keats sobre o vinho: “*Oh, for a beaker of the warm south,/ Full of the true, the blushful Hippocrene,/ With beaded bubbles winking at the brim*”, *sighed Keats.*” Os estudantes que deviam traduzir convieram, após alguma discussão, que não era preciso traduzir Keats, mas escolher uma outra citação. De fato, uma das funções da citação de Keats, no texto em inglês, é de criar uma convivência entre o/a autor/a e o/a leitor/a, mostrando que os dois participam da mesma cultura literária. A outra função era de exaltar os méritos do vinho. O texto tinha sido extraído de um jornal inglês e, sua tradução, destinada a um público de leitores/as de um jornal equivalente na Alemanha e que certamente não tinha a mesma intimidade cultural com Keats. Concordaram em substituí-lo por uma citação da Bíblia, o salmo 104,15: “O vinho alegra o coração do homem”, como já está escrito na Bíblia.” As duas citações têm a mesma finalidade de louvar o vinho, a citação da Bíblia é mais conhecida pelo público-alvo e recria, mais facilmente, essa convivência.

IV. OS DIFERENTES MODELOS TEÓRICOS E SEU POTENCIAL DESCRITIVO E EXPLICATIVO RESISTENTES À PRÁTICA

Para examinar essa questão, vamos lançar mão de um exemplo de tradução “criativa”. Trata-se de um texto em inglês a respeito de problemas de casais em que a mulher e o homem trabalham, o que os coloca diante de problemas de gestão, tanto de suas vidas profissionais quanto da educação de seus filhos. A frase a ser traduzida era: “They had difficulties to juggle two careers and a potty chair” (literalmente: Eles tinham dificuldades para gerir duas carreiras e a cadeira-penico para crianças).

Pedimos a estudantes alemães de tradutologia em inglês que traduzissem esse texto para o alemão. Para “to juggle”, que expressa a faculdade de gerir duas coisas ao mesmo tempo, a locução metafórica “unter einen Hut bringen” (literalmente: colocar sob um mesmo chapéu) se impõe. Como o lexema *potty chair* não existe em alemão, alguns traduziram de forma relativamente, tomando o correspondente mais próximo *Kindertöpfchen* (penico para crianças) em coocorrência com *unter einen Hut bringen*. Essa coocorrência é impossível por causa do valor literal que ela dá à locução metafórica *unter einen Hut bringen*: vê-se, literalmente, o penico sob o chapéu. Outros encontraram uma solução criativa:

1. ... Kind und Karriere unter einen Hut zu bringen.
(gerir simultaneamente criança e carreira)

2. ... zwei Karrieren und Windelwechselln unter einen Hut zu bringen. (gerir simultaneamente duas carreiras e a ação de trocar fraldas).

É evidente que nem *Kind*, nem *Windelwechselln* são a tradução de *potty chair*. Mas essas traduções não chocam o leitor alemão. Elas são “apropriadas”. Elas fazem parte da “cena” “cuidados com criança”, tal como está fixada na experiência vivida e, portanto, na memória longa do alemão prototípico. Algo permitiu a aproximação entre essas palavras, *nihil ex nihilo*. Examinemos essas traduções à luz dos modelos explicativos que nos fornecem as diferentes abordagens teóricas.

A semântica dos protótipos vem completar a descrição do processo de compreensão dado por Fillmore em sua “semântica de *frames*”, permitindo, assim, uma primeira abordagem explicativa para a criatividade dessas traduções. Como já visto acima, os elementos das diferentes categorias semânticas não são representativos (prototípicos) no mesmo grau da categoria semântica à qual eles pertencem. Seu caráter prototípico pode variar em função das culturas: se, para um europeu, o pardal pode ser prototípico da categoria “pássaro”, isso não acontecerá assim para um africano que estará mais propenso a pensar, talvez, na avestruz, considerando que o traço distintivo (prototípico) do pássaro não reside, obrigatoriamente, em sua “capacidade de voar”, mas no fato de possuir asas”. O caráter prototípico da experiência vivida estocada

na memória é função de sua frequência no cotidiano. Apesar de sua “capacidade de voar” e do traço pertinente das “asas”, a experiência coletiva associará a galinha com um bípede ciscando no curral (para quem suas “asas” não permitem nem mesmo alçar voo para escapar da panela) ou com a imagem (culturalmente marcada) da “*poule au pot*”, gravada na memória dos franceses que a associam com Henri IV e que faz parte, inevitavelmente, de suas experiências escolares.

Em nosso exemplo a palavra (“*frame*”) *potty chair* deu origem à visualização de uma “cena” à qual se poderia dar o nome de “cuidados com o bebê” ou “cuidados com a criança pequena ou, ainda, em um nível superior, “educação da criança”. Ao traduzir *potty chair* por “a ação de trocar fraldas”, no exemplo (2), o/as tradutores/as escolheram um outro elemento da “cena”, o qual podemos intitular “educação da criança”. Deve-se pensar que, por conta de seu biculturalismo, eles escolheram – conscientemente ou inconscientemente – um elemento que era prototípico dessa “cena” na cultura da língua-alvo. O fato de *potty chair* ser lexicalizado em inglês, mas não em alemão, parece reforçar a hipótese de se tratar de um elemento prototípico em inglês, contrariamente ao alemão, onde é a ação de “trocar fraldas” que parece ser uma atividade prototípica dessa “cena”.

A semântica dos protótipos não explica, no entanto, a tradução (1). Ao traduzir por *Kind*, que é preciso

compreender aqui como uma elipse semântica de *Kindererziehung* (educação da criança), o/as tradutores/as escolheram traduzir a partir de um cenário mais vasto e mais abstrato, que engloba várias “cenas” da educação da criança. Nesse caso, são os TOPs de Schank que permitem explicar a associação a um nível superior.

CONCLUSÃO

Essa apresentação evidenciou os resultados de uma série de pesquisas que contribuem, todas, para descrever e explicar as soluções criativas que um/a tradutor/a pode encontrar para os problemas que lhe são colocados, legitimando-os, ao torná-los plausíveis (“*nachvollziehbar*”). Vejamos, a seguir, como as etapas da criatividade podem ser resumidas.

O texto-fonte apresenta-se como um “*frame*” (linguístico) que ocasiona uma “cena” (cognitiva) na mente do/a tradutor/a (Fillmore, 1976). Nessa “cena”, há elementos centrais, “prototípicos” (Rosch), seguindo o princípio do “alinhamento figura/fundo” (Langacker, 1987). O/A tradutor/a encontra um problema de tradução, se essa relação de ordem prototípica entre “*figure*” e “*ground alignment*” não for a mesma na cultura-alvo. Ele deve então focar diferentemente os elementos da “cena” e escolher um outro elemento (“*potty chair*” vira “*Windelwechseln*”, ou seja, “trocar fraldas”). Ao mudar assim o ângulo a partir do qual ele vislumbra

o problema, o/a tradutor/a lança mão do que De Bono (1970) e Guilford (1950) chamaram, respectivamente, de “pensamento lateral” e “pensamento divergente”. A solução criativa deverá ser não somente “nova”, mas, também, “apropriada” (Fox, 1963: 124) para satisfazer ao critério da “manutenção do efeito produzido” (Reiss e Vermeer, 1984): “*Wirkungsgleichheit*”) exigida pela deontologia do/a tradutor/a. Um procedimento assim concebido permite a obtenção de traduções “intersubjetivamente” (Stefanink, 1997) ou “interindividualmente” (Gerzymisch-Arbogast et Mudersbach, 1998) “plausíveis”, em conformidade com os critérios de avaliação pregados por uma tradutologia baseada na prática.

Vê-se, portanto, que a criatividade conhece fundamentos teóricos que permitem seguir seu percurso e justificá-lo, fazendo com que este se torne, assim, “*nachvollziehbar*”. Na área da tradução, isso é particularmente válido para uma criatividade concebida como uma “atividade de solução de problemas” (Guilford, 1950) e como um novo critério de avaliação, que é a “*intersubjektive Nachvollziehbarkeit*”, a “plausibilidade individual” (Stefanink, 1997). Isso não reduziria consideravelmente o papel do “acaso” que, de acordo com alguns/mas pesquisadores/as, é o que ativa – de maneira incontrolável e inexplicável – a criatividade?

As hipóteses que acabamos de formular sobre os processos mentais que levam à solução criativa de um problema, situam-se na linha de pensamento de um Karl Popper

(1935), que diz, a respeito do acaso, que este também conhece leis que nosso nível de conhecimentos infelizmente não permite conhecer suficientemente a ponto de poder, dele, deduzir previsões – que, para Popper, são a condição necessária para o estatuto de ciência. Mas, ainda segundo Popper, a tarefa do pesquisador é fazer com que os limites do acaso recuem – sendo que, para ele, o acaso não passa de um termo para designar o que é imprevisível e, conseqüentemente, não científico – para tentar descobrir e descrever suas leis. Na visão de Popper, as pesquisas que acabamos de apresentar permitem assentar mais solidamente o estatuto científico da tradutologia, da qual conhecemos a precariedade.

No que diz respeito a quem teoriza, as pesquisas que acabamos de apresentar também levam a um reforço do estatuto científico de sua disciplina, satisfazendo um pouco mais os critérios enunciados por Popper. Elas fornecerão ao teórico, também, argumentos na discussão sobre a noção de “fidelidade”, tão central na tradutologia. No tocante ao que trabalha na prática, a compreensão desses fenômenos deve eximir o/a tradutor/a da culpa face às acusações de “traição” (“Tradução-traição!”) e incentivá-lo a confiar em suas intuições, avaliadas sob a ótica dessas teorias. Quanto ao didata, essas reflexões fornecerão a ele as bases teóricas necessárias para dar a seus alunos a “coragem” – uma das condições para a criatividade, segundo os/as pesquisadores/as dessa área – para concretizar suas intuições criativas.

REFERÊNCIAS

BASSNET, S. (1991): *Translation Studies, Revised Edition*, London, Routledge.

BERMAN, A. (1985): “La traduction et la lettre – ou l’auberge du lointain”, *Les tours de Babel*, T.E.R.

BRODBECK, K.-H. (1999): *Entscheidung zur Kreativität*, Darmstadt, Primus Verl.

CLARIDGE, G. (1987): “Psychotism and Arousal”, in *Personality dimensions and arousal*, J. Strelau and H. J. Eysenck (Eds.), New York: Plenum Press.

CONANT, J.B. (1947): *On Understanding Science*, New Haven, Yale University Press.

DE BONO, E. (1970): *Lateral Thinking. A Textbook of Creativity*. London, Ward Lock Educational. Delavenay, G. (1959): *La machine à traduire*, Paris, P.U.F.

FILLMORE, Ch. J. (1976): “Scenes-and-Frames Semantics”, in *Linguistic Structures Processing*, Antonio Zampolli (dir.), Amsterdam, N. Holland, p. 55-88.

FOX, H.H. (1963): “A Critique on Creativity in Science”, in *Essays on Creativity in the Sciences*, M.A. Coler (Ed.), New York, New York University Press, p. 123-152. GERZYMISCH-ARBOGAST, H. (1994): *Übersetzungswissenschaftliches Propädeutikum. Grundlagen zu einer wissenschaftlichen Methodik des Übersetzens*, Tübingen, Francke (UTB 1782).

GERZYMISCH-ARBOGAST, H. et K. Mudersbach (1998): *Methoden des wissenschaftlichen Übersetzens*, Tübingen, Francke (UTB 1990).

GLOVER, A. J. et al. (dir.) (1989): *Handbook of Creativity*, New York, Plenum Press.

GUILFORD, J. P. (1950): “Creativity”, *American Psychologist*, 5, p. 444-454.

_____. (1971): *The Nature of Human Intelligence*, London,

McGraw-Hill.

GUILFORD, J. P. (1977): *Way beyond the QI*, Buffalo, Creative Education Foundation.

HÄCKER, H. et K. H. Stapf (dir.) (1998): *Dorsch Psychologisches Wörterbuch*, Göttingen : Hans Huber Verlag.

HERMANS, T. (ed.) (1985): *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation*. London/Sydney, Croom Helm, New York, St. Martin's Press.

HÖNIG, H. G. (1993): "Vom Selbst-Bewußtsein des Übersetzers", in *Traducere Navem. Festschrift für Katharina Reiß zum 70. Geburtstag*, J. Holz-Mänttari et C. Nord (eds.) (*Studia translologica ser. A vol. 3*), Tampere, Schriften des Instituts für Translationswissenschaft der Universität Tampere, p. 77-90.

KUßMAUL, P. (2000): *Kreatives Übersetzen*, Tübingen, Stauffenburg.

JACKSON, P.W. et S. Messick (1967): "The Person, the Product, and the Response: Conceptual Problems in the Assessment of Creativity", dans *Creativity and Learning*, J. Kagan (Ed.), Boston, Houghton Mifflin, p. 1-19.

LAKATOS, I. (1970): "Falsification and the Methodology of Research Programmes", dans *Criticism and the Growth of Knowledge*, I. Lakatos and A. Musgrave (Eds.), Cambridge: Cambridge University Press: p. 8-101.

LAKOFF, G. (1987): *Women, Fire and Dangerous Things, What Categories Reveal about the Mind*, Chicago, University of Chicago Press.

_____. et M. Johnson (1980): *Metaphors we live by*, Chicago, The University of Chicago Press.

LANGACKER, R. W. (1987): *Foundations of Cognitive Grammar*, Stanford, Stanford University Press. Mavrodin, I.

(1994): *Mâna care scrie. Spre o poetica a hazardului*, Bucarest, Editura Eminescu.

Mednick, S. A. (1962): "The Associative

Basis of the Creative Process”, *Psychological Review*, 69, p. 220-232.

NIDA, E. (1974): “Semantic Structure and Translating”, p. 50, dans *Aspekte der theoretischen sprachbezogenen und angewandten Übersetzungswissenschaft II*, W.Wilss et G. Thome, Heidelberg, Groos, 1974.

Paepcke, F. et P. Forget (1981): *Textverstehen und Übersetzen. Ouvretures sur la Traduction*, Heidelberg, Groos.

POPPER, K. R. (1935; trad. 1959): *The Logic of Scientific Discovery*, New York, Basic Books. Preiser, S. (1976): *Kreativitätsforschung*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

PYM, A. (1992): *Translation and Text Transfer: An Essay on the Principles of Intercultural Communication*, Frankfurt/Main : Peter Lang.

REISS, K and H. Vermeer (1984): *Grundlegung einer Translationstheorie*, Tübingen, Niemeyer. Rickheit, G. and H. Strohner (1993): *Grundlagen der kognitiven Sprachverarbeitung. Modelle, Methoden, Ergebnisse*, Tübingen, Francke.

ROBINSON, D. (1997): *Becoming a Translator*, London, Routledge.

ROSCH, E. (1973): “Cognitive Psychology”, *Cognitive Psychology*, 4, p. 328-350.

SCHANK, R. C. (1982): *Dynamic Memory. A Theory of Reminding and Learning in Computers and People*, London, New York, Cambridge University Press.

SPEARMAN, C. (1931): *Creative Mind*, New York, Appleton.

SIMON, S. (1996): *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*, London and New York, Routledge.

STEFANINK, B. (1996): *Compte rendu de Heidrun Gerzymisch-Arbogast: Übersetzungswissenschaftliches*

Propädeutikum. Grundlagen zu einer wissenschaftlichen Methodik des Übersetzens, Tübingen, Francke, 1994, dans Info-DaF, 2/3, p. 278-281.

STEFANINK, B. (1997): “Esprit de finesse” – “Esprit de géométrie”: Das Verhältnis von “Intuition” und “übersetzerrelevanter Textanalyse” beim Übersetzen”, dans Linguistik und Literaturübersetzen, Rudi Keller (éd.), Tübingen, Narr, p. 161-184.

STOLZE, R. (1992): Hermeneutisches Übersetzen, Tübingen: Narr.

ULMANN, G. (1986): Kreativität. Neue amerikanische Ansätze zur Erweiterung des Intelligenzkonzepts, Weinheim, Beltz.

WEAVER, W. (1949/1955): “Translation”, dans Machine Translation of Languages, W. N. Locke et A. D. Booth (dir.), Cambridge, MIT Press.

TRADUÇÃO, SEMIÓTICA E PRAXEOLOGIA

ASTRID GUILLAUME

TRADUÇÃO MAÍRA CASTILHOS COELHO

E MARINA BENTO VESHAGEM

Dedicar-se às relações que existem entre a tradução e uma possível forma de sua conjugação em termos de eficácia significa estabelecer os elos que unem as unidades que constituem a esfera do texto e a esfera dos actantes (autor/a – tradutor/a – leitor/a). É preciso entender, cada um por sua vez, o papel e a função do autor/a, do leitor/a, ou melhor, do conjunto de leitores/as, e por fim a parte que cabe ao/à tradutor/a. É nesse contexto bem delimitado do domínio da tradução que estudaremos a problemática exposta no Colóquio *Pensar e agir*.

O texto se apreende sob a forma do que é vivo na potência dinâmica; potência de dizer, de ler e de ser lido. Essa construção vetorial se apoia sobre um conjunto de relações feitas de contribuições constantes e de idas e vindas entre o dito e o por dizer, entre o entendido, aquilo que está por entender e aquilo que será efetivamente entendido. Aqui se joga a função midiática do

texto, fundamento sintático da relação autor/leitor. Um não é mais se o outro desaparece. O/A tradutor/a se torna, assim sendo, o instrumento inevitável de uma conciliação necessária, mas complexa e culpabilizante.

Se ele é *uma* eficácia, ela é então assumida por uns e outros, cada um por sua vez. Ela se constrói numa geometria fundamental e triangular na qual cada unidade que intervém compreende e assume o papel e a função das duas outras. Nós veremos essa tradução como uma implementação de um conjunto de estratégias que visam a permitir uma produção consciente ao apagar dados implícitos.

I. RELAÇÃO COM O IMPLÍCITO E COM A VERDADE DO TEXTO

O implícito é, no contexto da tradução, tal como ele era anteriormente no contexto da criação do texto, o domínio de uma parte ligada à construção de si, aquela da localização pessoal de sua própria literalidade, quer dizer, um palimpsesto de textos lidos, entendidos e apreendidos, uma vivência pessoal, que participa na construção do texto como objeto literário, e do/a autor/a como criador/a de um movimento dinâmico que se organiza em torno do palimpsesto que acabamos de evocar. Essa parte do implícito é também fruto de imagens, de sonoridades intertextuais latentes e de reações possíveis no momento da recepção pelo/a leitor/a.

Nisso que o/a autor/a produz, nós distinguiremos sua produção consciente, em outros termos, o que ele/a diz, o que ele/a pensa e o que ele/a pensa que diz, dessa parte inconsciente que nos aparecerá sob a forma relevante de objetos linguísticos palpáveis. Não somente o texto não diz tudo o que o/a autor/a quer dizer, mas ele é, além disso, carregado de elementos cuja construção escapa em parte àquele que os cria. Como num tal contexto se espera falar de eficácia tradutológica? O texto tal como nos chega se situa em um lugar não-definido no caminho de sua verdade própria. Esse objetivo a atingir, essa verdade, é feita da unicidade da relação significante/significado, de uma homologia entre o objeto e o signo. É o absoluto ao qual tendem ao mesmo tempo autor/a, tradutor/a e leitor/a. Para Walter Benjamin, em seu *Essai sur la traduction*, não há aí uma simples “correspondência representativa entre o original e a tradução”. Ele tampouco vê “uma adequação primeira entre o original e a tradução e qualquer objeto ou significante fora dele”.

II. A DUPLA APOSTA

Nessa libertação da unicidade, o/a autor/a não inter-vém. Ele/a sabe e aceita conscientemente esse drama de uma produção da qual uma parte o abandona e lhe escapa desde o começo.

É nesse ponto da construção do texto que entra em jogo o/a tradutor/a. Num primeiro desejo de apropriação

do texto, ele/a lida com o dito e com o implícito, então ele/a lida com essa parte do implícito não-dito que, em parte, escapou ao/à autor/a do texto. De toda maneira, o/a tradutor/a também concebe sua parte pessoal do implícito. Para ele/a é impossível, simplesmente, abstrair seu próprio intertexto, essa construção que faz sua literariedade pessoal. O/A tradutor/a sabe disso, e é aqui que assenta e se ata um “drama” com uma nova dimensão. Do conluio dessas duas formas dramáticas vai nascer um texto novo que em parte se fará eco textual de dois vetores que tendem à jogada dessa aposta impossível, que consiste em reduzir ao máximo a esfera daquilo que não se entende. É uma forma da aposta da tradução, mas ela é apenas uma das formas, pois essa aposta pode ser apenas uma figura prismática em que cada faceta vai iridescer de maneira diferente de acordo com quem a possui e de acordo com quem a lê, cada actante (autor/a-tradutor/a-leitor/a) estando por sua vez no papel de sujeito e de objeto.

Paul Ricoeur nos fornece uma primeira faceta desse objeto. O/A tradutor/a, segundo ele, é culpado disso. Mas, se ele/a é culpado/a, é provavelmente porque coloca como premissa à sua missão a realização de uma “virtude impossível”. Sua culpa repousa sobre o voto formulado de fidelidade ao texto. Eu deveria dizer voto da impossível fidelidade ao texto, mas, de fato, é o próprio voto que é impossível. E sua virtude é imediatamente impedida pela consciência que ele/a tem de que só poderá trair o

texto. Cada palavra, cada sonoridade, cada combinatório acentuarão o sentimento de não poder servir fielmente, com “subserviência”, e o remeterão à impossibilidade de realizar sua função de tradutor/a.

III. A MULTIPLICIDADE FUNDA A UNIDADE

A primeira aposta, como vimos, cabe ao/à autor/a do texto, mas podemos dizer que essa aposta será mantida, pois haverá mais leitores/as e mais facetas do prisma, do qual falamos, que vão se iridescer. De maneira mais simples, podemos dizer que cada leitor/a aborda todo texto com sua aproximação própria e pessoal. E, de fato, a parte não-dita do texto é bastante reduzida. O/A autor/a do texto tem consciência de que manterá sua aposta porque sabe bem que há tantos textos quanto leitores/as. Colocados lado a lado, todos os acercamentos produzidos por cada leitor/a nos permitem reconciliar o dito do texto e o seu implícito. É a imagem em espelho do paradoxo de Zénon d’Elée. Esse paradoxo se apoiava sobre a divisão da unidade. A obra literária se constrói e se afirma pela multiplicidade. Ela se aproxima da unidade absoluta pela justaposição e pela combinação de diferentes leituras. A unidade é feita de uma infinidade conjugada de leituras do texto. Aí se encontra e se exprime a potência de dizer de um produto textual.

É dessa mesma maneira que é preciso entender as diversas retraduições de um mesmo texto em que todas,

ou antes umas após as outras, procedem a princípio da mesma operação; operação binária de desfixação/fixação, desfixação da relação do texto no espaço e no tempo, e fixação de uma nova relação do texto com outro espaço e em um outro tempo. Assim, se levarmos em conta essa dupla operação, entendemos que cada retradução é uma nova leitura que aporta mais de uma quantidade suplementar, um acercamento qualitativo novo. A verdade de um texto se situa na assíntota da parábola, traçada sobre um eixo no qual a abcissa seria a qualidade e a ordenada seria a quantidade. O ato se torna múltiplo, sua representação bidimensional é parabólica. Nesse momento preciso, o/a tradutor/a sabe disso.

IV. O/A TRADUTOR/A E A TENSÃO IMPOSSÍVEL

O/A tradutor/a se ocupa dessa infinidade de abordagens do texto na língua de origem e uma parte de seu papel será decompor e recompor todas elas, uma após a outra, sabendo que nunca poderá se aproximar desse infinito de leituras e de abordagens. Há algo de Sísifo nessa missão. Há algo do Sísifo no olhar em direção ao topo da montanha, onde as imagens criadas pelas diferentes leituras estão empilhadas e emaranhadas. Negá-lo significa acentuar o sentimento de culpa do/a tradutor/a.

Essa busca pela impossível fusão é, entre outras coisas, uma consequência inevitável do “depois de Babel”, para citar o trabalho de George Steiner. Se a língua fosse uma

naquilo que ela diz e deixa entender, nada poderia fugir ou escapar dela. Com esse propósito, Jacques Derrida evoca a “linguagem pura”, na qual o sentido e a letra não se dissociam mais. Mas é da diversidade de objetos linguísticos que nasce a diversidade de significações. Tudo vem do fato de que se pensa poder dizer o mesmo evento de duas maneiras diferentes, quiçá de várias. E isso o/a tradutor/a também sabe. Tomemos o exemplo do homem que pede ao filho que se sente no lugar onde termina a sombra de uma árvore. A criança vai e encontra o término da sombra da árvore. A pergunta que se coloca a ele é simples: como capturar o momento em que o fim da sombra lhe permite definir o ponto exato no chão onde ele poderá sentar-se. Estamos aqui em uma consideração dimensional do *tempo* e do *espaço*, que se torna ainda mais complexa se adicionarmos outros critérios contextuais (religiosos, políticos, censura etc.).

V. TEXTO, TRADUÇÃO E EFICÁCIA

Se considerarmos o texto como uma massa viva, sobre a qual Paul Ricoeur diz que resiste à tradução porque é feita de muros de *intraduzibilidade*, então nós compreenderemos que o texto, porque ele é vivo, é animado por um movimento permanente. A criança não poderá nunca capturar o término da sombra. E compreende-se por que o/a tradutor/a, por sua vez, se quer ser eficaz, deve conformar-se a nunca apreender o fim do texto.

Se o texto for visto como uma massa viva, será ainda mais difícil apreendê-lo. Em outras palavras, se o texto for visto como a união inseparável de palavras, de sonoridades, de imagens com significações em busca de sentido, a tarefa do/a tradutor/a se torna impossível. Se quiser efetuar esse trabalho, o/a tradutor/a deverá dessacralizar o que há de vivo aí. Pois uma parte da eficácia da sua tarefa estará na sua capacidade de decompor, desconstruir o movimento, separar o gesto do objeto, expor em detalhes a palavra, as sonoridades, as imagens. De fato, essa é a segunda tarefa do/a tradutor/a. A primeira, que fundamenta sua eficácia, será enterrar no mais profundo de si a suspeita de culpabilidade que, se atormentá-lo, o impedirá para sempre de traduzir. Deverá afastar essa suspeita para construir no fim, e eu digo no fim em duas palavras, *in fine*. A partir da confrontação necessária entre essa desconstrução e essa pulsão por atingir um fim, a eficácia será assim entendida. É aí onde ela nasce, se constrói e se submete à leitura prismática de cada indivíduo que fala a língua-alvo. Essa eficácia é construída de forma vetorial, linear e dinâmica ao mesmo tempo, ao longo do caminho que metaforicamente emprestam simultaneamente todos os leitores, sejam eles possuidores de língua estrangeira ou possuidores de sua própria língua. Por sua vez, a eficácia de uma tradução será percebida e julgada com base em uma produção que reduzirá ao máximo o implícito coletivo,

desconstruindo o implícito individual de cada unidade: autor/a, leitor/a ou tradutor/a, orador/a.

Para julgar a qualidade das traduções de textos poéticos, Henri Meschonnic escreve:

é ruim a tradução que substitui uma poética (a do texto) por uma ausência de poética. (...) Boa, isto é, tanto literatura quanto poesia que é a obra a ser traduzida, é a tradução que, em conexão com a poética do texto, inventa sua própria poética. (...) Aqui não há nenhum dogmatismo, pois fica evidente que há uma infinidade de boas traduções possíveis e uma infinidade de más traduções.¹⁴

Traduzir poesia não significa traduzir apenas as palavras para outro idioma, e sim encontrar uma música, um ritmo que deve ser transmitido, de maneira diferente, mas também bem, em outra língua. A poesia é, sem dúvida, o gênero mais apropriado para apreender os limites do ato de traduzir. A poesia funciona desde o início de acordo com um sistema próprio, apenas pela musicalidade do texto. A tradução deve dar conta da prosódia que fundamenta essa musicalidade. Isso é alcançado quando o próprio texto obtido se torna um objeto poético, que cria um conjunto de imagens que, certamente, são construídas e baseadas em um *pré-texto*, mas se associam e vivem juntas no mesmo movimento criador, mesmo que seja diferente do original...

14 Meschonnic, Henri. *Poétique du traduire*. Paris: Berdier, 1999. p.130.

Uma anedota para estender essa reflexão. Ultimamente, fiquei impressionada ao ouvir um cantor de rua cantando uma música que me levou de volta à minha infância; era uma música que eu cantarolava aos 12 anos de idade. As palavras que cantava na época me vieram à mente. Mas quando me aproximei do cantor, percebi que ele não estava cantando as mesmas palavras. A linha melódica era a mesma, as sonoridades eram as mesmas, a evocação semiológica era a mesma, mas as palavras eram diferentes. Na multidão, pessoas de diferentes origens, de diferentes países, de diferentes idades, cantavam em coro a mesma música, mas quase todas com palavras diferentes. O que esse cantor estava fazendo, talvez inconscientemente, foi recebido pelo público como o ato de uma tradução. Na plateia, cada um cantava sua imagem pessoal do texto e, se não tínhamos as mesmas palavras, não tínhamos tampouco o mesmo texto.

Todos nós conhecemos exemplos como esse. Esse trovador moderno era ao mesmo tempo intérprete, compositor, adaptador, mediador, mas também um mediador funcional. A canção se constrói em torno de objetos semióticos, de sonoridades e, portanto, de imagens acústicas. Se postularmos que por trás de qualquer signo misturam-se imagem acústica, imagem induzida, imagem referencial, imagem criada e imagens potenciais aguardando a sinergia subjacente à combinação com outros signos, é preciso reconhecer que a operação de tradução

cria uma imagem dessa operação em si, certamente a imagem semiótica da palavra, mas não da palavra tomada isoladamente, a imagem semiótica da palavra no discurso. É nessa abstração significativa que se sustenta a concretude do texto, concretude quando eu, leitor, torno-me espectador, ouvinte, ao mesmo tempo. Concretude quando eu, leitora, torno-me atriz de minha própria criação e são esquecidos o/a tradutor/a e o texto fonte. A eficácia é fazer aparecer a imagem subliminar, da qual talvez e certamente o/a autor/a não tivesse consciência, pois há beleza no ato eficaz da tradução. A beleza está no gesto, no combate com o texto. Ela evolui ao longo das linhas através da apropriação que o/a tradutor/a forja do texto, mas tanto a apropriação quanto a tradução do absoluto não existem, nem uma nem outra.

Aqui se revela a eficácia do texto traduzido: quando o/a tradutor/a se conscientiza de que o ato absoluto não existe, mas que, pelo contrário, está sujeito às restrições do relativo: do tempo e do espaço. Ele/a se desfaz, de tal modo, dessa culpa ligada à impossível missão de fidelidade e de se encarregar da infinitude do poder de dizer e, por sua vez, cria um texto cuja nova unicidade será a resultante de uma multiplicidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. “Die Aufgabe des Übersetzers”, In: *Gesammelte Schriften/Walter Benjamin unter Mitwirkung*

von Theodor W. Adorno und Gershom Scholem, hrsg. von R. Tiedemann und H. Schweppenhäuser. Band IV.1, hrsg. von T. Rexroth. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1972.

BRISSET, Annie. “Retraduire ou le corps changeant de la connaissance”, in Pourquoi donc retraduire, *Palimpseste* N°15. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 50, 2004.

DERRIDA, Jacques. “Des Tours de Babel”, in Joseph Graham (ed.), *Difference in translation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

MESCHONNIC, Henri. *Poétique du traduire*. Paris: Berdier, 1999.

RICOEUR, Paul. *Sur la Traduction*. Paris: Bayard, 2004.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Des Différentes Méthodes du traduire et autre texte*. Paris: Seuil, 1999.

STEINER, George. *Après Babel*. Une poétique du dire et de la traduction. (Traduit par Lucienne Lotringer). Paris: Albin Michel, 1978/1998.

ALÉM DA TRADUÇÃO PROPRIAMENTE DITA – ESTENDENDO O CAMPO DOS ESTUDOS DE TRADUÇÃO

KAREN KORNING ZETHSEN

TRADUÇÃO FERNANDA ALENCAR PEREIRA

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a internacionalização da vida moderna conduziram a um aumento considerável na procura por tradução, como parte natural da comunicação intercultural. Com relação à tradução escrita, o foco já não está mais na tradução literária ou bíblica, uma vez que muitos gêneros de línguas de especialização têm evoluído e precisam de tradução. A sociedade moderna de alta tecnologia, com a cooperação internacional e a comunicação intercultural em negócios, política e vida cultural, trouxe demandas por tipos diferentes de tradução ou atividades similares que, muitas vezes, excedem os limites daquilo que a teoria da tradução tradicionalmente define como *tradução propriamente dita*. Muitos esforços foram feitos para definir, exemplificar e sistematizar o que constitui a

“BEYOND TRANSLATION PROPER—EXTENDING THE FIELD OF TRANSLATION STUDIES”.

TTR, V. 20, N. 1, 2007. PP. 281-308.

tradução propriamente dita no mundo real, mas isso não ocorre com relação à tradução intralingual. Na prática, vemos muitos tipos de tradução intralingual, mas frequentemente esses são apenas mencionados de passagem por estudiosos da tradução. Vemos livros adaptados para crianças, legendagem para surdos (Snell-Hornby, 2006, p. 21), novas traduções de textos religiosos e clássicos (ver Steiner, 1975, p.28 et seq., sobre traduções diacrônicas) e mesmo versões americanas de publicações britânicas, por exemplo. Harry Potter foi publicado numa edição especial americana, que substituiu certos termos culturais como *biscuits*, *football*, *Mummy*, *rounders* e *sherbet lemons* por *cookies*, *soccer*, *Mommy*, *baseball* e *lemon drops* (Hatim & Munday, 2004, pp. 4-5), e Denton (2007) mostrou que o romance de Sue Townsend, de 1982, *The Secret Diary of Adrian Mole, Aged 13 ¾*, um best-seller cultuado na Grã-Bretanha, não tem o mesmo sucesso nos EUA, onde seus códigos culturais e gírias britânicas têm impedido a fruição dos leitores, assim exemplificando a necessidade de tradução intralingual. Além disso, traduções de linguagem especializada altamente funcionais (que atendem *skopoi* bastante diferentes daqueles dos textos-fonte), localização, resumos, alguns tipos de notícias, bem como inúmeros tipos de informativos para leigos produzidos por especialistas (bulas de remédio, folhetos sobre impostos com base em nova legislação, manuais de bens de consumo duráveis etc.), são parte da vida moderna, da realidade,

e a questão é: onde essas atividades se encaixam teoricamente? Meu ponto de partida para este artigo foi dar uma olhada teórica mais detalhada na tradução intralingual e em como descrever esse tipo de tradução e as estratégias envolvidas. Há alguns anos, além de meu trabalho com a tradução propriamente dita, tenho realizado pesquisa sobre informativos médicos para leigos e, como pesquisadora de tradução, tenho-me intrigado com as tantas semelhanças entre tradução interlingual e intralingual. No entanto, apesar da clássica definição de Jakobson, a tradução intralingual ou *reformulação* é extremamente periférica para os estudos de tradução, mais do que ela merece, e a relação entre tradução interlingual e intralingual é uma área de pesquisa negligenciada, assim como a descrição minuciosa de tradução intralingual; é quase impossível encontrar qualquer literatura relevante sobre o tema. Minha pesquisa inicial sobre a natureza da tradução intralingual me fez perceber que, desde a definição de Jakobson, as definições gerais de tradução tornaram-se menos inclusivas. Penso que se trata de um grande retrocesso, pois aparentemente temos muito a ganhar, tanto na teoria quanto na prática, ao procurar semelhanças e diferenças entre os vários tipos de atividades tradutórias. Com o objetivo posterior de trazer a tradução intralingual (de volta?) ao mapa dos estudos de tradução e encorajar a investigação empírica futura, incluindo a minha própria, nessa área, discutirei várias definições sugeridas de tradu-

ção e defenderei uma percepção mais ampla da tradução e, conseqüentemente, dos estudos da tradução como disciplina. Por último, vou tentar elaborar uma definição aberta de tradução que reflita seu caráter multifacetado. Como ponto de partida, gostaria de revisitar e examinar a definição clássica de Jakobson, bem como a subsequente discussão e aplicação de Steiner do trabalho de Jakobson.

2. COMUNICAÇÃO É TRADUÇÃO

2.1. A definição clássica de tradução de Jakobson

Os estudos da tradução ocupam-se do estudo acadêmico da tradução e, portanto, é comum que as publicações na área consagrem capítulos ou parágrafos a uma definição de “tradução” como conceito. Intuitivamente, mesmo leigos saberiam o que é uma tradução e provavelmente a definiriam de forma correspondente à prototípica definição de “tradução propriamente dita”, segundo a terminologia de Jakobson. Aparentemente, muitos estudiosos da tradução recorrem aos três tipos de tradução de Jakobson para elaborar suas definições do que constitui a tradução. Jakobson parte da teoria dos signos e significados de Peirce para postular que “o significado de qualquer signo linguístico é sua tradução para outro signo alternativo” (Jakobson, 1959, TSR, p. 114). A implicação dessa afirmação é que a tradução é um componente em todas as transações linguísticas, e Jakobson divide tais

transações em três tipos de tradução ou “formas de interpretar um signo verbal”:

- Tradução intralingual ou *reformulação* é uma interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
- Tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* é uma interpretação de signos verbais por meio de uma outra língua.
- Tradução intersemiótica ou *transmutação* é uma interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais. (Jakobson, 1959, TSR, p. 114)

A tradução interlingual, ou tradução propriamente dita, é naturalmente vista como o tipo clássico e prototípico de tradução, também pelos estudiosos da tradução, e muitos estudiosos ainda querem limitar a pesquisa com definições muito restritas de tradução propriamente dita (Tymoczko, 2005, nota 3, p. 1096). Embora os estudiosos da tradução mencionem e reconheçam os outros tipos de tradução que Jakobson define, esses são muitas vezes classificados como periféricos *ou* considerados de nenhuma relevância real para os Estudos da Tradução. Newmark (1981, p. 12), de sua parte, certamente não incluiria tradução intralingual e intersemiótica, e até mesmo Munday, que, ao explicar os três tipos de tradução de Jakobson, afirma que “é a tradução interlingual o foco tradicional, embora não exclusivo, dos estudos da

tradução” (2001, p. 5), provavelmente acharia um desafio fornecer exemplos abundantes de estudos sobre os outros dois tipos de tradução. Parece-me que a sua declaração é mais um endosso da relevância dos três tipos de tradução de Jakobson para os estudos de tradução do que um reflexo da realidade desses estudos. Uma vez que o texto inspirador de Jakobson – com sua ampla definição filosófica e hermenêutica de tradução – serviu seu propósito de definir a tradução, os autores rapidamente passam para o campo da tradução propriamente dita, ou para a subárea da tradução propriamente dita que concentre seu interesse. Tal observação é apoiada por Tymoczko:

O que a maioria dos estudiosos da tradução gostaria de acreditar é que a fase de definição da tradução está essencialmente superada: seria satisfatório pensar que os grandes parâmetros relacionados à tradução já foram esboçados. (...) A tarefa de definir a tradução não está concluída e continuará a ser uma trajetória central de pesquisa nas próximas décadas. (2005, p. 1084)

E no que diz respeito à tradução intralingual mais especificamente, Mona Baker, no prefácio da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (1998), argumenta que temos sido limitados e restritivos ao definir nosso objeto de estudo e expressa preocupação sobre a falta de pesquisa fora do campo da tradução propriamente dita:

a tradução intralingual não é uma questão tão menor quanto a literatura existente possa sugerir (...) **não conheço nenhuma pesquisa**

que observe especificamente os fenômenos da tradução intralingual ou intersemiótica. De fato, temos classificações como as de Jakobson, que nos alertam para a possibilidade de ocorrências como as traduções intersemiótica e intralingual, mas não fazemos qualquer uso genuíno dessas classificações em nossa pesquisa. (Baker, 1998, p. xvii, minha ênfase)

Raramente vemos trabalhos empíricos dentro dos campos da tradução intralingual ou intersemiótica, e poucos/as estudiosos/as tratam o assunto teoricamente. No âmbito da teoria dos polissistemas e de esfera da tradução literária (Even-Zohar, 1990), encontramos de fato algum trabalho sobre tradução intralingual ou intersemiótica (por exemplo Weissbrod, 1998, 2004, e Shavit, 1986). A tradução, seja ela interlingual, intralingual ou intersemiótica, é vista como parte do conceito semiótico de “transferência” e o foco especial é a transferência de uma cultura para outra. De acordo com Weissbrod (2004, p. 24), refletindo as opiniões de Even-Zohar, os/as pesquisadores/as deveriam lidar com todos esses exemplos de transferência dentro de um único quadro teórico, uma vez que o mecanismo de transferência é em grande parte o mesmo em todos os casos. Eco (2001, pp. 75-77, p. 101) também discute a tradução intralingual, mas não sistematicamente e com foco único na tradução literária. Eco defende uma leitura metafórica do uso que Jakobson faz do termo “tradução” como sinônimo de interpretação. Quer dizer que o modelo de Jakobson não deve ser lido

como um modelo de tradução, no sentido literal, mas de vários tipos de interpretação. Em outras palavras, “tradução” no sentido literal é uma espécie do gênero “interpretação” (Eco, 2001, p. 68). Eco propõe um modelo novo e mais detalhado como alternativa ao de Jakobson (2001, pp. 99). Pym argumenta que Eco quer que a tradução permaneça “tradução propriamente dita” e que assim “as experiências de Eco vão firmemente contra a tendência dos estudos de tradução contemporâneos” (2003, p. 254). Para este artigo, é relevante que Eco ainda trata todos os diferentes tipos de tradução ou interpretação como atividades relacionadas. A tradução intersemiótica não é o tema deste artigo, mas para aqueles/as interessados/as deve-se mencionar que alguns/mas pesquisadores/as trabalharam bastante nesse campo. Petrilli (1992, 2003) traz trabalho importante sobre tradução intersemiótica; no entanto, é importante ressaltar que Petrilli não trabalha com a tradução intersemiótica como exemplificado pelo modelo de Jakobson, mas sim como um fenômeno sempre presente em todos os tipos de tradução (interlingual): “O papel da tradução é fundamental, justamente, na constituição do signo verbal e não-verbal, na determinação de seu significado” (Petrilli, 1992, p. 234). Eco também discute a tradução intersemiótica e fornece inúmeros exemplos do fenômeno (no sentido de Jakobson), bem como discute a tradução entre sistemas que não envolvam a linguagem verbal, uma espécie de tradução que Jakobson não comenta (2001, pp. 67).

Jakobson defendeu uma definição ampla e inclusiva da tradução, como um fenômeno fundamental para todas as transações linguísticas. Essa linha de pensamento foi mais elaborada por Steiner, em 1975.

2.2. A abordagem hermenêutica de Steiner

O postulado de Peirce/Jakobson, afirmando que o significado de qualquer signo linguístico é sua tradução em algum outro signo alternativo, levou Steiner a concluir, como uma consequência natural, que “a tradução, portanto, é a condição perpétua e inevitável da significação” (1975, pp. 260-261). Essa “condição inescapável” é o que faz Steiner afirmar que a comunicação é igual à tradução e explica por que Steiner se interessa por tradução. Para ele, a tradução é fundamental nos campos da linguagem e da comunicação: “Estudar a condição do significado é estudar a substância e os limites da tradução” (1975, p. 414). Uma teoria da tradução no sentido de Steiner seria uma teoria sobre o funcionamento da própria linguagem e incluiria os três tipos de tradução de Jakobson. Steiner aponta que uma teoria da tradução pode, naturalmente, ser limitada à tradução propriamente dita, mas ele prefere a versão inclusiva, “porque ela demonstra o fato de que todos os procedimentos de articulação expressiva e recepção interpretativa são tradutórias, intra- ou interlingualmente” (1975, p. 279). Tony Bex aponta que a tese de Steiner pode ser afirmada de

maneira relativamente simples como na citação seguinte, do próprio Steiner (1975, p. xii):

Depois de Babel postula que a tradução está implícita formal e pragmaticamente em *tudo* ato de comunicação, na emissão e na recepção de cada um dos modos de significado, seja no sentido semiótico mais amplo ou em trocas mais especificamente verbais. (...) A tradução entre línguas diferentes é uma aplicação particular de uma configuração e modelo fundamental para a fala humana, mesmo quando monoglota. (Bex, 2006, p. 132)

O revisor de Steiner, George Woodcock, coloca em termos muito simples: Steiner afirma que “toda comunicação, toda leitura, toda escuta, envolve um ato de interpretação, uma vez que não existem duas pessoas que falem identicamente a mesma língua” (Woodcock, 1975, p. 326). Para mim, as opiniões e afirmações de Steiner são muito convincentes e são extremamente úteis na tentativa de entender e argumentar a favor da natureza fundamental da tradução. Mas é claro que as conclusões de Steiner devem ser tratadas como hipóteses, como Woodcock sensatamente enfatiza – e como o faz o próprio Steiner –, nós estamos nos movendo dentro de uma área onde não há certezas, uma área onde conseguimos apenas especular, em vez de saber. Woodcock sugere ainda que devemos aceitar *Depois de Babel* “pela fertilidade de suas sugestões, não pelo carácter definitivo de suas conclusões” (1975, p. 328). Ainda de acordo com Woodcock, “o aspecto

mais original de *Depois de Babel* é a tentativa de Steiner de estabelecer a tradução não apenas como uma metáfora para o interminável processo de interpretação no qual falar, escrever e ler nos envolvem, mas também como o exemplo funcional mais crucial desse processo” (1975, p. 326).

Em outras palavras, a tradução é vista tanto como algo fundamental, presente em todos os tipos de comunicação humana, quanto como um certo tipo de comunicação humana – e é aqui que abordamos o campo mais específico dos estudos de tradução. Para Steiner, a tradução propriamente dita é vista como um caso elevado do processo de comunicação e de recepção. No entanto, no que concerne os propósitos do presente artigo, Steiner afirma que os problemas linguísticos implícitos na tradução interlingual já são implícitos em todo discurso intralingual (Steiner, 1975, p. 414): “As duas primeiras categorias [reformulação + tradução propriamente dita] são, em pontos cruciais, semelhantes” (Steiner, 1975, pp. 260-261). Mais uma vez Steiner baseia-se em Jakobson, que também discutiu o fato de que, por exemplo, o desafio da sinonímia na tradução intralingual se assemelha ao desafio da equivalência na tradução interlingual (Jakobson, 1959, TSR, p. 114). A completa equivalência, bem como a sinonímia absoluta, é muito rara [se é que existe] e esse dilema fundamental da interpretação é compartilhado pela “reformulação” e pela “tradução propriamente dita” (Steiner, 1975, p. 261): “O

que Jakobson chama de ‘reformulação’ – uma interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua – de fato levanta questões da mesma ordem que a tradução propriamente dita” (1975, p. 414).

3. ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A ABORDAGEM HERMENÊUTICA

Apesar dos textos altamente influentes de Jakobson e de Steiner e apesar da afirmação que fazem sobre a estreita afinidade entre tradução interlingual e intralingual, os estudos da tradução muitas vezes excluem a tradução intralingual deliberadamente ou *de facto*. Gutt (1991) menciona o fato de que nem todos os estudiosos da tradução se sentiriam confortáveis com uma definição mais ampla que permitiria, por exemplo, que resumos e versões elaboradas se qualificassem como tradução (TSR, pp. 394-396). Newmark, como um caso em apreço, consideraria que tais atividades são aquilo a que ele chama “tradução restrita”, não se enquadrando no âmbito da teoria da tradução propriamente dita (Gutt, TSR, 1991, p. 394; Newmark, 1981, p. 12). Newmark é um representante da percepção mais estreita da tradução que ele define da seguinte forma: “fazer com que o que foi declarado em uma língua seja declarado em outra, com o propósito de alcançar a equivalência semântica e expressiva de ambas as declarações” (1999, p. 152 – a definição é uma tradução do dicionário francês *Le Petit Robert*). Ele considera que se trata de uma “definição perfeitamente adequada da atividade básica de tradução,

por mais modificações e diferenciações que possa exigir no caso dessa ou daquela tarefa de tradução” (*ibidem.*). Apesar de Newmark reconhecer que outros tipos de atividades tradutórias acontecem na prática, ele não está interessado nelas por um viés teórico. Ele mantém sua definição básica e simplesmente acrescenta que “todos os outros tipos, como quiserem chamá-los – legendagem ou supra-legendagem (e outras variedades tradutórias) –, precisam se valer [daquela definição] como um ponto de referência” (Newmark em Schäffner, 1999, p. 135). A definição de Newmark é, de fato, muito estreita; inclui apenas a tradução propriamente dita e baseia-se fortemente no conceito muito criticado de equivalência (ver Zethsen, 2004 e Snell-Hornby, 1995). Em outras palavras, a definição de Newmark não deixa espaço para *skopoi* variáveis ou para tradução intralingual e implica que o campo de estudos da tradução não está aberto para *insights* provenientes de outros tipos de tradução além da tradução propriamente dita. Sua definição pode ser prototípica para ele e para muitos outros, mas um protótipo depende de uma cultura, isto é, não é um fenômeno universal e estático (ver Tymoczko, 1998). Como tal, conseqüentemente, não representa necessariamente a realidade da tradução hoje. Isso é discutido por Snell-Hornby (1999, pp. 161-164, 103-120 e 2006, pp. 130-139), que critica fortemente e adverte contra uma percepção muito estreita de tradução (em geral, e a definição de Newmark, em

particular) – “a atividade de transcodificação linguística tradicional” (Snell-Hornby, 1999, p. 164) – e contra uma percepção estreita das tarefas do/a tradutor/a moderno/a, que precisam ser refletidas, em certa medida, em nossas discussões teóricas se for para permanecerem significativas. Além disso, Schäffner assinala que a realidade tradutória excede a tradução interlingual e afirma que é cada vez mais acordado, na comunidade acadêmica de tradutores/as, que “as responsabilidades do/a tradutor/a vão muito além do que era tradicionalmente considerado uma ‘tradução propriamente dita” (1999, p. 98). Schäffner pergunta se a tradução em si é afetada pelos desenvolvimentos modernos “ou será que mais e mais atividades são adicionadas à tradução propriamente dita? Onde é que a tradução termina e outra coisa surge, por exemplo, a escrita técnica ou a edição eletrônica?” e isso significa que deveríamos redefinir a própria noção de tradução? (1999, p. 100). Acho que precisamos, de fato, redefinir, mesmo que seja necessário perguntar “redefinir o quê?”, já que não há consenso dentro dos estudos da tradução sobre uma definição em particular.

Tendo estabelecido que a tradução de um tipo ou de outro é fundamental para todas as transações linguísticas, é hora de se concentrar em uma definição de tradução mais específica, embora ainda ampla e inclusiva. Hermans (1996, p. 1) alia-se à abordagem hermenêutica de Steiner e iguala a compreensão à tradução, mas também adverte:

“Uma vez que atingimos este ponto, o ponto em que entendemos ‘compreensão’ como ‘tradução’, podemos ampliar o nosso escopo. Na verdade, podemos ampliá-lo tanto que é difícil ver onde termina. A tradução, então, quase se torna a própria condição humana. Cada ato de compreensão envolve um ato de tradução de um tipo ou de outro.” Eu quero dizer que, apesar de basicamente aceitarmos a abordagem hermenêutica de Jakobson e Steiner, precisamos de uma definição mais detalhada se queremos delimitar o campo específico dos estudos da tradução, para fins de pesquisa, já que “não é possível prosseguir com a investigação, tanto de forma abstrata quanto concreta, se os pesquisadores não definirem ou delimitarem o objeto de estudo” (Tymoczko, 2005, p. 1083). Mesmo com base numa abordagem hermenêutica, ainda faz sentido tentar descrever o campo dos estudos da tradução; a questão é: de que forma? Como ponto de partida, gostaria de examinar uma definição muito influente, ampla e altamente pragmática da tradução sugerida por Toury (1985, 1995).

4. A DEFINIÇÃO DE TRADUÇÃO DE TOURY

A dificuldade de formular uma definição finita satisfatória de tradução que, ao mesmo tempo, inclua todos os objetos que as sociedades humanas têm identificado como traduções levou Toury a seguir uma via mais pragmática (Tymoczko, 1998, p. 3). Toury queria abordar a questão de por que uma atividade é considerada como tradução, e não por que deveria ter sido (Toury, 1995, p. 33).

Para fins do que discuto neste artigo, Toury se empenhou em ampliar a gama de objetos de estudos de modo a corresponder a situações da vida real que são consideradas atividades tradutórias. Toury evita uma definição absoluta de tradução, prefere falar de uma “hipótese de trabalho” (1995, p. 32), para que não seja muito restritiva e, portanto, contraproducente. Sua hipótese de trabalho é de que todas as “traduções presumidas” – isto é, textos que pela cultura em questão são tomados como traduções – são traduções, e uma tradução pode, portanto, ser definida como:

todas as declarações que são apresentadas ou consideradas como tal na cultura-alvo, independentemente das razões para isso. Sob essa observação, não há pretensão de que a natureza da tradução seja dada, ou fixada de alguma forma. O que é abordado, mesmo a longo prazo, não é sequer o que a tradução é *em geral*, mas o que ela prova ser *na realidade* e, portanto, o que se pode esperar que ela seja sob várias condições especificáveis. (Toury, 1995, p. 32)

Isso significa que o que é presumido como tradução pode variar consideravelmente ao longo do tempo e entre culturas, e a definição de Toury será capaz de acomodar todas essas possibilidades devido a sua inerente flexibilidade. Mais especificamente, Toury (1995, pp. 33 et seq.) sugere três condições para que um determinado texto seja uma tradução: o Postulado do Texto Fonte, o Postulado

da Transferência e o Postulado da Relação. Tais postulados apresentam os seguintes requisitos:

1. O Postulado do Texto Fonte

A existência em algum momento de um texto fonte em outra cultura/língua (ou como Chesterman (1997, p. 62) interpreta Toury: “normalmente em outra língua”).

2. O Postulado da Transferência

A tradução foi derivada do texto fonte por meio de um processo de transferência.

3. O Postulado da Relação

Existe uma relação intertextual entre os dois textos.

Toury explica seus postulados da seguinte forma:

Se passarmos a considerar os três postulados juntos, uma suposta tradução seria qualquer texto na cultura de destino para o qual há razões para se cogitar, a princípio, a existência de um outro texto, em outra cultura e língua, da qual aquele derivou, presumidamente, por operações de transferência e à qual ele está agora ligado por certas relações, algumas das quais podem ser consideradas como necessárias e/ou suficientes, dentro daquela cultura. (1995, p. 35)

O parâmetro de qualidade é irrelevante no que diz respeito ao *status* de tradução. Uma “tradução ruim” ainda é uma tradução (Chesterman, 1997, p. 60), isto é, a definição de Toury é um julgamento de categoria, não um julgamento qualitativo. A categoria será representada por uma grande variedade de instâncias diferentes que vão

desde instâncias prototípicas a instâncias menos típicas, excêntricas, periféricas etc. (1997, p. 63). Uma das grandes vantagens da definição de Toury é sua flexibilidade, o fato de que a categorização e a aceitação de um texto como uma tradução podem variar muito de cultura para cultura e de época para época, a única exigência sendo a de que o texto seja presumido como uma tradução pelo seu público (requisito que será mais discutido abaixo). Os dois exemplos a seguir mostram que a definição de Toury é capaz de lidar com a tradução intralingual, mas apenas em certa medida:

Ex. 1: A consideração (a partir de Lefevere, 1992) de Venuti (2000, p. 470) de que a tradução do romance *Clarissa*, em 1760, do inglês para o francês, fornece um bom exemplo de grandes variações das normas de tradução – durante o processo de tradução, a extensão do romance foi reduzida de sete para quatro volumes. Venuti usa o exemplo para mostrar que um cânone diferente de precisão existia em 1760 e acrescenta que o texto resultante parece “exceder o próprio gênero de tradução”. Interessante no presente contexto é o fato de que a versão francesa, que foi resumida e adaptada (isto é, foi submetida à tradução interlingual e intralingual), foi claramente aceita como uma tradução, na sua época, logo, seria considerada como uma tradução de acordo com a definição de Toury.

Ex. 2: Munday (em Schäffner, 1999, p. 134) fornece um exemplo de uma tradução literária propriamente dita,

encomendada, cujo texto ele também deveria simplificar – em outras palavras, ele deveria aplicar a tradução intralingual e a interlingual.

Parece que a definição de Toury só é capaz de lidar com a tradução intralingual, em combinação com a tradução interlingual, o fator primordial sendo a dimensão interlingual, o que significa que o texto é publicado e comercializado como uma tradução, correspondendo, assim, ao critério de “tradução presumida”.

Em relação à discussão acima, Chesterman (1997, p. 62) argumenta que o último postulado de Toury é um pouco problemático e relevantemente pergunta: “Que tipo de relações intertextuais contam como relações tradutórias?”. Com relação a esse postulado, há forçosamente uma enorme variação através do tempo e das culturas. Como forma de determinar se a terceira condição foi cumprida, Chesterman introduz o conceito de “similaridade relevante”, embora ao mesmo tempo reconhecendo que tanto “relevante” quanto “similaridade” são em si termos difíceis de definir. Com efeito, basta pensarmos nos problemas em torno do conceito de “equivalência” para concordarmos. Chesterman vê “relações intertextuais” / “similaridade relevante” como um conceito que pode ser utilizado como base de pesquisa dentro de uma dada cultura, com um/a determinado/a tradutor/a, período etc., isto é, “similaridade relevante” não pretende ser uma definição finita, mas um conceito de trabalho útil

para a pesquisa. E conclui: “Sob essa perspectiva, então, os limites do conceito de ‘tradução’ não são, em última análise, definidos por algo intrínseco ao conceito em si, mas pelas formas como os membros de uma cultura usam o conceito” (1997, pp. 62-63).

4.1 A definição de Toury em relação à tradução intralingual

A definição de tradução de Toury é muito atraente em seu pragmatismo e flexibilidade; no entanto, ela parece ser limitada à “tradução propriamente dita” – ou tradução propriamente dita combinada com reformulação. No que diz respeito aos três postulados, são todos igualmente relevantes para tratar da tradução intralingual:

Ex. 3: Um novo medicamento foi desenvolvido e os peritos farmacêuticos elaboram uma *síntese do produto*, de suas pesquisas, incluindo uma descrição do medicamento, resultados dos testes, etc. (satisfaz o Postulado de Texto de Origem). Informações relevantes do resumo do medicamento são traduzidas em linguagem leiga e constituem a base de um folheto informativo para pacientes (satisfaz o Postulado de Transferência). Existe uma relação de similaridade relevante entre os dois textos (satisfaz o Postulado da Relação).

Particularmente a exigência de uma relação intertextual, ou de similaridade relevante de Chesterman, que eu prefiro, é um conceito muito útil ao explicar a natureza da tradução intralingual. No entanto, há dois fatores que

tornam a definição de Toury problemática para a tradução intralingual:

O primeiro fator diz respeito à exigência de duas línguas

Em sua descrição do Postulado do Texto Fonte (1995, pp. 33-34), Toury escreve sobre a existência de um texto fonte em outra cultura/língua ou língua/cultura. A partir daí, é difícil perceber se, para ele, outra cultura basta ou se é preciso outra cultura e outra língua. Chesterman (1997, p. 62) interpreta os escritos de Toury como “normalmente em outra língua”, mas na citação acima, de Toury (1995, p. 35), ele menciona especificamente a tradução entre duas línguas: “em outra cultura e língua” (minha ênfase). Isso exclui, naturalmente, a tradução intralingual (a menos que se aplique uma definição muito ampla de “língua”). De qualquer maneira, seria bastante fácil estender a exigência para incluir diferentes gêneros, como seria o caso na tradução intralingual (ou meios, com relação à tradução intersemiótica), em vez de línguas diferentes, e, portanto, o primeiro fator não deveria constituir um problema real.

O segundo fator é muito mais problemático, uma vez que diz respeito à própria base da definição, à exigência de que um texto seja visto como uma tradução para ser classificado como uma tradução, isto é, o conceito de “tradução presumida”.

É altamente improvável que a maioria das traduções intralinguais sejam “traduções presumidas” apesar de suas muitas afinidades com a “tradução propriamente dita”. Pym se pergunta “quem são exatamente os responsáveis por presumir” (2006, p. 4), o que é de fato um problema bastante fundamental, mas que eu não considero relevante para discutir longamente no presente artigo. O público em geral não estaria suficientemente consciente do fato de que tais textos (por exemplo, textos de comunicação entre especialistas e leigos) foram “traduzidos” de outro gênero e que eles aderem aos três postulados. Ainda assim, eles não deveriam ser excluídos da definição de tradução por esse motivo, mas efetivamente eles são, e se a comunidade de estudiosos da tradução fosse usar a definição de Toury para determinar seus interesses de pesquisa, podemos muito bem perder *insights* valiosos. Deve ser salientado que o próprio Toury não está interessado, de forma alguma, na exclusão de quaisquer áreas de interesse, mas apenas sugere que, se um estudioso de tradução trabalha com textos que não são traduções presumidas, em uma determinada cultura, mas que são ainda consideradas de interesse para os estudos da tradução, ele não deve se desencorajar, mas o fato de que os textos em questão não são considerados como traduções deve ser mencionado e levado em conta (Toury, 1995, p. 32). Esse é, naturalmente, um comentário muito sensato e prático, mas não resolve o problema teórico de como incluir a tradução intralingual em uma definição significativa.

TRADUÇÃO COMO UM CONCEITO DE AGRUPAMENTO [*cluster*]

Como salientou Tymoczko, a definição pragmática de tradução de Toury tem sido um ponto alto na vertente particular dos estudos da tradução que tenta definir o que é tradução. Sua definição é “congruente com a noção de tradução como um conceito *cluster* [conceito de agrupamento]” e, entre outras coisas, “permite a autodefinição cultural e a autorrepresentação no campo” (2005, p. 1086). A definição de Toury é, sem dúvida, um passo na direção certa, em comparação com definições mais rígidas e exclusivas/finitas, mas como Tymoczko nota, a definição “não é totalmente satisfatória, se quisermos saber mais sobre a natureza do conceito de tradução e ser capazes de dizer mais sobre seus limites (permeáveis). Gostaríamos de saber mais, por exemplo, sobre a gama de fenômenos tradutórios, os tipos de detalhes nas decisões tomadas por várias culturas para identificar certos fenômenos como traduções e rejeitar outros como não traduções” (2005, p. 1086). No contexto da tradução intralingual é bastante óbvio que a definição de Toury, embora atraente, é insuficiente, uma vez que se baseia num conceito (“tradução presumida”) que é susceptível de excluir a maioria das traduções intralinguais. Mas será possível definir a tradução de maneira bastante inclusiva, embora ainda pertinente? Antes de eu continuar com uma tentativa de definir a tradução de uma forma que inclua a tradução intralingual, vou dar uma olhada na

maneira como nós, seres humanos, tendemos a categorizar o mundo (ver também Zethsen, 1997) e, inspirada por Tymoczko (2005), examinarei o que isso implica para a tarefa de definição de tradução.

5.1 Categorização

Os seres humanos têm uma tendência inata para categorizar e ficam, em geral, satisfeitos quando as coisas podem ser ordenadas. Desde a época de Aristóteles, a teoria clássica da categorização tem sido parte da cultura ocidental e envolve propriedades compartilhadas como condições para a adesão a uma categoria, condições essas estritamente objetivas, e os limites entre as categorias são claros, isto é, sem a possibilidade de casos limítrofes. Em lógica, a especificação das *condições necessárias e/ou suficientes* é utilizada para determinar a adesão a uma categoria, para fornecer definições precisas.

Já na década de 1930, Wittgenstein percebeu que algo estava errado com a forma clássica de categorizar. Ele descobriu que há categorias, como “jogo” (e “língua”), nas quais os membros **não** compartilham propriedades em comum. A categoria “jogo” existe com base numa série de semelhanças e relações. Como uma família, vários jogos são semelhantes uns aos outros, mas é impossível encontrar uma coleção bem definida de propriedades comuns a todos eles. Alguns pares de jogos podem não compartilhar quaisquer características uns com os outros,

mas eles vão compartilhar pelo menos uma característica com um outro jogo. Consequentemente, Wittgenstein introduziu o conceito aberto muito pragmático e empiricamente baseado (isto é, não na lógica formal) de **semelhanças de família** (também chamado de “o **conceito de agrupamento** [*cluster*]”) e argumentou que isso é o que une a categoria de jogo:

E o resultado dessa averiguação [da palavra “jogo”] é: vemos uma complexa rede de semelhanças sobrepostas e entrecruzamentos: por vezes semelhanças globais, por vezes semelhanças nos detalhes. Não consigo pensar em melhor expressão para caracterizar essas semelhanças do que “semelhanças de família”; para as várias semelhanças entre os membros de uma família: corpo, características específicas, cor dos olhos, atitude, temperamento etc. etc., sobrepõem-se e entrecruzam-se da mesma maneira. – E eu direi: “jogos” formam uma família. (para uma discussão sobre “língua” como um conceito *cluster*, ver Wittgenstein, 1958/1953, seção 66-67).

Wittgenstein também apontou que a teoria clássica não mostra que pode haver bons e maus exemplos de uma categoria. Os antropólogos Berlin e Kay seguiram esse princípio em 1969 e, com base em um estudo de cor, descobriram que os indivíduos discordavam bastante quando solicitados a estabelecer limites entre cores, mas que eles geralmente concordaram quando tinham que apontar exemplos típicos de várias cores. Berlin e Kay introduziram a noção de “pontos focais”, que se refere

a exemplos típicos de uma categoria (em 1973, Labov chegou a conclusões semelhantes quando pediu aos sujeitos para categorizar objetos semelhantes a uma xícara). Baseado num grande número de experimentos, Rosch (1973) refutou a teoria objetivista clássica da categorização e apresentou sua própria teoria da **categorização natural**. Segundo Rosch, os seres humanos classificam por **protótipos**, isto é, muitas categorias são representadas mentalmente por esquemas dos **seus membros mais característicos**. Outros membros constituem casos limítrofes e são de natureza **periférica** (um pássaro negro é uma ave mais prototípica do que um pinguim, mas um pinguim ainda é uma ave).

Como Wittgenstein apontou, o problema é que vários conceitos úteis são muito difusos e complexos para admitir uma definição simples e clara. Putnam mostrou que mesmo a definição de um conceito aparentemente simples como “limão” não deve depender de condições necessárias e suficientes: “O significado de *limão*, por exemplo, pode ser decomposto em características como: redondo, amarelo, com casca, com sabor azedo, e assim por diante. No entanto, nenhum desses componentes é necessário: um limão verde ainda é um limão, um limão doce descascado ainda é um limão” (Putnam em Johnson-Laird, 1983, p. 191). As noções de semelhanças de família e prototipologia ajudam-nos a definir “limão” de uma forma muito mais significativa e sem dúvida a

definir um fenômeno complexo e difuso como a tradução. A diferença importante entre Wittgenstein e Rosch e o modo clássico de categorização é a ausência de condições necessárias e/ou suficientes. Se considerarmos a tradução como um conceito *cluster*, isto é, um conceito aberto (como sugerido por Tymoczko, 1998 e 2005), nossos requisitos para a adesão a uma categoria não assumem a forma de condições necessárias, mas sim semelhanças de família.

Que a definição de certos conceitos precisa ser aberta é simplesmente uma característica inerente a tais conceitos; em outras palavras, não é uma falha ou deficiência que um conceito não possa ser finitamente descrito, nem teoricamente nem pragmaticamente. Na biologia também o conceito de cluster é usado (para determinar espécies), e Pigliucci argumenta, em concordância com Wittgenstein, que a aparente “imprecisão” insatisfatória de conceitos complexos não é devida a nossa ignorância, é uma característica inerente do conceito e da realidade que ele deve capturar (2003, p. 600).

Com base nesses *insights*, tentarei estabelecer uma definição alternativa de tradução que seja capaz de conter uma vasta gama de fenômenos tradutórios, incluindo o da tradução intralingual, mas que ainda é suficientemente estreita para ser significativa no domínio dos estudos da tradução.

6. UMA DEFINIÇÃO ABERTA DE TRADUÇÃO

A conhecida definição de tradução de Toury foi definitivamente um passo na direção certa com sua abordagem flexível e orientada para o texto-alvo. No entanto, se aceitarmos que a tradução só pode ser reconhecida de forma significativa se a tratarmos como um conceito *cluster*, não faz sentido tentar uma descrição limitada demais. Como foi apontado acima, é provável que a definição de Toury exclua muitas formas de tradução intralingual (ou intersemiótica), não por causa de seus três postulados, os quais também dependem de conceitos abertos, isto é, “texto fonte”, “transferência” e “relação intertextual”, mas devido a duas **condições necessárias**; para constituir uma tradução, um processo de transferência deve ter ocorrido **entre duas línguas/culturas** e o mais importante é que o produto resultante deve ser **presumido como uma tradução** pelas pessoas em geral (fatores 1 e 2, conforme discutido acima). Na minha opinião, nenhum desses dois requisitos é condição necessária para que um documento/produto constitua uma tradução, e as traduções intralinguais dos seguintes exemplos seriam excluídas:

Ex. 4: A tradução de um romance de uma língua nacional para outra, presumida pela cultura/público alvo como uma tradução, pode ser um exemplo prototípico de tradução, mas a tradução de um documento sobre legislação fiscal em um folheto para o público em geral, isto é, dentro da mesma língua, mas entre diferentes gêneros e públicos,

ainda deve ser considerado uma tradução por causa de sua semelhança de família com o exemplo mais prototípico da tradução propriamente dita, apesar do fato de que o folheto fiscal provavelmente não seria reconhecido ou “presumido” como uma tradução por seus destinatários.

Ex. 5: Uma ocorrência interessante pode ser encontrada em um jornal semanal dinamarquês (Århus Onsdag, 8 de novembro de 2006), no qual uma associação sem fins lucrativos oferece assistência com trabalhos de casa e especifica que “além de ajudar com seu trabalho de casa, oferecemo-nos para ‘traduzir’ o que diz na carta que você recebeu de suas autoridades locais”. O termo “traduzir” é usado para descrever uma tradução entre gêneros, mas curiosamente foi colocado entre aspas. Dessa forma, quem escreveu o anúncio indica que a tradução intralingual não é prototípica e que não é uma tradução presumida. Por outro lado, intuitivamente conectou a atividade em questão com a tradução (semelhanças de família) e usa o termo tradução para explicar a atividade.

Nenhum dos três postulados de Toury – o Postulado do Texto Fonte, o Postulado da Transferência ou o Postulado da Relação – constitui um problema (se o “texto” for interpretado de forma ampla, isto é, como qualquer manifestação oral, escrita ou outra manifestação semiótica) nem para a tradução intralingual nem para a intersemiótica. O que eles oferecem é uma descrição da atividade fundamental da tradução, mas uma descrição

que se baseia em conceitos abertos e que é, portanto, capaz e disposto a incluir toda uma gama de exemplos, do prototípico para o periférico, dependendo da distância da definição prototípica dos conceitos envolvidos. Pym critica a formulação dos três postulados como “parcamente elegante” e aponta que o postulado da relação é inerente aos postulados do texto fonte e da transferência (2006, p. 4). Eu tendo a concordar com Pym (embora eu também ache que Toury apenas queria tornar a relação intertextual explícita, atribuindo-lhe seu próprio postulado) e, conseqüentemente, eu só vou trabalhar com os dois primeiros postulados. Eu acho que é possível descrever a tradução (e não a definir finitamente) por meio das três dimensões de Jakobson, em combinação com a descrição mais específica de Toury de um texto fonte e uma transferência. Dessa forma, podemos chegar a uma descrição ampla da tradução, embora ainda significativa, que seja relevante para o campo, que não exclua, em especial, a tradução intralingual:

- Um texto fonte existe ou existiu em algum momento.
- Uma transferência ocorreu e o texto alvo derivou do texto fonte (resultando em um novo produto em outra língua, gênero ou meio), isto é, algum tipo de semelhança relevante existe entre o texto fonte e o texto alvo.

- Essa relação pode assumir muitas formas e não se baseia, de modo algum, no conceito de equivalência, mas sim no *skopos* do texto alvo.

Os pontos acima constituem uma descrição da tradução que, embora não seja tão ampla como a abordagem hermenêutica abrangente de Steiner, ainda vê o fenômeno da tradução como muito mais fundamental para a comunicação humana do que definições mais tradicionais dos estudos da tradução. No entanto, nada na descrição deve ser considerado necessário ou suficiente para definir a tradução. O objetivo da descrição é funcionar como *tertium comparationis*, ao tentar determinar semelhanças de família.

A descrição da tradução acima apresentada é muito operacional, uma vez que tenta descrever o que é do interesse do domínio dos estudos de tradução e, como tal, deve estar em conformidade com as recomendações de Tymoczko:

O objetivo só pode ser uma definição aberta, que ajude a compreender a natureza de muitos processos e produtos de tradução, ainda que nem todos os processos e produtos de tradução compartilhem um núcleo comum de características específicas. O impulso de definição na pesquisa em tradução tem como objetivo indicar a extensão do conceito de tradução, mapear algumas fronteiras ou limites para o inquérito sobre tradução, mesmo que essas fronteiras não

formem uma figura fechada. (Tymoczko, 2005, p. 1086)

Eu não acho que o próprio Toury discordaria necessariamente de uma definição, descrição ou “hipótese de trabalho”, como ele prefere, mais ampla do que a sua própria e, como mencionado acima, ele enfatiza (1995, p. 32) que é perfeitamente aceitável que pesquisadores/as da tradução trabalhem com textos que não são “traduções presumidas” contanto que expliquem por que os textos em questão são relevantes. Com a descrição acima, tal explicação não deve ser necessária quando se faz pesquisa envolvendo traduções intralinguais. A maior contribuição de Toury para a definição de tradução, a meu ver, é o fato de que o conceito de tradução presumida (apesar de eu o rejeitar) nos tornou conscientes de que as normas e estratégias de tradução variam enormemente de cultura para cultura, de época para época, ou mesmo de pessoa para pessoa.

No entanto, o que varia são as estratégias preferidas, não o fenômeno básico da tradução, que não depende da cultura, mas é fundamental para a comunicação humana e permanece constante em todos os momentos.

7. CONCLUSÃO

Neste artigo eu discuti o fundo filosófico para uma definição ampla da tradução e o campo dos estudos da tradução. A abordagem hermenêutica de Jakobson e

Steiner destaca a natureza fundamental da tradução, mas também deixa claro que uma disciplina acadêmica precisa delimitar seu campo. Vários estudiosos de tradução têm tentado definir a tradução com o propósito de definir os estudos da tradução, mas parece que isso tem, mais do que nunca, levado a uma visão muito restrita do campo. É evidente que, para fins metodológicos, cada projeto individual de pesquisa deve definir e enquadrar seu próprio campo específico, mas isso não significa que temos que configurar limites finitos para toda a disciplina: “Embora não haja uma única possibilidade de enquadramento para iluminar todas as traduções, um enquadramento bem escolhido pode iluminar um tipo importante de traduções ou uma importante faceta do processo de tradução. Embora absolutos não sejam possíveis no caso de um conceito *cluster*, é possível iluminar características compartilhadas por um segmento significativo da categoria (...)” (Tymoczko, 2005, p. 1090).

Inspirada principalmente por Tymoczko e com base na teoria de Wittgenstein das semelhanças de família e na prototipologia de Rosch, eu tentei definir a disciplina como um campo aberto, que se baseia em um conceito aberto, inerentemente não-finito, mas descritível não em condições necessárias ou suficientes ou presunções advindas do público. Para uma definição aberta, é importante não excluir fenômenos, tais como a tradução intralingual, que pode ser considerada periférica para o campo de

estudos da tradução, por alguns estudiosos, mas que eu julgo capaz de fornecer muitos *insights* úteis no que diz respeito à tradução propriamente dita e, talvez, vice-versa. Como observa Steiner, os dois tipos de tradução levantam questões da mesma ordem e são semelhantes em pontos cruciais (1975, pp. 260-261). No mundo prático e especialmente no didático, uma definição demasiadamente estreita do campo apenas estabelece uma fronteira artificial para os/as tradutores/as e para os trabalhos que eles/as próprios/as se veem capazes de realizar. O/A tradutor/a profissional e mediador/a cultural de hoje precisa de um grande número de habilidades “para se qualificar como um especialista em comunicação interlingual e intercultural” (Snell-Hornby, 1999, p. 164). Gostaria de pensar que as competências intralinguais estão incluídas no termo “comunicação intercultural”, se não limitarmos nossa definição de “intercultural” principalmente a uma questão de cultura nacional (ver Zethsen, 2008a).

Na Dinamarca, e presumivelmente em todo o mundo ocidental, existe uma demanda cada vez maior de que o conhecimento especializado se torne acessível ao público em geral. Consumidores, pacientes, contribuintes etc. não toleram mais textos técnicos incompreensíveis. Existe uma enorme procura de tradução de especialistas para leigos, uma vez que a maioria dos especialistas tem dificuldade em escrever sobre a sua área em termos leigos. Na minha opinião, o/as tradutores/as estão excelentemente

equipados para realizar esse tipo de tradução intralingual e os estudos da tradução se beneficiariam dos *insights* adicionais proporcionados pelo estudo dessa atividade tradutória (mesmo que não possa ser chamada de “tradução propriamente dita”). Portanto, encorajo os estudiosos da tradução a realizar pesquisas dentro do campo. O que é necessário é uma descrição empiricamente fundada e minuciosa de tradução intralingual (de todos os tipos, não só do tipo mencionado aqui), de semelhanças e diferenças entre a tradução intralingual e a interlingual, das microestratégias tradutórias tipicamente empregadas nos dois tipos de tradução etc.

Leech escreve que as pessoas geralmente concordam sobre o que constitui um membro prototípico de uma determinada categoria – embora a distinção não seja afiada –, ao passo que discordância e incerteza sejam comuns quando se trata de estabelecer os membros periféricos dessa categoria (1981, p. 84). Isso explica por que a tradução intralingual não tem sido central no campo dos estudos de tradução, mas eu espero que no futuro o foco das pesquisas seja um pouco menos prototípico.

REFERÊNCIAS

- BAKER, Mona (ed.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London and New York, Routledge, 1998.
- BERLIN, Brent & Paul KAY. *Basic Color Terms*. Berkeley, University of California Press, 1969.
- BEX, Tony. “George Steiner’s *After Babel* Thirty Years On.” *The*

Translator, 12, 1, pp. 131-138, 2006.

CHESTERMAN, Andrew. "On Similarity." *Target*, 8, 1, pp. 159-164, 1996.

_____. *Memes of Translation*. Amsterdam and Philadelphia, John Benjamins, 1997.

_____. *Contrastive Functional Analysis*. Amsterdam and Philadelphia, John Benjamins, 1998.

DAM-JENSEN, Helle; KORNING ZETHSEN, Karen. "Pragmatic Patterns and the Lexical System—A Reassessment of Evaluation in Language." *Journal of Pragmatics*, 39, 9, pp. 1608-1623, 2007.

DENTON, John. "...waterlogged somewhere in mid-Atlantic.' Why American Readers Need Intralingual Translation but Don't Often Get It." *TTR*, XX, 2. *TTR*, XX, 2, 2007.

ECO, Umberto. *Experiences in Translation*. Toronto, University of Toronto Press, 2001.

EVEN-ZOHAR, Itamar. *Polysystem Studies*, a special issue of *Poetics Today*, 11, 1, 1990.

GUTT, Ernst-August. *Translation and Relevance: Cognition and Context*. Oxford, Blackwell. The extract "Translation as interlingual interpretive use" is reprinted in Lawrence Venuti (ed.). *The Translation Studies Reader*. London and New York, Routledge, pp. 376-396, 1991.

HATIM, Basil; MUNDAY, Jeremy. *Translation: An Advanced Resource Book*. London, Routledge, 2004.

HERMANS, Theo. "Translation's Other," unpublished inaugural lecture. <http://eprints.ucl.ac.uk/archive/00000198/>, 1996.

JAKOBSON, Roman. "On Linguistic Aspects of Translation." In R. A. Brower (ed.). *On Translation*. Cambridge, MA, Harvard University Press, pp. 232-239. Reprinted in Lawrence Venuti (ed.). *The Translation Studies Reader*, London and New York, Routledge, pp. 113-118, 2000.

JOHNSON-LAIRD, Philip N. *Mental Models*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

LABOV, William. "The Boundaries of Words and their Meanings." In C.-J. N. Bailey and R. W. Shuy (eds.). *New Ways of Analyzing Variation in English*. Washington, DC, Georgetown University Press, pp. 340-373, 1973.

LEECH, Geoffrey. *Semantics*. 2aed. Harmondsworth, Penguin, 1981.

LEFEVERE, André. *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. London and New York, Routledge, 1992.

MUNDAY, Jeremy. Participant in the debate recorded in Christina Schäffner. "Globalisation, Communication, Translation." *Current Issues in Language and Society*, 6, 2, pp. 121-138, 1999.

_____. *Introducing Translation Studies. Theories and Applications*. London/New York, Routledge, 2001.

NEWMARK, Peter. *Approaches to Translation*. London, Pergamon Press, 1981.

_____. "Taking a Stand on Mary Snell-Hornby." *Current Issues in Language & Society*, 6, 2, pp. 152-154, 1999.

PETRILLI, Susan. "Translation, Semiotics and Ideology". *TTR*, 5, 1, pp. 233-264, 1992.

_____. (ed. and intro.). *Translation Translation*. Amsterdam/ New York, Rodopi, 2003.

PIGLIUCCI, Massimo. "Species as family resemblance concepts: the (dis-)solution of the species problem?" *BioEssays*, 25, pp. 596-602. life.bio.sunysb.edu/ee/pigliucclab/Papers_files/2003-BioEssays-species.pdf, 2003.

PYM, Anthony. Review of ECO, Umberto (2001). *Experiences in Translation*. Toronto, University of Toronto Press. *The European Legacy*, 8, 2, pp. 254-255, 2003.

_____. "On History in Formal Conceptualizations of Translation," version 1.2. www.tinet.org/~apym/on-line/

translation_ny.pdf, 2006.

ROSCH, Eleanor. "On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories." In T.E. Moore (ed.). *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York, Academic Press, pp. 114-144, 1973.

SCHÄFFNER, Christina. "Globalisation, Communication, Translation." *Current Issues in Language and Society*, 6, 2, pp. 93-102, 121-138, 1999.

SHAVIT, Zohar. *Poetics of Children Literature*. Athens and London, The University of Georgia Press, 1986.

SNELL-HORNBY, Mary. *Translation Studies. An Integrated Approach*. 2^a ed. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1995.

_____. "Communicating in the Global Village: On Language, Translation and Cultural Identity" and "Some Concluding Comments on the Responses." *Current Issues in Language & Society*, 6, 2, pp. 103-120, pp. 161-164, 1999.

_____. *The Turns of Translation Studies*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2006.

STEINER, George. *After Babel: Aspects of Language and Translation*. New York, Oxford University Press, 1975.

TOURY, Gideon. "A Rationale for Descriptive Translation Studies." In Theo Hermans (ed.). *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation*. London and Sydney, Croom Helm, pp. 16-41, 1985.

_____. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam and Philadelphia, Benjamins, 1995.

TYMOCZKO, Maria (1998). "Computerized Corpora and the Future of Translation Studies." *Meta*, 43, 4, pp. 1-9 (ver erudit.org), 1998.

_____. "Trajectories of Research in Translation Studies." *Meta*, 50, 4, pp. 1082-1097, 2005.

VENUTI, Lawrence (ed.). *The Translation Studies Reader*.

London and New York, Routledge, 2000.

WEISSBROD, Rachel. "Translation Research in the Framework of the Tel Aviv School of Poetics and Semiotics." *Meta*, 43, 1, pp. 35-45, 1998.

_____. "From Translation to Transfer." *Across Languages and Cultures*, 5, 1, pp. 23-41, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig (2^a. ed.). *Philosophical Investigations*. Traduzido do alemão por G.E.M. Anscombe. Oxford, Blackwell, 1958.

WOODCOCK, George. "Review of Steiner." *Modern Language Quarterly*, 36, 3, pp. 324-329, 1975.

ZETHSEN, Karen Korning. *Expressivity in Technical Texts – From a Translation Theoretical Perspective* (Ph.D. thesis). Århus, The Århus School of Business, 1997.

_____. "Latin-Based Terms: True or False Friends?" *Target*, 16, 1, pp. 125-142, 2004.

_____. "Has Globalisation Unburdened the Translator?" In *Meta*, 2008a.

_____. "Intralingual Translation – An Attempt at Description." In *Meta*, 2008b.

SOBRE AS AUTORAS | AUTOR

SANDRA L. HALVERSON é professora de tradução e de Prestação de Serviços Linguísticos (*LSP*) na Universidade de Agder, Noruega. Foi nomeada professora do CETRA (*Centre for Translation Studies*, Universidade Católica de Lovaina) para o ano de 2018. Halverson trabalhou como coeditora da *Target* por oito anos e participa dos conselhos editoriais das revistas *Hermes*, *MonTI* e *Journal of Translation Studies in Africa*. É colaboradora externa do MC2 Lab (*Laboratory for Multilectal Mediated Communication & Cognition*, Universidade de Bolonha) e membro da rede TREC (*Translation/Research/Empiricism/Cognition – Thematic Network on Empirical Research in Translation and Cognition*, Universidade Autônoma de Barcelona). Desenvolve pesquisa voltada à interface entre os Estudos da Tradução e a Linguística Cognitiva, e tem publicado trabalhos empíricos e teóricos/conceituais. A integração de perspectivas da Linguística Cognitiva aos Estudos da Tradução é um de seus principais campos de atuação. Outros interesses de pesquisa constantes, abordados em publicações recentes, são a epistemologia dos Estudos da Tradução e a metodologia de pesquisa.

IOANA BALACESCU tem a criatividade como um dos conceitos centrais de seu trabalho. Romena, seus estudos em língua e literatura levaram-na para os campos das línguas e culturas romena, inglesa, latina, alemã e francesa. Defendeu com distinção tese de doutorado com o título “Traduction: didactique et créativité”, sendo atualmente docente do Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas da Universidade de Craiova, na Romênia.

BERND STEFANINK é professor da Universidade de Bielefeld. Desde 2007 é bolsista de pesquisa e ensino da Fundação Herder / DAAD. De agosto de 2015 a julho de 2016 foi professor visitante na Universidade Federal de Santa Catarina.

CHRISTINE PAGNOULLE é tradutora, professora de Tradutologia na Universidade de Liège, graduada em Filologia germânica (1969), possui doutorado pela Universidade de Liège em Literatura Inglesa (1979) e vasta produção bibliográfica na área de Tradutologia. É membra do Centre interdisciplinaire de recherche en traduction et interprétation (CIRTI), faz parte da Associação de Tradutores Literários da França (ATLF), entre outros. Seus temas de interesse são Literatura Inglesa, Tradutologia, Tradução e Política, Tradução e Economia.

GISÈLE SAPIRO, socióloga francesa, sistematiza e amplia a abordagem dos campos intelectual e literário originalmente proposta por Pierre Bourdieu. Sua preocupação

com a responsabilidade política de quem ocupa a posição de intelectual em uma dada cultura informa seus estudos sobre como diferentes agentes impactam a circulação de ideias em uma escala global. Ao considerar diferentes forças a partir de uma lógica relacional, Sapiro integra a tradução (como produto e processo) e quem a ela se dedica como agentes importantes dos diversos campos culturais, mais ou menos autônomos, como o literário e o editorial. O capítulo escolhido para esta edição faz um apanhado das diferentes possibilidades de pesquisa que se abrem dentro do domínio da Sociologia da Tradução.

ASTRID GUILLAUME é palestrante Sênior HDR na Universidade Paris Sorbonne, membra eleita como adjunta da UNC (seção 7) Escola de Doutorado 5 “Conceitos e Linguagens”, EA 4509 “Sense, Text, Computer Science, History” (STIH). Diretora de Coleções da Sorbonne University Presses. Presidenta da Sociedade Francesa de Zoosemiotics (StZ). Integra o Comitê Científico da LFDA, Fundação Direito Animal, Ética e Ciência, fundação premiada do Institut de France. Secretária Geral do Centro Interacional CIRET de pesquisa e estudos transdisciplinares. Vice-Presidenta Honorária, co-fundadora do Observatório Europeu de Multilinguismo (OEP).

KAREN KORNING ZETHSEN ocupa o cargo de *Professor*, do *Department of Business Communication*, na *Aarhus University*, a maior e a segunda mais antiga universidade da Dinamarca. Com formação em Línguas Modernas, pela *Aarhus School*

of Business, Zethsen se dedica principalmente à pesquisa nas áreas de Estudos da Tradução, Comunicação em Saúde e Semântica Lexical. Possui extensa pesquisa sobre os aspectos de tradução intralingual, envolvidos na comunicação entre profissionais de áreas específicas e leigos. Realizou inúmeras palestras e publicações em sua área de especialização, como os artigos *Inter- and intralingual translation of medical information – the importance of comprehensibility* (Routledge, 2020) e *Translating medical texts* (Cambridge University Press, 2020).

BARBARA CASSIN, nascida em 1947 em Boulogne-Billancourt, nos arredores de Paris, é filósofa, filóloga, helenista e tradutora francesa, especialista em filosofia grega e retóricas da modernidade. Em 2004, com uma equipe de 150 pesquisadores-tradutores/as de diversas línguas, publica o *Vocabulaire Européen des Philosophies – Dictionnaire des intraduisibles* (Seuil, 2004), obra premiada imediatamente, que vem provocando crescente e significativa mudança de olhar para a questão das diferenças entre as línguas e a tradução, não apenas nos países da União Europeia, mas em cada vez mais países e continentes. Nona mulher eleita a assumir uma cadeira na Academia Francesa desde a criação da instituição em 1635, vem sendo reconhecida por sua atuação no campo da tradução, em especial em defesa da pluralidade linguística e o respeito pelas diferenças,

assumindo uma tomada de posição contra a hierarquização das línguas e das culturas.

MOIRA INGHILLERI trabalha no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Massachusetts Amherst (EUA). Pesquisa na área dos Estudos de Tradução e Interpretação, focando em temas relativos à migração, zonas de conflito e mídia cidadã. Seu mais recente livro, *Translation and Migration* [Tradução e migração], foi publicado pela editora Routledge em 2017.

EMILY APTER é Presidente da American Comparative Literature Association, editora de uma série de livros, *Translation / Transnation*, pela Princeton University Press, e atua no conselho editorial da PMLA, *Comparative Literature*. É tradutora, professora e pesquisadora pela New York University. Suas áreas de interesse são teoria política, teoria da tradução e práxis, sexualidade e gênero, teoria crítica, filosofia continental, psicanálise, gênero e ontologia, história e teoria da literatura comparada.

ORGANIZADORAS E TRADUTORAS

DIRCE WALTRICK DO AMARANTE é ensaísta, escritora e tradutora. Traduziu, entre outros, James Joyce, Edward Lear, Leonora Carrington e Gertrude Stein. Professora do Curso de Artes Cênicas da UFSC e do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (UFSC). Tem livros publicados na área de tradução, teoria literária, teatro e literatura infantil e juvenil. Coedita a Revista de Arte e Cultura “Qorpus” (ISSN 2237-0617). Com Vitor Alevato do Amaral, lidera o grupo de pesquisa Estudos Joycianos no Brasil. É membro do Núcleo de Pesquisa de Estudos sobre Samuel Beckett (USP). Organiza o Bloomsday de Florianópolis, com o prof. Sérgio Medeiros (UFSC) e com a profa. Clélia Mello, desde 2002. Colabora em jornais e revistas de circulação nacional.

FEDRA RODRÍGUEZ é Bacharel em Letras Francês, com Mestrado e Doutorado em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina, e Estágio Doutoral CAPES na Universidade de Sevilha, Espanha. Atua como professora EaD, designer instrucional e pesquisadora no campo dos Estudos da Tradução, Tradução Intersemiótica e Teoria de Tradução.

SHEILA MARIA DOS SANTOS é professora de língua e literatura francesas no curso de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), doutora pela mesma universidade. Desenvolveu em sua tese um estudo sobre o escritor-tradutor no Brasil. Mestre pela Université Paris IV – Sorbonne (2013), com habilitação na área de Literatura Comparada, Tradutologia e Filologia. Possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - (2010), Campus de Assis, com dupla habilitação Português/Francês.

ELEONORA CASTELLI tem percurso transdisciplinar. Formou-se em direito pela Université Paris II e pela Universidade de São Paulo. Durante seu mestrado em teoria literária, defendido na Universidade Federal de Santa Catarina, começou a ensinar línguas estrangeiras – italiano e francês – ao mesmo tempo que cursava graduação em francês. Flertou com a tradução, o que a fez cursar, em nível de doutorado, junto à PGET, várias disciplinas da área. Atualmente é estudante de psicanálise e doutoranda em Linguística na UFSC.

FERNANDA ALENCAR PEREIRA é professora do curso Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação - LEA/MSI, da Universidade de Brasília. É licenciada em Letras Inglês pela Universidade de Brasília (2005) e mestre em Literatura de Língua Inglesa pela

Université de Rennes II, França (2007). Doutora em Estudos literários – literatura comparada, em regime de cotutela entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Université de Rennes II (2012), realizou pesquisa pós-doutoral na University of Western Cape – UWC, África do Sul, em 2018. Fernanda dedica-se à pesquisa nas áreas: literaturas africanas, literatura comparada, ficção especulativa, multilinguismo e tradução literária.

IVI VILLAR é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina – PGET/UFSC, com bolsa CAPES. Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura na mesma Universidade (novembro 2018), com bolsa CNPq. Graduada em Letras-Língua Francesa e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui experiência em Tradução Literária e ensino da Língua Francesa.

JULIANA STEIL possui graduação em Letras pela Universidade do Vale do Itajaí (2004), mestrado e doutorado em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007; 2011). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas de Língua Inglesa e de Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: poesia; teoria, história e crítica da tradução; adaptação de clássicos; relações entre palavra e imagem; William Blake.

MAÍRA CASTILHOS COELHO é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução - UFSC. Foi professora substituta no curso de Artes Cênicas da Universidade Federal de Santa Catarina (2018-2019). Doutora em Artes na linha de Estética e poéticas cênicas pelo IA/UNESP. Mestra em Artes Cênicas pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com apoio da CAPES. Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Autora dos livros: “A presença de corpos ausentes: a fantasmagoria de Denis Marleau em Os cegos de Maurice Maeterlinck”, (2015) e “As múltiplas presenças do ator: novas relações e inovações em territórios cênicos” (2020).

MARIA RITA DRUMOND VIANA é professora do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da Universidade Federal de Santa Catarina (DLLE/UFSC) e membra permanente dos Programas de Pós-Graduação em Inglês (PPGI/UFSC) e em Estudos da Tradução (PGET/UFSC). Realizou pós-doutorado na Universidade de Toronto com pesquisa sobre Virginia Woolf, sob supervisão de Melba Cuddy-Keane. Possui doutorado pela Universidade de São Paulo (DLM/USP). Possui mestrado em Literatura de Língua Inglesa pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (Pós-Lit/UFMG), onde também se graduou em Letras: Inglês. Coordena o Grupo de Estudos em Literatura: Outras e o Núcleo de Estudos Irlandeses.

MARINA BENTO VESHAGEM é tradutora, atriz, jornalista e produtora cultural. É doutora (2019) e mestre (2015) em Estudos da Tradução e possui graduação em Jornalismo (2010) pela Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante de duas companhias teatrais em Florianópolis, a Ciclopatas e a Bruta Flor. Entre 2014 e 2019 integrou o grupo teatral Elefants Companhia de Teatro, no qual foi atriz, tradutora e assistente de direção.

MARLOVA ASEFF é professora do Bacharelado em Tradução/Espanhol da UnB e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET). É doutora em Literatura (2007) e em Estudos da Tradução (2012), ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Traduz ficção e não-ficção. Como fruto de seu projeto de pós-doc no Poslit-UnB, lançou em 2016 o site Poesia Traduzida no Brasil (www.poesiatraduzida.com.br). O site abriga um catálogo com mais de 790 entradas bibliográficas detalhadas da poesia traduzida no país nos séculos 20 e 21, além de perfis de mais de 120 tradutores/as de poesia.

MYRIAM ÁVILA é pesquisadora 1D do CNPq. Possui graduação em Belas Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977), mestrado em Inglês - Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986) e doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994). Estudou na Universidade de Kassel, Alemanha (1987-1989). Pós-doutorado na USP (2004-

2005). Pós-doutorado na Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ) em 2013. Atualmente ocupa o cargo de Professor Titular na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. É pesquisadora do CNPq desde 1999. Prêmio de Tradução (2º lugar) da Biblioteca Nacional com o livro *Eu nunca fui ao Brasil*, de Ernst Jandl (2019). Autora de *Rima e solução: a poesia nonsense de Lewis Carroll e Edward Lear* (Annablume), *Retrato na rua: memórias e modernidade na cidade planejada* (Ed. UFMG), Douglas Diegues por Myriam Ávila (Eduerj) e *Diários de Escritores* (ABRE). Atual diretora do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG.